

VOL III

Ciências Humanas:

Estudos Para Uma Visão
Holística Da Sociedade



Silvia Inés Del Valle Navarro
Gustavo Adolfo Juarez
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2021

VOL III

Ciências Humanas:

Estudos Para Uma Visão
Holística Da Sociedade



Silvia Inés Del Valle Navarro
Gustavo Adolfo Juarez
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2021



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição- Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comercial. A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadoras	Prof. ^a Dr. ^a Sílvia Inés del Valle Navarro Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez
Imagem da Capa	Artem Oleshko
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.^a Dr.^a Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Prof.^a Dr.^a Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof.^a Dr.^a Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.^a Dr.^a Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile



Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College, USA*
 Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha, Espanha*
 Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
 Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid, Espanha*
 Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín, Colômbia*
 Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
 Prof.ª Dr.ª Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
 Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
 Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodriguez, *Universidad Santiago de Compostela, Espanha*
 Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
 Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe
 Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto
 Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
 Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
 Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
 Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
 Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría", Cuba*
 Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
 Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
 Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
 Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
 Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
 Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca, Argentina*
 Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
 Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
 Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa, Peru*
 Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
 Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
 Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca, Colômbia*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências humanas [livro eletrônico] : estudos para uma visão holística da sociedade: vol III / Silvia Inés Del Valle Navarro, Gustavo Adolfo Juarez. – Curitiba, PR: Artemis, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-39-2

DOI 10.37572/EdArt_290621392

1. Ciências humanas. 2. Humanidades. Desenvolvimento Sustentável. I. Del Valle Navarro, Silvia Inés. II. Juarez, Gustavo Adolfo.

CDD 300.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

AMBIENTE, DESARROLLO SUSTENTABLE, GERENCIAMIENTO

“Só quem pode surgir com o povo é o novo.

E o novo são as crianças.

Com elas, poderão vir as respostas que não encontramos” ...

“...Poxa, até que essa geração mais velha tem algo a oferecer”

Ubiratan D´Ambrosio

São Paulo, 8 de Diciembre de 1932 - 12 de Mayo de 2021

Este libro titulado **Ciências Humanas: Estudos para uma Visão Holística da Sociedade**, surge mientras transitamos un momento muy particular para nuestra especie humana, en donde se ve amenazada su existencia en forma global. Es por ello, que debe valorarse el esfuerzo de numerosos autores e investigadores que todavía sienten la necesidad y el deseo de entregar sus esfuerzos en la causa de la difusión de resultados de sus trabajos científicos.

Mientras esperamos soluciones, que resguarden al bienestar en la Salud y con ello en la recomposición de la Economía y Educación, por el retraso que esta situación pandémica produce, queda la esperanza de que el replanteo social en las estructuras de las sociedades nos lleven a valorar los resultados que hasta ahora nos ha permitido sobrevivir. Por lo tanto, en esta obra, donde el conjunto de capítulos reflejan la inherente participación en la diversidad de temáticas planteadas, que están agrupados trabajos considerados desde el perfil profesional de cada temática asumida por autores de diversos lugares del planeta.

En el Tercer Volumen, que tiene como eje temático **AMBIENTE, DESARROLLO SUSTENTABLE, GERENCIAMIENTO**, la temática del ambiente, a través de estudios locales en búsqueda de un mejor aprovechamiento de recursos, que aporten a desarrollar energías y mantener beneficios naturales, hacen que las propuestas sustentables sean tratadas desde enfoques académicos como desde el gerenciamiento. Así las políticas agrícolas, la planificación territorial, se presentan bajo estudios históricos y actuales.

Esperando que estos trabajos sean de gran aporte a los lectores, les deseamos una buena lectura.

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO

GUSTAVO ADOLFO JUAREZ

APRESENTAÇÃO

MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, GESTÃO

*“Só quem pode surgir com o povo é o novo.
E o novo são as crianças.
Com elas, poderão vir as respostas que não encontramos”...*

“...Poxa, até que essa geração mais velha tem algo a oferecer”

Ubiratan D´Ambrosio
São Paulo, 8 de Diciembre de 1932 - 12 de Mayo de 2021

Este livro, intitulado **Ciências Humanas: Estudos para uma Visão Holística da Sociedade**, surge enquanto vivemos um momento muito particular para nossa espécie humana, onde sua existência está ameaçada globalmente. Por este motivo, deve ser valorizado o esforço de inúmeros autores e investigadores que ainda sentem a necessidade e o desejo de se empenharem na causa da divulgação dos resultados dos seus trabalhos científicos.

Enquanto esperamos por soluções que protejam o bem-estar na Saúde e com ela na recomposição da Economia e da Educação, pelo atraso que esta situação pandêmica produz, espera-se que o repensar social nas estruturas das sociedades nos leve valorizar os resultados que até agora nos permitiram sobreviver. Portanto, nesta coletânea, onde o conjunto de capítulos refletem a participação inerente à diversidade das questões levantadas, se agrupam obras consideradas a partir do perfil profissional de cada disciplina assumida por autores de diversas localidades do planeta.

No Terceiro Volume, que tem como eixo temático MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, GESTÃO, o tema do meio ambiente, por meio de estudos locais em busca de um melhor aproveitamento dos recursos, que contribuam para o desenvolvimento de energias e manutenção dos benefícios naturais, fazem propostas sustentáveis são tratadas a partir de diferentes abordagens acadêmicas e gestão. Assim, as políticas agrícolas, de planejamento territorial, são apresentadas sob a forma de estudos históricos e atuais.

Esperando que esses trabalhos sejam de grande contribuição para os leitores, desejamos uma boa leitura.

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO
GUSTAVO ADOLFO JUAREZ

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TRANSFORMACIONES AGRARIAS Y NUEVOS PAISAJES RURALES EN EL MUNICIPIO DE YECLA (ESPAÑA)

[Francisco José Morales Yago](#)

DOI 10.37572/EdArt_2906213921

CAPÍTULO 2..... 18

EXTRACTIVISMO, FUERZAS PRODUCTIVAS Y REESTRUCTURACIÓN AGRARIA EN PARAGUAY

[Ramón Fogel](#)

DOI 10.37572/EdArt_2906213922

CAPÍTULO 3.....30

LA CUESTIÓN AGRARIA CUBANA ACIERTOS Y DESACIERTOS EN EL PERIODO DE 1975-2013: LA NECESIDAD DE UNA TERCERA REFORMA AGRARIA

[Tatiana Wonsik Recompensa Joseph](#)

[Lázaro Camilo Recompensa Joseph](#)

DOI 10.37572/EdArt_2906213923

CAPÍTULO 4 57

DE LA ENCOMIENDA A LOS CONDOMINIOS: CAMBIOS SOCIALES EN LA PROPIEDAD Y TENENCIA DE LA TIERRA DE LOS CRIADORES DE CAMÉLIDOS SUDAMERICANOS

[Eliseo Zeballos Zeballos](#)

[Paquita Lourdes Velásquez Alarcón](#)

DOI 10.37572/EdArt_2906213924

CAPÍTULO 5..... 78

UMA ANÁLISE SOBRE A INFLUÊNCIA DA DESCENTRALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DAS POLÍTICAS RURAIS BRASILEIRAS PARA A INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DO PEQUENO PRODUTOR A PARTIR DA DÉCADA DE 1930

[Cristian Arnecke Schröder](#)

[Adrielli Santos de Santana](#)

[Carlos Eduardo Ribeiro Santos](#)

[Lessí Inês Farias Pinheiro](#)

DOI 10.37572/EdArt_2906213925

CAPÍTULO 6 90

WIRIKUTA Y XOCHICALCO: UN ANÁLISIS COMPARATIVO DE LA LUCHA DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS POR EL PATRIMONIO BIOCULTURAL

Coral Giseth García Haj
Armando Sánchez Albarrán

DOI 10.37572/EdArt_2906213926

CAPÍTULO 7 104

LA ORDENACIÓN TERRITORIAL Y LAS FUENTES RENOVABLES DE ENERGÍA

María Rodríguez Gámez
Antonio Vázquez Pérez
Wilber Manuel Saltos Arauz
Guillermo Antonio Loor Castillo
Carlos Gustavo F. Villacreses Viteri

DOI 10.37572/EdArt_2906213927

CAPÍTULO 8 117

PLANIFICACIÓN ESTRATÉGICA TERRITORIAL EN RELACIÓN DEL PLAN ESTRATÉGICO DE ROSARIO, ANÁLISIS TEÓRICO Y METODOLÓGICO

Elián Gabriel Babini

DOI 10.37572/EdArt_2906213928

CAPÍTULO 9 138

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A ANÁLISE DA DINÂMICA DO DISTRITO INDUSTRIAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SERGIPE

Elmer Nascimento Matos
Daniela Mércia Santos
Wesley Santos

DOI 10.37572/EdArt_2906213929

CAPÍTULO 10 158

MAR DEL PLATA: TRANSFORMACIONES EN SU GEOGRAFÍA URBANA A INICIOS DEL SIGLO XXI: PLANIFICACIÓN ESTRATÉGICA, SEGURIDAD Y ESPACIO PÚBLICO

Alberto Roque Villavicencio

DOI 10.37572/EdArt_29062139210

CAPÍTULO 11..... 173

CORPO CAIÇARA E SUAS RAÍZES

[Bruno Tavares Magalhães Macedo](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139211

CAPÍTULO 12..... 189

PERSPECTIVA DE LA RELACIÓN TERRITORIAL Y DE LOS PROCESOS HISTÓRICOS.
¿QUÉ NOS NARRA LA EDUCACIÓN? LA VERDAD COMO ELEMENTO DE
LIBERACIÓN

[Yetko Alexander Sierra Maira](#)

[Ulises Mauricio Díaz Sánchez](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139212

CAPÍTULO 13..... 201

RIO SÃO FRANCISCO, AS ÁGUAS ENCANTADAS E O DESENCANTO COM A
TRANSPOSIÇÃO

[Loreley Gomes Garcia](#)

[Mayrinne Meira Wanderley](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139213

CAPÍTULO 14..... 217

ACTITUDES DE LOS ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS HACIA EL MEDIO AMBIENTE.
UNA EXPERIENCIA INNOVADORA EN EL CAMPO DE LAS CIENCIAS AMBIENTALES

[Macarena Esteban Ibáñez](#)

[Luis Vicente Amador Muñoz](#)

[Francisco Mateos Claros](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139214

CAPÍTULO 15..... 228

LA GUERRA FRÍA ENTRE IRÁN Y ARABIA SAUDÍ Y LA RECONFIGURACIÓN DE
ORIENTE MEDIO

[Ignacio Álvarez-Ossorio](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139215

CAPÍTULO 16..... 241

LA MIRADA CONSERVADORA DEL FRENTE POPULAR DESDE PROVINCIAS: PUENTE ALTO 1938-1941

[Reinaldo Hernández Catalán](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139216

CAPÍTULO 17 251

TENDIENDO PUENTES ENTRE DATACIÓN Y ARQUEOLOGÍA

[Christopher Duarte](#)

[Roberto Bracco Boksar](#)

[Ofelia Gutiérrez](#)

[Daniel Panario](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139217

CAPÍTULO 18..... 260

WORK DESIGN NA PERSPECTIVA DE GESTORES E NÃO-GESTORES: CARACTERÍSTICAS DA TAREFA

[Silvana Regina Ampessan Marcon](#)

[Lília Aparecida Kanan](#)

[João Ignacio Pires Lucas](#)

[Magda Macedo Madalozzo](#)

[Sabrina Goettert Britto](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139218

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 282

ÍNDICE REMISSIVO 283

CAPÍTULO 1

TRANSFORMACIONES AGRARIAS Y NUEVOS PAISAJES RURALES EN EL MUNICIPIO DE YECLA (ESPAÑA)

Data de submissão: 22/04/2021

Data de aceite: 11/05/2021

Francisco José Morales Yago

Universidad Nacional de Educación a
Distancia
Madrid, España

<https://orcid.org/0000-0003-0089-6567>

RESUMEN: España es miembro de Unión Europea y practica una Política Agraria Común (PAC) iniciada en 1986, orientando la actividad agraria hacia un nuevo modelo productivo. Los tradicionales cultivos asociados a la trilogía mediterránea (cereal, viñedo y olivo), están siendo sustituidos por cultivos denominados intensivos, dirigidos a la venta en mercados internacionales. El análisis espacial y estadístico, así como la elaboración de cartografía, nos permiten comprobar el descenso de forma continuada de la superficie dedicada a cultivos tradicionales en el término municipal de Yecla (Murcia), siendo sustituidos por el cultivo de verduras y frutas, productos de gran rentabilidad inmediata por la generación de precios competitivos. El excesivo consumo hídrico o la proliferación de plásticos difícilmente reciclables, así como el empleo de una mano de obra en condiciones socio-

laborales muy precarias, son algunas de las principales consecuencias detectadas.

PALABRAS CLAVE: Nueva agricultura. Sostenibilidad. Cultivos. Regadíos. Superficie agraria.

AGRICULTURAL TRANSFORMATIONS AND NEW RURAL LANDSCAPES IN THE MUNICIPALITY OF YECLA (SPAIN)

ABSTRACT: Spain is a member of the European Union and practices a Common Agricultural Policy (CAP) initiated in 1986, orienting agricultural activity towards a new production model. The traditional crops associated with the Mediterranean trilogy (cereal, vineyard and olive tree), are being replaced by so-called intensive crops, aimed at sale in international markets. The spatial and statistical analysis, as well as the elaboration of cartography, allow us to verify the continuous decrease of the surface dedicated to traditional crops in the municipality of Yecla (Murcia), being replaced by the cultivation of vegetables and fruits, products of great immediate profitability by generating competitive prices. Excessive water consumption or the proliferation of plastics that are difficult to recycle, as well as the employment of a labor force in very precarious socio-labor conditions, are some of the main consequences detected.

KEYWORDS: New agriculture. Sustainability. Crops. Irrigation. Agricultural area.

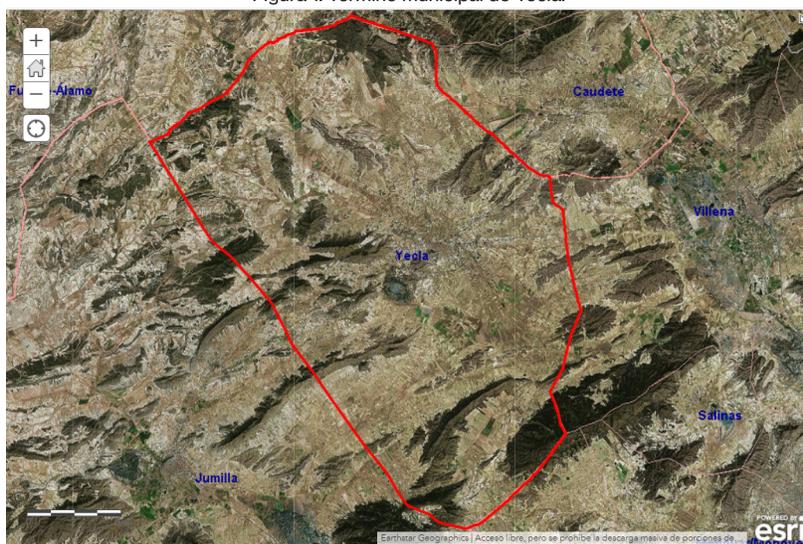
1 EL ESPACIO AGRARIO EN YECLA: TRANSFORMACIONES ACTUALES

El municipio de Yecla tiene una superficie de 607.7 Km² y se localiza en los 38° 37' latitud Norte y 1° 7' longitud Oeste, pertenece a la comarca del Altiplano (Morales, 1972) en el extremo norte de la Región de Murcia, que a su vez se encuentra al Sureste de la Península Ibérica. Está a una altitud media de 600 metros sobre el nivel del mar, aunque próximo al mismo (menos de 70 km en línea recta a la costa de Alicante) con un clima mediterráneo de rasgos continentales, lo que incide en unas temperaturas más parecidas a las vecinas tierras de Castilla-La Mancha que al límite valle del Vinalopó. Se caracteriza por veranos calurosos, aunque no demasiado prolongados e inviernos fríos con una media en enero de menos de 10° y un régimen de lluvias escaso, menos de 350 mm/anuales concentrados generalmente en las estaciones de otoño y primavera.

Tradicionalmente la comarca de Yecla-Jumilla ha mantenido una actividad declarada vocación agrícola, casi exclusiva, y en menor medida ganadera. Dadas las características agroclimáticas destaca el cultivo de la trilogía mediterránea (viñedo, cereal y olivo), siendo este sector, el principal motor económico de esta población durante muchos siglos (Palao, 1962), de ahí que cuando las cosechas eran abundantes el bienestar de los vecinos estaba asegurado, mientras que en los periodos de malas cosechas, la precariedad y abandono de las tierras suponían los aspectos más relevantes (Jiménez, 1865).

La roturación de nuevas tierras (Soriano, 1972) junto al incesante intento de alumbrar nuevas aguas para el abastecimiento humano (Blázquez, 1987) y el regadío de unos campos sedientos, ha sido una constante en el devenir de este espacio geográfico de transición entre el litoral mediterráneo y la submeseta manchega (Morales, 2003).

Figura 1. Término municipal de Yecla.



Fuente: Elaboración propia con ArcGIS Online.

Sin embargo, esta situación de predominio de la actividad agrícola, cambió a mediados del siglo XX, momento en el cual se produjo un fuerte impulso industrializador, fomentado por la implantación de la industria del mueble y afines (Morales, 2005), produciéndose cambios en las formas de explotación de la tierra hacia una agricultura más intensiva, abandono de las explotaciones menos rentables, aumento de las superficies de regadío y traspaso de la población del campo al núcleo urbano como mano de obra industrial (Morales, 2008). Esta realidad permaneció varias décadas, aunque en estos últimos años del siglo XX y comienzos del siglo XXI se está produciendo una nueva realidad en la actividad agraria en Yecla con la búsqueda de mayor productividad a través de maquinaria sofisticada, aplicación de nuevas técnicas de cultivo, extensión de regadíos y adaptación de nuevos cultivos que han sustituido a los tradicionales y están ofreciendo una nueva puesta en valor del espacio agrario yeclano como espacio agrícola emergente (Silva, 2002).

Tampoco destacamos la influencia ejercida por la entrada de nuestro país en la Unión Europea (Cánoves, Herrera y Blanco, 2005) y la llegada de la Política Agraria Común (PAC) que tanto han repercutido en la toma de decisiones a la hora de extender o recortar los cultivos, así como una política de subvenciones que ha contribuido al abandono de cultivos tradicionales y el surgimiento de otros nuevos (Catroux et al, 1982).

Estas novedades están provocando importantes transformaciones en el paisaje como son los cambios en el trazado parcelario, creación de nuevas redes de caminos o la aparición de actividades terciarias, como el turismo rural (Duboscq, 2010) y enológico (Monnier, 2010), basadas en la aparición de alojamientos y enoturismo (Alonso, 2003) y en menor medida, la propia contemplación del paisaje en determinadas épocas del año (López y Sánchez, 2008) o la admiración de un patrimonio cultural (Velasco, 2009) y etnográfico relevante (Cánoves, Herrera y Villarino, 2005).

La llegada de la globalización también ha supuesto una apertura de mercados, el desarrollo del transporte y la venta de productos alimentarios, que ha crecido enormemente posibilitando el abastecimiento de víveres a cualquier parte del mundo en un tiempo acelerado, mejorando la competitividad de este espacio y la aparición de importantes empresas dedicadas al transporte urgente de frutas y verduras por todo el continente europeo con un celeridad sorprendente, que merecen una visita para conocerlas (Zárate, 2010).

2 OBJETIVOS

Se aborda aquí un estudio de caso correspondiente al término municipal de Yecla (Murcia), con la finalidad de evidenciar el retroceso del viñedo y otros cultivos tradicionales

en favor del incremento de las frutas y verduras, así como las consecuencias ambientales que este hecho conlleva.

Para ello, se abordará el estudio del espacio agrícola y las recientes transformaciones derivadas del cambio de cultivos, pasando de una agricultura tradicional basada en el cultivo del cereal, vid y olivo, con las cosechas muy condicionadas por la presencia o no de lluvias y otros agentes meteorológicos, hacia una agricultura de cultivos intensivos, de temporada, teóricamente de una mayor rentabilidad, pero al mismo tiempo con un gran impacto sobre la configuración del paisaje y un gasto de agua excesivo para las posibilidades de un territorio cuya única fuente de abastecimiento son los acuíferos, que tienen un bajo índice de recarga anual (unos 320 mm²/anuales) y con un desgaste de tierras acostumbradas a técnicas de barbecho, que ahora son fertilizadas para evitar plagas con productos químicos u otros componentes de los que todavía no se conocen sus consecuencias. Además se estudiará, mediante la explotación de datos estadísticos, el importante cambio socio-profesional que supone la actividad agraria frente a otros sectores de actividad económica como serían la industria, la construcción y los servicios, y la problemática social sobrevenida con la llegada de trabajadores para dedicarse a las tareas de los nuevos cultivos, que son generalmente de origen extranjero, con una baja cualificación profesional, percibiendo unos salarios bajos y unas jornadas de trabajo que muchas veces exceden el convenio colectivo, y no siempre con una justificación suficiente por los tiempos que exige la recolección. Desde el punto de vista retributivo las horas extras se encuentran escasamente compensadas y a veces se realizan trayectos diarios que pueden superar las tres horas entre la ida y la vuelta a los domicilios de los trabajadores que vienen desde otras ciudades de la Región y que conduce a hablar de vulnerabilidad rural (Flores, 2002).

3 METODOLOGÍA

Planteamos una metodología mixta que combina junto a la necesaria búsqueda documental (textos e imágenes), estadística y bibliográfica relevante, un trabajo de campo que ha consistido en examinar el espacio objeto de estudio, así como un trabajo de observación en el que se tomó cuenta las transformaciones producidas a lo largo del tiempo y su desarrollo territorial. También se muestra a través de la cartografía los resultados obtenidos más relevantes.

La información suministrada por el Consejo Regulador de la Denominación de Origen Yecla ha sido decisiva para el enriquecimiento del trabajo, a través de la

obtención de datos tan básicos como la evolución del número de hectáreas de cultivo. Los instrumentos imprescindibles en la búsqueda de información han sido la utilización del Catastro de Rústica y diversos datos proporcionados a través del INE y el Anuario Estadístico de la Región de Murcia elaborado por la Consejería de Hacienda de dicha Comunidad Autónoma. También se han tenido en cuenta el Avance del Plan General de Ordenación Urbana Municipal (PGOU) aprobado en 2015, que ha fijado las directrices de urbanización del espacio geográfico de la ciudad y su entorno municipal. Para la elaboración cartográfica se ha utilizado la aplicación «Cartomur», diseñada por la Consejería de Urbanismo y Obras Públicas de la Región de Murcia, así como el sistema de información geográfica en la nube, la SIGWeb ArcGIS Online de la empresa ESRI, también se han utilizado las imágenes del Plan Nacional de Ortofotografía del IGN, a través de su visor Iberpix y Google Earth.

Finalmente, se han realizado varias fotografías que muestran la evolución del paisaje agrario, constituyendo una demostración gráfica de los grandes cambios generados antes de la llegada de las políticas agrarias de la U.E. y la extensión de los mercados de exportación que cada vez resultan más globales y competitivos.

4 RESULTADOS Y DISCUSIÓN

4.1 TRANSFORMACIONES EN EL PAISAJE

La mayoría de los paisajes agrícolas de Yecla han estado dominados hasta finales del siglo XX por amplias extensiones de vid, así como por olivos y almendros (estos últimos en menor medida). Los cereales (trigo, centeno y cebada) y barbechos, empleando técnicas como “año y vez” o rotación trienal, se han ubicado sobre todo en el norte del municipio o espacio denominado: “Campo Arriba”, que es donde más extendidos han estado los cultivos de secano, mientras que en la periferia del casco urbano y la zona sur o “Campo Abajo” el predominio del regadío ha estado más implantado. En general, el término municipal se encuentra muy antropizado, ya que la actividad agrícola existe desde al menos la época Romana (Ruiz y Muñoz, 1986), y todavía hoy cuenta con un alto índice del suelo dedicado a tareas agrícolas (Tabla 1), de hecho en 2017, el porcentaje de tierras dedicadas a la agricultura (labradas y no labradas) alcanzaba un 79,8%, ligeramente superior a los datos del censo agrario de 1962, con un 69,6% del total de hectáreas cultivadas en el término municipal.

Tabla 1. Evolución de la superficie total de las explotaciones agrarias censadas.

Año	Tierras Labradas	%	Tierras no labradas	%	Tierras agrarias obre el total del término municipal (ha)	% del total de ha cultivadas del término municipal
1962	-----	----	-----	----	42.156	69,6
1972	37.628	62,1	17.231	28,4	54.859	90,5
1982	33.228	54,8	20.140	33,2	53.368	88,1
1989	25.562	42,2	20.895	34,5	46.457	76,7
2010	44.671	58,1	9.450	15,6	54.221	89,2
2017	33.291	54,7	15.194	25,01	48.485	79,8

Fuente: Anuario estadístico de la Región de Murcia

En el periodo de 2010-2017, se observa una tendencia a la aparición de cultivos de temporada, generalmente de regadío con un aumento significativo en las plantaciones de hortalizas (se pasa de 265 ha en 2010 a 1.270 ha en 2017). Entre estas nuevas variedades de hortalizas aumentan de forma espectacular la coliflor y el brócoli pasando de 98 ha en 2010 a 380 ha en 2017 o la lechuga de 49 ha en 2010 a 581 ha en 2017. Es un cambio de cultivos importante, ya que muchos de ellos hace apenas una década nunca se habían cultivado en el término municipal y ahora son una nueva realidad cada vez más palpable que va en detrimento de los cultivos tradicionales (Pulido et *alt.* 2011).

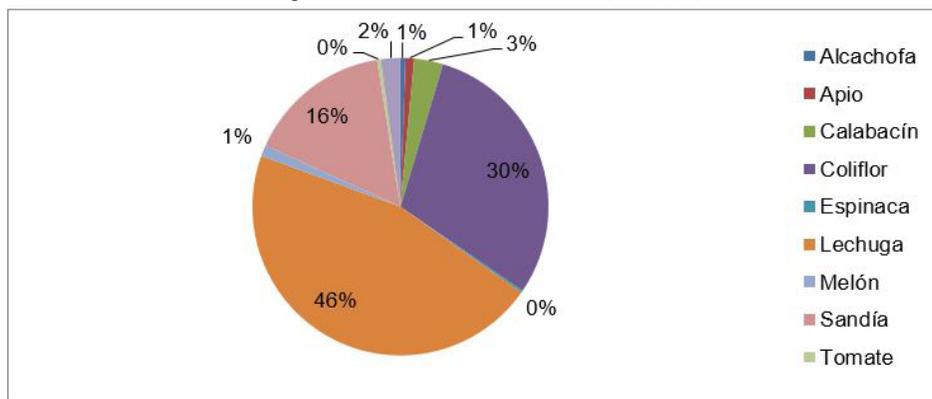
Tabla 2. Evolución de cultivos (2010-2017)

	2010		Total	2017		Total
	Secano	Regadío		Secano	Regadío	
	35.505	9.166	44.671	23.562	9.729	33.291
Herbáceos	15.118	7.995	23.113	12.660	8.152	20.812
Hortalizas	0	265	265	0	1.270	1.270
Coliflor y brocoli	0	98	98	0	380	380
Lechuga	0	49	49	0	581	581
Leñosos	12.036	6.581	18.597	8.400	5.586	13.986
Almendros	1.902	660	2.562	2.242	862	3.104
Olivar	2.999	848	3.847	2.538	785	3.323
Viñedo	7.135	5.053	12.188	3.620	3.939	7.559

Fuente: Anuario estadístico de la Región de Murcia

Dentro de las 1270 ha dedicadas a las hortalizas en el año 2017, aparte de las reseñadas en el cuadro anterior, que lógicamente son las más abundantes (coliflor y lechuga) también podemos destacar otras variedades como: alcachofas, apio, calabacín, espinaca o frutas como el melón, sandía o también el tomate (Figura 2). Es necesario subrayar que este tipo de cultivo era escaso o casi inexistente en Yecla anteriormente, únicamente se cultivaban melón y sandía para el autoconsumo.

Figura 2. Cultivos Herbáceos en Yecla (2020) (ha)

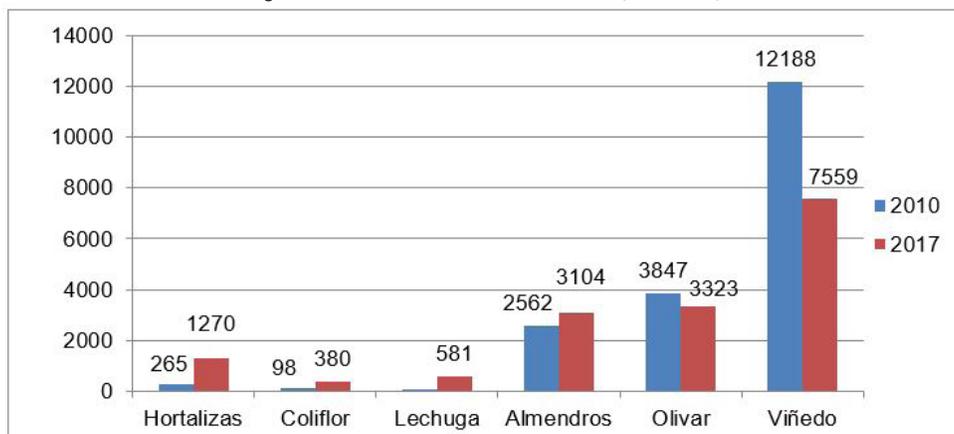


Fuente: Estadística Agraria Regional de la CARM.

De este modo, los cultivos de temporada crecen en ocho años un 541%, los cultivos tradicionales leñosos decaen en un 32,96%, especialmente el viñedo, que en tan sólo una década ha pasado de 12.188 ha a 7.559 ha, lo que pone en alerta al Consejo Regulador de la denominación de Origen y al resto de agricultores que están asistiendo a una importante bajada en la producción de vinos en un momento en que la competencia por la venta de este producto es muy intensa y la apertura hacia mercados exteriores como EE.UU. y Canadá en el continente americano, o Japón y China en Asia son zonas emergentes con una gran proyección en la compra de vinos europeos y, por supuesto, yeclanos, aunque también estos procesos aparecen en otros espacios como en la comarca de Requena-Utiel (Torres y Gadea, 2013).

Entre los cultivos tradicionales de secano, la caída menos proporcionada es la del cultivo del olivo y se produce un ligero aumento del almendro (Figura 3). Otros cultivos frutales tradicionales en el término municipal sufren un retroceso de las hectáreas plantadas, como es el caso del peral que pasa de 173 (2010) a 45 ha (2017); el melocotonero que pasa de 199 a 157 ha en los mismos años indicados anteriormente, mientras que el ciruelo está ya casi abandonado con una sola ha en 2017 desde las 23 ha con las que contaba en 2010.

Figura 3. Evolución de los cultivos en Yecla (2010-2017)



Fuente: Estadística Agraria Regional de la CARM.

Desde el punto de vista morfológico, se aprecian importantes cambios en el trazado parcelario y por tanto en la estructura general de la propiedad, en general se unen parcelas para acomodar la entrada de una intensa mecanización, se extienden las redes de instalación de regadío, generalmente en la modalidad de localizado por goteo, procediendo a la instalación de grandes masas de plástico, que preservan los cultivos de eventuales heladas que pueden sobrevenir en los meses de primavera y otoño. Existe un gran contraste entre las tradicionales parcelas en forma longuera, en donde se cultiva el viñedo y las nuevas parcelas en estructura rectangular o cuadrada, se observa el color verde debido a los regadíos y las balsas de riego construidas para almacenar agua, que al estar si cubrir registran grandes pérdidas de agua por evaporación, el contraste entre secano/regadío es muy sugerente (Figura 4), también se observa en la imagen de 2017 la construcción de la autovía A-33 y su impacto en el territorio.

Figura 4. Contraste entre el trazado parcelario de cultivos tradicionales y nuevos.



Fuente: Iberpix, imágenes del PNOA (1957 y 2017)

Aprovechando los glaciares en el piedemonte se roturaron las tierras para dedicarlas básicamente al cultivo de viñedo y olivos, con el paso del tiempo estas tierras han sido transformadas en la década de los 70-80 del siglo XX en cultivos de frutales como: manzanos, peral y melocotonero y actualmente se están transformando en cultivos extratempranos.

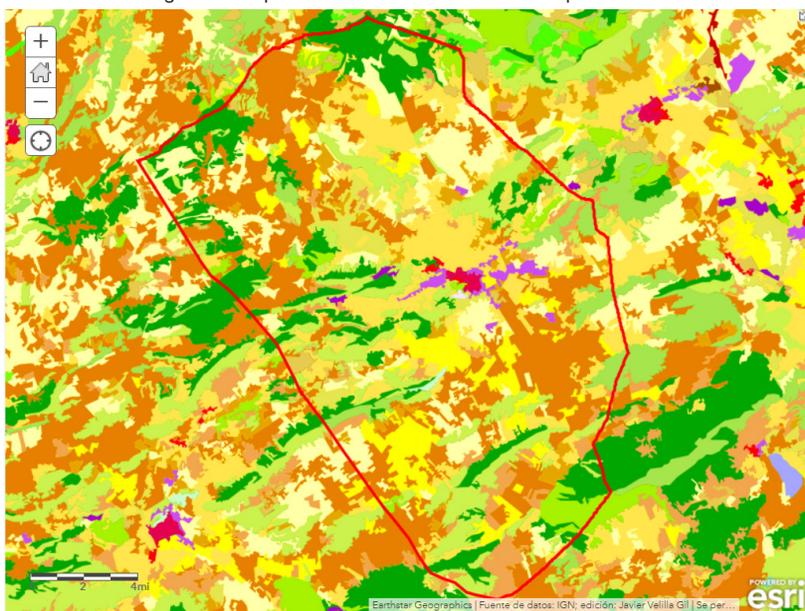
A través de las figuras 5 (ocupación del suelo en el espacio estudiado) y la figura 6 en el término municipal de Yecla podemos observar la irrupción de los nuevos cultivos, aunque todavía son incipientes en cuanto al volumen de ocupación no dejan de ser significativa su ocupación en los terrenos de mayor fertilidad y posibilidades hídricas.

Figura 5. Ocupación del suelo del espacio estudiado



Fuente: Iberpix, CORINE (2017)

Figura 6. Ocupación del suelo del término municipal de Yecla



Fuente: Iberpix, CORINE (2017)

Se aprecia el cultivo de secano tradicional de viñedo en el valle corredor existente entre la Sierra del Serral y la de Salinas (Figura 7), el cual está siendo sustituido por la llegada de cultivos “extratempranos”, para ello ha sido necesaria la instalación de grandes balsas que acumulan agua procedente de los pozos de extracción localizados en la misma zona.

Respecto al nivel de extracción de los acuíferos en esta zona está por debajo de los 300 metros. Es este sentido es importante indicar el dato de que los pozos situados en el paraje como El Serral o Pajonares extraían agua hace dos décadas a una profundidad de menos de cien metros, ahora lo hacen alrededor de los trescientos, incluso alguno de ellos ha tenido que cerrarse bien por salinización extrema o por falta de caudal en la extracción, con posibilidades de agotamiento evidentes. Esto vuelve los ojos al derogado trasvase del Ebro al Segura, ya que por este valle-corredor estaba planificado un canal de agua, que habría sido vital para el sostenimiento de este espacio, que desde el punto de vista agronómico tiene una gran potencialidad, por la existencia de unos suelos fértiles. También la búsqueda de una agricultura hidropónica o el aumento de la investigación en nuevas técnicas de regadío serían soluciones adecuadas para administrar más eficientemente la utilización del agua.

Figura 7. Construcción de balsas de riego en Paraje del Serral



Fuente: Google Earth. (2020)

Las dos fotografías siguientes visualizan estos cambios producidos en el término municipal, en la fotografía 1 se observa un espacio de viñedo en el paraje del Arabí, se trata de una plantación de uva variedad monastrell generadora de unos vinos de gran calidad, que son producidos por Bodegas Castaño, la mayoría exportados al mercado internacional de países de Oriente. En la fotografía 2, se aprecian las transformaciones de estos viñedos en cultivo de temporada como es el brócoli, se pasa así de una agricultura

de secano al necesario regadío, a través de tuberías procedentes de aguas extraídas del subsuelo. Las ayudas ofrecidas por la U.E., a través de la PAC han sido determinantes en la toma de decisiones de los agricultores, que en muchos casos tras el cobro de la subvención por el arranque han arrendado las tierras a empresas foráneas para la práctica de estos nuevos cultivos (Rico, 2006).

Fotografía 1. Viñedo tradicional



Fuente: El periódico de Yecla (2019)

Fotografía 2. Cultivo de brócoli



Fuente: El periódico de Yecla (2019)

4.2 REPERCUSIONES EN EL MERCADO DE TRABAJO DE LA NUEVA AGRICULTURA EXTRATEMPRANA

El trabajo en el campo se caracteriza por ser precario debido a su temporalidad y débilmente remunerado, por tanto, atrae a sectores de la población poco o nada cualificados, que por su situación tienen poca aspiración a encontrar trabajos más estables y reconocidos. Si comparamos datos de todos los sectores económicos entre dos variables: la afiliación a la Seguridad Social y el porcentaje de inscritos en la oficina del INEM ambas variables representan el mismo porcentaje, la única excepción es el sector agrario en donde los parados (5,03%) son mucho más porcentualmente que los afiliados a la Seguridad Social (3,7%) (Tabla 3), lo que se traduce en la existencia de un trabajo en el medio rural no legalizado dentro de un empleo desarrollado en forma de temporadas con una especial bajada de actividad en invierno, cuando apenas existe recogida de cosechas. Sin que exista una estadística relacionado con este tema intuimos, por observación, que existe un movimiento pendular de población hacia el término municipal. Se trata de trabajadores procedentes de otras comarcas de la Región que son transportados, generalmente en autobuses o furgonetas y que en muchos casos no reúnen los pertinentes permisos de trabajo, además de tratarse de una mano de obra que perciben salarios por debajo de lo estipulado por convenio y con el agravante de realizar horas extras que raramente son pagadas o cuando se hace se intuye que lo son

con sueldos muy bajos, aunque arroja datos cualitativos, una declaración efectuada por el Colectivo “Salvemos el Arabi y comarca” (<http://salvemoselarabi.blogspot.com/>) insisten en la defensa de la tierra del uso intensivo y las condiciones de precariedad laboral, caso que también se puede trasladar a otros espacios de la Región de Murcia como la Vega media del Segura (Ramírez et Alt, 2013) o Campo de Cartagena (Bouazzaoui, 2002).

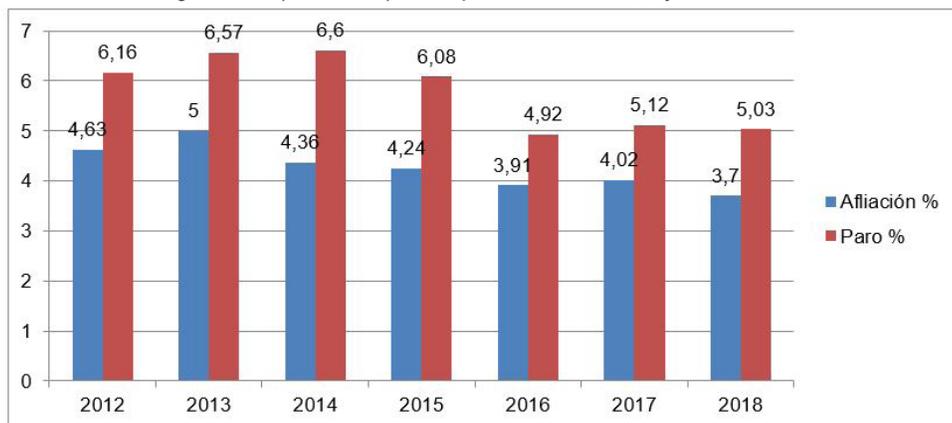
Tabla 3. Comparativa de afiliación a la Seguridad Social en agricultura y tasas de desempleo en Yecla (2012-2018).

Año	Nº de afiliados	% de afiliados en agricultura sobre el total de afiliados	Número de parados en agricultura	% paro en agricultura sobre el total de parados
2018	484	3,70	142	5,03
2017	496	4,02	150	5,12
2016	462	3,91	151	4,92
2015	469	4,24	221	6,08
2014	464	4,36	280	6,60
2013	519	5,00	303	6,57
2012	527	4,63	295	6,16

Fuente: Estadística Regional de la CARM

La evolución de la relación entre el porcentaje de afiliación a la Seguridad Social y el paro existente en la actividad agrícola en la localidad se refleja en la figura 8.

Figura 8. Comparativa del porcentaje de Afiliación a la S.S. y Tasa de Paro.



Fuente: Estadística Regional de la CARM

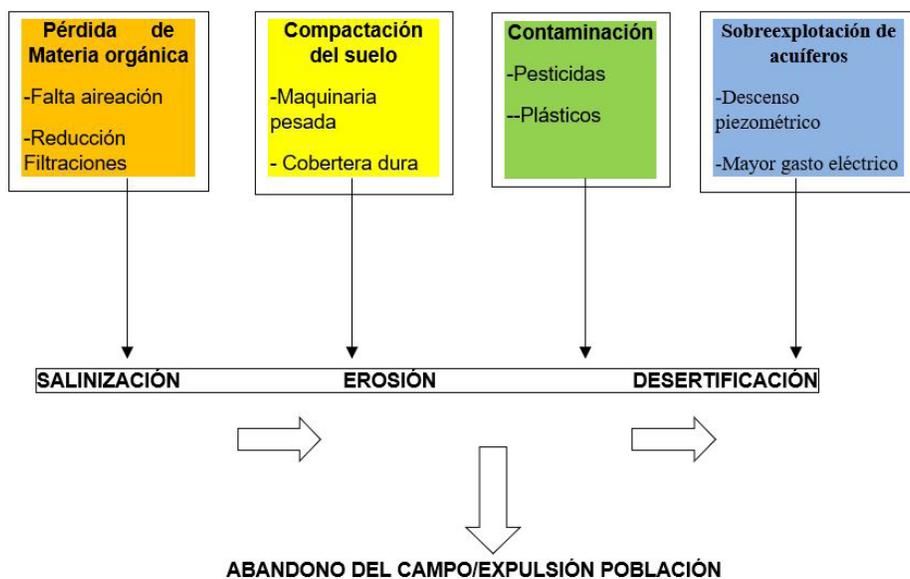
4.3 IMPACTOS NEGATIVOS MEDIOAMBIENTALES DE LA NUEVA AGRICULTURA EXTRATEMPRANA

Las prácticas agrarias incorrectas (de manejo de las tierras, de fertilización, de transformaciones de usos, etc.) no acordes con el entorno, no sólo tienen un impacto muy

negativo para el medio ambiente (Furrer, Gupta y Stauffer, 1983), sino que además pasan a convertirse en una auténtica amenaza para la salud ambiental y poblacional (Mataix, 2001) y son penalizadas por la normativa comunitaria que exige prácticas agrarias compatibles con el medio ambiente y que incluso ha conducido a legislar por la administración pública ante problemas tan graves como lo sucedido en el Mar Menor (Decreto Ley 1/2017).

Por ello, es necesaria e imprescindible la observación de este tipo de agricultura intensiva (o agricultura industrial), cuya única preocupación es la de producir una gran cantidad de alimentos o de otros productos, sin tener en cuenta los impactos y la retroalimentación negativa que esta práctica supone. Hemos señalado algunos aspectos en la figura 9 sobre la cara negativa de la agricultura intensiva.

Figura 9. Efectos negativos de la agricultura extratemprana en Yecla.



Fuente: Elaboración propia

Otros aspectos problemáticos de esta agricultura lo señalamos en la fotografía 3, donde se observa algo que se debería evitar como son las roturas de tuberías o el descontrol del regadío, estas pérdidas de agua se deben evitar a toda costa en este espacio geográfico, ya que la escasez de agua es una amenaza permanente y crónica.

La problemática generada por el uso de plásticos para cubrir los cultivos, es otro aspecto medioambiental a destacar, en muchas ocasiones no se recogen quedando en superficie y contaminado el suelo con su lenta degradación (Fotografía 4), afectando el lixiviado o proceso de descomposición y disolución de estos residuos, que absorbidos por el suelo contaminarían los diferentes estratos e incluso pueden llegar a los acuíferos

generando una importante vulnerabilidad y por tanto un uso insostenible de la tierra (Haberli et *alt.*, 1991). Este problema sería evitable, si se utilizaran plásticos biodegradables, de un coste mayor, en la mayoría de los casos se emplean plásticos que al no recogerse permanecerán mucho tiempo en superficie y con el tiempo disminuyen la porosidad del y obstaculizan la circulación del aire, cambiando las comunidades microbianas y, potencialmente se reduce la fertilidad de las tierras de cultivo e incluso perjudicando el estado de los acuíferos el infiltrase sustancias tóxicas (Hernández, 2018).

Fotografía 3. Derroche de agua



Fuente: El periódico de Yecla (2019)

Fotografía 4. Plástico en superficie



Fuente: El periódico de Yecla (2019)

Todo esto sin entrar a fondo en el tema de la utilización de semillas modificadas genéticamente (los llamados transgénicos u OGM), aunque suponen un avance importante en la aceleración de los ciclos de fertilidad de las plantas, también repercuten en la producción de cosechas abundantes y un incremento de la productividad distinto a la denominada “agricultura ecológica” pero en teoría con la producción de alimentos más sanos, con un sabor y aroma más auténtico.

5 CONCLUSIONES

La agricultura ha sido durante siglos la principal fuente de riqueza y empleo en este espacio del norte de Murcia, la roturación de las tierras, la incesante búsqueda de agua para sofocar la escasez de precipitaciones o el intento de obtener una mayor productividad han permanecido constantemente en la actividad agraria. La llegada de maquinaria sofisticada, el avance en la capacidad de extraer agua del subsuelo y la instalación de multinacionales sujetas a las demandas de un mercado global muy competitivo, están provocando que las mejores tierras del término municipal se estén transformando desde los cultivos tradicionales como el viñedo, cereal u olivo hacia cultivos de temporada mucho más rentables y con una gran productividad debida a las

inversiones efectuadas en redes de regadío, fertilización química o unos costes de mano de obra bajos debido a la contratación de personas que, por su situación, en muchos casos irregular, en nuestro país son poco reivindicativas y están sometidas a la presión de obtener un salario aunque sea bajo para poder subsistir.

Siguiendo los diferentes apartados del trabajo se observa como las consecuencias de la nueva agricultura está provocando sobre el medio un desgaste progresivo de suelos y un acelerado agotamiento de los acuíferos.

Sería necesario e imprescindible controlar y poner límites a la extensión en esta forma de explotar la tierra, y favorecer una producción integrada, agricultura ecológica o biológica, en donde se respete el ritmo de los cultivos, se contemple la sostenibilidad de los recursos hídricos y se respete un trabajo digno para las personas que trabajan directamente estas tierras.

Los cultivos tradicionales son altamente compatibles con las características de este espacio y la mejor solución para un mantenimiento de las tierras, que deberán heredar futuras generaciones, en una forma de trabajar y cuidar la tierra respetuosa con el medio ambiente, por ello se precisa el control en la utilización de productos químicos (abonos, pesticidas, herbicidas, etc.) y el equilibrio en el uso del agua considerando la capacidad de recarga de los acuíferos.

La llegada de la agricultura extratemprana ha supuesto un importante aumento de la diversidad de cultivos, de especies nunca vistas en estos espacios y, por tanto, la aparición de nuevos controles de plagas y técnicas de laboreo importadas de otros espacios de la Región de Murcia como podrían ser El Campo de Cartagena o las huertas de Lorca, también el uso de nuevos abonos químicos y orgánicos, es una realidad frente a la tradicional agricultura mediterránea de la vid, el olivo, el almendro y el cereal.

Las políticas de la Unión Europea al subvencionar el arranque de viñedo o la imposición de cupos ante el excedente de cereales está fomentado la agricultura extratemprana y reordenando un espacio agrario en el que peligran las buenas prácticas ambientales, lo que no supone un avance social en calidad de empleo y amenaza con dificultar la protección del Medio Ambiente y el cumplimiento de algunos de los objetivos de desarrollo sostenible fijados por la ONU en 2015 y que alejan su implantación plena que fija el límite temporal para el cada vez más cercano año 2030.

BIBLIOGRAFÍA

Alonso Santos, J.L. (2003): «Redes y procesos de innovación en las comarcas vinícolas de Castilla y León: el ejemplo de la D.O. Bierzo». *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles* 36, 43-60. <https://www.age-geografia.es/ojs/index.php/bage/article/view/457/428> (consulta: 18/3/2019)

- Blázquez Miguel, J. (1987): *Yecla en tiempos de Felipe II (1556-1598)*. Excmo. Ayuntamiento de Yecla. 137 págs.
- Bouazzaoui, F. (2002): La inmigración marroquí en España: situación en el origen e inserción en el destino. Universidad Politécnica de Cartagena, Trabajo de Fin de Grado. <http://repositorio.upct.es/bitstream/handle/10317/3016/tfg108.pdf?sequence=1&isAllowed=y> (consulta: 30/4/2019)
- Cánoves, G., Herrera, L., Villarino, M. (2005): «Turismo rural en España: paisajes, nuevos usos y nuevas visiones». *Cuadernos de Turismo* 15,63-76. <https://revistas.um.es/turismo/article/view/18511> (consulta: 25/4/2019)
- Cánoves, G., Herrera, L., Blanco, A. (2005): «Turismo rural en España: un análisis de la evolución en el contexto europeo». *Cuadernos de Geografía* 77, 41-58. https://www.uv.es/cuadernosgeo/CG77_041_058.pdf (consulta: 25/4/2019)
- Catroux, G.Ch.; Guptas, J.E.; Haan, H; Hall, J.; Suess, A. y Williams, J.H. (1982): Publisher by Commission of the European Communities. Document Nr SL/82 (82 XII/Env/35/82, 73 pp.
- Decreto Ley 1/2017 de 4 de abril, de medidas urgentes para garantizar la sostenibilidad ambiental en el entorno del Mar Menor.
- Duboscq, M.CH. (2010): «La comercialización del enoturismo en Francia». *Libro de actas del 2º Congreso Europeo de Turismo Industrial*. Toledo 2008, 186-191.
- Flores Verdejo, R. (2002): «Vulnerabilidad del espacio rural y estrategias para reducirla». *Perspectivas Rurales Nueva Época*, 6 (11-12), 225-240. Recuperado a partir de <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/perspectivasrurales/article/view/3589>
- Furrer, O.J.; Gupta, S.K. y Stauffer, W. (1983): «Sewage sludge as a source of phosphorus and consequences of phosphorus accumulation in soil». *Third International Symposium on Characterization and Utilization of Sewage Sludge. Brighton (U.K.)*, 279-293. <http://agris.fao.org/agris-search/search.do?recordID=US201301476420> (consulta: 25/4/2019)
- Haberli, R., Luscher, C., PraplanChastonay, B., Wyss, C. (1991): L'affaire sol. Pour unepolitiqueraisonnée de l'utilisation du sol. Rapport final du programme national de recherche "Utilisation du sol en Suisse" (PNR 22), Georg Editeur, Geneva, Switzerland.
- Hernández, D. (2018): La contaminación de acuíferos. <https://geologicalmanblog.wordpress.com/2018/03/28/contaminacion-de-acuiferos/> (consulta 28/05/2019)
- Jiménez Rubio, P. (1865): *Memoria de apuntes para la historia de Yecla*. <http://www.cervantesvirtual.com/obra/memoria-de-apuntes-para-la-historia-de-yecla-0/> (consulta: 25/4/2019)
- López, T.J., Sánchez, S.M. (2008): «La creación de productos turísticos utilizando rutas enológicas». *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. 6 (2), 159-171. doi: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2008.06.013> (consulta: 25/4/2019)
- Mataix Beneyto, J. (2001): *Edafología Ambiental*, 4º Ciencias Ambientales. Universidad Miguel Hernández.
- Monnier, J.M. (2010): «La profesionalización del turismo vitivinícola: el ejemplo del Loira». *Libro de actas del 2º Congreso Europeo de Turismo Industrial*. Toledo 2008. pp. 179-185.
- Morales Gil, A. (1972): *El Altiplano de Jumilla-Yecla*. Universidad de Murcia. 467 págs.

Morales Yago, F.J. (2003): «Factores “de éxito” de la industria del mueble de Yecla, como ejemplo de transformación y proyección de una ciudad media». *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles* 36,81-92. <https://www.age-geografia.es/ojs/index.php/bage/article/view/459/430> (consulta: 25/4/2019)

Morales Yago, F.J. (2005): *Efectos de la globalización en la actividad económica de Yecla*. Excmo. Ayuntamiento de Yecla. 228 págs.

Morales Yago, F.J. (2008): *Agua y paisaje en Yecla*. Excmo. Ayuntamiento de Yecla. 223 págs.

Palao Poveda, C. (1961): «Análisis de Yecla como núcleo industrial». *Anales de Filosofía y Letras de la Universidad de Murcia*. pp. 67-73. <http://digitum.um.es/jspui/bitstream/10201/21745/1/03%20Analisis%20de%20Yecla%20como%20nucleo%20industrial.pdf>(consulta: 25/4/2019)

Pulido Fernández, J.I. y Cárdenas García, P.J.(2011) : «El turismo rural en España. Orientaciones estratégicas para una tipología aún en desarrollo». *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles* 56,155-176. <https://www.age-geografia.es/ojs/index.php/bage/article/view/1348/1271> (consulta: 25/4/2019)

Ramírez, A, Gadea, M.E., Pedreño, A y De Castro, C. (2013) Sostenibilidad social de los nuevos enclaves productivos agrícolas: el caso de la Vega media del Segura en la Región de Murcia. <http://www.fes-sociologia.com/sociologia-rural/congress-workgroups/4> (consulta: 30/4/2019)

Rico Amorós, A. (2006): «Políticas agrarias, eficiencia socioeconómica y retos de futuro en los regadíos intensivos». *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles* 41, 113-150. <https://www.age-geografia.es/ojs/index.php/bage/article/view/1994/1907> (consulta: 25/4/2019)

Ruiz Molina, L y Muñoz López, F (1986): *Las vías romanas en la comarca de Yecla*. Ayuntamiento de Yecla. pp. 67-74.

Silva Pérez, R. (2002): «Estrategias de inserción de las áreas rurales en la economía mundial. Una aproximación desde Andalucía». <https://www.age-geografia.es/ojs/index.php/bage/article/view/418/389> *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles* 33, 103-134. (consulta: 25/4/2019)

Soriano Torregrosa F. (1972): *Historia de Yecla*. Domenech. 297 págs.

Torres Pérez, F y Gadea Montesinos, M.E, (2013): «Globalización del mercado del vino y reestructuración agrícola en zonas vitivinícolas tradicionales: la denominación de origen Utiel-Requena» <http://www.fes-sociologia.com/sociologia-rural/congress-workgroups/4/> (consulta: 27/4/2019)

Velasco González, M. (2009): «Gestión turística del patrimonio cultural: enfoques para un desarrollo sostenible del turismo cultural». *Cuadernos de Turismo* 23, 237- 235. <https://revistas.um.es/turismo/article/view/70121/67591> (consulta: 25/4/2019)

Zárate Martín, M.A. (2010): «La “visita de empresa” en España, una modalidad turística en expansión». *Libro de actas del 2º Congreso Europeo de Turismo Industrial*. Toledo 2008. pp. 52-66.

CAPÍTULO 2

EXTRACTIVISMO, FUERZAS PRODUCTIVAS Y REESTRUCTURACIÓN AGRARIA EN PARAGUAY

Data de submissão: 05/04/2021

Data de aceite: 28/04/2021

Ramón Fogel

Investigador del CERI

Ceripy@gmail.com

CV

RESUMEN: En el trabajo se analiza el extractivismo sojero en el Paraguay, el desarrollo de sus fuerzas productivas y su incidencia en la reestructuración agraria. Se considera la crisis de cosechas y sus causas estructurales, y más específicamente los límites a la reproducción de las condiciones materiales de producción. En su primer apartado se delimita el tema considerando el nuevo extractivismo en el marco del régimen agroalimentario neoliberal basado en la ingeniería genética; la soja transgénica el cultivo emblema de los transgénicos, tuvo en el Paraguay una expansión más intensa que en otros países, está asociada al acaparamiento de tierra por parte de brasileños. Estos empresarios están subordinados a las grandes corporaciones transnacionales que controlan la tecnología y los mercados de semillas, insumos, el procesamiento y la comercialización. El Estado garantiza las condiciones de producción requeridas. En el

trabajo se consideran algunas características de la tecnología de la ingeniería genética, su impacto socioambiental y su carácter autodestructivo, en tanto destruye el ambiente natural que constituye su condición material. En la reestructuración del régimen que puede predecirse la lucha social pesará menos que las formas predatorias de las relaciones capital - naturaleza.

PALABRAS CLAVE: Extractivismo sojero. Fuerzas productivas. Condiciones de producción. Paraguay. Ingeniería genética.

EXTRACTIVISM, PRODUCTIVE FORCES AND AGRARIAN RESTRUCTURING IN PARAGUAY

ABSTRACT: The work analyzes soybean extractivism in Paraguay, the development of its productive forces and its impact on agrarian restructuring. The crop crisis and its structural causes in Paraguay are considered, and more specifically the limits to the reproduction of the material conditions of production. In its first section, the subject is delimited considering the new extractivism in the framework of the neoliberal agri-food regime based on genetic engineering. Transgenic soybeans, the emblem crop of transgenics, had a more intense expansion with land grabbing by Brazilians. These entrepreneurs are subordinate to the large transnational corporations that control technology and markets for seeds, inputs,

processing and marketing. The State guarantees the required conditions of production. The work considers some characteristics of genetic engineering technology, its socio-environmental impact and its self-destructive nature, as it destroys the natural environment that constitutes its material condition. In the restructuring of the regime that can be predicted the social struggle will outweigh the predatory forms of capital-nature relations.

KEYWORDS: Soy extractivism. Productive forces. Conditions of production. Paraguay. Genetic engineering.

1 INTRODUCCIÓN

El agronegocio del régimen agroalimentario neoliberal resultó una de las salidas de la crisis de sobreacumulación del capitalismo global; ante la caída de ganancias los dueños del capital necesitaron medios para absorber el excedente y la salida a mano fue la expansión espacial (Harvey, 2004)¹, a través de un nuevo extractivismo que responde a la intervención genética practicada por las grandes corporaciones. En ese contexto se desarrollan los cultivos transgénicos en cuya producción se utilizan técnicas de ingeniería genética que recombina el ADN de las semillas; a diferencia del extractivismo clásico que se basaba exclusivamente en grandes corporaciones transnacionales en el de nuevo cuño, en la fase de producción descansa básicamente en empresas propiedad de personas físicas, mientras las grandes corporaciones controlan la tecnología, la provisión de insumos, el procesamiento y la comercialización.

Estas grandes corporaciones transnacionales oligopólicas devienen en actor económico dominante, con fuerte apoyo del Estado controla a través de la semilla de cultivos OGM todo el proceso de la producción de alimentos, incluyendo su distribución; la explotación de la naturaleza con prácticas extractivistas orientadas a la exportación como commodities se da en el marco de la lógica de los mercados globalizados que imponen sus condiciones.

El desarrollo de las fuerzas productivas que combina información genética proveniente del reino animal y del vegetal permite aumentar la productividad de los cultivos OGM, pero debido a fallas en la reproducción de sus condiciones materiales o sociales entra en crisis que dificulta el proceso de acumulación de capital. El desarrollo en cuestión tiene costos sociales (desarraigo, daños a la salud, desocupación) y ambientales, comprendiendo pérdida de la biodiversidad, contaminación de los suelos y degradación de los suelos.

En el caso paraguayo el cultivo emblema es la soja; en las últimas dos décadas la expansión del agronegocio sojero destinado a la exportación como grano o con escaso

¹ La sobreacumulación en un territorio suele implicar excedente de fuerza de trabajo o de mercancías que no realizarse en el mercado sin pérdidas, así como excedente de capital financiero sin salida vía de inversión en el territorio (Harvey, 2004).

procesamiento fue particularmente intenso. Ese crecimiento, asociado a la tecnología OGM, implicó grandes cambios en la economía, la estructura social, en el funcionamiento del estado, y en el medio ambiente.

El modelo extractivista en cuestión generó divisas y permitió el crecimiento de la economía, y en esa medida respondía a la prescripción del enfoque neoliberal; así, en el período comprendido entre el 2012 y el 2016, la economía creció a una tasa del 6,5 % anual; la contribución de la agricultura al PIB se aproximaba a la cuarta parte, en tanto la relación exportaciones PIB llegó al 36 % en el 2014; atendiendo a la composición de las exportaciones el 68 % de las mismas son productos primarios (agricultura y ganadería).

En este trabajo se plantea desde las peculiaridades de la experiencia paraguaya una caracterización de la expansión de la soja transgénica con sus consecuencias en la reestructuración agraria, su impacto socio ambiental y los límites para la reproducción de sus condiciones de producción; esos límites conllevan la crisis de las fuerzas productivas que impulsan la expansión. A su vez en la reestructuración agraria resultante se enfatiza la constitución de nuevos actores y el debilitamiento de otros

En el trabajo se explotan datos secundarios y notas de trabajos de campo; dado el carácter controversial de las proposiciones planteadas se presenta una extensa bibliografía que proporciona la evidencia pertinente.

2 LA EXPANSIÓN DE LA SOJA TRANSGÉNICA

El crecimiento de la producción de soja transgénica en el país es tal que entre el año agrícola 2001/2002 y el de 2015/16 la superficie cultivada se multiplica por 2,3 llegando a 3.380.480 has que totalizan 9.216.937 toneladas en la última campaña (Cuadro N° 1); esa intensa sojización responde tanto a la crisis de sobre acumulación del capital como también al aumento de la demanda del mercado internacional, especialmente de los países del Sub este asiático. Para dimensionar adecuadamente la importancia del dato referido debe tenerse en cuenta que la producción de transgénicos no se limita a la soja, que con otros cultivos OGM cubren 3,7 millones de has; si bien es cierto que en el ranking mundial el Paraguay es el sexto país considerando la superficie cultivada, luego de Estados Unidos, Brasil, Argentina, Canadá e India, considerando la proporción de la superficie total ocupada por cultivos transgénicos el Paraguay es el mayor adoptante de cultivos transgénicos y en esa medida el más expuesto a los efectos de su producción².

² Véase ISAA Servicio Internacional para Las aplicaciones de biotecnología agrícola, de Monsanto, citado por Ultima Hora 16/05/2017.

Cuadro N° 1. Superficie cultivada y rendimiento de soja transgénica

Campaña	Área de siembra (Has)	Volumen de soja cosechada (en ton)	Rendimiento (Kgs/Ha)
2001-2002	1.445.365	3.546.674	2.454
2003-2004	1.936.623	3.911.415	2.020
2005-2006	2.227.487	3.641.186	1.635
2007-2008	2.644.856	5.968.085	2.256
2009-2010	2.680.182	6.462.429	2.411
2011-2012	2.957.408	4.043.039	1.367
2013-2014	3.254.982	8.189.542	2.516
2014-2015	3.264.480	8.153.587	2.498
2015-2016	3.380.480	9.216.937	2.823
2016-2017	3.388.709	10.366.144	3.050
2017-2018	3.511.143	10.262.575	2.922
2018-2019*	3.500.000	7.854.600	2.216

Fuente: Elaboración propia en base a datos de CAPECO (2019); USDA (2018); La Nación 11/02/2018.

Tal como puede observarse en la distribución referida el crecimiento de la superficie cultivada comienza a declinar en los últimos tres años mientras la productividad tiende a decaer, tal como veremos esta crisis de cosechas responde a factores estructurales.

La notable expansión del agronegocio sojero está estrechamente asociado al proceso de concentración de la tierra, y particularmente de su acaparamiento por productores brasileños; esa extranjerización de la tierra se da básicamente a través de personas físicas más que grandes corporaciones o de estados extranjeros, tal como se da en África (Borras et al. 2012). Este acaparamiento de tierra por parte de brasileños era ya tan notable que en el 2008 que en el departamento de Alto Paraná el 62,5% de las fincas mayores a 1.000 has. era de extranjeros, y entre éstos el 55% era brasileño; en Canindeyú, otro departamento fronterizo, la proporción de brasileños entre los propietarios de más de mil hectáreas llegaba al 60%. En los últimos años el acaparamiento en cuestión se agudizó notablemente y la nacionalidad brasileña predomina más marcadamente entre los empresarios del agro negocio, lo que define una peculiaridad de la estructura social paraguaya que tiene como uno de los actores dominantes a brasileños, caracterizados en su mayoría por su visión prejuiciada que descalifica y discrimina a campesinos paraguayos; esta peculiaridad tiene diversas consecuencias. Estos empresarios brasileños están a su vez subordinados a las grandes corporaciones transnacionales.

Además de la soja transgénica y de cultivos asociados también las grandes empresas arroceras hacen parte del agro negocio y se encuentran en plena expansión, llegando en el 2018 a 62.000 has; un caso que ilustra las condiciones de su inserción en la estructura agraria y que ganó notoriedad en los primeros meses del 2017 es el de la arrocera de Villa Oliva Rice (Ñeembucú) de reciente implantación que ahora explota 6.000 has y proyecta duplicar la superficie bajo cultivo; en la primera fase de su proceso productivo elimina la biomasa quemándola, y luego utiliza fumigación con herbicida. Comenzó sus actividades con la apropiación del Puerto de Sanjita, bien público de dominio municipal, luego de pedir y obtener el procesamiento penal de los concejales que se opusieron.

Diversos son los factores que explican las modalidades de la expansión del agronegocio en el caso paraguayo, así considerando aspectos institucionales resaltan los altos niveles de corrupción y el peso de la oligarquía que mantiene capturado al Estado y garantiza la reproducción de las condiciones de producción incluyendo la apropiación de tierras campesinas e indígenas; a la calidad de los recursos naturales se suman factores externos. En este sentido atendiendo a las condiciones favorables del mercado internacional debe tenerse en cuenta el substancial aumento de la demanda de la semilla de soja y del aceite de soja, así como otras commodities, el sostenido aumento en los precios pagados entre el 2002 y el 2013, se multiplica por más de tres en el caso del aceite de soja, aunque luego los precios se tornan volátiles en los mercados globalizados marcados por la incertidumbre.

La explotación de los recursos naturales que se intensifica en los últimos años refuerza la propuesta de crecimiento económico sustentado en las exportaciones, pero el aumento del ingreso divisas asociado a mayores cosechas tiene las peculiaridades de la de toda economía de enclave; tanto la producción del agronegocio sojero como gran parte de las rentas que genera van al exterior a las corporaciones que operan a escala global y a empresarios brasileños, de tal modo que el aumento de las exportaciones no llega a todos y más bien ese crecimiento conlleva el aumento las asimetrías socio económicas (Rodríguez, 2017). Por otra la expansión del capitalismo agrario con abuso de la naturaleza tiene consecuencias ambientales; la economía basada en recursos naturales explotados con una visión cortoplacista que solo busca maximizar rentas en desmedro de la sostenibilidad ambiental constituye uno de los grandes desafíos de la sociedad paraguaya, otros efectos colaterales tienen que ver con la reconfiguración de la estructura agraria y la desposesión de sus tierras de comunidades campesinas e indígenas.

3 LA RECONFIGURACIÓN DE LA ESTRUCTURA AGRARIA Y LA RETRACCIÓN DEL SECTOR CAMPESINO

Los nuevos actores que reconfiguran la estructura social comprenden actores globalizados como las grandes corporaciones del régimen agro alimentario neoliberal, los empresarios del agronegocio básicamente brasileños y los rentistas.

El cuadro N° 2 se presenta las principales corporaciones del agronegocio importadoras y exportadoras que constituyen los actores dominantes tanto en el espacio agrario como en la sociedad en su conjunto; son corporaciones transnacionales oligopólicas, que en alianza con el capital financiero controlan la tecnología, con la provisión de semillas e insumos, el procesamiento y la comercialización a nivel global. Inicialmente fueron los silos los que intermediaban ente los productores y las grandes corporaciones, pero a medida que se expandía la producción sojera se fueron incorporando en el país a través de subsidiarias. Si consideramos los diversos sectores involucrados el de maquinarias opera a través de subsidiarias.

Cuadro N° 2. Principales corporaciones del agro negocio y sus operaciones. 2020

Corporaciones	Exportaciones (fob millones de U\$S)	Importaciones (fob millones de U\$S)
Cargil	717	16
ADM	521	1
Agrotec S.A	7	23
Frigorífico Concepción	382	1
Beef Paraguay S.A	373	11
Mercantil Comercial S.A	31	SD
Bunge Paraguay S.A	238	31
Frigomer	190	3
Compañía Paraguaya de Granos	283	SD
Viterra Paraguay S.A	256	SD
Agrofertil S.A	250	64
Sodrugestivo Paraguay S.A	245	SD
Cofco International Paraguay S.A	230	2
Bayer	SD	20
Monsanto (Paraguay)	SD	29
Dow agroSciences Paraguay	SD	27
Syngenta Paraguay	SD	69

Fuente: Elaboración propia a partir de datos de Aduanas (2020) -. SD = sin datos.

Entre las mayores firmas del agronegocio dedicadas a la exportación cinco procesan y exportan carne vacuna, y entre ellas las de capital brasileiro controlan la mayor

parte del procesamiento y exportación, aunque algunas de ellas también participan en la producción misma o en todo caso adquieren ganado de productores brasileños. Una de estas corporaciones, la JBS llegó a constituirse en la mayor empresa cárnica del mundo inició sus operaciones en el país en el 2016 con una exportación de 226 millones de dólares³. Esta corporación se trasmuto en otra luego de un escándalo legal por prácticas corruptas en el Brasil, que había involucrado a importantes actores políticos; los sobornos salpicaron al mismo Presidente brasileiro y el sonado escándalo sacudió al mundo político brasileño⁴.

A escala global algunas de estas corporaciones controlan la producción de insumos mientras otras monopolizan la exportación de los productos del agronegocio; incluso las que integran un tercer grupo también controlan el procesamiento. Solo cinco corporaciones Syngenta, Dow, Basf, DuPont y Bayer-Monsanto controlan el 75% del mercado global; luego de la fusión de la Bayer con Monsanto, que se inició en el 2016, la transnacional resultante controla el 25% del mercado mundial de pesticida y el 30% del mercado de semillas. En la producción de semillas ChemChina y Bayer-Monsanto controlan casi el 70 % del mercado; en la producción y distribución de agroquímicos se destacan Syngenta y Bayer-Monsanto, aunque también comercializan a través de Agrotec SA y Agrofertil.

La capacidad de lobby propia del poder económico de estas grandes corporaciones, el apoyo mediático, y el control de editoriales de revistas científicas, sumado a sus prácticas deshonestas, explican en medida importante la adhesión a sus ideas por parte de profesionales y científicos locales que exaltan bondades del sistema.

Los nuevos actores dominantes incluyen también a rentistas; el Censo Agrícola del 2008 registra 586 propietarios rentistas con parcelas mayores a 1.000 has. cedidas en arriendo básicamente a sojeros, y que perciben por lo menos medio millón de dólares al año por el alquiler de sus tierras (CAN 2008). Por lo menos una parte de éstos detentan tierras que son bienes públicos, que son casos emblemáticos de acumulación por desposesión; se trata de las denominadas tierras mal habidas. Por otra parte 268 grandes productores con fincas mayores a 1.000 hectáreas fueron registrados en el Censo del 2.008 como meros ocupantes; puede suponerse que se trata de tierras fiscales, y que quienes las poseen están usurpando bienes públicos.

En la otra cara de la misma moneda de la reconfiguración de la estructura social agraria se aprecia la retracción notable de la agricultura campesina provocada por la expansión del agronegocio, que ya fue visible en el 2008 año del último censo agropecuario. En ese año la agricultura campesina, tenía estratos bien diferenciados, por una parte

³ La corporación compró también los frigoríficos San Antonio e IPFSA.

⁴ El gigante cárnico habría sobornado a más de mil políticos brasileños para encubrir sus prácticas ilegales y provocó la renuncia de cuatro ministros del presidente Temer. Véanse Ultima Hora del 19 al 21/05/2017.

117.229 unidades familiares, casi la mitad del total de explotaciones campesinas, tenían menos de 5 has con una superficie media de 2,03 has; este estrato no tiene condiciones para retener la fuerza de trabajo familiar.

El otro estrato que llegaban a 66.218 explotaciones tenía una superficie media que no llegaba a 7 has y se desenvuelve también en condiciones muy precarias en cuanto al medio básico de producción que es la tierra. El proceso de minifundización de los últimos años ha disminuido aún más el tamaño de estas parcelas, que constituían el 63,5 % del total de unidades productivas rurales.

La referida distribución refleja el proceso de concentración que se intensifica desde mediados de la década de 1990, tal como puede observarse examinando los cambios en el período intercensal 1991 – 2008 (Cuadro N° 3). Por una parte se nota la notable expansión de la frontera agrícola, básicamente de la soja, y por otra la disminución de las explotaciones menores a 200 has en cantidad y en superficie, en contraste con las explotaciones mayores en tamaño que crecieron en cantidad y en superficie.

Cuadro N° 3. Variación en el periodo intercensal en la cantidad de explotaciones y en la superficie ocupada

Tamaño (ha) de las explotaciones	Número de las explotaciones		Superficie total (ha)	
	1991	2008	1991	2008
0-200	298.953	276.160	3.697.169	3.118.893
200-500	3.503	5.251	1.050.034	1.600.537
500-1.000	1.525	2.737	1.010.952	1.810.119
1.000-5.000	2.356	3.443	4.982.438	7.200.531
5.000-10.000	533	684	3.644.873	4.702.034
>10.000	351	600	9.730.949	12.654.779
Total	307.221	288.875	241.164.15	31.086.893

Fuente: Ministerio de Agricultura y Ganadería. Censo Agropecuario 2008.

Entre 1991 y el 2008 el total de explotaciones agropecuarias disminuyó en 6,0 %; Las explotaciones menores a 200 has que incluye las unidades productivas campesinas disminuyó en cantidad y en superficie ocupada (15,6 %). En el otro extremo las explotaciones con superficie mayor a 500 has. aumentaron en cantidad y en superficie ocupada. La superficie ocupada por grandes fincas mayores a 100.000 has que totalizan 600 se incrementó en un 30 % en el período intercensal.

Las grandes empresas con la tecnología de punta de la ingeniería genética desplazan a campesinos de sus tierras sin generar empleo; así, comparando los datos de

los censos de 1991 y 2008 se aprecia una disminución substancial del trabajo asalariado temporal que llega al 74,8 %, mientras el trabajo asalariado permanente se mantuvo sin cambios. Esto provoca la migración a asentamientos urbanos precarios de los expulsados por el régimen agroalimentario neoliberal.

El achicamiento de la producción del sector campesino tiene consecuencias para la sociedad en su conjunto en la medida que crece la dependencia de productos importados, que atendiendo al volumen y al valor, casi se duplica en diez años (Cuadro N° 4). Esto implica mayores riesgos de residuos tóxicos originados en la producción en gran escala.

Cuadro N° 4. Importación de Alimentos 2008 – 2018

Año	Valor (en miles de U\$)	Volumen (en Toneladas)
2008	338.237	277.754
2009	294.419	300.323
2010	361.867	300.475
2011	455.803	316.948
2012	461.656	307.291
2013	512.758	373.964
2014	493.400	348.975
2015	450.215	323.222
2016	452.903	346.025
2017	520.464	424.617
2018	573.227	508.634

Fuente: Boletín de Comercio Exterior – Trimestral – BCP.

Además del desarraigo de la población campesina la expansión del agronegocio sojero tiene otras consecuencias, que implican severos impactos en el ambiental y en la salud pública. La expansión del agro negocio en cuestión encarada por empresas capital intensivas que producen en el régimen de monocultivo en escala implica un deterioro intenso de los recursos que constituyen el capital natural del país, y la dimensión material de las condiciones de producción. A la destrucción de la biodiversidad se suma la contaminación de suelos y cursos de agua.

A medida que la superficie cultivada con cultivos OGM, liderados por la soja, fue en aumento la cantidad de venenos utilizados tuvo un incremento mucho mayor; vale decir, cada vez se utiliza más agro tóxicos y con más toxicidad por superficie cultivada con los transgénicos, tal el caso de los herbicidas debido a las malezas resistentes que llegan ahora a 12, y que requieren la utilización de desecantes más nocivos para la salud humana y ambiental.

Uno de los herbicidas empleados es el 2-4 D. conocido como el Agente Naranja que fuera utilizado como arma química en la guerra de Vietnam. Sólo entre el 2014 y el 2015 la importación de 2- 4D aumentó en 9,4% mientras la de Paraquat se incrementó en 62,4% (Base Is, 2015). El aumento progresivo de venenos es de tal magnitud puede suponerse, que en el 2015 el Paraguay tenía ya una carga de 9 kilos de biocidas por habitante (Base Is, 2015).

Ya en la década del 90 del siglo pasado reconocidos centros de investigación del hemisferio norte habían demostrado los efectos altamente nocivos en la salud humana del herbicida 2 - 4 D utilizado en la guerra de Vietnam, particularmente su efecto cancerígeno, los daños en el sistema nervioso, y en deformaciones de los descendientes de la población expuesta a su uso (Fogel, 2001); en los últimos años nuevas investigaciones estudiaron los daños neurológicos crecientes causado por agroquímicos y particularmente en los efectos del glifosato en la salud prenatal (Seneff et al 2015). Otros desórdenes neurológicos son estudiados, tales como autismo, depresión, demencia, desórdenes de la ansiedad, y enfermedad de Parkinson, que están asociados a pautas anormales de sueño directamente que se vinculan a disfunciones de la glándula pineal asociadas a sustancias nocivas, que pueden llegar al paciente por exposición o a través de la cadena alimentaria.

A su vez Bellinger et al (2016) estudia dolencias causadas por la exposición a neuro tóxicos en la vida temprana y que dificultan el desarrollo cognitivo. Otros autores demuestran que déficits asociados a la exposición a neurotóxicos suelen ser inmutables; los mismos afectan la microestructura del desarrollo del cerebro (Séralini et al., 2014); estos estudios del impacto del glifosato en los parámetros sanguíneos infieren su actividad genotóxica y teratogénica (Krüger et al, 2013; Mesnage et al, 2014).

En el Paraguay la morbi mortalidad asociada a la contaminación ambiental es preocupante y puede asumirse que seguirá escalando en tanto no se ataquen sus causas; las malformaciones congénitas como causa de mortalidad infantil llegó al 2,86 por mil nacidos vivos en el 2007 y a 4,80 por mil en el 2017 y es la primera en importancia⁵; llamativamente la Dirección de Estadísticas en Salud ya no registró la información pertinente. A su vez considerando los indicadores de mortalidad por grandes grupos de causas los tumores constituyen la segunda causa y aumentó de 54,3/100.000 en el 2007 a 68,5/100.000 en el 2019⁶ (Cuadro 5). La lucha por causas sociales y ambientales no agudiza la crisis de un régimen que de todos modos se autodestruye.

⁵ Véase Subsistema de Información de Estadísticas Vitales (SSIEV). Dirección de Estadísticas en Salud (DES). Dirección de Información Estratégica en Salud (DIGIES)- MSPyBS. 2015.

⁶ Véase Indicadores Básicos de Salud. MSP y BS. 2016.

Cuadro N° 5. Tasa General de Mortalidad por Cáncer y Mortalidad Infantil por Malformaciones Congénitas

Tasa de Mortalidad Año	TM por tumores por 100.000 habitantes	TM Infantil por Malformaciones congénitas por 1.000 Nacidos vivos
2006	50,7	3,31
2007	54,3	2,86
2008	55,1	2,92
2009	56	3,69
2010	59	3,60
2011	60	3,50
2012	60,1	3,70
2013	60	4,00
2014	64	4,40
2015	66	3,50
2016	66,6	4,47
2017	68,2	4,80
2018	68,1	SD
2019	68,5	SD

Fuente: Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social 2006 – 2019.

4 EL PAPEL DEL ESTADO EN LA EXPANSIÓN DEL AGRO NEGOCIO

Uno de los pilares del neo extractivismo impulsado por las grandes corporaciones transnacionales oligopólicas es el Estado capturado por los actores dominantes, que garantiza las condiciones de producción del agronegocio. Desde el poder legislativo se aliviana la cara impositiva al agronegocio, se sancionan leyes ambientales permisivas, y leyes que penalizan la resistencia al modelo; desde el poder judicial se facilita la apropiación por desposesión de tierras campesinas e indígenas, recurriendo a desalojos violentos y a la imputación penal de los que resisten. Jueces y fiscales tienen como una de sus funciones dar visos de legalidad a un proceso de acumulación por desposesión con frecuencia de bienes públicos. El poder ejecutivo facilita la canalización de recursos públicos hace lo que conviene a los poderosos. El Estado en su conjunto garantiza las condiciones de producción del agronegocio, que paradójicamente destruye la naturaleza que le da sustento y no podrá reproducirse a mediano plazo.

5 CONCLUSIÓN

El agronegocio sojero creció en forma sostenida en superficie cultivada y en productividad, pero en los últimos tres años se estanca la superficie cultivada y decae la productividad. Esta crisis se debe en medida importante a la propia tecnología que es portadora de sus propios límites; al operar en economías de escala ya no quedan tierras arables. La manipulación genética de las semillas asociada al uso de herbicidas genera malezas resistentes que requieren mayor uso de pesticidas y más nocivas para el ambiente y la salud humana, con aumentos en los costos de producción y caídas en la rentabilidad; también la cantidad de fertilizantes requeridos aumenta.

La crisis de las cosechas es un reflejo de las relaciones abusivas del capital con la naturaleza, que destruye las condiciones medio ambientales de producción. Con el deterioro de la dimensión material del agronegocio los múltiples apoyos del Estado no serán suficientes.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Banco Central del Paraguay. (2008 -2018). Bulletin de Comercio Exterior. Asunción.

Bellinger, D, Julia A. Matthews-Bellinger, KatarzynaKordas. (2016), *A developmental perspective on early-life exposure to neurotoxicants*. Environment International 94, 103–112.

Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas – CAPECO (2019). Informe Estadístico. Disponible en: <http://capeco.org.py/area-de-siembra-produccion-y-rendimiento>.

Fogel, R. (2001). *Las luchas campesinas*. Asunción: CERI.

Harvey, D. (2004). The ‘New’ Imperialism: Accumulation by Dispossession. Socialist Register.

Mesnage, R., Defarge, N., de Vendômois, J. and Séralini, G. (2014) Major Pesticides Are More Toxic to Human Cells Than Their Declared Active Principles. *BioMedResearch International*, 2014, Article ID: 179691.

Ministerio de Agricultura y Ganadería. (2009). Censo Agropecuario Nacional 2008. Recuperado del <http://www.mag.gov.py/Censo/Book%201.pdf>.

Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social. (2006 – 2019). Indicadores Básicos de Salud.

Nevison, C., (2014) A Comparison of Temporal Trends in United States Autism Prevalence to Trends in Suspected Environmental Factors. *Environmental Health*, 13, 73. <http://dx.doi.org/10.1186/1476-069X-13-73>

Rodríguez A, Guido! Viva la Soja! Última Hora 23/04/2017.

Seneff, S., Swanson, N. and Li, C. (2015) Aluminum and Glyphosate Can Synergistically Induce Pineal Gland Pathology: Connection to Gut Dysbiosis and Neurological Disease. *Agricultural Sciences*, 6, 42-70. <http://dx.doi.org/10.4236/as.2015.61005>

Séralini, G.E., Clair, E., Mesnage, R., Gress, S., Defarge, N., Malatesta, M., et al. (2014) Republished Study: Long-Term Toxicity of a Roundup Herbicide and a Roundup-Tolerant Genetically Modified Maize. *Environmental Sciences Europe*, 26, 14. <http://dx.doi.org/10.1186/s12302-014-0014-5>

CAPÍTULO 3

LA CUESTIÓN AGRARIA CUBANA ACIERTOS Y DESACIERTOS EN EL PERIODO DE 1975-2013: LA NECESIDAD DE UNA TERCERA REFORMA AGRARIA

Data de submissão: 28/04/2021

Data de aceite: 24/05/2021

Dra. Tatiana Wonsik Recompensa Joseph

Profa. Universidade Federal de Santa Maria
twonsik@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/1450718871725103>

Dr. Lázaro Camilo Recompensa Joseph

Prof. Universidade Federal de Santa Maria
camilojoseph@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/3405685437951501>

RESUMEN: El presente trabajo estudia las principales transformaciones introducidas en la economía cubana en el periodo de 1975 a 2013, con un énfasis particular en la Tercera Reforma Agraria puesta en vigor a partir de 1993, la cual significó el tránsito hacia un nuevo modelo agrario cuyo objetivo principal sería resolver el problema de la soberanía alimenticia. Con esta nueva reforma agraria se reconfigura una vez más la forma de tenencia de la tierra en Cuba, estando actualmente el 54% (de las tierras) en manos del Estado y el 46% restante es propiedad no estatal. De esta forma, el objetivo principal de este trabajo es analizar, describir y explicar la necesidad de realizar la tercera reforma agraria a partir de la problemática

relacionada con la cuestión agraria cubana, sus principales aciertos y desaciertos en el periodo analizado. Para facilitar el análisis, estableceremos una periodización del proceso histórico que utilizaremos como guía en nuestra exposición. El primer periodo comprende de 1975 al 1990, periodo en el cual se institucionaliza el país, se impulsan las CPA y se prioriza el desarrollo de la industria azucarera. El segundo periodo va del año 1991 hasta la actualidad, en el cual se toman un conjunto de medidas para contrarrestar los efectos negativos en la economía y la sociedad cubana producto de la desaparición del campo socialista; destacándose la Tercera Reforma Agraria de 1993 como la principal medida tomada por la Revolución.

PALABRAS CLAVE: Reforma Agraria. Cuestión agraria. Economía agrícola. Desarrollo rural.

THE CUBAN AGRICULTURAL QUESTION ACCIDENTS AND LOSSES IN THE PERIOD OF 1975-2013: THE NEED FOR A THIRD AGRICULTURAL REFORM

ABSTRACT: This paper studies the main transformations introduced in the Cuban economy in the period from 1975 to 2013, with a particular emphasis on the Third Agrarian Reform that came into effect since 1993, which meant the transition to a new agrarian model whose main objective It

would be to solve the problem of food sovereignty. With this new agrarian reform, the form of land tenure in Cuba is reconfigured once again, currently 54% (of the land) is in the hands of the State and the remaining 46% is non-state property. In this way, the main objective of this work is to analyze, describe and explain the need to carry out the third agrarian reform based on the problems related to the Cuban agrarian question, its main successes and mistakes in the period analyzed. To facilitate the analysis, we will establish a periodization of the historical process that we will use as a guide in our presentation. The first period comprises from 1975 to 1990, a period in which the country is institutionalized, CPAs are promoted and the development of the sugar industry is prioritized. The second period runs from 1991 to the present, in which a set of measures are taken to counteract the negative effects on the Cuban economy and society as a result of the disappearance of the socialist camp; highlighting the Third Agrarian Reform of 1993 as the main measure taken by the Revolution.

KEYWORDS: Agrarian Reform. Cuban Agricultural Economy. Rural Development.

1 INTRODUCCIÓN

Como parte del proceso de institucionalización de la revolución cubana, a partir del Primer Congreso del Partido Comunista de Cuba en 1975 (y similar a lo ocurrido en otros países que intentaron construir el socialismo bajo la influencia del “modelo soviético”), el Estado cubano promovió la necesidad de organizar en formas superiores la producción individual campesina incentivando el cooperativismo en el sector agropecuario. Creando así las primeras Cooperativas de Producción Agropecuaria (CPA) y estimulando el desarrollo de las (ya existentes) Cooperativas de Crédito y Servicio (CSS). Así al final de los años sesenta y principios de los ochenta es que se conforman en el país la gran mayoría de las CPA. Estas son cooperativas de trabajo asociado creadas fundamentalmente por campesinos beneficiados con la 1ra y 2da reforma agraria realizadas en 1959 y 1963 respectivamente, los cuales vendieron sus tierras a las cooperativas para constituir las como propiedad colectiva.

Este proceso (de cooperativismo agrícola), se desarrolló de forma estable hasta finales de los años 90, durante ese periodo convivieron junto, con la grande empresa grande estatal caracterizada esta última, por el alto grado de centralización de su gestión. Así, en el año 1990, la estructura de tenencia de la tierra de Cuba era la siguiente: en manos del sector privado se concentraba el 14% de las tierras, el sector cooperativo detenía el 11% y **el Estado el 75%** de todas las tierras del país.

Con la desaparición del campo socialista en 1991 y la agudización del bloqueo económico de los EUA, obligó al estado cubano a introducir un conjunto de modificaciones estructurales en el modelo económico del país y en la agropecuaria en particular.

Entre las principales transformaciones introducidas en este periodo, se destaca la Tercera Reforma Agraria puesta en vigor a partir de 1993, la cual significó el tránsito hacia un nuevo modelo agrario, cuyo objetivo principal sería resolver el problema de la **soberanía alimentaria**¹. Con esta nueva reforma agraria se reconfigura una vez más, la forma de tenencia de la tierra en Cuba, estando actualmente el **54%** (de las tierras) en manos del Estado y el **46%** restante es propiedad no estatal.

Siendo así el objetivo principal de este trabajo es analizar, describir y explicar la necesidad de realizar la tercera reforma agraria, a partir de la problemática relacionada con la cuestión agraria cubana, sus principales aciertos y desaciertos en el periodo de 1975-2013.

2 MATERIALES Y MÉTODOS

Para facilitar el análisis estableceremos una periodización del proceso histórico que utilizaremos como guía en nuestra exposición. El primer periodo comprende de 1975 al 1990, periodo en el cual se institucionaliza el país, se crían las CPA y se prioriza el desarrollo de la industria azucarera. El segundo periodo va del año 1991 hasta la actualidad, en el cual se toman un conjunto de medidas para contrarrestar los efectos negativos en la economía y la sociedad cubana producto de la desaparición del campo socialista. Destacándose la Tercera Reforma Agraria de 1993, como la principal medida tomada por la Revolución.

3 RESULTADOS Y DISCUSIÓN

3.1 CUESTIÓN AGRARIA EN CUBA: CREANDO LAS CONDICIONES DEL DESARROLLO AGRÍCOLA A PARTIR DE 1975

La primera gran transformación del fondo de tierras agrícolas en Cuba tuvo lugar el 17 de mayo de 1959 con la promulgación de la 1ra Ley de Reforma Agraria. Con la aprobación y ejecución de esta ley quedó proscrito el latifundio en Cuba colocando como pose o tenencia máxima de propiedad de tierras para una persona natural o jurídica, 30 caballerías (cab) ó 402,60 hectáreas (ha) de tierras. Esta 1ra Ley de Reforma Agraria también, permitió: a) una rápida disminución del desempleo, b) la erradicación del hambre y la explotación a la que estaban sometidos los trabajadores agrícolas, y c) estatizar alrededor del 40% de la propiedad rural e hacer propietarios a casi 100 000 campesinos.

¹ Entendida como la necesidad de la nación de mantener y desarrollar su propia capacidad de producir alimentos que son decisivos para la seguridad alimentaria nacional y comunitaria, respetando la diversidad cultural y la diversidad de los métodos de producción.

Posteriormente el 3 de octubre de 1963, se promulga una 2da (y definitiva) Ley de Reforma Agraria la cual establece como límite máximo de pose o tenencia de tierra para una persona natural o jurídica 5 caballerías ó 67,10 hectáreas de tierras. Con esta medida, liquidase de vez, la gran propiedad latifundista sobre la tierra y los burgueses agrarios. Pasando a manos del Estado cubano aproximadamente el **70%** de las tierras agrícolas del país, elemento este que permitió iniciar el proceso de reestructuración de la producción agropecuaria.

Debemos destacar que la aprobación de esas sendas leyes de Reforma Agraria se convirtió en el determinante (o el estopín), que enfrentó directamente al imperialismo norteamericano contra Cuba. En este periodo, los EUA, a modo de represalia realizaron y ejecutaron varios planes de agresiones sociales y económicas contra Cuba como fueron: la eliminación de la cuota preferencial del azúcar, la negativa de refinar petróleo ruso en las refinerías de petróleo propiedad de los EUA ubicadas en suelo cubano y el establecimiento en 1962 del bloqueo económico a Cuba que perdura hasta los días de hoy.

Asimismo, en este periodo, a la par, de la 1ª y 2ª Reforma Agraria el campesinado cubano, no advirtió la necesidad de organizarse en formas superiores de producción, debido entre otros elementos: a) al respaldo legal recibido por parte del gobierno con la aprobación de estas Leyes de Reforma Agraria; b) la aplicación en sus tierras de las técnicas existentes en el país; c) la disponibilidad de créditos, insumos y fuerza de trabajo; d) la garantía del acopio de sus productos a precios favorables y e) la falta de tradición y experiencia cooperativa en el campesinado, entre otros.

Atento a esta situación, el líder de la revolución cubana, Fidel Castro Ruz, en 1974², llamo a pensar en nuevas formas de trabajo y de cooperación en la agricultura y expreso.

(...) ya es conveniente, al cabo de 15 años de reforma agraria, que nuestros campesinos vayan pensando en formas superiores de cooperación, en formas superiores de trabajo (...). Desde luego, en un camino progresivo, despacio y en base al principio que hemos establecido que es clave: la voluntariedad. ¡Este principio no podrá ser abandonado jamás!

(...) es necesario que nuestro campesinado vaya pensando en formas superiores de producción, puesto que el curso del desarrollo del país no se puede detener, puesto que las necesidades crecientes de la población hacen necesaria una incesante tecnificación de nuestra agricultura, y un aprovechamiento óptimo y total de la tierra. (...) Ver, Castro, (1974).

Con la realización del I Congreso del Partido Comunista de Cuba en diciembre de 1975, quedaron aprobadas diferentes tesis y resoluciones, claves para el desarrollo

² CASTRO RUZ FIDEL. Discurso pronunciado por el comandante en jefe Fidel Castro Ruz en el acto celebrado por el aniversario de la muerte del líder campesino Niceto Pérez, el XV aniversario de la firma de la primera Ley de Reforma Agraria y el XIII aniversario de la ANAP, efectuado en La Plata, Sierra Maestra, el 17 de mayo de 1974. Disponible en: <http://www.fidelcastro.cu/es/discursos/discurso-pronunciado-en-el-acto-celebrado-por-el-aniversario-de-la-muerte-del-lider>. Acceso: 20/05/017.

del país. Para interés de este trabajo, destacaremos y analizaremos brevemente las siguientes tesis y resoluciones:

a) la implantación en 1976, del nuevo **Sistema de Dirección y Planificación de la Economía (SDPE)**, basado en la experiencia de los países socialistas europeos. El SDPE fue concebido como el conjunto de elementos y procedimientos que regulaban la organización, la gestión y control de las actividades económicas basada en la planificación centralizada. La principal premisa de sustentación es **la propiedad estatal de los principales medios de producción**. El SDPE también reconocía la existencia de las relaciones monetarias mercantiles en todas las actividades productivas y tentaba promover el autofinanciamiento y la descentralización en la gestión empresarial estatal.

b) la aprobación de la Tesis **“Sobre la cuestión agraria y las relaciones con el campesinado”**, en la que se analizan las profundas transformaciones operadas en nuestros campos y donde se establece entre otros aspectos, el paso gradual hacia formas superiores de producción en la agricultura cubana, siempre basado en el respeto estricto a la voluntad del campesinado. En dichas Tesis se destaca:

(...) Pasar hacia formas superiores de producción no es solo una necesidad económica para lograr el aprovechamiento óptimo de la tierra (y los recursos humanos), sino también una necesidad social, para lograr el avance de la familia campesina, su elevación a formas socialistas de convivencia (...)³. (Tesis y Resoluciones del I Congreso del PCC, 1975, pág. 31).

Debemos destacar que los caminos posibles hacia formas superiores de producción fueron definidos por Fidel en 1974, en la Plata cuando expreso:

(...) aquí hay dos caminos que podemos seguir: hay el camino de la integración a planes y hay el camino de la cooperación”. ¿Cuál de los caminos debemos seguir? La respuesta adecuada dependerá del examen concreto de cada zona del país, del programa de desarrollo de la economía nacional y de la voluntad del propio campesino (...). (Ibid).

Así, el año de 1976 marca el inicio de una segunda etapa en el proceso de industrialización y desarrollo de la economía cubana, en ese sentido la industria pasa a ser el sector estratégico, o sea, en esta nueva etapa el sector agrícola cede su papel protagónico central al sector industrial. (Ver Tabla 1.)

Durante el periodo de 1975-1985 el valor agregado bruto de la industria manufacturera creció con mayor celeridad (7%) que el Producto Interno Bruto (6%) aumentando su participación en 2,7% ($26,9\%_{1985} - 24,2\%_{1975} = 2,7\%$) entre el 1975 y 1985. Ello se explica por la prioridad concedida a este sector dentro del programa de inversiones

³ Tesis y Resoluciones del I Congreso del PCC. Disponible en: <http://congresopcc.cip.cu/wp-content/uploads/2011/03/I-Congreso-PCC.-Tesis-y-Resoluciones-sobre-la-cuestión-agraria-y-las-relaciones-con-el-campesinado.pdf>. Pag. 31.

públicas del país en el contexto general de integración con la comunidad socialista y del fortalecimiento de los controles macroeconómicos internos. (Ver Tabla 2)

En este periodo se estableció un nuevo marco institucional que favoreció sustancialmente el proceso de reformas económicas. El 24 de febrero de 1976 se proclamó una nueva Constitución de la República de Cuba, luego de un plebiscito nacional. Se reestructuraron los Organismos de la Administración Central del Estado, destacándose en particular la creación del Comité Estatal de Finanzas, al mismo tiempo que se reorganizó el sistema de empresas públicas y de unidades presupuestadas. Se propició una descentralización gubernamental con el establecimiento en 1976 de una nueva División Político-Administrativa del país con 14 provincias y 169 municipios.

Tabla. 1. Estructura del Producto Interno Bruto en el periodo de 1975-1990. (%)

Clase de actividad	1975	1980	1985	1990
Producto interno bruto	100,00	100,00	100,00	100,00
1. Agricultura, caza, silvicultura y pesca	13,52	12,22	9,30	9,24
2. Explotación de minas y canteras	0,60	0,70	0,53	0,48
3. Industrias manufactureras	24,20	21,15	26,88	24,41
4. Electricidad, gas y agua	1,03	1,75	1,84	2,39
5. Construcción	6,23	6,11	6,59	7,93
6. Comercio, restaurantes y hoteles	32,32	31,49	28,88	25,97
7. Transportes, almacenamiento y comunicaciones	5,30	6,58	6,54	6,33
8. Establecimientos financieros, bienes inmuebles y servicios a empresas.	1,73	1,87	2,48	3,17
9. Servicios comunales, sociales y personales	15,07	18,12	16,95	20,07

Fuente: CEPAL y Oficina Nacional de Estadística de Cuba.

Tabla.2. Estructura de las inversiones según periodos y años seleccionados. En por ciento sobre el volumen total de la inversión bruta por sectores. A precios corrientes. (Incluye todas las esferas de la economía estatal civil).

Sector	71- 75	76-80	81-84	1985	1986	1987	1988	1989
Industria	21	35	36	38,4	34,1	32,1	32,8	33,3
Agropecuaria	29	19	24	21,6	22,5	22,6	21,7	22,2

Fuente: Elaborado sobre la base de Comité Estatal de Estadísticas. Anuarios Estadísticos 1986, 1989.

Debemos destacar que, durante el quinquenio 1981-1985 se profundizó en la reforma económica iniciada en 1976 con vistas a mejorar la productividad y la eficiencia de las entidades productivas. A inicios de los años ochenta, se implantó el Mercado Libre Campesino con la correspondiente desregulación de precios, “mercado” este que imperó en el país hasta su eliminación a mediados de dicho decenio. En 1981 se decretaron la reforma salarial y de precios. La primera contribuyó a mejorar la correlación salario medio-productividad en tanto que la segunda influyó en el fortalecimiento de la autogestión de las empresas públicas con el correspondiente aumento en sus niveles de eficiencia.

Al mismo tiempo en este periodo comienza a fomentarse en el país el cooperativismo campesino bajo el principio de la voluntariedad. El objetivo, de tecnificar y humanizar el trabajo agrícola y de construir modernas comunidades electrificadas, atrajo a gran parte del campesinado cubano, especialmente a las mujeres. Aproximadamente un tercio de las fincas, que comprendían el 51,3% de las tierras campesinas, se integraron a la creación de las Cooperativas de Producción Agropecuaria (CPA) entre 1977 y 1987.

Las Cooperativas de Producción Agropecuaria (CPA) instituyeron desde su surgimiento una nueva forma de producción donde los campesinos agruparon sus tierras y demás medios de producción a los fines del trabajo colectivo, eliminando la propiedad privada y restableciendo una nueva forma de propiedad basada en la cooperación y ayuda de todos sus miembros para la obtención de un beneficio común. El principio esencial de integración a dicha cooperativa lo constituye la voluntariedad y había sido esbozado por Lenin en el denominado “Plan Leninista de Cooperación”. (Ver Balado Pampin, 2010).

La CPA es la asociación voluntaria de agricultores pequeños sobre la base de la unificación de sus tierras y demás medios de producción, en su gestión goza de autonomía con respecto al Estado, aunque éste le brinda toda la ayuda necesaria. Sus características son:

- Unión voluntaria de los campesinos.
- Cultivan en común la tierra.
- Se rigen por los estatutos.
- Poseen personalidad jurídica propia.
- Trabajan por un plan aprobado por su Asamblea General.

La CPA tiene los fines fundamentales siguientes:

- Desarrollar la producción agropecuaria.
- Elevar la productividad del trabajo y la aplicación de la ciencia y la técnica.
- Satisfacer las necesidades materiales y culturales de los cooperativistas y sus familias.
- Desarrollar la participación consciente de los cooperativistas y sus familiares en las actividades económicas, políticas y sociales del país.

Pueden incorporarse a la Cooperativa las personas mayores de 16 años que sean: agricultores pequeños (propietarios o en usufructo); trabajadores agrícolas y familiares de agricultores que laboren las tierras, siendo aprobado su ingreso por la Asamblea de Cooperativistas. La tierra y demás medios de producción aportados a la Cooperativa son tasados y amortizados para lo cual la Cooperativa destinará parte de sus ingresos. La Cooperativa se dirige conforme al principio del centralismo democrático, por su Asamblea General y su Junta Directiva, la que es elegida por sus asociados. El patrimonio de la

Cooperativa lo integran: la tierra; medios e instrumentos de producción; instalaciones; plantaciones; animales; y recursos financieros.

Toda Cooperativa al concluir el ciclo económico determinará el ingreso total, procederá al pago de impuestos y otras obligaciones por préstamos recibidos y el saldo restante lo distribuirá de la forma siguiente:

- Pago de bienes aportados (25 – 30 %).
- Inversiones y desarrollo (15 % o más).
- Actividades sociales, culturales y recreativas (5%).
- Medios de rotación (15%).
- Distribución de utilidades entre los cooperativistas (50%).

En este periodo, junto con las CPA, coexistían la Cooperativas de Crédito y Servicios (CCS) (creadas con las 1ra y 2da ley de Reforma Agraria) las cuales constituyen una forma simple de cooperación en la que el campesino conserva la propiedad individual de su tierra y demás medios de producción y mediante esta organización se tramitan y viabiliza la asistencia técnica y financiera que el Estado le brinda:

Los fines de las CCS son los siguientes:

- Planificar, controlar, recibir y utilizar en forma organizada los recursos materiales y financieros, así como la asistencia técnica que el Estado le proporciona.
- Fomentar la ayuda mutua y otras formas de cooperación entre los agricultores y sus familiares.
- Contribuir al mejoramiento de la situación económica y social de sus integrantes.

Además, las CCS, constituyen una entidad económico-social, tienen personalidad jurídica propia, se rigen por su reglamento y su Junta Directiva es elegida por la Asamblea General. Las CCS pueden adquirir para uso colectivo de sus miembros, equipos, turbinas, maquinarias e instalaciones. Pueden ser socios de las CCS, los agricultores pequeños mayores de 16 años y demás familiares vinculados a la producción de las fincas.

La creación de las CPA, junto con las CCS dieron lugar a un importante movimiento cooperativista en la agricultura cubana. Según Figueroa y Averoff (2001), la evolución del cooperativismo en Cuba puede enmarcarse en tres etapas:

La 1ª etapa de **1977 a 1983**: caracterizada por la multiplicación acelerada del número de cooperativas y de campesinos asociados durante una época de crecimiento económico nacional, y predominio de las pequeñas cooperativas de gestión muy eficiente. Desde 1981 la política de agrandamiento de las CPA tuvo efectos negativos, que se hicieron patentes a partir de 1983.

La 2ª etapa de **1984 a 1987**: se distingue por la disminución creciente de la integración a las cooperativas de nuevos campesinos; gigantismo cada vez más acentuado

de estas entidades; disminución de la rentabilidad y aumento del número de cooperativas no rentables, con un período crítico entre 1986 y 1987 coincidente con la fase recesiva de la economía nacional.

La 3ª etapa de **1988-1993**: destacase en la misma, el agotamiento y parálisis del movimiento de transformación cooperativa del campesinado. En este periodo el apoyo estatal se concentró en el fortalecimiento del sector de las CPA y no en la expansión del movimiento cooperativo. Si bien la crisis económica de 1991-93 afectó a las CPA, su repercusión fue menor cuando comparada con la crisis de 1986-87. La Tabla 3, refleja la evolución de estas formas de organización de la producción campesina en el periodo de 1977-1995.

Tabla 3. Evolución de las CPA y CCS en el periodo de 1977-1995.

Cooperativas	1977	1980	1985	1990	1995	Rel 95/77 (veces)
Total de CPA	137	1 035	1 380	1 305	1156	8,4
Superficie en Mha	25. 5	218. 0	1 072. 1	838. 9	743.1	29,14
Sócios	5 030	30 048	70 800	61 963	62 257	12,4
Total de CCS	1735	---	---	---	2654	1,5
Superficie en Mha	820.3	---	---	---	905.8	1,10
Sócios	85 497	---	---	---	153 641	1,79

Fuente: Balado Pampin, 2010.

Observamos que en este periodo de reorganización socio económica productiva de la economía cubana, el desarrollo del cooperativismo agrícola se mantiene estable, conviviendo con el predominio de la empresa estatal de grande escala de producción y elevado grado de centralización de su gestión. O sea, la estructura de tenencia de la tierra vuelve a modificarse a partir de 1990, donde en manos del sector privado concentrase el 14%, el sector cooperativo detiene el 11% y **el Estado el 75%** de todas las tierras del país, como se refleja en la Tabla 4.

Tabla 4. Distribución y uso de la tierra en Cuba, según la forma de propiedad en el periodo de 1974-1990.

Detentor	1974		1990	
	Sup. Agrícola	(%)	Sup. Agrícola	(%)
	Sup. Total = 109884004,00		Sup. Total = 109884004,00	
Estatal	5631000,00	100	6741000,00	100
Não estatal	3941700,00	70	5055750,00	75
• Privado	1689300,00	30	1685250,00	25
• Arrendatários	919751,00	16,33	943740,00	14
• CPAs	nde	nde	nde	nde
• Coop. de CSS	0	0	741510,00	11
• UBPC	767631,37	13,63	877678,2	9
• OUTROS	0	0	0	0
	1917,62	0,034	66061,8	5

Fuente: Elaborado por el autor, utilizando los datos de DATABASE. FAOSTAT. 2017. Disponible en: <http://www.fao.org/statistics/en/>. Acceso el 24/05/2017. Nde: no determinado.

3.2 LA ORGANIZACIÓN SOCIOECONÓMICA DE LA PRODUCCIÓN AGROPECUARIA EN CUBA EN EL PERIODO DE 1975-1990. ACIERTOS Y DESACIERTOS EN LA RESOLUCIÓN DE LA CUESTIÓN AGRARIA

En este ítem, destacaremos en primer lugar los principales aciertos en la organización socioeconómica de la producción estatal en general y los principales resultados de la producción cooperativas. Y posteriormente colocaremos los principales desaciertos ocurridos en este periodo, en la resolución de la cuestión agraria en el país.

Como colocado anteriormente, en esta etapa, priorizase a la industria azucarera dentro del programa de inversión pública, asociado al proceso de integración económica del país con la comunidad socialista. Se realizaron grandes volúmenes de inversión en la agroindustria cañera y durante este periodo fueron construidos, nuevos centrales azucareros con ayuda de los países miembros del CAME y en los cuales más del 60% de los componentes tecnológicos fueron producidos por las empresas cubanas (Ver Tabla 5).

Tabla. 5: Cuba- Principales inversiones en la agroindustria cañera en el período de 1975-1989.

Centrales Construidos	Año	Valor MP ⁴	Capacidad
5 de septiembre	1981	62917	600 M@/día
Grito de Yara	1982	66604	600 M@/día
Jesús Suarez Gallol	1983	60860	600 M@/día
Batalla Sta Clara	1986	63198	600 M@/día
Majibacoa	1987	67940	600 M@/día
Mario Muñoz	1987	67280	600 M@/día

Fuente: Anuario Estadístico de Cuba de 1987

Además, la evolución de la dinámica de los rendimientos agrícolas y la producción de azúcar en esos años presenta una variación positiva conforme lo indica la Tabla 6. Observamos, que los rendimientos agrícolas aumentaron de 44,4 toneladas/hectáreas en 1975 a 60,0 toneladas/hectáreas en 1989 (aumento de más de un tercio) no sucediendo lo mismo con el rendimiento industrial, que no pasó de 1 tonelada/hectárea constituyéndose en el principal factor de ineficiencia de la agroindustria cañera. Asimismo, cuando los comparamos con los rendimientos agroindustriales de los principales productores de azúcar a nivel mundial, apreciase que el nivel de rendimiento obtenido (durante el período)

⁴ MP: millones de pesos.

fue muy bajo. Países como África del Sur, Australia e Indonesia, obtuvieron rendimientos agroindustriales superiores. (Ver Tabla 6.)

Tabla 6. Rendimientos agrícolas, industriales y agroindustriales obtenidos con la producción de caña de azúcar en algunos países en 1975 y 1989.

Países	1975			1989		
	Rendimiento Agrícola en ton. caña/ha	Rendimiento Industrial en ton. Azúcar/ ton. cana	Rendimiento Agroindustrial en ton. azúcar/há	Rendimiento Agrícola en ton. caña/ha	Rendimiento Industrial en ton. Azúcar/ ton. cana	Rendimiento Agroindustrial en ton. azúcar/há
África -Sur	90,11	0,116	10,50	71,90	0,120	8,66
México	72,01	0,073	5,29	71,67	0,083	6,01
Argentina	53,20	0,086	4,61	59,74	0,093	5,60
Brasil	46,47	0,068	3,19	62,02	0,033	2,10
Colômbia	81,3	0,048	3,85	82,34	0,054	4,46
Indonesia	124,56	0,078	9,80	78,87	0,071	5,64
Australia	85,51	0,133	11,40	86,0	0,137	11,80
Cuba	44,40	0,10	4,40	60,0	0,100	6,00

Fuentes: Statistical Yearbook. United Nations. 1975.

Anuario Estadístico de Cuba. 1987:1998.

Anuario Estadístico de A Latina y El Caribe. 1975, 1980, 1985, 1989.

FAOSTAT. Statistic. DATABASE. FAO. 2000.

La producción media de azúcar, en el período, fue de 7 millones de toneladas aproximadamente, en 1975 la producción alcanzo 6,4 millones de toneladas y en 1989 se logró 8,1 millones de toneladas, lo que represento un aumento de 2 millones en esta etapa (Ver Tabla 7.)

Esta producción fue comercializada a nivel internacional con contratos de largo plazo firmados con los países miembros del CAME, esto, permitió (con el uso de créditos “favorables”) obtener el financiamiento necesario para la industrialización del país.

Está forma de comercio administrado presuponiendo precios fijos a largo plazo con el objetivo de facilitar la planificación productiva protegía a la economía de las fluctuaciones de la coyuntura internacional, aunque el país quedara aislado de la concurrencia (competencia) de los mercados. La relación de intercambio establecida con la URSS en este período supera a la correspondiente a precios internacionales, se calcula un ingreso 50% más elevado del que se podría haber obtenido en caso de venderse el azúcar a los precios existentes en el mercado internacional (Ver Tabla 7.).

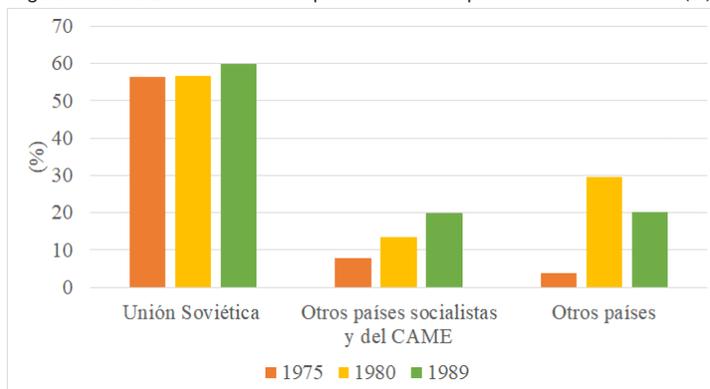
Tabla 7: Cuba: Producción, exportación y precios de exportación del azúcar.

Año	Miles de toneladas		Precios del azúcar (en centavos de dólar por libra FOB)	
	Producción de azúcar.	Exportaciones de azúcar.	Acuerdos URSS - CUBA	Mercado Mundial
1975	6,427	5,744	26,36	20,37
1976	6,151	5,764	27,41	11,51
1977	6,953	6,238	26,94	8,10
1978	7,662	7,197	36,71	7,82
1979	7,800	7,199	37,17	9,65
1980	6,805	6,170	47,39	28,15
1981	7,926	7,055	35,10	16,8
1982	8,039	7,727	39,00	8,38
1983	7,460	7,011	46,00	8,56
1984	7,783	7,007	44,00	5,18
1985	7,889	7,206	45,00	4,05
1986	7,467	6,697	41,80	6,05
1987	7,232	6,479	41,90	6,76
1988	7,579	6,975	41,90	10,19
1989	8,119	7,119	41,90	12,81
1990				

Fuente: CEPAL.

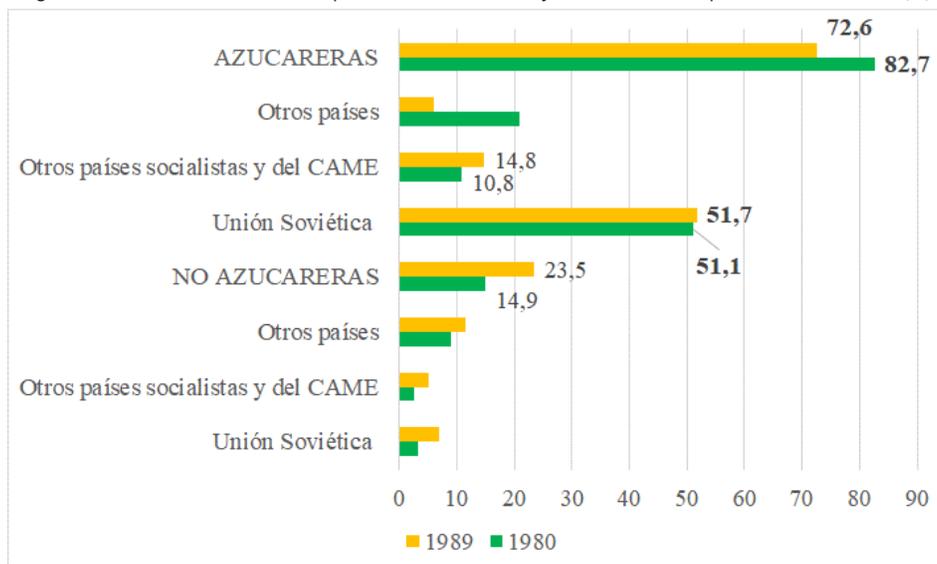
En este periodo, las exportaciones se concentraron fundamentalmente en la producción de azúcar (ver Figuras 1 y 2), producto de poco valor agregado (no se exportaba azúcar refinada) y aproximadamente 85% de este total se dirigía principalmente a los países miembros del CAME. Por otro lado, Cuba cubría gran parte de sus necesidades de alimentos, combustibles, insumos para la agricultura y bienes de capital con importaciones. Asimismo, en este período incrementase la dependencia económica del país con relación al intercambio comercial y el azúcar continuó siendo el principal producto de exportación.

Figura. 1- Cuba: Evolución de las exportaciones en el periodo de 1975-1989 en (%).



Fuente: CEPAL

Figura. 2 – Cuba: Evolución de las exportaciones azucareras y no azucareras no periodo de 1980-1989 (%).



Fuente: CEPAL

La inserción en el sistema socialista de acumulación reforzó el hecho de que la economía cubana fuera abierta y de ahí, la balanza comercial durante el período mostró un crecimiento continuo del déficit comercial, que de 166 millones de peso en 1975 llegó a 2732 millones de pesos en 1989. Ver Tabla 8.

Tabla 8. Cuba: Exportación, Importación y Saldo Comercial en (millones de pesos) no periodo de 1975-1990.

	1975	1980	1985	1989
Exportación Total	2,947	3,967	5,992	5,392
Unión Soviética	1,661	2,253	4,482	3,231
Resto de los países socialista y de CAME	341	534	850	1,075
Resto del mundo	945	1,18	660	1,086
Importación Total	3,113	4,627	8,035	8,124
Unión Soviética	1,25	2,904	5,419	5,522
Resto de los países socialista y de CAME	354	709	1,351	1,411
Resto del mundo	1,509	1,014	1,265	1,191
Saldo Comercial Total	-166	-660	-2,043	-2,732
Unión Soviética	411	-651	-937	-2,291
Resto de los países socialista y de CAME	-13	-175	-501	-336
Resto del mundo	-564	166	-605	-105

Fuente: CEPAL, con base en datos de los Anuarios Estadísticos de Cuba y del Comité Estatal de Estadísticas.

En relación con las cooperativas de producción agropecuaria, los resultados económicos alcanzados en el periodo analizado por estas nuevas formas de organización fueron positivos, aproximadamente el 78% de las mismas fueron rentables o alcanzaron resultados económicos eficientes, con destaque para las cooperativas de producción agropecuarias especializadas en la producción de caña de azúcar como se refleja en la Tabla 9.

Tabla 9. Resultados económicos de las CPA 1987-1992.

CPA	1987		1988		1989		1990		1991		1992	
	Cant.	%	Cant.	%	Cant.	%	Cant.	%	Cant.	%	Cant.	%
Total elaboran balances eco.	1377	100	1357	100	1331	100	1339	100	1260	100	1190	
Cañeras	423		428		414		407		396		390	
No Cañeras	954		929		917		932		864		800	
Costo por peso de producción.	0,85		0,77		0,75		0,75		0,76		0,74	
Cañeras	0,83		0,76		0,74		0,73		0,73		0,78	
No Cañeras	0,86		0,77		0,75		0,76		0,79		0,7	
Rentables	896	65	1165	86	1055	79	1065	80	966	77	1008	85
Cañeras	300	71	450	105	380	92	373	92	359	91	345	88
No Cañeras	596	62	715	77	675	74	692	74	607	70	663	83

Fuente: NOVA A. Las cooperativas agropecuarias en Cuba: 1959-presente. (2011).

Al mismo tiempo, llama grandemente la atención en este periodo, el hecho de que los resultados positivos alcanzados por las CPA contrastaban con los resultados negativos obtenidos por las grandes empresas agrícolas estatales. Como se manifiesta en la Tabla 10, en el año 1990, solamente el **27 %** de las empresas estatales agrícolas eran rentables; situación que empeoró a partir de la crisis económica de los años 90. En la práctica, el modelo cooperativo reveló sus ventajas frente al modelo estatal, aunque no logró un éxito semejante entre los pequeños productores.

Tabla 10. Resultados económicos de las empresas estatales agrícolas (no cañeras).

Empresas agrícolas estatales	1986		1987		1988		1989		1990	
	Cant.	%								
Rentables	170	39	132	33	132	33	119	31	100	27
No rentables	257	61	266	67	257	66	263	69	266	73

Fuente: Nova A. (2011).

O sea, el proceso de organización de la producción agropecuaria cubana en este periodo estuvo caracterizado por el predominio de una empresa estatal de grande escala de producción (fenómeno acuñado por algunos autores cubanos como "gigantismo

empresarial”) y elevada centralización en la gestión administrativa. Con la introducción del SDPE, esta tendencia al gigantismo de las entidades agrícolas estatales (que no siempre respondía al concepto de economías de escala y a una base material y técnica de sustentación), terminó por influenciar al sector cooperativo. (ver Tabla 11).

Tabla 11: Tamaño medio de la empresa estatal agropecuaria y las cooperativas de producción agropecuarias en hectáreas.

Cultivo/Actividad	Empresa Estatal (hectáreas)	CPA		Relación en Emp. Estatal/CPA (veces)
		Área	Área por cooperativista	
Cañera	13110	903	13	14,5
Cultivos Varios	4276	481	9	8,8
Cítricos y frutales	10822	580	14	18,65
Arroz	32760	52,7	15	621,6
Ganadería	24865	626	23	39,72
Tabaco	2778	505	9	5,5
Café	ND	459	15	ND

Fuente: Nova A. (2003) La UBPC y el cooperativismo en la agricultura cubana 1993-2001.

Es necesario destacar que este modelo organizacional utilizado en Cuba se fundamentaba en una agricultura industrial, altamente consumidora de insumos, con una importante dotación de inversión y equipamiento por hectárea, y al mismo tiempo dependiente de grandes recursos energéticos externos. En la década de los años ochenta, (particularmente en la segunda mitad), este modelo comenzó a mostrar signos de agotamiento, varios indicadores económicos en el país reflejaban, la realidad de esta problemática (Ver Tablas 12 y 13). El Producto Interno Bruto en el periodo presentó un crecimiento positivo de aproximadamente 177% $[(19201,8_{(1990)} / 10718_{(1975)}) * 100 = 177\%]$, pero debemos destacar que en 1987 por primera vez cayó el Producto Interno Bruto y la participación de la industria manufacturera en -3,5% y -3.1% respectivamente, cuando tomamos como base de análisis el año 1986.

En relación con el uso de los recursos o factores de producción, el consumo de fertilizantes y el parque de tractores se incrementaron en 192% y 142% respectivamente, lo que explica el aumento de la productividad del trabajo y la estabilización de la fuerza de trabajo agropecuaria en el periodo.

La producción de alimentos crece a tasas más bajas que las planificadas y el número de cabezas de ganado disminuyó considerablemente, o sea, la evolución desfavorable de la oferta interna de alimentos y la necesidad de mantener los niveles de consumo básico de la población llevaron a que en 1989 las importaciones de alimentos aumentaran en 11%, la de bienes intermediarios y de capital crecieron moderadamente

aproximadamente 7%, concentrándose en insumos agroquímicos para el programa alimentario, materiales de construcción y piezas de repuestos y equipos de transporte. De hecho, se presentaron dificultades y escasez de divisas para el abastecimiento de materias primas y bienes de capital.

Tabla 12. Cuba: Indicadores seleccionados del crecimiento económico y del uso de los recursos en la producción agropecuaria en el período de 1975-1990.

Indicadores seleccionados	1975	1980	1985	1990
PIB (Millones de pesos)	10718	13068,6	19201,8	19008,3
Crecimiento prod. Alimentos (Tasas anuales)	-4,8	3,5	1,4	3,3
Consumo de Fertilizantes (Toneladas)	302 400	529 500	585 300	580 000
Mecanización (hectáreas tierra cultivables por tractor)	57	47	48	43
Parque de tractores (Unidades en servicio)	54 851	68300	68585	77800
Existencia de ganado vacuno (miles de cabezas)	5 450	5114 ₍₁₉₈₂₎	5020	4920
Mano de obra empleada en la agropecuaria (miles)	685 ₍₁₉₇₆₎	624	572	690 ₍₁₉₈₉₎

Fuente: CEPAL y Anuarios Estadísticos de Cuba 1976, 1982, 1989.

Además, el consumo de la población y la dieta alimenticia que fue objeto de atención prioritaria por parte de las autoridades en este periodo, se resintió y la ingestión de calorías y proteínas por habitante registró el nivel más bajo del decenio de 1980. Este deterioro de la alimentación se debió a que disminuyó la producción de algunos rubros básicos de la dieta, como pescado, hortalizas, tubérculos y frutas derivado de lo anteriormente explicado.

Tabla 13. CUBA: Indicadores del consumo por habitante en el periodo de 1980-1989.

	1980	1985	1989
Productos alimenticios			
Calorías (unidades/día)		-0,9	-3,4
Proteínas (gramos/día)		0,1	-3,3
Carne	8,7	3,4	-2,7
Pescado	16	8,3	-13
Leche y Derivados	1,3	-1,3	-0,4
Huevos (unidades)	17,4	-3,2	1,7
Cereales	4,9	-1,9	-3,5
Grasas	5,5	2,3	-3,9
Hortalizas	39,1	3,8	-9,9
Tubérculos y raíces	6,2	-3,3	-7,5
Frutas	27,5	10,2	-12,1
Frijol	5,9	0,8	3,3
Azúcar	3,6	-3,1	-2,8

Fuente: CEPAL

Entre los principales **desaciertos**, sucedidos en esta etapa debemos destacar los siguientes:

- a. Desde inicios de los años ochenta, se perciben algunos efectos negativos en la implementación de objetivos estratégicos contenidos en la política económica trazada, e implementada a través del SDPE, emergiendo conductas economicistas y mercantilistas en 1982. En este periodo las empresas estatales abusaron, en el uso y distribución del pago de estímulos materiales tanto individuales (primas) como colectivos (premios) sin la debida correspondencia con los resultados productivos realmente alcanzados. En el caso del pago de primas individuales, la fuente de financiamiento era el presupuesto del gobierno; y en el segundo (pago de premios), las ganancias empresariales. Dicho de otra forma, los incentivos materiales y las herramientas mercantiles retrocedían a la economía cubana al capitalismo, corrompían a los trabajadores y a los directivos y diluían en el fervor revolucionario.

Así, en 1986 comienza un proceso de *rectificación de errores y tendencias negativas*, con el propósito de sanear el proceso de desarrollo económico y social de elementos que retardaban y frenaban su normal desempeño y que tenían repercusión en todos los planos de la vida económica y social del país, una vez que obstaculizaban la interrelación necesaria que debía existir entre la satisfacción de los intereses individuales y los intereses de toda la sociedad.

Según Fidel Castro:

(...) Es un error creer que el socialismo puede ser construido con incentivos materiales (...). El socialismo debe ser construido con consciencia e incentivos morales (...). En la búsqueda de la eficiencia económica hemos creado el caldo de cultivo para numerosos vicios, deformidades y corrupción» (Castro⁵, 1986: 3).

Estaba claro que el SDPE mostraba los límites de la planificación y la dificultad de aumentar la eficiencia sin contaminar el sistema con la introducción de mecanismos de mercado. Sin embargo, la crítica al SDPE protagonizada por el máximo líder de la revolución, llevó a una recentralización de las decisiones económicas.

- b. Debemos destacar el contexto internacional desfavorable en que se desempeñó la economía cubana en esta segunda mitad de los años ochenta

⁵ CASTRO, F.: Discurso de conmemoración del 25 Aniversario de MININT, en Periódico Granma. 15 junio 1986, pág. 3.

ante la progresiva declinación económica de los países integrantes del CAME. De hecho, se presentaron dificultades para el abastecimiento de materias primas y bienes de capital y se deterioró la relación de los precios de intercambio. A título de ejemplo, puede mencionarse que la extinta Unión Soviética pagó la libra de azúcar cubano a 41.90 centavos en 1989 frente a 45 centavos en 1985, una disminución del 7%.

- c. El colapso del campo socialista europeo y la desintegración de la Unión Soviética eliminaron abruptamente los mercados tradicionales de exportación de productos cubanos, las fuentes de adquisición de bienes y servicios fundamentales para el funcionamiento productivo. La isla quedó así sin sus mercados y posibilidades externas de financiamiento tradicionales por lo que disminuyó su capacidad de importar, con deformaciones en su estructura productiva y rezagados mecanismos de gestión empresarial, todo lo cual configuró un cuadro de baja competitividad en un nuevo y desconocido escenario internacional. Además, las pequeñas dimensiones del mercado interno y la escasez de petróleo decretan una vulnerabilidad externa que, en las condiciones dadas impidieron amortiguar a corto plazo los efectos negativos de los choques externos.
- d. La poca valorización del trabajo agrícola, y la falta de expectativas que ofrecían las comunidades rurales a una población que aumentaba año tras año sus niveles de cultura y educación, hicieron de los centros urbanos sus principales atractivos, dando origen a un verdadero proceso de descampesinización que se reflejó en saldos migratorios negativos, y pérdidas de la población rural.
- e. Según, MARIA GUEVARA (2009) el sistema de normas aplicadas en la agricultura estatal lejos de ser un mecanismo para el incremento incesante de la productividad del trabajo obstaculizaba este proceso, incidiendo desfavorablemente en el sentimiento de propietario colectivo de medios de producción y en la elevada fluctuación de la fuerza de trabajo calificada. El modelo de organización de la producción agropecuaria utilizado a lo largo de este periodo, presentó evidentes síntomas de insostenibilidad económica y ecológica. Siendo que en la actualidad aproximadamente cuatro millones de hectáreas están afectadas por problemas de salinización y erosión. (Ver Figura 3)

Figura 3. Agroproductividad de los suelos de Cuba



Fuente: Anuario Estadístico de Cuba de 2011.

3.3 CRISIS DE LA GRANDE EMPRESA AGROPECUARIA ESTATAL SOCIALISTA Y LA NECESIDAD DE UNA TERCERA REFORMA AGRARIA EN 1993

La desaparición del campo socialista y la agudización del bloqueo económico obligó al estado cubano a introducir un conjunto de modificaciones estructurales en el modelo económico del país y en la agropecuaria en particular. Debemos esclarecer que estas reformas aplicadas a partir de los años 90, por su esencia y contenido son totalmente distintas a las de contenido neoliberal que en ese mismo periodo eran aplicadas en América Latina, porque en el caso de Cuba estuvieron dirigidas a mantener el empleo y defender los logros sociales alcanzados por la revolución en esos últimos 30 años.

La Reforma Agraria puesta en vigor a partir de 1993 significó el tránsito hacia un nuevo modelo agrario, cuyo objetivo principal sería resolver el problema de la **soberanía alimentaria**, (entendida como la necesidad de la nación de mantener y desarrollar su propia capacidad de producir alimentos que son decisivos para la seguridad alimentaria nacional y comunitaria, respetando la diversidad cultural y la diversidad de los métodos de producción). La principal diferencia entre esta nueva forma de tenencia de la tierra y las reformas agrarias de 1959 y 1963 radica en que la presente reforma (la de 1993) está basada en el **ajuste estructural de la propiedad estatal** mediante la parcelación de la tierra bajo diferentes regímenes: a) en régimen cooperativo (fórmula dominante); b) en régimen de autogestión participativa, en las granjas no cooperativizadas; c) en régimen individual a favor de personas y familias; y d) en régimen privado empresarial de

parcelación, ya las reformas anteriores defendieron la socialización de la gran propiedad privada agrícola y del campesinado.

Según Figueroa y Averoff (2001) esta nueva reforma agraria fue resultado de una iniciativa de la dirección política central del país, y no el producto de imperativos políticos, o de reivindicaciones de trabajadores y demás productores agrícolas.

Así, el Gobierno y el Estado cubano decretan a partir del mes de septiembre de 1993, la creación, de las Unidades Básicas de Producción Cooperativa (UBPC), las cuales surgen tomando como fundamento normativo el funcionamiento de las CPA y como base económica el patrimonio fomentado por las anteriores estructuras de producción estatal.

Es importante destacar que el Gobierno y el Estado cubano, consciente de que las grandes empresas agropecuarias estatales presentaron resultados económicos negativos y profundizados por la crisis económica de los años 90, opto por las experiencias o formas cooperativas existentes en el país (como las CPA y las CCS) una vez que estas, estaban mejor preparadas que la empresa estatal para trabajar y funcionar bajo condiciones de escasas de recursos. O sea, el nuevo modelo utilizado en la conformación de las UBPC, fundamentase en la trayectoria, la experiencia y los resultados positivos alcanzados por las Cooperativas de Producción Agropecuaria surgidas en 1976.

Por tanto esta nueva reforma agraria inicia una nueva etapa en el desarrollo de la economía cubana donde se promueve la descentralización o desestatización del proceso de gestión y funcionamiento de la agropecuaria cubana, considerándose, la creación de las UBPC como la transformación más revolucionaria que se ha producido en el agro cubano después de la promulgación de las 1ª y 2ª Leyes de Reforma Agraria y constituyen una nueva forma de organización de la producción donde se integran obreros agrícolas para el trabajo colectivo, recibiendo **la tierra en usufructo** y siendo propietarios de los restantes medios y de la producción.

Entre las principales características de las UBPC tenemos:

- Venderán su producción al Estado.
- Pagarán el aseguramiento técnico-material.
- Operarán cuentas bancarias.
- Comprarán a crédito los medios fundamentales de producción.
- Elegirán en colectivo su dirección y ésta rendirá cuenta periódicamente.
- Cumplirán las obligaciones fiscales como contribución a los gastos de la nación.

Sus principios de funcionamiento son:

- Vinculación del hombre al área.
- Autoabastecimiento de los obreros y su familia y mejoramiento de las condiciones de vida.

- Los ingresos de los trabajadores asociados rigurosamente a la producción.
- Desarrollar ampliamente la autonomía de la gestión y administrar sus recursos haciéndose autosuficientes en el orden productivo.

En realidad, las Unidades Básicas de Producción Cooperativa representan un nuevo arquetipo de cooperativas de tipo empresarial, y están integradas por trabajadores estatales asalariados procedentes de las empresas estatales agropecuarias. O sea, con la creación de este nuevo tipo de cooperativa, por iniciativa e decisión del gobierno revolucionario, comienza un proceso singular de desestatización de la posesión de la tierra y de los activos estatales. Así, los “antiguos” trabajadores asalariados estatales, se convierten en trabajadores-propietarios colectivos, con intereses propios de tal categoría.

En este nuevo contexto debemos tener claro que las UBPC creadas son algo más que empresas: **constituyen una comunidad económico-social integrada en el medio rural. Se diferencian de las empresas mercantiles convencionales (cuyo objetivo principal es la maximización de la tasa de ganancia), en que, sin dejar de perseguir un interés de beneficio, están obligadas a tener otros objetivos de índole social-comunitaria.** La satisfacción de ambos aspectos es un concepto básico para entender su lógica.

Debemos tener presente, que esta tercera reforma agraria (y la creación de las UBPC) no puede verse como un hecho aislado, sino que forma parte del conjunto de medidas tomadas para lograr el reordenamiento de la economía cubana, medidas como: la apertura al capital extranjero, el saneamiento de las finanzas internas, la creación del mercado agropecuario y la entrega de tierras en usufructo, entre otras.

Con esta nueva forma de organización del proceso de producción agropecuario, (las UBPC), permiten eliminar preliminarmente el problema del gigantismo empresarial creado con anterioridad al disminuir el tamaño promedio por unidad de hectárea, como refleja la Tabla 14.

Tabla 14: Tamaño medio de la empresa estatal agropecuaria y las unidades básicas de producción agropecuarias en hectáreas.

Culturas producidas	Empresas estatales en 1990	UBPC en 1993	Relación en Emp. Estatal/UBPC (veces)
Caña de azúcar	13 110	1 190	11,01
Cultivos varios	4 276	456	9,37
Cítricos y frutales	10 822	100	108,22
Arroz	32 760	5 132	6,38
Tabaco	2 778	241	11,52
Pecuarias	24 865	1 595	15,5

Fuente: Balado Pampin, 2010.

O sea, con la creación de las UBPC, junto con el funcionamiento de las CPAs y las CCS, Cuba definió el cooperativismo (manteniendo así a la propiedad colectiva como la forma de propiedad predominante) como la base fundamental de su sistema económico empresarial agropecuario, reconfigurando la forma de tenencia de la tierra, siendo que actualmente el **54%** (de las tierras) está en manos del Estado y el **46%** restante es propiedad no estatal. En estos momentos, en el sector agropecuario participan cinco tipos de entidades productivas: las UBPC, CPA, CCs, productores privados y el sector estatal, ver Tabla 15.

Tabla 15. Cuba. Distribución y uso de la tierra según la forma de propiedad en 2013.

Superficie en hectáreas.												
CONCEPTO	Estatal			No estatal								
	Total	Estatal	(%)	Total	(%)	UBPC	(%)	CPA	(%)	CCS y Privados	(%)	
Total	10.988,4	5.932,1	54,0	5.056,3	46,0	1.952,0	38,6	614,3	12,1	2.490,0	49,2	
Superficie agrícola	6.342,4	1.851,7	29,2	4.490,7	70,8	1.677,5	37,4	521,5	11,6	2.291,7	51,0	
Superficie cultivada	2.645,8	471,8	17,8	2.174,0	82,2	851,3	39,2	264,9	12,2	1.057,8	48,7	
Superficie no agrícola	4.646,0	4.080,4	87,8	565,5	12,2	274,5	48,5	92,8	16,4	198,3	35,1	

Fuente: Anuario Estadístico de Cuba 2013.

Debemos destacar que, en la actualidad, de estas entidades productivas las más eficientes son las CCS y el sector privado, las cuales producen aproximadamente más del **60%** de la producción total de alimentos del país utilizando el 23% y 36% de la superficie total y de la superficie agrícola respectivamente. Además, son las entidades productivas que registran la menor cantidad de superficie no agrícola y ociosa.

En realidad, esta tercera reforma agraria, no ha conseguido resolver el problema de la soberanía alimentar, una vez que la producción de alimentos del país disminuyo considerablemente entre 2008 y 2013, o sea, la producción agrícola estatal mantiene una tendencia a la disminución en casi todos los productos agrícolas. Al mismo tiempo se observa el considerable aumento del peso del sector no estatal del país en la producción agrícola nacional lo que corrobora lo explicado anteriormente. Ver Tabla 16.

Tabla 16. Cuba: Producción agrícola por cultivos seleccionados de la agricultura no cañera. Sector estatal y No Estatal en el periodo de 2008 – 2013 (en toneladas).

CULTIVO	2008		2013		Relación 2013/2008	
	Estado	No Estatal	Estado	No Estatal	Estado	No Estatal
Viandas ^(a)	318351,096	1832348,904	184622	2054379	-42,01	12,12
Tubérculos y raíces	187094,466	1205405,534	102664	1477836	-45,13	22,60
De ello: Papa	59290,872	136809,128	35529	71171	-40,08	-47,98
Boniato	48768,372	326231,628	31292	365055	-35,84	11,90
Malanga	32772,792	207227,208	9763	176159	-70,21	-14,99
Plátano	131256,63	626943,37	81958	576543	-37,56	-8,04
Fruta	51033,366	229766,634	40311	110026	-21,01	-52,11
Vianda	80223,264	397176,736	41647	466517	-48,09	17,46
Hortalizas	437620,264	2001679,736	371925	2034575	-15,01	1,64
De ello: Tomate	67596,448	508303,552	41310	636690	-38,89	25,26
Cebolla	9615,702	118484,298	4623	122253	-51,92	3,18
Pimiento	8075,024	55601,976	7257	66079	-10,13	18,84
Cereales	76258,892	685441,108	125762	973038	64,91	41,96
Arroz cáscara húmedo	54656,188	381343,812	110220	562380	101,66	47,47
Maíz	21602,704	304097,296	15542	410658	-28,06	35,04
Leguminosas	2935,03	94264,97	5207	124593	77,41	32,17
Frijoles	2935,03	94264,97	5207	124593	77,41	32,17
Tabaco	250	21250	153	23847	-38,80	12,22
Cítricos	243400,26	148399,74	111610	55290	-54,15	-62,74
De ello: Naranja dulce	117681,57	82718,43	63881	21229	-45,72	-74,34
Toronja	123790,462	42309,538	45526	18453	-63,22	-56,39
Limón	585,396	4814,604	1458	3567	149,06	-25,91
Otras frutas	57567,436	680932,564	69482	855518	20,70	25,64
De ello: Mango	16665,524	212034,476	24835	260691	49,02	22,95
Guayaba	10275,02	116224,98	15344	109621	49,33	-5,68
Fruta bomba	12356,244	77043,756	9278	188564	-24,91	144,75
Cacao	60	1040	20	1405	-66,67	35,10

Fuente: Anuario Estadístico de Cuba 2013, 2014, 2015.

Debemos especificar que las UBPC creadas absorbieron una organización agrícola (las antiguas empresas estatales) diseñadas para operar en condiciones de elevada disponibilidad de recursos técnicos y materiales y en la actualidad operaran en condiciones de escasos recursos como el petróleo, fertilizantes, piensos, medicamentos, etc. Derivado de esa situación, muchas de las dificultades que actualmente confrontan

las UBPC tienen su origen en la situación económica existente en el país y no deben ser totalmente atribuidas a esta nueva forma de organización en sí. El Cuadro 1 destaca las principales ventajas y desventajas en el funcionamiento y concepción de esta nueva forma de producción agropecuaria.

Cuadro. 1. Cuba: Principales ventajas y desventajas en el funcionamiento y concepción de las UBPC creadas a partir de 1993.

Principales ventajas y desventajas en el funcionamiento y concepción de las UBPC	
Ventajas	Desventajas
a) Ligeros aumentos en algunas producciones.	a) El elevado nivel de compromiso de ventas establecidos con Acopio superior al 70% de la producción fundamental.
b) Discretos resultados económicos, aunque no todos atribuibles a la eficiencia económica de la producción fundamental.	b) Los precios pagados por Acopio son muy inferiores a los del Mercado Libre Agropecuario y por lo general no cubren los costos
c) Reducción del área media de las unidades productivas de base	c) Falta de autonomía: a las UBPC les definen el surtido, la cantidad y el destino de lo que deben producir.
d) Elección del personal de dirección por métodos democráticos	d) La existencia de una empresa (como nivel intermedio), que agrupa a las UBPC y que finalmente es la que orienta, determina y centraliza las decisiones, desde lo que deben producir, a quien vender, a que precios, que insumos recibirán, que inversiones realizar, entre otros aspectos
e) Vinculación de los ingresos de los trabajadores a los resultados económicos.	e) Los recursos los reciben por asignación centralizada, no existiendo un mercado de insumo, ni de equipamiento, donde el productor pueda acudir
f) Aumentos del personal directo a la producción y vinculación del hombre al área	f) Las UBPC ganaderas no pueden acudir con su producción fundamental (leche y carne), al Mercado Libre Agropecuario. Las UBPC arroceras, cítrícolos y los productores de papa, tampoco pueden acudir con su producción fundamental al Mercado Libre Agropecuario.
g) Detenimiento relativo de la fluctuación laboral y mejoramiento de la disciplina.	g) Presentan dificultades internas en la contabilidad y la estabilidad de los cooperativistas.
h) Creación de las áreas de autoconsumo para los trabajadores, aunque resulta insuficiente.	
i) Avances en el uso racional de los recursos.	
j) Posibilidad de tomar "algunas" decisiones.	

Fuente: Elaborado por el autor apud de Blanca (2010) e Nova (2008).

Todo parece indicar que una de las principales dificultades encontradas en esta nueva forma de organización radica en la falta de autonomía necesaria para su correcto funcionamiento. Esto ha conllevado que una parte significativa de las UBPC en la actualidad sean irrentables, desestimulando a los productores, debido a que no reciben utilidades.

4 CONSIDERACIONES FINALES

De todo lo expuesto hasta aquí percibimos la existencia de varios factores negativos tanto del lado de la oferta como de la demanda que inciden negativamente sobre los resultados productivos de las UBPC creadas con la tercera reforma agraria en Cuba.

Del lado de la **oferta** debemos destacar: a) el clima, Cuba, por su posición geográfica es un territorio propenso al paso de ciclones (cada vez más fuertes), la sequía, erosión y salinización de los suelos, afectan directa y negativamente en los resultados productivos alcanzados b) los bajos niveles de productividad del trabajo y rendimientos agrícolas registrados en las UBPC, c) la falta de integración necesaria entre la agroindustria de la caña de azúcar y la base de producción de alimentos con destino al ganado vacuno y porcino, d) la demora en el reconocimiento del papel del mercado (con sus elementos positivos y negativos) dentro de la planificación socialista, e) la falta de un sistema de precios, que renumere satisfactoriamente a los productores nacionales agropecuarios, (en particular, de aquellos productores que sustituyen importaciones) al mismo tiempo que se pagan precios elevadísimos por los productos importados, f) la falta de medidas que descentralicen, la comercialización y eliminen el monopolio del Acopio Estatal y g) la escasa integración científico/productiva existente entre las UBPC y el sistema de innovación nacional, territorial y municipal, en términos de *innovación - cooperación - aprendizaje*, lo que les permitiría (a las UBPC) conocer e introducir los principales logros y resultados científicos obtenidos por nuestras instituciones de investigación y desarrollo (I+D) en diferentes escalas de producción.

Por el lado de la **demand**a, la propia expansión del turismo (como uno de los principales renglones económicos del país), ha incrementado las necesidades de mayores volúmenes de alimentos, ejerciendo al mismo tiempo mayor presión sobre los suministros disponibles para la población, generando la necesidad de aumentar las importaciones de alimentos.

Debemos destacar que sobre las bases político-ideológicas en que descansa el modelo económico de Cuba de igualdad social y garantías plenas de derechos para todos sus ciudadanos será extremadamente difícil (pero no imposible) alcanzar el objetivo de la seguridad alimentaria planteado con la Tercera Reforma Agraria. O sea, por un lado, tenemos producción limitada de alimentos, grande escasez de divisas, recrudescimiento del bloqueo económico por parte de los EUA y del otro el aumento de los precios de los alimentos en el mercado internacional lo cual encarece cada vez más los volúmenes de importación, dificultando en última instancia el cumplimiento de alcanzar la soberanía alimentaria.

Ante esta situación, resulta evidente y necesario que el gobierno resuelva de vez todas las dificultades negativas observadas desde la óptica de la oferta, es decir, los problemas negativos observados del lado de la producción agropecuaria y destrabé todos los obstáculos, entendiéndose elimine o crie nuevas, normativas, resoluciones, leyes, formas de actuación directas, etc., que permitan y garanten el desarrollo pleno de las fuerzas productivas del sector agropecuario.

El desafío es muy grande, una vez que, con las transformaciones realizadas dentro de la sociedad cubana, a partir de los años 90, en el futuro próximo surgirá una nueva clase social, existen aproximadamente 580 mil personas trabajando en el sector privado que en Cuba se llama *trabajadores por cuenta propia* y cerca del 80% de esos trabajadores, están ocupados en el sector de comercio y servicios, o sea, no producen nada.

Hoy, existen 3,8 millones de trabajadores que dependen del Estado y coexisten aproximadamente 1 millón de trabajadores organizados en cooperativas estatales y mixtas. En términos socio económicos significa que tenemos un sector privado con renda mayor, que la de los trabajadores del sector estatal y que aún no están organizados como clase.

Lo anteriormente colocado es de vital importancia, porque a partir de 2018 la realidad socio política de Cuba tiene como rasgo fundamental la continuidad del proceso de cambio generacional dentro de los mandos más importantes del gobierno. A partir de aquí se abrirá una nueva etapa que tratarán de aprovechar los enemigos de la revolución, los cuales, tratarán de revertir las bases de la Revolución. Entonces la lucha ideológica continua. Esa seguirá siendo la batalla principal en la consolidación de la independencia cubana: mantener la opción socialista saludable, abierta, sostenible, no ya en el discurso, sino en la práctica terrenal.

En síntesis, el análisis de la cuestión agraria y la tercera reforma agraria realizada en este periodo, refleja (aunque sin resultados económicos expresivos y grandes dificultades materiales) el predominio de las decisiones de Política, sobre la Economía, lo que significa antes de todo el predominio del interés colectivo sobre el individual, o lo que es lo mismo defender y salvar todas las conquistas sociales de la Revolución, siendo ese el grande reto inmediato y futuro.

BIBLIOGRAFÍA

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA (CEPAL). CEPALSTAT. Base de datos y publicaciones estadísticas. Disponível em: http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores. Acesso 28/05/2017.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA (CEPAL). **Estudio acerca de la erradicación de la Pobreza en Cuba**. 27 de junio de 1984.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA (CEPAL). Projeto CEPAL/UNCTAD/PNUD-RLA/76/013. PINO, O & MARTINEZ, O (Consultores). **Relações econômicas entre países de América Latina e os países do Conselho de Ajuda Mutua Econômica (COMECOM)**. Nov. 1979.

FIGUEROA V. Y AVERHOFF A. La agricultura cubana y la reforma agraria de 1993. En: **FAO, Boletín: Reforma agraria, colonización y cooperativas, Dirección del Desarrollo Rural**. Roma. 2001. Disponible en <http://www.fao.org/docrep/005/Y2519T/y2519t00.htm#TopOfPage>. Acceso el 4/06/2017.

MARÍA DE LOS A. ARIAS GUEVARA. Cuba: reforma y transformación agraria. La crisis de los noventa y el proceso de desestatalización de la agricultura Revista IDEAS, v. 3, n. 1, p. 6- 29, jan./jun. 2009.

NOVA A. El sector agropecuario en Cuba. Revista Nueva Sociedad. No 216, julio-agosto de 2008. Disponible en: <http://www.nuso.org>. Acceso el 4/06/2017.

NOVA A. La propiedad en la economía cubana Recientes cambios en las formas de propiedad y su impacto en el sector agrícola cubano. Disponible en <http://espaciolaical.org/contens/publicacion/libro1/cap-4.pdf>. Acceso el 4/06/2017.

NOVA A. Las cooperativas agropecuarias en Cuba: 1959-presente. Org. HARNECKER PIÑEIRO CAMILA. **Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba**. La Habana: Editorial Caminos, 2011.

ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION (FAO). Statistic. DATABASE. FAOSTAT. 2016. Disponible en: <http://www.fao.org/statistics/en/>. Acceso en 29/05/2017.

PAMPÍN BALADO BLANCA & TRUJILLO CLARA. **Los cambios estructurales en la agricultura cubana**. Em: Asociación Nacional de Economistas de Cuba (ANEC). Habana. 2010.

VALDÉS PAZ, J. Los Procesos de Organización Agraria en Cuba, 1959-2006. 1. ed. La Habana: Fundación Antonio Nuñez Jimenez, 2009.

CAPÍTULO 4

DE LA ENCOMIENDA A LOS CONDOMINIOS: CAMBIOS SOCIALES EN LA PROPIEDAD Y TENENCIA DE LA TIERRA DE LOS CRIADORES DE CAMÉLIDOS SUDAMERICANOS¹

Data de submissão: 30/03/2021

Data de aceite: 19/04/2021

Eliseo Zeballos Zeballos²

<https://orcid.org/0000-0002-8003-9348>

Paquita Lourdes Velásquez Alarcón³

<https://orcid.org/0000-0001-9669-2440>

RESUMEN: El propósito del presente trabajo fue dar cuenta del proceso histórico de transformación y cambios en el sistema de tenencia, propiedad y usufructo de la tierra en las zonas altoandinas de Arequipa desde la conquista española hasta la actualidad. Al tratarse de un trabajo diacrónico multietápico, las fuentes de consulta se constituyeron de documentos institucionales de contenido histórico, informes de las organizaciones no gubernamentales que desarrollaron trabajo por más de dos décadas y otras que aún

¹ Ponencia presentada al XVIII Seminario Permanente de Investigación Agraria (SEPIA) en la ciudad de Puno.

² ezeballosz@unsa.edu.pe Sociólogo, docente principal de la Facultad de Ciencias Histórico Sociales de la Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa, miembro del equipo de investigación del Proyecto: Coexistencia Equitativa de Agricultura, Minería y Desarrollo Regional del **INSTITUTO NEXUS, Convenio UNSA-PURDUE Indiana, EE.UU.** Arequipa: Realidades, Barreras y Oportunidades

³ lulavel55@yahoo.com Socióloga, docente principal de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Puno.

operan como en el caso de DESCOSUR. Información que dio cuenta de la historia pasada y presente; además, la práctica y contacto directo con esta realidad y el compartir con sus actores en eventos de distinta índole, resultaron insumos importantes que facilitaron la investigación. El resultado relevante se traduce en la explicación de los cambios del sistema de tenencia de la tierra, que acontecen desde las encomiendas y repartimientos pasando por las haciendas y que luego, por efectos de la reforma agraria, devienen en cooperativas para concluir todos como pequeños y medianos campesinos que usufructúan bajo un sistema donde se combina la propiedad privada, comunal con el condominio familiarista lo cual da por resultado una limitación para impulsar el desarrollo y la reconversión tecnológica.

PALABRAS CLAVES: Condominio. Propietarios. Estancieros.

FROM THE COMMITMENT TO THE CONDOMINIUMS: SOCIAL CHANGES IN LAND OWNERSHIP AND TENURE OF SOUTH AMERICAN CAMELID BREEDERS

ABSTRACT: The purpose of this paper is to account for the historical process of transformation and changes in the system of tenure, property and usufruct of the land in the high Andean areas of Arequipa since the Spanish conquest to the present. Due to

the characteristics of being a multi-stage diachronic work, the sources of consultation are institutional documents with historical content, other reports by non-governmental organizations that have developed work for more than 2 decades and others that continue to operate, such as DESCOSUR, which account for the past and present history. The practice, then direct contact with this reality and sharing with its actors in different types of events, resulted in the important input that facilitated us to give shape to this document. The relevant result is translated into the explanation of the changes in the system of land tenure that come from the parcels and distributions, passing through the estates, that later because of the agrarian reforms end up as cooperatives and to conclude all as small and medium peasants who benefit under a system where private and communal property is combined with the family condominium that leads to a limitation to promote the development and technological reconversion.

KEYWORDS: Tenancy. Owners. Condominium. Ranchers.

1 INTRODUCCIÓN

La sociedad alto andina, dedicada a la crianza de camélidos sudamericanos (alpacas, llamas, vicuñas y guanacos), es la que ha logrado conquistar los ecosistemas más fríos y variados de la puna alta que se encuentran por encima de los 3 400 m s.n.m. donde no es posible la agricultura, pero sí el sistema de praderas y pastos naturales aptos y palatables para los camélidos sudamericanos que poseen una de las fibras de calidad más requeridas y cotizadas, fundamentalmente, en el mercado internacional. Según el Censo agropecuario del año 2012, se registran la existencia de 3 685 516 alpacas, 741 936 llamas y 237 238 vicuñas Actualmente, son aproximadamente 145 000 familias campesinas del Perú, Bolivia, Ecuador, Chile y Argentina las que dependen directamente de la crianza y si se agrega a las que forman la cadena del proceso de transformación y comercialización de fibra, carne, pieles, etc. se calcula que más de 300 000 familias se dedican y viven de la economía campesina alpaquera.

El Perú es el país con la mayor producción de camélidos 61.16% de la producción total, más de las dos terceras partes se encuentran en los Andes del Sur del Perú, particularmente en los departamentos de Puno, Cuzco, Arequipa, Ayacucho y Huancavelica. Arequipa registra el 10.5 % de la producción nacional de alpacas y llamas, y son cerca de 5 000 familias que están ligadas a este sistema de producción, concentrándose cerca del 70% en la provincia de Caylloma, el resto se ubica en las zonas altas de las provincias de Arequipa, Castilla, Condesuyos y La Unión, Zeballos E, (2009).

Se trata de un ecosistema que sostiene a una población humana que extrae del medio ambiente los recursos que le permiten subsistir a través del cuidado y/o pastoreo de los rebaños que ha domesticado, propicio para a crianza de llamas y alpacas (Flores, O. 1977. 33). Son campesinos de comunidades, parcialidades o localidades; una economía

familiar en la condición de pequeños y medianos propietarios que han devenido de la herencia comunitaria, de la gran hacienda y del gamonalismo que tuvo predominio en Puno y Cuzco y con menor incidencia en Arequipa (Caylloma y Condesuyos). Las formas de propiedad y usufructo han sufrido transformaciones significativas desde la confrontación de la comunidad campesina con la hacienda pasando por el Sistema Reformado de las Cooperativas en 1969, Sociedades Agrícolas de Interés Social (SAIS), Empresas de Propiedad Social (EPS), la restructuración del mismo con la tendencia a parcelar y formar empresas comunales, o un sistema asociativo pro empresarial para devenir en pequeños propietarios o familias en la situación de condominio familiar con consecuencias significativas en el sistema de producción y las condiciones sociales de vida de estos campesinos. Por lo que, se pretende dar cuenta de esos cambios en la propiedad y las formas sociales de producción, Gómez, J. (1976).

2 MATERIALES Y MÉTODOS

Al tratarse de un estudio diacrónico, se ha configurado de manera progresiva ya que, más allá del dato directo producto de la práctica social permanente, era necesaria la revisión de literatura diversa y pertinente del caso. Las principales fuentes, para plantear el contenido de este artículo, han sido documentos y fuentes de carácter histórico como los trabajos del padre Barriga (1939), Pease (1977), Neira (1961), y Málaga (1981), que refieren la historia de los collaguas; asimismo, los trabajos de Manrique (1985) referidos al colonialismo y la pobreza de Caylloma; así como también, la tesis e informes de Gómez (1976) y de Salas (1989). Además, los informes de las organizaciones no gubernamentales (ONG) tales como el Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo (DESCOSUR, 1994, 2001, 2016), que ha desarrollado actividades de apoyo al desarrollo de la cuenca del Colca y de manera particular a los criadores de camélidos, y de Acción Social para el Desarrollo (ASDE, 1990). Organizaciones que además de informes, sistematizaciones y publicaciones, permitieron al equipo de investigadores participar de manera directa en la elaboración de diagnósticos, base de sus proyectos y acciones de promoción social, a través de la capacitación de promotores de salud (ASDE, 1993) y de los planteleros (DESCO, 2001) además de trabajo directo con los campesinos y criadores de camélidos de Pusa Pusa, donde se construirá la Represa de Angostura, para la implementación de la segunda fase del Proyecto Especial Majes-Siguas.

Los trabajos y publicaciones del Proyecto CECI-CEDCAP y PAL-COTESU (1990) sobre la problemática y perspectivas del desarrollo del sector alpaquero, los aportes de Claverías, Leyva, Jerí. Fue de vital importancia la participación en los eventos de las

organizaciones sociales de base de los criadores alpaqueros y de su gremio principal, la Asociación de Criadores Alpaqueros de Arequipa (ADECAL) que desde hace más de dos décadas juega un rol importante en el proceso de asociación para la transformación y comercialización de la fibra de alpaca, lo que permitió reconstruir el proceso histórico por la cual ha transcurrido la vida campesina de esta zona, particularmente el establecimiento de la hacienda y feudatarios pasando por el sistema cooperativo y asociativo, para imponerse el establecimiento de la pequeña propiedad individual y la familiar con la persistencia del sistema del condominio.

3 RESULTADOS

3.1 LA ENCOMIENDA Y LOS INDIOS TRIBUTARIOS

Antes del proceso del coloniaje las tierras arequipeñas, entre ellas la provincia de Caylloma⁴, fueron conquistadas por el inca Mayta Cápac y divididas en dos espacios diferenciados: Hanansaya y Urinsaya, sometiendo a los indios de ambos territorios al dominio incaico sin alterar su racionalidad productiva y sociocultural porque los beneficios de la explotación del trabajo revertían a la zona en la construcción y mejoramiento de la infraestructura agrícola (andenes, terrazas, caminos, puentes, etc.) o construcciones religiosas incaicas.

Con la llegada de los españoles, la conquista inició un proceso de sometimiento de la sociedad andina a la voracidad de la minería, trastocando la vocación y el sistema agrícola de los ayllus y comunidades campesinas de ese tiempo. «Fueron los conquistadores españoles [...] quienes finalmente destruyeron la particularidad del desarrollo de las culturas precolombinas; este proceso se realiza a partir de los años ochenta del siglo XVI, es decir desde la implantación de las reducciones toledanas en esta parte del virreinato del Perú» (Szykulski, 2010, p. 338). La exuberancia, equidad y reciprocidad fueron sustituidas por la dominación y explotación forzada con injusticia y sin piedad, emergen nuevos actores y formas de dominio sobre la tierra desde la antigua sociedad sur andina. Particularmente, la explotación de los territorios de los collaguas, base de lo que hoy es la provincia de Caylloma con su atractivo cañón del Colca en el departamento de Arequipa, bajo los designios de las encomiendas se inicia entre 1535 y 1545, se estableció una de las encomiendas más disputadas por los conquistadores ibéricos. Eran importantes los repartimientos de Yanque Collaguas, Lari Collaguas, y Cabanaconde con más de 3 000 tributarios (Flores-Galindo, 1977). Siete españoles encomenderos, entre pizarristas y almagristas, pelearon por la

⁴ Caylloma: Cuna de la cultura de los Collaguas, es una de las principales provincias de la zona alto andina de Arequipa donde se encuentra el Cañón del Colca y se puede apreciar el majestuoso vuelo del Cóndor; tiene 19 distritos 45,238 habitantes de los cuales cerca de 5,000 familias se dedican a la crianza de camélidos.

posesión de estos territorios durante diez años. ¿Cuáles eran los móviles?, claro está que no eran la sujeción y fidelidad a su Majestad de España, o el infausto recaudo de tributos ni diezmos, ni la católica y cristiana «evangelización», estaba de por medio un botín, el más rico e importante de los siete repartimientos de la zona, era la encomienda más poblada con 18 113 personas, el 37.23% de la población total (Renique, J. y Trelles, E. 2012).

Los recursos productivos distribuidos en distintos pisos y nichos ecológicos articulados, no estrictamente en los términos de los principios o postulados de J. Murra⁵, se extendían desde los valles de Camaná, Majes pasando por la Chimba, Tiabaya, Yanque hasta las alturas de Caylloma tenían la mayor riqueza de ganado (Málaga, 1977), estas condiciones les permitía tener la mayor cantidad de indios tributarios (más de 8 000). La calidad de los recursos les facilitó la licencia para imponer el tributo más alto, el cual era pagado en especie (productos agrícolas, ropa, ganado) y mano de obra gratuita que incluso algunos encomenderos alquilaban a otros españoles dedicados al comercio, el transporte o la artesanía como los obrajes que luego se combinaron con el trabajo de la mita de las minas de Potosí y Caylloma.

El pago que se les asignaba a los indígenas quedaba a los designios y libre voluntad de la conciencia del español. Este botín generó codicia por lo que, buscaron la propiedad y perpetuidad de estas encomiendas con derechos hereditarios, condiciones que no lograron razón por la cual se estableció una contradicción tensional entre encomenderos y la Corona española, generándose movimientos autonomistas, separatistas⁶, pero no pudieron con el poder absolutista y centralizado de España; además, internamente, los españoles que no usufructuaban las encomiendas no eran sus aliados por la dificultad de acceder a la explotación de la fuerza de trabajo indígena; por otro lado, los aventureros pobres que traficaban con los indios en las ciudades mineras estaban a la expectativa para convertirse en «soldados de fortuna» dispuestos a pescar a río revuelto (Manrique, 1985).

La estructura social, como dice Golte (1980) está determinada, después de los reyes y virreyes, por un conjunto de castas⁷ con poder económico y político y estaban constituidas por encomenderos, burócratas, españoles anónimos, y finalmente los aventureros. Por el lado, en los grupos sociales dominados se encontraban los indios tributarios con tierra, los forasteros y cimarrones sin tierra, todos ellos sujetos a la avaricia ilimitada de los españoles; cabe resaltar que entre ambos bloques sociales existía otra casta: la de los caciques, que en Caylloma llegaban a los 57 (Gómez, 1976). Se trataba

⁵ Un máximo control vertical de los pisos ecológicos: esto ha sido desestructurado producto de la política colonialista de España, especialmente con las reducciones; ahora las relaciones son de carácter mercantil a través del comercio y un intenso movimiento poblacional.

⁶ Como los hermanos Salcedo (españoles) en Puno.

⁷ Casta: grupo de españoles de un mismo linaje.

de un grupo privilegiado de indios serviles muy bien utilizados que se esgrimían como bisagra de la explotación de los españoles hacia los indios, aliados sirvientes encargados de ayudar al cobro de los tributos de indígenas que vivían en unidades domésticas dispersas; posteriormente, serían sometidos al sistema de las reducciones.

3.2 REDUCCIONES Y COMUNIDADES CAMPESINAS

Los reinos y señoríos de aymaras, quechuas, lupaqas, puquinas, pacajes, chichas, etc. estaban acostumbrados a una complementariedad ecológica, con complejos referentes y vínculos políticos, simbólicos y culturales, con bases politeístas y de poderes sobrenaturales, a una organización dual en mitades jerarquizadas Hanan (arriba) - Hurin (abajo) que definía la identidad de los grupos; y sin duda alguna, la conquista provocó un nuevo ordenamiento espacial e institucional porque desestructuraron las antiguas confederaciones, sus referentes naturales, económicos y culturales (Jurado, 2004). La década de 1560 es el espacio o punto de inflexión entre ambos, cuyo artífice principal será el virrey Toledo. Para garantizar el sistema centralizado y absolutista del gobierno, el efectivo cobro de los tributos indígenas, y facilitar el proceso de evangelización, se establece la política de las reducciones, que jugaron un rol preponderante en la desestructuración de la antigua sociedad andina; se procedió a congregarse a los indios en lugares estratégicos, formando núcleos urbanos o centros poblados concebidos a la usanza europea, 24 pueblos del valle del Colca fueron sometidos a este sistema, los caciques y curacas tuvieron que brindar su apoyo para no perder sus privilegios (Málaga, 1977). En definitiva, se trató de un acto violento ya que se establecía un plazo determinado a partir del cual a los que no obedecían se les castigaba y se destruía ídolos, huacas, se incendiaban chozas.

La retracción agraria se vio duramente afectada debido a causas de tipo medioambiental, pero sobre todo culturales. Estas últimas se han analizado aquí en relación al abandono de los cultivos y de las infraestructuras agro-hidráulicas, lo que se explica en el obligado absentismo causado en el ámbito de las reducciones coloniales y en la pérdida de los valores comunitarios sobre los que descansaba el sistema de producción tradicional. Por otro lado, los cambios asociados a las innovaciones en los cultivos y en los procedimientos tecnológicos, tuvieron efectos desestabilizadores en el agro sistema de carácter transitorio [...] se desbarató la red hidráulica preexistente (Cañedo-Argüelles, 1995); asimismo, los propios españoles introdujeron enfermedades como la escarlatina, viruela, gripe, etc. Después de 20 años, las reducciones de los collaguas habían sido abandonadas y muchos indígenas volvieron a su lugar de origen, especialmente los de la zona alpaquera.

La Iglesia católica jugó un rol protagónico con la fundación de las parroquias para cumplir su tarea de evangelización; por otro lado, en 1570 el virrey Toledo creó las escuelas para la instrucción de la élite indígena (Manrique, 1985), la evangelización, vestimenta, idioma, escritura, artes, y otros elementos culturales hispanos fueron asimilados particularmente por la fracción dominante de los curacas indígenas; esta estrategia les permitía a los españoles acceder a los beneficios del mundo conquistado y garantizar la opresión colonial.

Con esta imposición violenta, a pesar de la explotación lapidaria, sus gestores no lograron imponerse con los pretendidos esquemas ideales. Los indígenas tuvieron que resistir a los conquistadores esa oposición fue militar, como el acto de Manco Inca, Takionkoy; y también cultural, al asimilar y recrear nuevas condiciones que les permitiría proteger su cultura y seguir viviendo.

Producto de las reducciones se formaron los pueblos y las comunidades campesinas que sincréticamente asociaron la tradición solidaria de los ayllus, luego estas comunidades se convertirían en los principales núcleos biológicos, sociales y políticos no solo de recuperación demográfica, de resistencia y recreación de nuevas condiciones sociales sino también de acción política para organizarse democráticamente y buscar nuevas oportunidades y formas de vida. Zeballos E., (2009).

3.3 LOS MITAYOS DEL COLCA

Todos los que refieren la mita en la Colonia, coinciden en calificarla como sistema bárbaro y desalmado, la voracidad trascendió el sentido humano, católico y cristiano para el exterminio de la población indígena hasta agotar las reservas de las minas; se inició después de haberse descubierto el centro minero de Potosí (Bolivia) en 1545. Los indígenas de Caylloma en esta primera centuria de explotación minera tuvieron mejor suerte que los indígenas del Cuzco y Puno, por estar más alejados del centro minero, pero de todas maneras el proceso de comercialización, de los vinos, piscos, pescado, etc., de los valles costeros de Arequipa hacia el centro minero de Potosí estuvo acompañado del tráfico español de indios para las mitas. Las cosas cambiaron para los indios collaguas cuando los hermanos Gamero, vecinos de Pampa Colca, en 1626, descubren el asiento minero de Caylloma porque los españoles rápidamente se trasladaron a ocho leguas de las minas en el actual pueblo de Caylloma. Ahí se establecieron dos sectores diferenciados, el de los indios y el de los españoles, cada uno con su propia iglesia y sus respectivos curas. A fines del siglo XVIII, en Arequipa, se registraban 91 asentamientos mineros, 55 minas y 649 trabajadores⁸; y para el año de 1790, la operación de 36 minas y 21 trapiches en Caylloma con una Caja Real en el floreciente poblado de Yanque.

⁸ Referencias de Alberto Flores Galindo con base en las fuentes de Jhon Fisher (1975).

La desestructuración, producto de la explotación mineras, tuvo como base la catástrofe demográfica o lo que también se suele llamar exterminio de la población. Entre 1572 y 1604, los tributarios disminuyeron de 8 000 a 1604, además en los 84 años siguientes tuvo una caída del orden del 67%, tal como lo refiere Cook (1978), y no se interrumpió hasta las primeras décadas del siglo XVIII⁹; fue tan grande el despoblamiento que, hasta 1720 cuando se limitó la mita, la provincia estaba desolada al extremo que se procedió a traer mitayos de otras provincias, de exportadora de fuerza de trabajo se convirtió en importadora.

La disminución de la población estaba asociada a una serie de causales; la primera y evidente era el trabajo en las mitas de Caylloma, los indios del Colca eran reclutados para ser llevados a los socavones sin retorno, llegaban enfermos («azogados» y deslomados), otros indios no migraron sino que huyeron de la zona hacia los valles, abandonando sus tierras para convertirse en indios forasteros; a ello se sumó la proliferación de enfermedades incluso, como refiere en sus memorias el padre Barriga (1939), muchas mujeres madres indias al ser víctimas del arrebato de sus esposos e hijos varones prefirieron recurrir al infanticidio masculino de los recién nacidos, para evitar el sufrimiento de ambos.

Después de 1720, se inicia un proceso de recuperación de la población, la mita pasa a un segundo plano, pero no desaparece, se recurre a los jornaleros e indios alquileros, estableciéndose en Caylloma más de un millar de jornaleros y 106 Mitayos, o sea que, de cada 10 u 11 jornaleros había un mitayo, el pago del jornal era en dinero y especie (dos reales en dinero y especie, dos reales en dinero y dos en coca). Algunos españoles que tenían indios a su servicio en el valle y la ciudad de Arequipa, les era rentable alquilarlos para el trabajo en las minas de Caylloma, Arcata u Orcopampa, que también se sumaron a la explotación.

La producción minera como cualquier recurso agotable pasa por distintos ciclos de expansión o crisis, los mejores años fueron los 20 primeros y los peores entre 1711 y 1720, lo que coincide con la reducción extrema de la población, luego siguieron ciclos de recuperación simple y la etapa de mayor expansión entre 1780-1789. Coyuntura en que aparece la insurrección tupamarista, cuyas tropas visitaron la zona, esto originó desórdenes y crisis en la minería; las Cajas Reales que se habían establecido en Caylloma, en 1636, en el pueblo de Yanque y que facilitaban la oportuna provisión de azogue a todos los mineros españoles fueron trasladadas a la ciudad de Arequipa, perjudicando principalmente a los medianos y pequeños mineros españoles.

El sistema tributario, la explotación minera colonial, el trabajo en los obrajes, generaron una estructura social donde, a los encomenderos, se sumaron los mineros (grandes, medianos y pequeños), los comerciantes españoles, los burócratas, los aventureros traficantes de indios; por el lado de los indígenas aparecen los mitayos, los jornaleros o indios alquileros. Entre estos

⁹ Los trabajos de David Cook, 1978, M, Trelles 1977 son exhaustivos en el tratamiento demográfico de Caylloma.

dos grupos estarán siempre presentes los caciques que, además de garantizar el tributo, participan en la leva de los mitayos en su condición preferencial y aprovechando la protección del poder político se apropiaron de las tierras de los indios muertos en la mitas o de los que huyeron del lugar; según Spalding, estos caciques habían logrado no solo hacerse de tierras sino también de otras propiedades como molinos, pequeñas manufacturas textiles, vacas, mulas que les permitían el arrieraje. Con el servicio de esta élite indígena, los españoles tenían garantizado su sistema de dominación y explotación, evidentemente en algún momento con el sistema de reparto esa relación tenía que resquebrajarse en contra de los españoles. A partir de ese momento, la minería no se volvería a recuperar hasta inicios del siglo XX, será primero el capital monopólico inglés que, en 1900, a través de la Compañía Silver Mining Company Limited retomará la explotación; luego, en 1967, se hace presente una Compañía norteamericana denominada Homestake, estableciéndose la explotación oficial en 1972.

Actualmente, en Caylloma operan más de 4 mineras importantes, entre las que destacan la Cía. Bateas S.A.C., Ares del grupo Hochschild Nining PLC, la empresa Buenaventura, sujetas a nuevas normas de explotación y convivencia con la comunidad, donde la historia de la «mita» es sustituida por responsabilidad de los estudios de impacto ambiental y su respectiva licencia social, en el caso de Caylloma existen dificultades frente a la población.

3.4 REPARTOS Y PROTESTAS INDÍGENAS

Después de la caída de la minería que salvó a los indios vivientes de no seguir el camino de sus generaciones anteriores, se desplazaron los recursos a las actividades agropecuarias y se creó un nuevo mecanismo de explotación colonial: los repartimientos de efectos, cuyo nuevo artífice será el corregidor español, el funcionario más importante de las provincias del virreinato. Este podía obligar a la población campesina, con el poder que le había conferido la Corona española, a aceptar todo tipo de mercancías y exigir el pago de estos repartimientos de efectos utilizando los recursos policiales y judiciales a su disposición, es decir, un nuevo mecanismo compulsivo para colocar mercancías no deseadas (Manrique, 1985). Aquí aparecen los criollos, en estrecha colaboración con la Corona y la venta de los cargos.

Las mercancías que se distribuían en esta zona eran ropa y mulas, esto dio lugar a una apertura del mercado donde los indios tenían que vender la fuerza de trabajo para pagar las mercancías; con este sistema los caciques se convirtieron en víctimas de los corregidores porque eran los encargados de efectivizar el cobro de las mercancías (especialmente mulas), que por la fuerza se le entregaba al indígena, si no hacía efectivo el pago tenía que responder el cacique con sus bienes.

La etapa de los repartimientos dio lugar a un proceso de empobrecimiento indígena y acumulación de capital comercial, un período de inserción de la sociedad campesina e indígena en el circuito comercial y de rápido crecimiento de la producción minera, manufacturera y de las haciendas. El sistema del repartimiento fue más un intento para desarrollar las relaciones capitalistas que, a criterio de Golte (1980), un proyecto burgués dentro de las condiciones específicas del virreinato. Este proyecto utilizó la estructura colonial, aunque sin otorgarle mayores beneficios. El proyecto fracasó debido a las contradicciones internas, a la resistencia del poder colonial y a la de cuantos resultaban perjudicados por el proceso de acumulación y monopolio comercial. Este sistema generó protestas y rebeliones generalizadas impulsadas por los caciques durante toda la Colonia, Túpac Amaru es el que encara el liderazgo anticolonial más representativo, Caylloma participa de estas protestas y levantamientos tal como se registra en la Tabla 1.

Tabla 1. Levantamientos locales en Caylloma 1760 - 1779

Años	Lugar	Protestas y levantamientos
1760	Cabanaconde Caylloma	Contra el regidor "murieron 3000 indios (BNC 4129 98)
1766	Caylloma	Levantamiento contra el Corregidor:" ... los curas con lágrimas, sumisiones y dádivas, postrados de rodillas contuvieron a la gente
1769	Callalli	El corregidor Francisco Menathen es expulsado del pueblo durante el reparto, algunos meses más tarde, su teniente Pedro Sarnosa es perseguido y golpeado casi hasta la muerte cuando intentaba cobrar las cuentas del reparto (BNC 4129-61, 137, 166)
1769-1770	Caylloma	Movimiento que no registra motivo de protesta ° (O'Phelan 1976:75)
1773	Callalli Caylloma	Contra el corregidor Juan Antoni Méndez por el reparto de mulas (BNC 4129:30, 35, 4361.138.166.187, 198)
1775	Achoma Caylloma	Levantamiento contra el corregidor. Motivo: intento de encarcelar a los deudores del reparto (BNC 4129:62)
1777	Caylloma	Levantamiento luego de que el corregidor Juan A, Mende hirió al cacique durante el reparto (BNC 4142:21)

Nota, tomado de Golte (1980) y Manrique (1985)

Después de dos siglos los caciques optaron por unir a todos para luchar contra el gobierno colonial, los corregidores y los comerciantes limeños. Los grupos sociales, existentes en 1780, tenían un visible interés en transformar la organización socioeconómica virreinal. Los grupos sociales eran casta, por un lado, los corregidores, la burguesía comercial; por otro, los caciques, campesinos mestizos, pequeños propietarios agrícolas, comerciantes locales y provinciales (criollos y mestizos), pequeños obrajeros y agricultores y los propietarios mineros; todo este bloque asumió y lideró una política anticolonial, los caciques tenían buenas relaciones con los mestizos y criollos, comerciantes

y hacendados, eran sus aliados, también los sacerdotes quienes aparecieron como los protectores de los indios y el mesías prometido (Golte, 1980).

3.5 HACIENDAS REFORMA Y LOS CONDOMINIOS

Después de la Independencia del Perú, inaugurada la etapa republicana, las necesidades de la industria textil británica y las ventajas productivas de la zona andina con la producción de lanas y fibras dieron origen a otra etapa para el campesinado del sur andino. Los campesinos alpaqueros de la zona alta del Colca ingresan al circuito de comercialización de lanas y fibras, estableciéndose el ciclo lanero entre 1830-1919. Cobró importancia también la agricultura, paralelamente al decaimiento de la minería, los españoles se fueron retirando de Caylloma; sin embargo, un grupo optó por echar mano a las tierras y a los ganados, otros comerciantes e indios ya lo habían hecho antes, pero, como dijo un cónsul inglés, pocos fueron los blancos y mestizos que se quedaron en la zona y se dedicaron a la crianza de alpacas; otros logran convertirse en hacendados, como Mariano Apaza quien de ser un pequeño comerciante pasa a ser el más importante hacendado de Caylloma; los fundos que adquirió fueron: La Pulpera, Colca Huallata, Tarucamarca. Mariano Apaza Escarza logró concentrar 15 553 ha, su hijo Adrián Apaza Fuentes quedó como albacea en 1953 y adquirió el último fundo de Pullumayo (Gómez, J 1976). La expansión de la hacienda se inicia a partir de 1884, se consolidó después de la Primera Guerra Mundial, y culmina en 1953.

Los reportes del nacimiento de la hacienda en el altiplano se asocian a la expropiación violenta de la tierra de los comuneros y campesinos individuales; los abusos y agresiones fueron cotidianos por eso, la protesta y sublevación campesina e indígena contra los hacendados y gamonales fue tenaz y cruenta. La acción más expresiva tiene lugar en Puno, la sublevación de Rumi Maqui en 1915, mientras que en Caylloma no tuvo las mismas connotaciones ni se registran protestas organizadas como en el altiplano de Puno y Cuzco; lo cual no quiere decir que los Apaza no recurrieron a la acción violenta para despojar de sus tierras a los campesinos, como indica Gómez (1976) utilizaban una serie de mecanismos como la compra de tierras, previo préstamo de dinero para las fiestas y ceremoniales; el compadrazgo¹⁰; y si ello no surtía efecto favorable se recurría al asedio, el aburrimiento, hasta llegar a la agresión con sus mayordomos y sirvientes, buscando algunas veces los favores judiciales que no siempre estuvieron de su lado porque en uno de los enfrentamientos y agresión a la familia de Pantaleón Ampuero, propietario del fundo Achacota (Pusa Pusa), por la fuerza quisieron despojarlo a través de la acción de un mayordomo y del rodeante que quemaron su vivienda y destrozaron sus bienes.

¹⁰ Compadrazgo: No como un acto religioso y cristiano, sino como diría L. Larrissa; un acto diádico de compromiso entre dos personas que se van a servir o pagar reciprocamente con favores en especie, trabajo o dinero.

Ampuero (misti que no era gran hacendado, pero de alguna manera accedía a los favores políticos y judiciales) enjuició a Apaza, como consecuencia los dos sirvientes fueron a la cárcel y a Apaza «no pudieron» capturarlo para acompañar el mismo trance.

El sistema de hacienda estableció relaciones serviles de explotación, sin mayor conspiración y desobediencia, apoyados en el trabajo de los mayordomos, la acción paternal del compadrazgo con los propietarios mejor acomodados, así como con los «huacchilleros» (en aymara Wajcha) en contra de los campesinos pobres que eran el «peonaje»; no obstante, los terratenientes cayllominos no detentaron la raigambre feudalizante del Cuzco y Puno donde los hacendados, a través de las haciendas (institución dominante durante centurias) tampoco tuvieron la fuerza que les permitiera rebasar un ámbito local de influencia¹¹; por lo que, resulta difícil definir la frontera que separa a los mistis de los terratenientes. En 1968, producto de la Ley de Reforma Agraria (D.L. 171716) se afecta a las haciendas de los Apaza y se forman las SAIS Pusapusa (Caylloma), Kiska Sayrisum (Tisco) y las cooperativas de producción Colca Huallata (San Antonio de Chuca) y Pulpera (Callalli) con 14 783 cabezas de ganado mixto de propiedad del hacendado y 20 930 cabezas de ganado de los «huacchilleros» (Gómez, 1976).

Con este nuevo sistema de producción (con gerentes, socios, trabajadores asalariados y «huacchilleros» que poseían más del 50% de ganado) desde el Estado se intentó modernizar las relaciones de producción en las haciendas, en la condición de empresas asociativas y/o cooperativas, sin mayor éxito, más que la expulsión de los terratenientes y gamonales. Colonos, feudatarios y comuneros enfrentaron un nuevo proceso de reestructuración proponiendo las empresas comunales, pero finalmente se parcelaron como propietarios individuales y sin mayores éxitos; formalmente impulsaron la asociatividad empresarial. La única que subsiste es la empresa «La Pulpera».

Se retorna a la comercialización de lana (de oveja) y fibra (de alpaca). Arequipa, Puno y Cuzco tienen la hegemonía, son las regiones que articulan todos los circuitos y sistemas de comercialización; Caylloma, se articula a esa lógica. Se inicia el proceso de exportación de lanas y fibras al mercado internacional (Inglaterra) durante los primeros años de 1830, a partir de estos momentos serán los propios campesinos collaguas, en recuas de llamas, quienes se desplazan a los valles de la costa cargando lanas y fibras que comercializan a la entrada de Arequipa o en los Tambos¹² de la ciudad. Los alcanzadores y tamberos son los compradores pagan en especie (azúcar, pan, etc.) y/o dinero, luego negocian con las casas importadoras y exportadoras como la casa Rickets, Burga, M. y Reátegui, W. (1981).

¹¹ Los descendientes de Apaza decidieron adquirir bienes rústicos (chacras) en la campiña de Arequipa en el lugar denominado Zamácola.

¹² El Tambo es un antiguo alojamiento de paso para comerciantes y forasteros, función que ha sido sustituida por los hoteles.

El ferrocarril Arequipa-Puno inicia su construcción en 1870 y culmina en 1876, en este periodo se inaugura una segunda etapa en la comercialización de lanas y fibras. Caylloma se articula a través de la estación de Sumbay, ya que no se establecieron ferias como la de Tungasuca en Cuzco y Vilque en Puno (Flores-Galindo, 1977); aparecen como grupo social los «misticos» quienes se establecen en Chivay, Callalli y Caylloma llenando el vacío de poder que habían dejado los antiguos curacas y alcaldes de indios; será el comercio de fibra, el vehículo a través del cual lograrán acentuar su hegemonía económica para en adelante pugnar precariamente por la hegemonía política.

Después de 1930, las condiciones varían cuando, capitalistas ingleses en sociedad con comerciantes peruanos deciden establecer centros industriales textiles en Arequipa, crean las fábricas CLISA (1940), Lanificio del Perú (1941), Inca Tops (1965), Michell y Cía. (1970). Se constituye el capital industrial comercial monopólico cuyos representantes serán los Pattey, Corso, Sarfatty, Rickets quienes tendrán acciones en el Banco Latino y Banco del Sur (Salas, 1988) a ello se asocia la construcción de vías de comunicación como la carretera Arequipa-Chivay y Chivay-Cabanaconde (1930-1941).

Todas estas relaciones económicas y sociales determinaron una estructura social jerárquica con distintas redes de intermediación, que estará compuesta: en primer lugar, por pequeños productores y campesinos de comunidades, parcialidades y anexos; en segundo lugar, por comerciantes, alcanzadores, acopiadores, rescatistas; en tercer lugar, por agentes o representantes de firmas grandes ubicados en los pueblos y la ciudad; y finalmente, por el capital monopólico con sede en la ciudad y articulado al mercado externo de Inglaterra, Suiza, Italia, EE. UU., etc. Se establecen relaciones de intercambio desigual, en detrimento del campesinado, porque además de recibir bajos precios por la materia prima, la ganancia de los pequeños y grandes comerciantes e industriales, no será revertida al proceso productivo para modernizar y mejorar este tipo de economía.

A fines de 1940, al iniciarse la segunda mitad del presente siglo, iba quedando atrás la imagen del Perú con un área rural predominante, con el mayor producto bruto interno (PBI) 24% y una concentración poblacional que alcanza al 59% de la población económicamente activa (PEA), ya se mostraba un proceso de estancamiento relativo en relación a otros sectores; en Arequipa la industria y la minería van a dinamizar un nuevo proceso de desarrollo más urbano y costero.

Las estructuras sociales agrarias emergían «duales» y polarizadas; de un lado, latifundistas y hacendados serranos, enfrentados a campesinos serviles y semi serviles. Por otro lado, en la costa, asalariados y «yanacostas» contra el latifundista y hacendado costero. El centro de la disputa será la tierra; huelgas y movilizaciones campesinas precisan el orden

existente fundamentalmente en Puno y Cuzco; a pesar de las primeras reformas agrarias, el Estado no pueden evitar el nacimiento de las guerrillas de 1965 (Valcárcel, 1994).

Sin embargo, como se ha mencionado, en la zona alta de Arequipa se consolidó la hacienda de los Apaza (1953) sin el correlato social y político que se dio en los departamentos vecinos. Otros acontecimientos, de singular importancia, que imprimen un nuevo perfil a la sociedad peruana en general y a la rural en particular, son: los movimientos migratorios después de 1950; la reforma agraria de 1969 que da lugar al cambio de tenencia de la tierra; la ejecución del proyecto de la irrigación Majes; la explotación del centro minero Tintaya en el Cuzco, hechos que influyeron en la intensificación de la movilidad social, el grupo de los «mistis» inicia su retorno a la ciudad. Así, se desarrollaron nuevos núcleos alternos de migración y nuevos ámbitos económicos y de poder (Plaza, O. y Francke, M (1981). como Callalli-Chivay y fue el campesinado emergente quien ocupó estos espacios.

Hoy, asociado a ese pequeño sistema reformado (5% de población) sobre el cual no hubo presión ni asedio de comunidades ni parcialidades, los beneficiarios de la reforma agraria pugnan por convertirse en pequeños propietarios. Ahora, existe una sociedad de pequeños productores alpaqueros de estancia¹³ (Bolton et al., 2012), cerca de 5 000 familias que, de acuerdo al tipo de zona, poseen diferencialmente entre 70 y 200 alpacas, 30 y 70 llamas, 50 y 120 ovinos (ASDE; 190, 1993)

La forma social de producción que predomina en la zona es el **sistema de condominio** conocido también como multifamiliar o familiarista de producción por sectores (Nolte, E Huarcapuma, D, 1990); donde desde dos hasta ocho familias hereditarias poseen un territorio en copropiedad de 200 a 800 hectáreas de pastos naturales con linderos difusos y rebaños de propiedad individual que juntan para criarlos. La administración del condominio está a cargo de uno de los familiares elegidos por los copropietarios quien asume la representación de todos o caso contrario contratan pastores (Gonzales, 1993). La base social de este sistema se determina por los niveles de parentesco bajo el criterio de cooperación y autodefensa, y de acuerdo a la posición profesional u ocupacional de cada heredero se pugna por tener la mayor cantidad de ganado en la estancia, ello no se prohíbe, por lo que aparecen los campesinos pobres y acomodados, diferenciación social que imprime relaciones de pugna y dominio interno.

El condominio es un sistema de tenencia de la tierra que se da de manera particular en todo el sistema de las economías de crianza de camélidos del Sur del Perú, en algunas

¹³ Estancia es un grupo de edificaciones con un patrón de construcción de habitaciones alrededor de un patio principal y contiguamente rodeada de corrales; se ubican estratégicamente junto a los riachuelos y manantiales en ecosistemas templados. Es la residencia principal y permanente donde moran las familias con la mayor parte de sus pertenencias, en vecindad distante con otro pariente o familiar consanguíneo. Las cabañas son construcciones rústicas con habitaciones aisladas y de ocupación ocasional, ubicadas al lado de los corrales de los ahijaderos, construidas con material rústico (piedra y barro) con techo de paja.

zonas tiene mayor presencia que otros. Los últimos estudios de DESCOSUR (2016), dan cuenta de la persistencia del sistema de condominio en Arequipa y Puno tal como podemos apreciar en la Tabla 2.

Tabla 2. Tipo de tenencia de los predios de las comunidades altoandinas de Puno y Arequipa (ha)

Departamento	AREQUIPA			PUNO		Total ha	%
	San Antonio de Chuca	San Juan de Tarucani	Yanque	Santa Lucía	Paratía		
Tipo de tenencia							
En condominio	27 409	665	23 725	15 654	5 976	73 429	40
Propiedad individual	11 795	2 283	10 585	33 997	12 257	70 917	38
Propiedad comunal	3 878	18 962	200	8 372	1 794	33 206	18
En arriendo	2 030	0	1 600	346	3 818	7 794	4
Área total de los predios (ha)	45 112	21 910	36 110	58 369	23 928	185 429	100%
Familias encuestadas	125	119	111	211	143	709	

Nota, DESCOSUR: desarrollo sostenible de las familias de pequeños agricultores y ganaderos de las comunidades alto andinas del sur del Perú, 2016.

Como se aprecia, en términos generales, el sistema de tenencia que predomina es el condominio con el 40%, que va casi a la par con la tenencia de propiedad individual del 38%, persistiendo solo el 18% de tenencia como comunidad campesina. Si se observan los datos desagregados se encuentran distritos y comunidades que no llegan ni al 1% de tierra en sistema de condómino, como es el caso de San Juan de Tarucani; sin embargo, el distrito de San Antonio de Chuca, también en Arequipa, se acerca al 38% de tenencia por condominio. En el caso de Puno, entre Santa Lucía y Paratía, también existen contrastes parecidos con distancias que van entre el 8% y el 21%. Como se puede apreciar, no todas las comunidades y localidades tienen altas proporciones de condominio; sin embargo, sigue teniendo preponderancia significativa que merece atención y profundización para determinar el escenario tendencial que aparentemente se constituye en «una traba» para impulsar el mejoramiento de este sector. Este sistema hereditario, de propiedad y usufructo comunal-familiarista, (unifamiliar y multifamiliar) Las razones de su existencia de éste condominio, esta determinado por:

- Compartir los pastizales de la estancia por ser la única unidad productiva que dispone la familia que se incrementa todos los años
- Organizar un manejo rotativo de los pastos según la capacidad y la necesidad de la familia
- Mantener la unidad familiar entre padres y descendientes
- Practicar la solidaridad, la cooperación y el apoyo mutuo. familiar interfamiliar y comunal

- Razones de seguridad, apoyarse para enfrentar el abigeato y el bienestar familiar
- Hoy con la fiebre del extractivismo y las explotaciones mineras, han dinamizado la movilidad y proceso de negociación familiar y confrontación con la comunidad

Los condominios, con una diversidad de ecosistemas y la propia diferenciación social interna, limita las posibilidades de la división y también del monopolio; indivisibles entre hermanos, la tierra «es de todos» pero al mismo tiempo «de ninguno» porque no pueden disponerla a nombre propio, solo pueden pastar sus animales en la estancia heredada, es un bien familiar que genera confrontaciones permanentes que dificulta la implementación de la organización asociativa empresarial. El usufructo asimétrico no muy bien regulado está dando lugar a una sobrecarga de pastoreo y a un proceso de erosión de los suelos y pastizales, que se agudiza por la escasez de agua y el cambio climático. (Zeballos E: 2009)

En el sector de comunidades y parcialidades los descendientes de las últimas generaciones que participan del condominio según las expresiones de Gedil Choque, miembro de una familia de seis hermanos comenta, en entrevista, que gran parte de descendientes derivan en un éxodo, porque sus padres no poseían grandes propiedades determinadas, solo tuvieron acceso al pastoreo. Los nietos o hijos de los hijos debían vivir a expensas de lo que criaba el padre o de la pequeña cuota del hatu cedida por el padre, y por ser generalmente pequeña resultaba indivisible; por lo que, no les quedaba otra alternativa que, como en el caso de Gedil y otros, salir y buscar nuevas oportunidades en las municipalidades locales, instituciones donde los acogían como mano de obra semi y no calificada en las distintas obras y proyectos de desarrollo local implementados por las alcaldías con cuyas autoridades en muchos casos tenían vínculos familiares, de compadrazgo o vecindad muy cercana.

Esta nueva sociedad de campesinos, sin curacas, encomenderos, hacendados, ni «mistis», son productores pobres¹⁴ que tuvieron sus propios dirigentes y representantes, eligen sus autoridades, propugnan la creación de distintas organizaciones no solo para la producción sino también asociaciones gremiales para la defensa, como la Asociación de Criadores Alpaqueros de Caylloma (ADECAL) que, desde 1985 (DESCOSUR, 1985a), asume un rol muy importante en la organización movilización y capacitación campesina; luego ADECAL entró en crisis, aunque se fundan otras organizaciones locales y zonales que nuevamente centralizan y reeditan un gremio mayor parecido a ADECAL como ALPACAY (Asociación de Alpaqueros de Caylloma) y la Asociación de vicuñeros, con un sistema de autoridades a través de las cuales los campesinos tratan de encontrar nuevos espacios de

¹⁴ Según el mapa de pobreza del Banco Central de Reserva están consideradas dentro del grupo social de pobreza crítica.

socialización, de identidad y de coordinación para formar o fortalecer organizaciones de base y una institucionalidad distinta donde los gobiernos locales juegan un rol protagónico a pesar de los vicios y dificultades por los que atraviesan, tratan de mantener su subsistencia y construir la democracia interna, pero hay poderes exógenos como los comerciantes, monopolios y el propio Estado que articulan nuevas formas de clientela, dominio y explotación a las cuales tienen que enfrentar (DESCOSUR, 1991 b). El 28 de mayo del 2003 se promulga la nueva Ley de Municipalidades (Ley N° 27972) que da inicio al proceso de municipalización de la sociedad rural, los gobiernos locales pasan a tener responsabilidades mayores con el desarrollo local, los municipios cuentan con presupuestos para obras de desarrollo integral por lo que, se convierten en una atractiva institución para su gobernabilidad ya que los cargos municipales son los más disputados. La comunidad y sus autoridades han cedido la hegemonía política a estas municipalidades que se asientan en las principales localidades desde las cuales se organiza la vida social y política, articulan los presupuestos participativos en los cuales se registra el apoyo a los criadores de camélidos, particularmente en obras de servicios (educación, salud, saneamiento). La reconversión tecnológica en este sector tiene la dificultad del condominio.

Finalmente, a raíz de la ejecución de la segunda etapa de la irrigación Majes-Siguas (Majes II) esta debe concretarse con la construcción de la represa denominada Angostura, que queda en las pampas de Pusa Pusa en Caylloma. Estas pampas, que antes de 1969 pertenecían a la hacienda de la familia Apaza, producto de la reforma agraria (1969) se convirtieron en la SAIS Pusa Pusa y Tarucamarca en un área de 5 000 ha, hoy estas tierras están parceladas en fundos individuales donde las propiedades oscilan entre 50 y 300 ha. Los que eran socios de la SAIS, se convirtieron en pequeños y medianos propietarios y forman una asociación con carácter empresarial. De los 77 propietarios más del 50% se ven afectados por la construcción de la represa de Angostura, para irrigar Majes II, por negociaciones entre los propietarios y los funcionarios de Autoridad Autónoma de Majes (AUTODEMA) y del Gobierno Regional de Arequipa, estos deben ser compensados con la adjudicación de una parcela en la irrigación de Majes I. Este problema continúa en litigio, pero la represa y la irrigación deben concretarse.

La preocupación justa de este sector que deviene del proceso de restructuración de la reforma agraria es ¿Cuál es el trance o escenario tendencial de estos campesinos ganaderos? de acuerdo a la afirmación de los dirigentes locales, existen por lo menos entre tres a cuatro familias en cada unidad productiva que son herederos usufructúan cada uno con el pastoreo de su respectivo hato ganadero de distinto tamaño de acuerdo a su comodidad y posibilidad económica, pero sin lugar a dudas el trance es el mismo sistema de

condominio de las estancias de las comunidades y parcialidades, con las particularidades de acuerdo a cada sector.

4 PROPOSICIONES FINALES

1. Las provincias altas del departamento de Arequipa se caracterizan por presentar una economía campesina de pequeños productores de comunidades campesinas, parcialidades, anexos y localidades rurales de limitados recursos y condiciones técnico-productivas asentadas en dos zonas o ecosistemas diferenciados: la zona alto andina por encima de los 3 500 m s.n.m. con una agricultura de pastos naturales y de secano apta para la crianza de camélidos sudamericanos y la producción de lanas y fibras; y la zona interandina por debajo de los 3 500 m s.n.m. con una agricultura minifundista de riego dedicados al cultivo de tubérculos, cereales y la crianza de vacunos, ovinos y animales menores. En ambas zonas, coexisten el sistema de tenencia o propiedad y uso de la tierra familiar en condominio con la propiedad individual privada y de manera limitada la propiedad comunal. La hegemonía de cada una de ellas varía de acuerdo a cada una de las zonas y localidades.

2. En la zona altoandina, las unidades de producción agraria, a partir del asentamiento y dominio de los conquistadores españoles que trastocaron el antiguo régimen, han pasado por distintas formas de tenencia, propiedad, uso y explotación de los recursos naturales y productivos; desde las encomiendas y repartimientos con su respectiva base tributaria en la Colonia, la hacienda republicana en conflicto y a expensas de la comunidad campesina y el sistema cooperativo reformado que termina con la parcelación individual y familiar de los feudatarios manteniendo el antiguo sistema de condominio.

3. La conquista española altera la racionalidad económica, socio cultural y política del antiguo régimen hereditario del sistema incaico; en el caso de Arequipa, fueron los collaguas agricultores y ganaderos a quienes, de manera abrupta y violenta, se les impone la mita, las encomiendas y luego los repartimientos. La vocación por la minería (en Caylloma) implementó la feroz leva y reclutamiento forzado de los indios y la formación de las encomiendas acompañada de las reducciones con el reparto y disputa de territorios entre pizarristas y almagristas para la implementación del pago de los tributos a libre albedrío y conciencia de los españoles. Posteriormente, se instala el reparto y apropiación de las tierras que dio lugar al nacimiento de la hacienda, que no fue tan próspera como en Puno y Cuzco. La única hacienda que logró consolidar el comerciante Mariano Apaza, fue intervenida por el proceso de reforma agraria en 1969 y se formaron cuatro empresas asociativas que también se reestructuraron y disolvieron, convirtiéndose estos territorios en pequeños y medianos

propietarios individuales adscritos a comunidades, parcialidades y anexos donde predomina la propiedad individual y el familiarismo comunitario del condominio.

4. Entre el 30% y 40% de estancieros de las zonas altoandinas de Arequipa, conducen sus tierras bajo el sistema del condominio familiar hereditario, lo que obliga a los hijos a usufructuar cuotas de un pastoreo asimétrico y sobredimensionado de las tierras, agudizado por las condiciones de escasez de agua y el cambio climático. La prevalencia del condominio con un sistema familiar hereditario indivisible de la propiedad de la tierra, además de limitar un mercado de tierras, agudiza el proceso erosivo de las praderas y el proceso de reconversión tecnológica en el mejoramiento de pastos y desarrollo genético de la crianza pecuaria; por otro lado, mantiene una tensión de confrontación familiar interno y también con las empresas mineras y el propio Estado frente a la política de las represas y las irrigaciones.

5. La agudización del condominio también genera lo que se puede llamar el nuevo éxodo rural; los hijos de las familias que están en uso del condominio, no pueden transferir ningún derecho, ni siquiera una fracción de cuota de pastoreo, por lo que deben salir de la comunidad a buscar otras oportunidades en el municipio local, en la ciudad o en los asientos mineros informales, quedando las familias de tercera edad o de edad muy avanzada. En ese proceso conflictivo, frente a una unidad familiar indivisible y nuevas oportunidades en el entorno o en la ciudad, aparecen algunos emprendedores aprovechando el mercado de tierras y las limitadas y conflictivas condiciones del sistema de condominio tratando de reconcentrar la tierra de las estancias, por parte de uno de los herederos que con capacidad adquisitiva puede comprar derechos familiares de propiedad.

BIBLIOGRAFÍA

Acción Social y Desarrollo [ASDE]. (1990a). *Sistema de producción alpaquera de la comunidad de Quenco*, Cala Cala-Caylloma. Acción Social y Desarrollo [ASDE].

Acción Social y Desarrollo [ASDE]. (1993b). *Diagnóstico socio-económico de la zona alta de Caylloma*. Acción Social y Desarrollo [ASDE].

Barriga, V. (1939a). *Documentos para la Historia de Arequipa (Tomo I)*. Editorial La Colmena.

Barriga, V. (1940b). *Documentos para la Historia de Arequipa (Tomo II)*. Editorial La Colmena.

Barriga, V. (1955c). *Documentos para la Historia de Arequipa (Tomo III)*. Editorial La Colmena.

Benavides, M. (1984). *Reseña Histórica de Yanque 1689-1731* [Primer Congreso de investigación Histórica, Lima].

Bolton, R., Flores, J. y Calvin, L. (2012). *Alpacas y cuyes en la etnografía Andina*. Editorial Horizonte.

- Burga, M. y Reátegui, W. (1981). *Lanas y capital mercantil en el Sur: (La casa Ricketts 1895-1935)*. Editorial IEP.
- Cabanellas, G. (1979). *Diccionario Enciclopédico de Derecho Usual, Tomo II: C-D*. 14ª. edición. Heliasta.
- Cañedo-Argüelles, T. (1995). Las reducciones indígenas en el sur andino: estrategias de producción y sus efectos en el medio ambiente. *Revista Complutense de historia de América*, (21), 123-140.
- Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo [DESCO]. (1985a). *Alpaqueros de Caylloma: problemas y alternativas comisión organizadora de criadores de alpaca de la provincia de Caylloma*. Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo [DESCO].
- Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo [DESCO]. (1991b). *Sistematización de una experiencia de promoción campesina en el valle del Colca: 1985- 995*. Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo [DESCO].
- [DESCO]. 1994 Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo. *Diagnóstico de la Micro Cuenca Colca*. Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo.
- DESCOSUR: *desarrollo sostenible de las familias de pequeños agricultores y ganaderos de las comunidades alto anadinas del sur del Perú, 2016*.
- Cook, G. (1976). Los kurakas de los Collaguas: poder político y poder económico. *Historia y Cultura*, (10), 95-118.
- Cook, D. (1978). La población de la parroquia de Yanahuara 1738-47; un modelo para el estudio de las parroquias coloniales peruanas. *Revista de Historia*, (11).
- Congreso de la República del Perú (2003, 28 de mayo) Ley Orgánica de Municipalidades. Diario Oficial El Peruano.
- Flores-Galindo, A. (1977). *Arequipa y Sur Andino siglos XVIII-XX*. Horizonte.
- Flores O, J. (1977). *Pastores de Puna*. Instituto de Estudio Peruanos; Lima -Perú.
- Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola [FIDA]. (1990). *Informe: 0258-BO Proyecto regional de desarrollo de Camélidos Sudamericanos*. Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola [FIDA].
- Golte, J. (1980). *Repartos y Rebeliones*. Editorial IEP.
- Gómez, J. (1976). *Reforma agraria y campesinado en Caylloma*. Cooperativa Editorial Universitaria.
- Gonzales, M. (1993). *Transferencia de Tecnología, conservación mejoramiento en alpacas*. MIMEOG.
- Huarcapuma D (1990) *Sistema de pastoreo de camélidos en Condorama*, Editorial Coordinadora Inter-Institucional del sector Alpaquero Cusco-Perú.
- Instituto Nacional de Estadística e Informática [INEI]. (2012). IV Censo Nacional Agropecuario 2012.
- Jurado, C. (2004). Las reducciones toledanas a pueblos de indios: aproximación a un conflicto. El repartimiento de Macha (Charcas) siglo VXI. *Cahiers des Amériques latines*, (47), 123-137.
- Manrique, N. (1985a). *Organización social de las comunidades campesinas*. Editorial CCTA.
- Manrique, N. (1985b). *Colonialismo y Pobreza Campesina. Caylloma y el valle del Colca siglos XVI-XX*. Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo [DESCO].

- Neira, M. (1961). Los Collaguas [Trabajo de grado, doctorado en]. Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa.
- Nolte, E. (1990). *Tecnología y Cultura en la Producción Alpaquera*. Editorial CISA/PAL.
- Pease, F. (1977). *Collaguas I (Una etnia del siglo XVII)*. Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Perú.
- Plaza, O. y Francke, M (1981). *Formas de dominio Economía y comunidades campesinas*. Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo [DESCO].
- Proyecto CECI-CEDCAP/PAL-COTESU, (1990) Claverias, R., Leyva V. y otros. *Problemática del sector alpaquero*. Editorial CEDCAP-CECI.
- Renique, J. y Trelles, E. (2012). *Aproximaciones demográficas, Yanque-Collaguas, 1591. En Robinson, D. (Ed.). Collaguas I. Visitas de Yanque-Collaguas, 1591 y documentos asociados (pp. 115-130)*. Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Perú.
- Salas, P. (1989). *La industria textil alpaquera en Arequipa* [Trabajo de grado, bachiller en Sociología]. Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa.
- Szykuluski, J. (2010). *Pre historia del sur del Perú (costa extremo sur)*. Editorial de la Municipalidad Provincial de Arequipa.
- Toro, O; Marquian, R m Novoa C, 2001, Crianza de camélidos andinos y desarrollo rural, Editores, DESCO.
- Valcárcel, M. (1995). *Sociedad rural y agricultura en el Perú 1950-1994 (En Perú frente al Siglo XXI)*. Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Perú.
- Zeballos, E, (2009), *Paqocheros, alpaqueros de Arequipa*, Edit. Unas, 2009.

CAPÍTULO 5

UMA ANÁLISE SOBRE A INFLUÊNCIA DA DESCENTRALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DAS POLÍTICAS RURAIS BRASILEIRAS PARA A INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DO PEQUENO PRODUTOR A PARTIR DA DÉCADA DE 1930

Data de submissão: 09/03/2021

Data de aceite: 05/04/2021

Cristian Arnecke Schröder

Mestrando no Programa de
Pós Graduação em Demografia
(PPGDEMO/IFCH/UNICAMP)
Campinas – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/4575345467991438>

Adrielli Santos de Santana

Doutoranda no Programa de
Pós Graduação em Economia
(PPGECO/UNB)
Brasília – Distrito Federal
<http://lattes.cnpq.br/1653376349568970>

Carlos Eduardo Ribeiro Santos

Professor Assistente B Departamento de
Ciências Econômicas
(DCEC/UESC)
Ilhéus–Bahia
<http://lattes.cnpq.br/1113478969762923>

Lessí Inês Farias Pinheiro

Professora Permanente Programa de
Pós Graduação em Economia Regional e
Políticas Públicas
(PPGERPP/DCEC/UESC)
Ilhéus - Bahia
<http://lattes.cnpq.br/5493564382050585>

RESUMO: A inclusão socioeconômica, no Brasil, percebeu-se com maior evidência a partir da década de 1930 quando da tentativa de implementação de um Estado de Bem Estar Social. E, quanto às políticas agrícolas, inicialmente, estavam voltadas para os grandes produtores. Contudo, devido à mudança no perfil político/institucional do país, deslocou-se o centro das políticas agrícolas da lógica produção/productividade para incluir, também, a inclusão produtiva dos pequenos produtores. Então, passou-se a incluir o pequeno produtor no foco do Estado, buscando a inclusão/expansão da produção e a sua inclusão mercadológica (para que os mesmos não mais produzissem, principalmente, para sua subsistência). Dessa forma, o objetivo geral do presente trabalho foi explicar de que forma a mudança institucional atingiu o pequeno produtor rural em relação à política institucional para a agricultura, no Brasil. Especificamente, o trabalho foi possível através (i) da demonstração de como as mudanças socioeconômicas influenciaram na formação de agenda e implementação destas políticas; (ii) do entendimento da evolução do perfil de implementação das mesmas; (iii) da evidenciação de como as mudanças institucionais propiciaram a expansão e a descentralização das políticas para o pequeno produtor e; (iv) da compreensão de como as novas políticas rurais inseriram os pequenos produtores na

rede sistemas produtivos. Metodologicamente, o trabalho contou com uma abordagem descritivo-exploratória associada ao procedimento da revisão de literaturas. Assim, a pesquisa evidenciou que as mudanças institucionais levaram a uma mudança no padrão de financiamento para o pequeno produtor rural embora, institucionalmente, o mesmo ainda é considerado como agente complementar à cadeia produtiva dada a segmentação política que os aborda (a institucionalização de dois gestores de política setorial: o Ministério da Agricultura, para os grandes produtores, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para os pequenos produtores).

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública. Agricultura Familiar. Instituições.

AN ANALYSIS ON THE INFLUENCE OF INSTITUTIONAL DECENTRALIZATION OF BRAZILIAN RURAL POLICIES FOR THE SOCIOECONOMIC INCLUSION OF THE SMALL PRODUCER FROM THE 1930S

ABSTRACT: The socio-economic inclusion in Brazil was perceived with greater evidence from the 1930 when the attempt to implement a state of Social welfare. And as for agricultural policies, they were initially focused on the big producers. However, due to the change in the political/institutional profile of the country, the center of agricultural policies of logic production/productivity was shifted to include the productive inclusion of small producers. Then, it became to include the small producer in the focus of the state, seeking the inclusion/expansion of the production and its inclusion market (so that they no longer produce mainly for their livelihood). In this way, the general objective of the present work was to explain how the institutional change reached the small rural producer in relation to the institutional policy for agriculture in Brazil. Specifically, the work was possible through (i) the demonstration of how socio-economic changes influenced the formation of the agenda and implementation of these policies; (ii) The understanding of the evolution of the implementation profile of the same; (iii) The evidence of how institutional changes have enabled the expansion and decentralization of policies for the small producer and; (iv) The understanding of how the new rural policies have inserted the small producers in the network productive systems. Methodologically, the work relied on a descriptive-exploratory approach associated with the procedure of the revision of literature of texts and specialized authors. Thus, the research evidenced that institutional changes led to a change in the financing pattern for the small rural producer although, institutionally, the same is still considered as complementary agent to the production chain given the segmentation Policy that addresses them (the institutionalization of two sector policy managers: The Ministry of Agriculture, for the large producers, and the Ministry of Agrarian Development, for small producers).

KEYWORDS: Public Policy. Family agriculture. Institutions.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, o Brasil tem passado por diversos marcos e rupturas políticas e institucionais que procuram, em sua maioria, instituir ações excludentes e de interesses minoritários, quando visto pelo lado socioeconômico. Dessa maneira, uma

grande distorção foi criada e mantida, principalmente quando observado o setor agrícola. Os últimos 30 anos, como apontam Grisa e Schneider (2015), foram responsáveis por instituir as principais mudanças nos aspectos sociais e econômicos do país, podendo ser citado como marco inicial destas, a implementação da Constituição Federal (CF) de 1988.

A Constituição Federal foi responsável por marcar as novas formas de relação entre Estado, sociedade e economia, definindo assim, ferramentas de implementação e operacionalização de Políticas Públicas, institucionalização de atores e gestores, e referenciais globais e setoriais que passaram a delimitar e orientar a ação do Estado, principalmente para os atores sociais que até então se viam desassistidos pelo governo, como àqueles inseridas no meio agrícola. Apesar de todo o processo holístico de transformação das relações entre estado e sociedade ter sido iniciado ainda no final da década de 1980, existem situações que passaram a ser tratadas como agendas governamentais a partir da década de 1990, como é o caso da agricultura familiar.

A intervenção do Estado no que tange o aspecto agrícola ainda é recente, principalmente quando mencionado a inclusão do pequeno produtor na agenda das políticas públicas no aspecto rural, é ainda mais recente sendo, somente, possível devida a descentralização institucional ocorrida, principalmente, a partir do fim da década de 1980 com a promulgação da CF.

A agricultura familiar, como apontado por Abromovay e Morello (2010), passou a ser reconhecido como grupo para focalização de políticas públicas, a partir do momento em que a democracia se tornou a raiz da sociedade e que esta, passou a ser diretriz para o fortalecimento de demandas sociais e incentivos ao processo de bem estar social. Tal afirmação, fica ainda mais evidente ao se observar que há cerca de duas décadas atrás, os pequenos produtores estavam às margens das ações realizadas pelo Estado.

Dessa maneira, o objetivo central deste trabalho é abordar de que forma a mudança institucional atingiu o pequeno produtor rural em relação à política institucional para a agricultura, no Brasil.

Para atingir esse objetivo principal, o presente trabalho baseia-se, está metodologicamente, falando em uma abordagem bibliográfica documental, e encontra-se dividido em quatro seções, incluindo este texto introdutório: a primeira e presente sessão, responsável por introduzir a temática bem como apresentar os principais aspectos levantados; a segunda seção é parte responsável por evidenciar em forma de apanhado teórico e histórico a evolução das políticas rurais e o seus enfoques; a terceira seção responsável por focaliza a mudança nas políticas para inclusão do pequeno produtor rural (dando origem ao reconhecimento e normatização da agricultura familiar no país); e a quarta são as considerações finais.

2 DO GRANDE LATIFÚNDIO AO PEQUENO PRODUTOR: A MUDANÇA SOCIAL E A ADEQUAÇÃO DO ESTATAL

O Brasil, historicamente falando, possui sua base econômica pautada no setor agro exportador, contudo, antes de 1930 não existiam políticas agrícolas e muito menos estratégias globais para este setor, ou seja, naquele momento, uma economia local que não estivesse fundamentada no cultivo do café e do açúcar (culturas com incentivo produtivo por parte do Estado e elites) não seria passível de movimentação econômica, como aponta De Mendonça (1998).

Essa hierarquia e priorização setorial encontrada nas “políticas”¹ agrícolas, se deu pelo fato de que as elites formadas por fazendeiros, políticos e banqueiros, investiam seus ordenados nessas culturas produtivas e exigiam que o governo fornecesse subsídios para que seu investimento resultasse em lucro, como aponta De Mendonça (1998). Devido ao acúmulo de capital da região Sul e Sudeste, decorrente de uma estrutura política e econômica concentrada em um estrato socioeconômico elevado, a década de 1930 ficou conhecida pela relação entre Estado e agricultura que ficou predominantemente integrada por agências e agentes sociais consideradas de interesse político, para que todo e qualquer resultado gerado fosse de encontro com os interesses desta elite social.

Esta submissão das políticas agrícolas aos interesses econômicos e sociais de uma pequena parcela da população brasileira, se estendeu até a década de 1950 quando o governo brasileiro, objetivou a industrialização de seus espaços produtivos para que o Brasil se aproximasse de economias já consideradas desenvolvidas naquele momento, como mostra Bielchowsky (2000; 2006). Assim, segundo Delgado (2010), o Estado passou a agir de acordo a uma agenda nacional-desenvolvimentista, criando infraestruturas estatais; fomentando agentes financeiros para incentivar a transformação da estrutura industrial; articulando atração de capitais privados nacionais e, principalmente, internacionais, assim como, prioritariamente, privilegiando a constituição de uma economia industrial através da constituição de políticas macroeconômicas.

Essa estratégia desenvolvimentista funcionou, em partes, até o início a década de 1960, pois, segundo autores como Delgado (2010; 1998), Coelho (2001) e Castro (1984), começaram a surgir dificuldades referentes ao abastecimento interno de alimentos oriundos da rigidez da oferta do setor agrário frente ao aumento na demanda por produtos primários; do esgotamento da capacidade de importar bens necessários e da emergência do padrão excludente e dependente da industrialização do Brasil.

¹ Enfatiza-se que o uso de aspas na palavra políticas é feito de maneira irônica uma vez que, o processo de subordinação da produção não estava pautado em uma estratégia política comercial, mas sim, em uma estratégia política econômica dos mais ricos, para que assim, sua produção acumulasse ainda mais riqueza, poder e soberania aos grandes latifúndios, como aponta De Mendonça (1998).

Por conta desta crise, duas alternativas para a saída dela foram levantadas por diversos setores da sociedade como aborda Grisa e Schneider (2015). A primeira alternativa estava ancorada na reforma agrária visando dar dinâmica ao mercado interno; já a segunda alternativa estava baseada na modernização tecnológica da agricultura. Para esta segunda, com aponta Grisa (2012), o discurso utilizado era de que a agricultura precisava se modernizar para contribuir com seu papel no desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Contudo, durante a década de 1970, no auge da repressão militar brasileira, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) que durante a década 1960 apoiava as ideias levantadas pelo Estado, passou a se voltar contra estes ideais, passando a exigir através de seus congressos e boletins que o pequeno produtor, desassistido de toda e qualquer política agrícola no país até então, passasse não só fazer parte da agenda de políticas públicas, mas, que políticas públicas inclusivas focalizadas nessa população fossem criadas e fomentadas pelo governo federal. O surgimento do chamado “novo sindicalismo rural” e a pressão por políticas diferenciadas focalizadas no pequeno produtor, tornaram-se recorrentes dos representantes dos agricultores familiares, como apontam Favareto (2006) e Schneider (2010).

Esse debate continuou sofrendo pressão social e econômica durante a década de 1980, principalmente com a discussão da constituinte no final da referente década. Com o processo de redemocratização, o debate no em torno da agricultura familiar pode-se destacar a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e conseqüentemente a criação do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR), assim como a constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Esses atores criados e fortalecidos durante a década em questão foram importantes pois, mesmo com objetivos diferentes, as ações destes atores sociais evidenciaram o quão precária estava a inserção e a representação social do pequeno produtor e, com isso, tornou possível e visível a necessidade da intervenção do Estado na elaboração de Políticas Públicas focalizadas para a criação de subsídios como a reforma agrária e a criação de acesso ao crédito rural, como aponta Delgado (1994).

Por conta da abertura político-institucional em curso, os representantes dos pequenos produtores/agricultores familiares passaram a se apresentar de uma maneira diferenciada junto ao Estado, onde antes passivos, passaram a participar ativamente dos espaços de discussão através da elaboração de boletins, textos para a discussão e principalmente, comícios junto às suas bases. Mielitz Netto (2010) e Delgado (1994), destacam que essa mudança de comportamento foi essencial para fundamentar a criação posterior da Lei Agrícola. Esta lei, como apontam os autores anteriormente citados,

procurou em um primeiro momento, incluir as demandas já levantadas pelos representantes da agricultura familiar, contudo, os resultados encontrados foram aquém do esperado.

Em outras palavras, apesar do esforço despendido, o interesse do grande latifúndio continuou prevalecendo mesmo com o aumento da pressão sindical e social. Assim, observa-se uma falta de interesse por parte do Estado em institucionalizar estas demandas por serem consideradas de complexa implementação metodológica, como aponta Delgado (1994). Essa complexa implementação metodológica foi oriunda da nova ordem global (neoliberalismo) que, focalizada na abertura de mercados, impôs novos instrumentos e ferramentas para a ação governamental, uma e talvez a principal delas foi a redução e o afastamento do Estado na intervenção econômica. Essa atitude pregada e posta em prática, dificultou a implementação de ações destinadas à agricultura familiar, uma vez que estava voltada para o incentivo produtivo do grande latifúndio.

Os efeitos do neoliberalismo na agricultura foram devastadores como aponta Grisa e Schneider (2015): A) com a abertura da economia e o esfacelamento do modelo de intervenção estatal, o montante financeiro destinado aos recursos aplicados nas políticas agrícolas sofreu um impacto extremamente negativo, gerando venda de produtos abaixo do preço de mercado por parte dos pequenos produtores e, também, queda nas tarifas de importação, gerando assim um incentivo à importação e não mais a exportação. B) com a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1991, os estados do Sul foram impactados negativamente uma vez que, com a dificuldade de concorrer com os pequenos produtores de países vizinhos, viram sua produção agropecuária reduzir drasticamente uma vez que com a economia favorável à importação, seus produtos não estavam sendo consumidos nem internamente e nem externamente.

Dessa maneira, a CONTAG, junto com a Comissão Técnica do Pequeno Produtor, passou a emitir notas técnicas com exigências para a criação de uma política agrícola que facilitasse o acesso do pequeno produtor ao crédito rural para que o investimento não ficasse focalizado única e exclusivamente no grande latifúndio.

Essa proposta levantada pela CONTAG em 1994 levava em consideração a criação de um programa com encargos financeiros, prazos, carências e formas de pagamentos específicos para o pequeno produtor. A institucionalização desta proposta, previa em diversas esferas o enfrentamento das situações que a mudança econômica impostas pelo sistema neoliberal ocasionou.

Assim, com a intensificação das mobilizações setoriais, o ano de 1995 foi marcado pela institucionalização do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que, de acordo com Grisa (2012) foi o responsável por atuar como um divisor de águas entre o Estado omisso neoliberal e o Estado presente do *welfare state*.

O PRONAF surgiu como uma alternativa política para suprir as demandas dos sindicatos e da comunidade rural, onde suas principais propostas estavam destinadas a disponibilização de uma linha de crédito rural, preocupada em contribuir com a abertura do mercado para o agricultor familiar, para que assim, este pudesse competir com os grandes produtores dentro de um mercado “justo”. (FAO INCRA 1994).

Com PRONAF, o Brasil passou a experimentar uma série de ações voltadas para este público alvo como maneira de, não somente inseri-los no mercado, mas, também, em proporcionar fortalecimento de sua produção, subsidiar a tecnificação e modernização do modo agrário de produzir, e principalmente, possibilitar segurança socioeconômica para estes através das diretrizes estipuladas pelo Seguro da Agricultura Familiar em 2004, pela criação do Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar em 2006 e pela retomada da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Contudo, apesar de ser imprescindível o entendimento de como o Estado se modificou e se adequou com as mudanças sociais, se faz importante entender e compreender de que forma essas mudanças ocorreram no âmbito institucional do mesmo, uma vez que este, em sua maioritárias vezes, estava pautado no lucro.

3 TRANSFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS NO SETOR AGRÍCOLA BRASILEIRO: REFLEXO DA MUDANÇA SOCIAL OU ADEQUAÇÃO À DEMANDA ECONÔMICA?

Devido à falta de recursos tanto públicos quanto privados voltados para o sistema de financiamento no setor agrícola nacional, o Estado teve que se adequar às demandas setoriais endurecidas pelos sindicatos para propor novas iniciativas que assistissem essa população. Para contextualizar o arranjo atual das políticas agrícolas, se faz necessário abordar as alternativas institucionais e econômicas criadas ao longo do tempo, assim, separa-se esta análise em quatro momentos: a) extrair via confisco cambial, o máximo de excedentes da agricultura para financiar o processo de industrialização na década de 1950; b) a elaboração do sistema oficial de crédito na década de 1960 e a ampliação do montante de recursos na década de 1970, principalmente com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR); b) substituição dos recursos obrigatórios pelos recursos do Tesouro Nacional na década de 1970; c) a mais recente que, perdura da década de 1980 até os anos atuais, a ideia da diminuição do Estado na intervenção econômica que foi responsável por implementar novas fontes de recursos de financiamento e industrialização.

Tendo isso em vista, Cano (1985) aponta que, as instituições criadas para legitimar as políticas públicas criadas no âmbito agrícola estavam focadas em atender a demanda do mercado, em sua maioridade externo, sem objetivos e contrapartidas claras

e explícitas. Ao observar esse viés economicista nas propostas das políticas públicas, o que se detona é que as instituições e regras criadas por estas, possuíam caráter político (no sentido partidário e ideológico da palavra), uma vez que traziam para o miolo de ação, setores e grupos com grande poder de decisão e influência socioeconômica (como bancos e instituições privadas) que, com participação nestas políticas, passariam a se beneficiar mesmo que indiretamente, destas.

Conjuntamente falando, de acordo com Gremaund, Vasconcelos e Toneto Jr. (2002), as políticas agrícolas assumidas a partir de 1965 tinham como principal fonte de recursos era oriunda dos orçamentos públicos. Com a criação do Banco Central – Bacen, o mesmo juntou-se ao Banco do Brasil e juntos passaram a subsidiar linhas diretas de crédito (inicialmente focalizada no grande produtor) se tornando a principal política de fomento à agricultura até a década de 1970.

Com a contenção dos gastos públicos entre as décadas de 1970 e 1980, e, com a conjuntura econômica desfavorável como aponta Lopes (1992), a liberação de novas linhas de crédito se tornou inviável, uma vez que, com a diminuição dos gastos, menor era o valor disponibilizado pelo orçamento público para a manutenção das linhas de subsídio ao crédito agrícola. Assim, se tornou inevitável o aumento no custo dos empréstimos, fazendo com que o grande produtor, por possuir maiores condições financeiras, passassem a adquirir o autofinanciamento.

Assim, com o encarecimento desses financiamentos, a década de 1980 foi a responsável por ampliar o espaço dos financiamentos oferecidos por entidades privadas tendo como ênfase a comercialização da produção agrícola, Lopes (1992) aponta que essa tendência estava em paralelo com o estreitamento das linhas comerciais e dos recursos aplicados pelos agentes financeiros, onde estes, passaram a aplicar maior rigidez de requisição e limites para os recursos empenhados. Isso se deu pela tentativa dos bancos em conter as perdas oriundas de uma possível e futura inadimplência dos financiadores das linhas de crédito.

Dessa maneira, o que se observa é que a década de 1980, como aponta Gasques e Villa Verde (1996), refletiu o contrário que a expansão ocorrida na década de 1970 apontava como resultado futuro, pois, entre 1960 e 1970 o Estado possuía ainda fontes diversas para gerar orçamento para esses financiamentos agrícolas. Nesse interim, a economia não estava pautada a um problema fiscal muito menos ao controle da base monetária.

Assim, a mudança no perfil de financiamento do crédito agrícola (primeiramente com fontes públicas passando a serem ofertadas e gerenciadas por fontes e instituições privadas) foi resultante das mudanças no sistema financeiro mundial (incidência do neoliberalismo e redução da ação estatal como dito anteriormente), assim como, no

aumento da demanda social por essas linhas de crédito mais acessível. Com o aumento dessa demanda, e conseqüentemente da opressão social e sindical, o Estado sem condições de operacionalização total e plena destas políticas, passou a abrir margem para que o privado gerisse junto ao público as linhas de financiamento focadas neste público alvo.

Como resultado, pode-se observar que a modernização no meio agrícola e o desenvolvimento de instituições de mercado (fortalecidas principalmente entre as décadas de 1980 e 1990) foram os responsáveis pelo esgotamento da política de crédito rural convencional, propiciando a incidência de novas instituições privadas na ação voltada para o meio agrícola. Isso fica ainda mais evidente quando da implementação do PRONAF em 1996, onde, em sua primeira versão, os recursos estavam em sua maioria sendo retirados de fontes públicas, contudo, as instituições financeiras têm suas ações de forma indireta, pois, mesmo estas não pertencerem ao processo de descentralização da política e não terem influência direta no processo de formulação desta, o processo de liberação de crédito rural e de investimento é feito por esse setor financeiro.

Por conta disso, tais instituições passam a barganhar no processo de implementação da política para que seus interesses e ganhos sejam maximizados junto ao processo de formulação da política em construção, nesse caso, o PRONAF.

Apesar das ações do PRONAF permanecerem ativas ao longo desses anos, novas demandas e até mesmo exigências foram incorporadas ao seu estatuto, direcionando-o às necessidades socioeconômicas dos produtores rurais, sem desassociar estes dos interesses dos agentes econômicos por de trás destas mudanças. Por volta dos anos 2000, surge um novo conjunto de políticas públicas que, retiram o caráter considerado puramente assistencialista, e o foco passa a não ser somente a população rural, mas sim toda a população brasileira em condições de baixa renda.

Importante destacar que, nesse momento, segundo Grisa (2012), o Brasil não tinha um órgão responsável por gerir e fiscalizar as políticas públicas focalizadas na população agrícola familiar. Devida a estrutura institucional adotada desde o processo de regionalização das políticas a partir da década de 1980 (principalmente com a criação de superintendências de desenvolvimento regionais e órgãos implementadores), o Brasil possuía apenas um órgão responsável pelo acompanhamento da produção, inclusão e fiscalização de tudo aquilo que levasse o “agrícola” em seu nome.

Dessa maneira, devida a estrutura patronal na gestão destas políticas, e pelo entendimento da necessidade de uma nova estrutura institucional responsável por intermediar o público alvo e o objetivo de ação da política pública, a partir do ano de 2003, o extinto Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) atual Ministério do

Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), ficou incumbido por ser o órgão que agisse de maneira norteadora de ações, dando condições de execução e de contrapartidas para essas políticas. Com isso, os anos 2000 foram responsáveis pela instauração de diversas políticas de cunho social voltado, principalmente à população agrícola familiar.

Como exemplo, no ano de 2003, surge o Programa Habitação Rural, como uma adequação ao Programa Minha Casa Minha Vida, “que visava articular e potencializar as ações de um conjunto de políticas públicas em alguns territórios economicamente mais fragilizados” (GRISA; SCHNEIDER, 2012, p. 136).

Além desta, pode-se destacar a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que visa a compra dos produtos provenientes dos produtores familiares, direcionando-os para o abastecimento de instituições públicas sociais, procurando garantir, “maior estabilidade à atividade agrícola, assegurando a circulação de dinheiro na economia da própria região onde os produtos foram produzidos” (JUNQUEIRA; LIMA, 2008, p. 175).

Dessa maneira, o que se observa é que a institucionalização e descentralização de suas organizações, criou uma atmosfera propícia para a focalização e transversalização das políticas públicas criadas para o âmbito agrícola no Brasil, uma vez que, o resultado atingido pela política estaria diretamente relacionado à qualidade institucional apresentada por essas organizações. Com isso, todo o ciclo de formação da política, assim como, a conjuntura socioeconômica passa a serem consideradas como principal ferramenta de operacionalização dessas organizações e instituições envolvidas.

4 CONCLUSÃO

No contexto das discussões feitas por esse trabalho, pode-se dizer que o processo histórico de inclusão do produtor agrícola familiar no *hall* de prioridades quando se fala em políticas públicas, foi um processo longo, contraditório e um tanto falacioso, uma vez que seu processo de formação e implementação esteve e, em determinado grau, continua estando nas mãos de elites e coalizões políticas e econômicas, e, de outro lado, essa concentração elitista foi pautada em um discurso de beneficiar uma parcela grande da população agrícola brasileira.

Esse benefício, ou seja, acesso dos agricultores familiares aos incentivos de crédito e fisco, iniciou com objetivo de distanciar o Estado de sua atuação no meio econômico (devida a sua suposta inaptidão em administrar recursos e fontes de recursos); passando a incluir, de maneira desigual, os produtores agrícolas (dando preferência a questão de volume produzido por este); e somente num terceiro momento, mais especificamente a

partir dos anos 2000, que as políticas passaram a aliar as duas demandas: a social (de inclusão das famílias na cadeia de incentivo produtivo e mercadológico) e econômico (atuação dos bancos nas linhas de créditos).

Dessa maneira o desenho das ações institucionais foram as responsáveis por segregar e posteriormente realinhar as propostas entre essas duas demandas, contudo, com sérias limitações. Como por exemplo, as fontes de recursos, a forma de operacionalização e principalmente, a fiscalização da implementação da política; essas limitações se dão pelo fato da desestruturação prematura das instituições e pela inaptidão do Estado em auferir objetivos concretos com propostas sólidas e com atores bem delineados e institucionalizados de maneira influente e atuante.

Assim, deseja-se que novos trabalhos passem a observar a lógica Estado, instituições e população agrícola familiar, a ponto de identificar seus pontos fracos e fortes e que assim, os trabalhos possam contribuir tanto qualitativamente quanto quantitativamente para fortalecer debates e discussões acerca do tema.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R; MORELLO, T. F A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras. In: **International Conference Dynamics of Rural Transformations in Emerging Economies**. 2010. p. 14-16. Disponível em: <www.rimisp.org/wp-content/uploads/2010/05/Paper-Country-Overview-Brazil-1.pdf> Acesso em 09 de Setembro de 2018.

CANO, Wilson. **Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95**. Economia e sociedade, v. 8, p. 101-139, 1997.

CASTRO, A. C. **Ciência e tecnologia para a agricultura: uma análise dos planos de desenvolvimento**. Cadernos de difusão de tecnologia, v. 1, n. 3, p. 299-482, 1984.

COELHO, C. N. **70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001)**. Revista de política agrícola, ano x, n. 3, p. 3-58, 2001.

DE MENDONÇA, S.R. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. Disponível em: <http://www.sidalc.net/cgi-bin/wxis.exe/?IsisScript=BIBA.xis&method=post&formato=2&cantidad=1&expresion=mfn=011620> Acesso em 08 de Setembro de 2018.

DELGADO, G. C. **Agricultura familiar e política agrícola no Brasil: situação atual e perspectivas**. Reforma agrária, v. 24, n. 3, p. 5-35, set./dez. 1994.

DELGADO, N. G. A agricultura nos planos de desenvolvimento do governo federal: do Plano Trienal ao III PND. In: BENETTI, M.D. e FRANTZ, T.R. **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul, 1957-1984**. Porto Alegre (RS): Fundação de Economia e Estatística, 1988, p. 35-111.

FAVARETO, A. **Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil**. Revista brasileira de ciências sociais, v. 21, n. 62, p. 27-45, 2006.

GASQUES, J. G., REZENDE, G. C. D., VILLA VERDE, C. M., SALERNO, M. S., DA CONCEIÇÃO, J. C. P., & CARVALHO, J. C. D. S. **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil**. IPEA/BRASIL, 2004.

GREMAUND, A.P; VASCONCELLOS, M.A.S; TONETO JR, R. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. 2015. Disponível em: <repositorio.faema.edu.br:8000/jspui/handle/123456789/1411> Acesso em 10 de Setembro de 2018

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**. 2008.

LOPES, M. de R. Comercialização interna e externa da produção agrícola: principais problemas e sugestões. **Os Principais Problemas da Agricultura Brasileira: Análise e Sugestões**. PNPE/IPEA. Brasília, DF, 1992.

MIELITZ NETTO, C.G.A. **Agricultura familiar no contexto das políticas públicas brasileiras**. In: MANZANAL, M. e NEIMAN, G. Las agriculturas familiares del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafios. Buenos Aires: CICCUS, 2010, p. 61-77.

CAPÍTULO 6

WIRIKUTA Y XOCHICALCO: UN ANÁLISIS COMPARATIVO DE LA LUCHA DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS POR EL PATRIMONIO BIOCULTURAL

Data de submissão: 05/04/2021

Data de aceite: 28/04/2021

Coral Giseth García Haj

Maestra en Sociología

Universidad Autónoma Metropolitana, México

<https://orcid.org/0000-0002-1245-9308>

Armando Sánchez Albarrán

Doctor en Sociología

Profesor Investigador del

Departamento de Sociología

Universidad Autónoma Metropolitana, México

CV

RESUMEN: Este estudio expone un análisis comparativo de la lucha del pueblo wixárika y del pueblo náhuatl en contra de empresas mineras, el primero ubicado en el territorio de Wirikuta, en el estado mexicano de San Luis Potosí, y el segundo, en la zona arqueológica de Xochicalco, Morelos. A pesar de las discrepancias geográficas y étnicas, en ambos casos existen varias coincidencias: el contexto sociopolítico; el significado simbólico y cultural del territorio; el modus operandi de las transnacionales; las estrategias de movilización de los actores sociales; la ambigüedad del Estado; el papel

de las nuevas tecnologías, y algunos aspectos de la productividad social del conflicto. Los principales enfoques son la Ecología Política, las teorías de los movimientos sociales y el análisis de los marcos de la acción colectiva como metodología, además de la revisión hemerográfica, etnografías y entrevistas a los principales líderes de ambos movimientos.

PALABRAS CLAVE: Conflicto socioambiental. Patrimonio biocultural. Extractivismo. Wirikuta. Xochicalco.

WIRIKUTA AND XOCHICALCO: A COMPARATIVE ANALYSIS OF INDIGENOUS PEOPLES' STRUGGLE FOR BIOCULTURAL HERITAGE

ABSTRACT: This paper presents a comparative analysis of the struggle of the Wixárika people and the Náhuatl people against mining companies, the former located in the territory of Wirikuta, in the Mexican state of San Luis Potosí, and the latter in the archaeological zone of Xochicalco, Morelos. Despite the geographical and ethnic discrepancies, there are several coincidences in both cases: the socio-political context; the symbolic and cultural meaning of the territory; the modus operandi of transnational corporations; the mobilization strategies of social actors; the ambiguity of the State; the role of new technologies; and some aspects of the social productivity of the conflict. The main approaches are Political Ecology,

theories of social movements and the analysis of collective action frameworks as methodology, in addition to the review of newspapers, ethnographies and interviews to the main leaders of both movements.

KEYWORDS: Socio-environmental conflict. Biocultural heritage. Extractivism. Wirikuta. Xochicalco.

1 INTRODUCCIÓN

Se presentan los resultados de dos investigaciones sobre conflictos socioambientales protagonizadas, el primero, por el pueblo wixárika, en el territorio de Wirikuta en San Luis Potosí y, el segundo, por el pueblo náhuatl del sur de Morelos. En ambos casos, se trata de la defensa del territorio y el patrimonio biocultural en contra de transnacionales mineras canadienses, haciendo énfasis en los efectos sociales que el conflicto produce y la forma en la que influyen en la transformación del orden social (Azuela & Mussetta, 2009).

México, ocupa el cuarto lugar y el primero en América Latina en cuanto a producción de minerales principalmente oro y plata. La minería constituye el cuarto generador de divisas netas pues aporta 22 mil millones de dólares y el 1.5% del producto interno bruto nacional. Lo anterior ha sido posible debido a que, en la década de los 90, el gobierno mexicano impulsó una serie de reformas estructurales mediante las cuales fue disminuyendo los derechos laborales y cívicos, tales como la salud, educación y cultura.

Uno de los cambios más importantes en el ámbito jurídico fue la cancelación de la reforma agraria con la modificación del artículo 27° constitucional en 1991, mediante la cual el Estado se obligaba a entregar tierra a los campesinos. Un año después, se reformó el artículo 6° de la Ley Minera, en el que se estableció que de encontrarse minerales en el subsuelo, la tierra pasa a ser considerada como de utilidad pública, con lo cual convierte a los antiguos propietarios en superficiarios. A raíz de esto, en 2011, el 26 por ciento del territorio nacional (56 millones de hectáreas) ya estaba concesionado a la industria minera, a pesar de que la mayor parte de esa superficie era propiedad colectiva (Enciso, 2011).

Este trabajo es analizado desde tres ejes. El primero, como parte de los proyectos extractivistas, llevando violencia y criminalización de la protesta, y que aparecieron debido al nuevo contexto de la economía mundializada en la que los gobiernos neoliberales se convirtieron en promotores aplicados del libre mercado promoviendo la inversión directa y externa.

Imagem 1. Sitio Sagrado de Tui Mayewe, Wirikuta, SLP. Fotografía tomada en 2014.



Para esto, se vieron obligados a modificar la estructura jurídica, reduciendo las competencias del Estado y ampliado el poder de decisión de las empresas nacionales e internacionales en diferentes ramas económicas con el fin de obtener ganancias a corto plazo (Svampa, 2011).

Algunos autores interpretan los proyectos mineros como procesos de acumulación por desposesión en donde los más afectados son los antiguos poseedores colectivos del suelo, o sea, campesinos e indígenas que quedan en una situación de vulnerabilidad en virtud de las reformas jurídicas neoliberales, a la pérdida de su territorio geográfico, simbólico y cultural (Tetreault, 2013). El aumento en el precio de las materias primas y metales preciosos, los transformó en activos financieros o “commodities” como una de las consecuencias más nefastas del modelo primario exportador es que impacta negativamente los territorios de los pueblos originarios (Harvey, 2004).

En segundo lugar, este estudio siguió como metodología *el análisis de los marcos de la acción colectiva*, que ayuda a distinguir las condiciones de producción y difusión de elementos ideológicos y culturales durante el proceso de transformación de la acción colectiva en movimiento social. De acuerdo a David Snow y Robert Benford (1992) un marco es: “es el conjunto de creencias y significados orientados hacia la acción, que legitima las actividades de un movimiento social”. Según ellos, los actores sociales organizan y enmarcan su experiencia a partir de marcos a partir de los que definen la

percepción de la problemática, los actores involucrados, las alternativas de solución, las estrategias, los argumentos y las consecuencias del conflicto.

Esta propuesta metodológica permite ubicar en la arena política a un actor protagonista (el pueblo wixárika y náhuatl), uno antagonista (transnacionales mineras y Estado mexicano), una audiencia (sociedad civil y organismos internacionales) y un problema (conflicto por las concesiones mineras en un área cultural e histórica con ecosistémicas de conservación prioritaria). En momentos críticos los actores sociales desarrollan competencias y habilidades, es decir, aprenden el proceso de enmarcado (*framing process*), como una estrategia para aumentar las capacidades de movilización. Durante este proceso los elementos simbólicos y culturales del pueblo wixárika y náhuatl, funcionan como un mecanismo social que “enlaza” a los integrantes del movimiento. Estos elementos son reformulados y transmitidos al interior de los grupos de forma diferente en cada ciclo de protesta y permiten una cohesión y un sentido de identidad mayor de los participantes y sus aliados (Chihú, 2006). En tercer lugar, el análisis se complementa desde el enfoque de la Sociología ambiental que busca examinar quiénes son los actores del proceso contencioso, las causas, y los efectos sociales de los conflictos ambientales a medio y largo plazo para comprender el modo en que transforman a la sociedad.

Para los fines de exposición, el primer apartado examina la lucha de los actores sociales por el patrimonio biocultural; el segundo, visibiliza la productividad social; mientras que en el tercero, se realiza un análisis comparativo de la lucha por el territorio de Wirikuta y Xochicalco. Al final, las conclusiones.

2 EL PATRIMONIO BIOCULTURAL DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS

Los pueblos indígenas reproducen sus culturas en espacios geolocalizados, y tienen una fuerte vinculación con el uso milenario de los recursos naturales y biológicos que conforman ensambles ecosistémicos y paisajes, que a su vez, están estrechamente relacionados con sus sistemas alimentarios, salud, conocimientos, técnicas e imaginarios socio ambientales organizados por su cosmovisión (Boege, 2017, p. 43).

El concepto de patrimonio biocultural tiene sus antecedentes en el 2005, con el intento de las Organización de las Naciones Unidas para superar la noción de patrimonio material e inmaterial, sin excluir la diversidad biológica. Al respecto, Boege (2008) lo define como:

“El patrimonio biocultural de los pueblos indígenas se traduce en bancos genéticos de plantas y animales domesticados, semidomesticados, agroecosistemas [paisajes bioculturales] plantas medicinales, conocimientos [tradicionales] rituales y formas simbólicas de apropiación de los territorios. En torno a la agricultura [los indígenas] desarrollan su espiritualidad e interpretan [de manera unitaria] su relación con la naturaleza. Las culturas indígenas participan de saberes y experiencias milenarios en el manejo de la biomasa y de la biodiversidad (Boege, 2008, pp. 19-24).

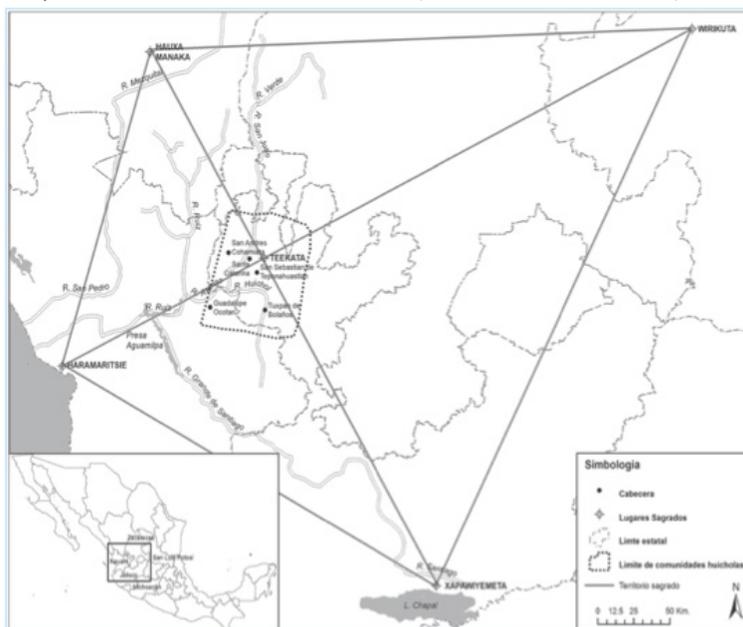
De esta manera la noción de patrimonio biocultural se transformó en un concepto decolonial que reivindica el derecho de la población originaria a la propiedad colectiva de la tierra y a la apropiación simbólica de las tradiciones ancestrales asociadas a dicho territorio a través de procesos culturales e históricos de las comunidades (Escobar, 2014).

La relevancia del patrimonio biocultural de los territorios indígenas reside en que abarca entre el 12 y 20 por ciento de las áreas del planeta bajo manejo humano en las que se concentran la más alta biodiversidad y la mayor diversidad cultural (Toledo, 2001). Los grupos étnicos wirráritari y nahuas no escapan a la catastrófica coincidencia de vivir en una zona susceptible de ser explotada por la minería y simultáneamente, ver amenazado su patrimonio biocultural frente a los actuales intereses del capital trasnacional a través de los mega proyectos.

2.1 EL TERRITORIO BIOCULTURAL DEL PUEBLO WIXÁRIKA

A finales del 2009, el Gobierno mexicano expidió 22 concesiones mineras a la multinacional *First Majestic Silver* para la explotación de oro y plata. Lamentablemente, esos títulos abarcaban el 70 por ciento de la reserva de Wirikuta, un Área Natural Protegida de 140,000 hectáreas, habitada por campesinos de origen mestizo en su mayoría católicos y visitada regularmente por turistas nacionales y extranjeros. Al mismo tiempo, los wixaritari han peregrinado por ella desde hace cientos de años, debido a que es un lugar muy importante de su territorio cultural (UWACC, 2010).

Mapa 1. El territorio wixárika. Susan Alta Martin, Journal of Southwest Vol. 42, 2000.



La cultura wixárika tiene sus orígenes en la tradición cultural mesoamericana (2500 a. C.) y sus comunidades se encuentran asentadas a lo largo de 5,000 kilómetros cuadrados en el Occidente de México, en la región del Gran Nayar. Sin embargo, su territorio ceremonial abarca 90,000 kilómetros cuadrados (Liffman P., 2005). El patrimonio biocultural del pueblo wixárika tiene tres dimensiones. La primera, se refiere a la biodiversidad que existe en la reserva de Wirikuta, una árida reserva localizada en el *Complejo Ecorregional Desierto Chihuahuense*, uno de los tres desiertos con mayor diversidad riqueza en el mundo. La segunda, trata sobre las atribuciones simbólicas del territorio. Para el pueblo wixárika, Wirikuta es uno de los cinco principales lugares sagrados debido a que en él pasaron una serie de importantes acontecimientos míticos, razón por la cual, peregrinan anualmente para renovar la vida de todo el planeta (Pacto de Hauxa Manaka, 2008). La tercera, hace referencia a los instrumentos legislativos que salvaguardan aspectos de las dos dimensiones anteriores, entre los que destacan el Convenio 169 de la OIT sobre pueblos indígenas y tribales que hace referencia al derecho al territorio, a la consulta y la identidad indígena.

2.2 EL TERRITORIO BIOCULTURAL NÁHUATL

Morelos se ubica al sur de la Ciudad de México y colinda con el Estado de México, Guerrero y Puebla (Véase mapa 2). Los hablantes de náhuatl, se localizan los estados de Guerrero, Hidalgo, Oaxaca, Puebla, Tlaxcala, Veracruz, San Luis Potosí, Michoacán, Estado de México, Morelos y Durango, aunque el conflicto se ubica en Morelos en la zona arqueológica de Xochicalco.

Mapa 2. Xochicalco, Morelos. Elaboración



La zona sur de la entidad ha resentido en los últimos veinte años el impacto del capital inmobiliario que ocasionan problemas ambientales al invadir los terrenos agrícolas, además de los problemas del agua y la creación de tiraderos a cielo abierto. El proceso de expansión urbana también se expresa en la pretensión de nuevas carreteras, libramientos, gasolineras, centros comerciales y los consecuentes cambios en el uso del suelo, muchos de ellos en terrenos de propiedad social ejidal y comunal. En 2013 los campesinos advirtieron que los gobiernos federal y estatal, de signo conservador panista habían otorgado la concesión a una empresa canadiense para explorar y explotar las tierras en el sitio arqueológico de Xochicalco, considerado patrimonio cultural de la humanidad desde diciembre de 1999 por la UNESCO.

3 LA PRODUCTIVIDAD SOCIAL DEL CONFLICTO SOCIOAMBIENTAL

La noción de *Productividad Social* del conflicto es de ayuda para visibilizar los efectos sociales de los conflictos ambientales a medio y largo plazo y comprender el modo en que contribuyen a la transformación del orden social (Azuela & Mussetta, 2009).

De acuerdo a Gabriela Merlinsky ese concepto es entendido como la obtención de los alcances de esos conflictos en la deliberación pública, y los engloba en tres dimensiones. La primera es la productividad territorial, que se refiere los procesos de apropiación simbólica y control territorial; la segunda; la productividad jurídica, que se relaciona con la actualización del Derecho; y la tercera, la productividad institucional, que se enfoca en la influencia de los movimientos en los modelos de gestión estatal por medio de acciones, nuevas políticas ambientales y procesos de consulta (Merlinsky, 2013, p. 49). En conjunto, el concepto de productividad social trasciende la idea del éxito o fracaso de los movimientos sociales y se enfoca en las transformaciones que se producen en el territorio a lo largo del tiempo a través de acciones concretas que influyen en el desarrollo y el bienestar de sus habitantes.

3.1 LA PRODUCTIVIDAD DEL CONFLICTO POR WIRIKUTA.

La lucha del pueblo wixárka por Wirikuta se entiende a partir de tres ciclos de protesta. El primero o ciclo de ascenso fue de 2010 a 2012, durante el cual se definió la arena política, comenzó a estructurarse el discurso político y se realizaron una serie de acciones con un gran impacto mediático que reivindican sus derechos colectivos como pueblos originarios. Entre sus acciones destacan el *Pronunciamiento en defensa de Wirikuta*, la marcha del 27 de octubre en la Ciudad de México; la comparecencia del CRW en la X sesión del Foro Permanente para las Cuestiones Indígenas de la ONU en

Nueva York, ambas en 2011. En 2012 se llevó a cabo el Peritaje Tradicional en el Cerro del Quemado, SLP, las Jornadas *Salvemos Wirikuta corazón sagrado de México* bajo la campaña mediática “*Wirikuta no se vende, se ama y se defiende*”; y el festival Wirikuta Fest en 2012. El segundo ciclo es de 2013 hasta 2015, y se caracterizó por la ampliación de los objetivos del movimiento y numerosas expresiones artísticas. El tercer ciclo fue de 2016 hasta el 2018, y aunque la conflictividad disminuyó las acciones continuaron difundiendo la problemática y buscando nuevas alianzas. Además, los habitantes de Wirikuta hicieron más notable su presencia conformando comités a favor y en contra de la minería.

En cuanto a la productividad territorial la percepción del conflicto pasó de ser un problema minero que afectaba a los lugares sagrados, a uno que afecta la disponibilidad de agua en toda la región. Wirikuta pasó a denominarse Altiplano-Wirikuta lo que denota una mayor presencia de los habitantes de los ejidos. Las peregrinaciones católicas e indígenas se mantuvieron constantes, pero el turismo aumentó y también se desarrollaron proyectos para fortalecer la cadena de producción y comercialización de productos agrícolas locales. Por otro lado, la productividad jurídica se interpuso el juicio de amparo el 18 de julio de 2011, con dos ampliaciones incluyendo el derecho al territorio, al derecho al medio ambiente sano y el principio jurídico pro persona. A pesar de que las concesiones no fueron canceladas, se han mantenido suspendidas hasta la fecha; y en 2019, el CRW se vinculó a la Barra Mexicana de Abogados. La productividad institucional, se fortalecieron los consejos vinculados con el Estado; la Peregrinación a Wirikuta se presentó como candidata a lista de Salvaguarda urgente del patrimonio cultural intangible en la UNESCO; y se fortaleció la infraestructura de los lugares sagrados. En 2018, una nueva etapa comenzó a partir del ascenso a la presidencia de Andrés Manuel López Obrador que a pesar de reestructurar las instancias responsables de pueblos indígenas aún no ha dado respuesta al conflicto del pueblo wixárika.

3.2 LA PRODUCTIVIDAD DEL CONFLICTO EN XOCHICALCO

El pueblo de Morelos ha mantenido una larga lucha por el territorio que sirve como antecedente a las luchas actuales, sobre sale la gesta revolucionaria encabezada por Emiliano Zapata por la defensa de la tierra en contra de los hacendados después de 1910. Después de 1970, la lucha por la tierra y los subsidios al campo, fue protagonizada por la Unión de Pueblos de Morelos; la Unión de Ejidos Emiliano Zapata (UEEZ); y otras organizaciones regionales. Los indígenas nahuas de Morelos habían luchado defendiendo las causas campesinas o urbanas, sin embargo, surgió un nuevo marco cultural en el que los pueblos originarios reivindicaron su lengua e identidad particular como pueblos originarios en el marco de la firma del Convenio 169 de la OIT y la conmemoración del

V Centenario del Encuentro de Dos Mundos en 1992; así como el levantamiento armado del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN). Podemos destacar que en esa coyuntura el poblado de Xoxocotla se integró con otras cuatro comunidades indígenas más, al Consejo Supremo Náhuatl de Morelos que se integró al Consejo Nacional de Pueblos Indígenas. En 1992, los pueblos originarios conformaron el Consejo Morelense 500 años de Resistencia Indígena, Negra y Popular en Tepoztlán.

Las experiencias previas de luchas sirvieron de marco para solidarizarse por otras luchas por el territorio en la entidad. Destaca la solidaridad con el pueblo de Tepoztlán en contra de la construcción de un club de golf; las acciones contra la deforestación y la destrucción del patrimonio Cultural de Cuernavaca, cuando la empresa Costco intentó destruir el monumento morelense conocido como Casino de la Selva; la lucha de la comunidad de Ocotepéc por la defensa de predios colectivos contra la construcción de una megatienda: Soriana (Sarmiento, 1997). En 2007, “Los 13 Pueblos”, lucharon en contra de un proceso inmobiliario, representado por Casas Geo, que pretendía apropiarse del manantial chihuahueta. En 2011, un juez falló a favor de los 13 pueblos. En 2008, organizaron el II Congreso de Pueblos de Morelos contando con la presencia de 48 pueblos creando el “Consejo de Pueblos del Sur de Morelos”.

Durante el gobierno de Felipe Calderón y del gobernador Marco Adame Castillo, se otorgaron los permisos de exploración a la empresa canadiense Esperanza Silver, filial de Silvercorps en la zona arqueológica de Xochicalco, considerada como patrimonio mundial de la humanidad. La concesión otorgada en 2013, pretendía extraer 50 toneladas de oro y 500 de plata durante 15 años. La empresa inició los estudios geológicos desde 2003 hasta 2010, cuando tenía proyectado explorar y explotar la mina a cielo abierto en 2014. Para tal fin, Esperanza Silver de México, sería la empresa filial encargada de explotar la mina. La concesión se localiza a 17 kilómetros de Cuernavaca y a 500 metros de los vestigios arqueológicos de Xochicalco, considerados por la UNESCO como patrimonio cultural de la humanidad en 1999.

El primer ciclo de protesta, arrancó desde febrero de 1913 hasta marzo de 2013. En un inicio la sociedad civil de la región tuvo conocimiento de que la minera canadiense estaba operando en el municipio de Temixco para una mina a tajo abierto. En la primera fase de explotación se tenía contemplado explotar el cerro del Jumil. Ese lugar tiene un significado particular para la población indígena de la región ya que en la punta del cerro existen restos de un antiguo oratorio, que aún en la actualidad los indígenas llevan ofrendas. Esos lugares sagrados tienen un profundo significado en la cosmogonía de los pueblos originarios puesto que, como parte del sincretismo religioso, se trata de un lugar que cumple con una función importante para el

calendario agrícola y en la relación hombre-naturaleza. El Consejo de Pueblos del Sur de Morelos logró engarzar esta nueva lucha ecológica por el patrimonio biocultural con las que ya se venían generando en la entidad, en especial el caso del club del golf en Tepoztlán.

El segundo ciclo de protesta abarcó de marzo a junio de 2013. En marzo, abril y mayo de 2013 se iniciaron varias acciones de protesta y de concientización al resto de la población de las comunidades y municipios de la región. Destaca la Caravana por la Vida, el 14 de abril; la movilización en la zona arqueológica de Xochicalco de 2013. Se puede destacar que en dicha caravana participó un grupo de danzantes concheros que realizaron una ofrenda en nahuatl en cada uno de los municipios por donde fue pasando la caravana. Así mismo, en los discursos a cargo de los líderes del movimiento “Movimiento por la vida, No a la mina en Morelos” se destacaban elementos vinculados con la Madre Tierra y frases como “Defenderemos el territorio hasta con nuestra vida”. El movimiento contó además con la cobertura de los diarios locales, las radios locales y una nutrida información en las redes sociales. Puede destacarse la participación de diputados locales del PRD que incluso, parte de sus discursos, se hablaron en nahuatl. Cabe destacar también los foros públicos con diputados, empresarios, académicos y ciudadanos a las que se fueron sumando más organizaciones de todo el estado y organizaciones civiles en contra de minas de otras entidades para exigir al encargado de Semarnat, Juan José Guerra Abud, no autorizar la explotación de la mina Esperanza Silver. Como parte de un ejemplo de la productividad del conflicto se puede mencionar la suspensión del proyecto minero. El 7 de junio Semarnat rechazó, coyunturalmente, el estudio de impacto ambiental por considerar que ahí no se mencionaban los efectos en la flora y la fauna endémicas de esa región. Otra razón importante consistió en que para producir unos gramos de oro se dejaría sin agua a los pueblos vecinos y a la misma capital del estado, Cuernavaca.

El tercer ciclo de protesta es de junio de 2013 a la fecha. En junio de 2013 la empresa Esperanza Silver vendió las concesiones a transnacional Alamos Gold por 45 millones de dólares, dicha empresa cuenta incluso con la certificación de Empresa Socialmente Responsable que no es más que otra forma de generar legitimidad mediante obras asistencialistas que no mejoran la calidad de vida de la población. Mucho menos si las personas adquieren enfermedades en riñones, hígado o cánceres. De esta forma se abre un nuevo ciclo de lucha que fue retomado en 2018 con la Segunda Caravana por la vida donde de nuevo se convocó a la red de organizaciones campesinas, ecologistas, políticos y estudiantes por la defensa del patrimonio biocultural.

4 COMPARACIÓN DE LOS DOS CASOS DE ESTUDIO

La primera observación general consiste en que las empresas canadienses aprovecharon las reformas legislativas para obtener concesiones mineras para fines de exploración y explotación. Los afectados fueron dos grupos étnicos diferentes. Primero, los wixáritari se encuentran distribuidos en cuatro entidades: Nayarit, Jalisco, Durango y Zacatecas, pero acuden a San Luis Potosí, porque ahí se encuentra el lugar sagrado de Wirikuta. Mientras que los hablantes de náhuatl, se localizan los estados de Guerrero, Hidalgo, Oaxaca, Puebla, Tlaxcala, Veracruz, San Luis Potosí, Michoacán, Estado de México, Morelos y Durango. Los perjudicados en el Estado de Morelos fueron los nahuas del Sur de Morelos, poblaciones cercanas a Xochicalco.

La segunda observación, el patrimonio biocultural conforma para los dos pueblos el eje de lucha etnoterritorial. Difiere para los Wirikuta por tratarse de las peregrinaciones que de suyo incorporan elementos de la cosmogonía y de la veneración a los ancestros. Mientras que en el caso de los nahuas y mestizos de Morelos adquiere relevancia por tratarse de una zona arqueológica considerada patrimonio de la humanidad desde 1999 y que aún hasta la fecha es considerado como un lugar sagrado.

En tercer lugar, para fines de análisis ubicamos tres ciclos de protesta que ayudan a comprender los resultados de la lucha de los pueblos originarios en contra de las empresas transnacionales, en especial de la productividad social de los conflictos. En los dos casos los aspectos étnico culturales jugaron un papel importante que, incluso, convocó a otros grupos sociales urbanos a solidarizarse con la lucha de los pueblos indios.

En Morelos, durante el primer ciclo de protestas, de 1980 a 2008, se puede señalar el carácter marcadamente urbano que siguió a la represión desatada durante los años cincuenta al movimiento de Rubén Jaramillo y en los sesenta al movimiento guerrillero de Genaro Vázquez y Lucio Cabañas y se expresó como un movimiento en contra de los proyectos urbanos por la vivienda y por los servicios públicos. La lucha en contra del campo de golf en Tepoztlán se convirtió en una bandera importante de la resistencia. Durante el segundo ciclo de protestas, de 2018 a 2013, adquirieron relevancia la lucha por demandas étnicas y ambientales. La reivindicación de los elementos indígenas, luego de la conmemoración de los 500 años adquirió una re interpretación por parte del movimiento indio. Dicho resurgimiento de las reivindicaciones indígenas adquirieron mayor relevancia con el movimiento zapatista en el sureste mexicano. El movimiento indígena y campesino acumuló entonces la experiencia de varios procesos de recuperación del patrimonio biocultural: contra el campo de golf, en contra de procesos urbanos y centros comerciales, pero sobre todo la experiencia de los 13 pueblos por el agua y en contra de los desarrollos

inmobiliarios. En el tercer ciclo de protesta, de 2013 a la fecha, se ha aprovechado la experiencia previa de varias organizaciones regionales y estatales de modo que al saber de la exploración de la minera Esperanza Silver, amalgama el conjunto de movimientos y organizaciones ecologistas aportando cada una su cuota de experiencia. La lucha por la defensa del patrimonio biocultural logró una importante alianza con varios grupos a nivel estatal y nacional en contra de las minas.

En lo que respecta a la productividad del conflicto, en el caso de la lucha por Wirikuta, se puede afirmar que en virtud de los apoyos recibidos por parte de grupos internacionales y nacionales, los trabajos de exploración se suspendieron, pero no se han logrado cancelar las concesiones mineras. En este sentido se adivina el contubernio y corrupción entre el gobierno y funcionarios mexicanos que no se atrevieron impedir que la empresa canadiense continúe explotando la mina. Mientras que en la productividad del conflicto en Xochicalco, Morelos, se puede afirmar que el movimiento aprovechó una historia previa de luchas, de organización y de solidaridad tejida a través de un denso tejido de organizaciones ambientalistas y académicas en la entidad. A pesar de no haber logrado cancelar las concesiones, aunque a la fecha no han continuado los trabajos de exploración la productividad del movimiento está en la gran capacidad de movilización del tejido de red de organizaciones de apoyo en contra de la minera, el fortalecimiento de la estructura organizativa.

5 CONCLUSIONES

En ambos casos, la lucha por el territorio puede identificarse como un nuevo movimiento social que reivindica la demanda ambiental, se trata de una demanda ambientalista que pugna por el respeto al territorio y que, además, es protagonizada por dos pueblos indígenas enfrentados al capital depredador de los proyectos extractivista provenientes de Canadá y apoyados por los gobiernos neoliberales pro neocoloniales.

Desde el enfoque de los marcos culturales podemos afirmar que los aspectos simbólicos y culturales ayudan a explicar y comprender las características de las acciones por la defensa del territorio. En ambos casos el proyecto minero afecta directamente las costumbres y tradiciones, pero en especial, respecto al significado simbólico y cultural de modo que la lucha adquiere un carácter de defensa por el patrimonio biocultural. Asimismo, esta propuesta demuestra que los movimientos sociales no son solamente el resultado de una relación costos/beneficio, sino que contribuyen a la interpretación del conflicto y del sentido de la movilización en sí, a partir de la identidad colectiva.

El contenido profundo que adquiere en los dos casos permite entender el porqué de la continuidad del movimiento, en particular, en el caso de la lucha Wixárika, se trata

de la reivindicación del significado de las peregrinaciones en relación con sus procesos de reproducción social y político a través del sistema de cargos, la veneración de los antepasados y la activación del ciclo agrícola. En el caso de los nahuas de Morelos, la lucha actual por el territorio despierta el recuerdo de un pasado de luchas agrarias desde la Colonia, con Zapata y Jaramillo por la tierra, los montes y agua, y la lucha contemporánea por la defensa del territorio en contra de empresas inmobiliarias, mineras y represas, en este caso, la defensa de territorio vía la reivindicación de la zona arqueológica como parte del legado del patrimonio cultural lo cual despertó la adhesión de una densa red de organizaciones en la lucha por el patrimonio biocultural conformando así un movimiento red.

En los dos casos destaca la reivindicación del derecho colectivo a la tierra, lo cual se opone a la legislación neoliberal que premia la privatización en pocas manos en empresas por acciones cuyos dueños se ubican incluso fuera del país. Este es el caso de Wirikuta pues subraya el sentido profundo de la lucha por el derecho colectivo a la tierra, en particular de los lugares sagrados. En el mismo sentido, la lucha por Xochicalco en contra de la minera Esperanza Silver, también reivindica el derecho colectivo por la tierra, el agua y los ríos rememorando así el legado zapatista. En ambos se trata de la lucha por el patrimonio biocultural que se ve confrontado por los procesos neoliberales de privatización del suelo.

Respecto a la productividad del conflicto podemos destacar resultados diferenciados ya que se trata de dos contextos diferentes. En Wirikuta se partió de una situación de debilidad de las organizaciones defensoras del territorio biocultural hasta la conformación de un frente más amplio y aciertos jurídicos e institucionales. Mientras que en el sur de Morelos, las organizaciones rurales conformadas por una densa red de organizaciones ya contaban con una larga y reciente experiencia de confrontación de Estados promotores del desarrollo inmobiliario de modo que aquí hubo una mayor productividad del conflicto pues en menos tiempo se canceló el permiso a la empresa canadiense. Desafortunadamente, la empresa, ahora con otros dueños, puede presentar de nuevo un nuevo proyecto de impacto ambiental.

Por último, en los dos casos, no existe una solución definitiva del conflicto lo que existe ahora es experiencia de lucha en el terreno económico, jurídico, político, social y cultural en la que los pueblos indios ya no se encuentran aislados ya que han tejido en las dos experiencias de lucha una extensa red de alianzas con otras organizaciones indígenas y campesinas en lucha contra los proyectos extractivista, ambientalistas, medios de comunicación, académicos, entre otros que con seguridad estarán ahí para afrontar el futuro en un mundo incluyente que se capaz de crear condiciones de gobernanza para mejorar el planeta, que es de todos.

BIBLIOGRAFÍA

Azuela, A., & Mussetta, P. (2009). Algo más que el ambiente. Conflictos sociales en tres áreas naturales protegidas de México1 . *Revista de Ciencias Sociales*. Año 1, Núm. 16, primavera.

Boege, E. (2008). *El patrimonio biocultural de los pueblos indígenas de México*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia: Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas.

Chihú, A. (2006). *El "Análisis de los Marcos" en las sociología de los movimientos sociales*. México: Porrúa - Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa.

Enciso, A. (8 de Agosto de 2011). *Devastación, de la mano de concesiones mineras*. Recuperado el 4 de Abril de 2021, de www.jornada.com: <https://www.jornada.com.mx/2011/08/08/politica/044n1pol>

Harvey, D. (2004). El "nuevo" imperialismo: acumulación por desposesión. *Socialist Register* .

Liffman, P. (2012). La territorialidad wixárika y el espacio nacional. Reinvidicación indígena en el occidente de México. Zamora, Michoacán.: El Colegio de Michoacán, A.C./CIESAS.

Merlinsky, G. (2013). *Cartografías del con icto ambiental en Argentina*. Buenos Aires: Fundación FICCUS.

Pacto de Hauxa Manaka. (8 de Abril de 2008). *Periódico Oficial del Estado Libre y Soberano de Nayarit*. Recuperado el 7 de Noviembre de 2016, de <http://wixarika.mediapark.net/>: <http://wixarika.mediapark.net/sp/documents/2.PactoHauxaManaka.pdf>

Snow, D., & Benford, R. (1992). Masters Frames and Cycle of Protest. En A. Morris, C. Mueller, & (eds.), *Frontiers in Social Movement Theory* (págs. 133-155). New Haven: Yale University Press.

Tetreault, D. (2013). La megaminería en México. Reformas estructurales y resistencia. *Letras verdes*. No. 14. Septiembre.

Toledo, V. M. (2001). Indigenous peoples and biodiversity. En S. e. Levin, *Encyclopedia of Biodiversity*. Oxford: Academic Press.

UWACC. (23 de Septiembre de 2010). *Pronunciamiento en Defensa de Wirikuta*. Recuperado el 31 de Octubre de 2019, de Venado Mestizo: <http://venadomestizo.blogspot.com/p/pronunciamiento-en-defensa-de-wirikuta.html>

CAPÍTULO 7

LA ORDENACIÓN TERRITORIAL Y LAS FUENTES RENOVABLES DE ENERGÍA¹

Data de submissão: 10/04/2021

Data de aceite: 05/05/2021

María Rodríguez Gámez

Universidad Técnica de Manabí
Carrera de Ingeniería Eléctrica
Facultad de Ciencias Matemáticas
Físicas y Químicas
Avenida Urbina y Che Guevara
Portoviejo/Manabí/Ecuador
<https://orcid.org/0000-0003-3178-0946>

Antonio Vázquez Pérez

Universidad Técnica de Manabí
Carrera de Ingeniería Industrial
Facultad de Ciencias Matemáticas
Físicas y Químicas
Avenida Urbina y Che Guevara
Portoviejo/Manabí/Ecuador
<https://orcid.org/0000-0002-2994-8626>

Wilber Manuel Saltos Arauz

Universidad Técnica de Manabí
Carrera de Ingeniería Eléctrica
Facultad de Ciencias Matemáticas
Físicas y Químicas
Avenida Urbina y Che Guevara
Portoviejo/Manabí/Ecuador
<https://orcid.org/0000-0001-5520-595X>

Guillermo Antonio Loor Castillo

Universidad Técnica de Manabí
Carrera de Ingeniería Eléctrica
Facultad de Ciencias Matemáticas
Físicas y Químicas
Avenida Urbina y Che Guevara
Portoviejo/Manabí/Ecuador
<http://orcid.org/0000-0002-4986-7524>

Carlos Gustavo F. Villacreses Viteri

Universidad Técnica de Manabí
Carrera de Ingeniería Civil
Facultad de Ciencias Matemáticas
Físicas y Químicas
Avenida Urbina y Che Guevara
Portoviejo/Manabí/Ecuador
<https://orcid.org/0000-0001-8276-1783>

RESUMEN: La ordenación y la planificación territorial constituye un instrumento de transparencia, que puede ser utilizado como herramienta administrativa, brindando las posibilidades técnicas para la intervención en el territorio y donde los Sistema de Información Geográfica, permiten determinar los diferentes parámetros que en materia energética inciden en cada área, ayudando al mejoramiento de la eficiencia de su aprovechamiento y a la toma de decisiones adecuadas para la instalación de los sistemas próximos al consumo. Este enfoque no solo es válido para las fuentes renovables; sino también

¹ Este trabajo de investigación fue presentado a la XVI Conferencia Iberoamericana de Sistemas de Información Geográfica - CONFIBSIG², que tuvo lugar en la Universidad del Azuay del 27 al 29 de septiembre de 2017 en Cuenca, Ecuador.

que pueden ser utilizadas para la implementación de las inversiones relacionadas con la explotación de los combustibles fósiles y la evaluación de sus impactos al medio, partiendo de los conceptos de que la producción de energía a nivel global es una de las actividades que más impactan al medio ambiente. Se emplea el SIG, como metodología al ser una herramienta que se puede utilizar en los análisis de potenciales de las fuentes renovables de energía, pues se encuentran dispersas en el espacio y pueden ser proyectadas con una visión territorial distribuida; se pueden realizar los estudios de impactos económicos, sociales y ambientales asociados a su conexión a la red convencional de distribución. En la política de Ecuador se direccionan los procesos energéticos hacia el cambio de la matriz, esto no solo puede estudiarse con la hidráulica; sino que se pueden incorporar otras fuentes de energía según los valores del potencial disponible en cada territorio. El objetivo de la investigación es exponer las potencialidades de los sistemas de información en la planeación territorial energética y su uso con una nueva visión consistente en la incorporación de los procesos energéticos enfocados en los nuevos conceptos tecnológicos como son: la inteligencia artificial, las microrredes, las redes inteligentes y la inteligencia artificial.

PALABRAS CLAVE: Gestión energética sostenible. Desarrollo local. Generación distribuida. Fuentes renovables de energía. Energía solar.

SPATIAL PLANNING AND RENEWABLE ENERGY SOURCES

ABSTRACT: Land management and planning constitutes an instrument of transparency, which can be used as an administrative tool, providing technical possibilities for intervention in the territory and where the Geographic Information System, allow determining the different parameters that in energy matters They affect each area, helping to improve the efficiency of their use and to make appropriate decisions for the installation of systems close to consumption. This approach is not only valid for renewable sources; but also, that they can be used for the implementation of investments related to the exploitation of fossil fuels and the evaluation of their impacts on the environment, based on the concepts that energy production at a global level is one of the activities that most impact to the environment. The GIS was used as a methodology as it is a tool that can be used in the analysis of potentials of renewable energy sources, since they are dispersed in space and can be projected with a distributed territorial vision; Studies of economic, social and environmental impacts associated with its connection to the conventional distribution network can be carried out. In Ecuador's politics, energy processes are directed towards changing the matrix, this can not only be studied with hydraulics; Instead, other sources of energy can be incorporated according to the values of the potential available in each territory. The objective of the research is to expose the potential of information system in territorial energy planning and its use with a new vision consisting of the incorporation of energy processes focused on new technological concepts such as: artificial intelligence, microgrids, networks smart phones and artificial intelligence.

KEYWORDS: Sustainable energy management. Local development. Distributed generation. Renewable sources of energy. Solar energy.

1 INTRODUCCIÓN

Las crisis del petróleo y la contaminación provocada durante la generación de energía a base de la utilización de los combustibles fósiles, así como para la transmisión, distribución y suministro del servicio eléctrico, ha propiciado que el desarrollo energético actual se enfoque al uso de tecnologías limpias. Esa iniciativa ha impulsado la introducción de tecnologías que disminuyen el consumo de petróleo en la generación, reduciendo los gastos económicos por concepto de producción de electricidad y reducción de impactos ambientales.

La introducción de tecnologías limpias se han venido incrementando, a partir del concepto de que las fuentes renovables de energía (FRE) se encuentran distribuidas en el espacio territorial, que se pueden aprovechar de forma descentralizada y con ello generar la electricidad próxima a los centros de consumo, disminuyendo las pérdidas por transmisión y distribución y los gastos por concepto de inversión tecnológica, ya que en los esquemas distribuidos de generación, resulta menos necesarios los transformadores y la construcción de nuevas líneas eléctricas (Rodríguez, et al., 2013) antes analizado permite definir que el tema se convierta en una tarea no solo para los ingenieros, sino que constituye un problema de carácter transdisciplinario, donde intervienen diferentes ciencias por ejemplo: la necesidad de los estudios de los potenciales renovables (solar, viento, biomasa, hidráulico, geotérmico, mareomotriz entre otros), requieren el auxilio de las ciencias geográficas, el ordenamiento territorial, la meteorología, la física, la química, la astronomía y otras ciencias que para tales efectos deben vincularse con la ingeniería eléctrica. Cada tipo de potencial en la mayoría de los casos es estudiado por personas con perfiles diferentes, donde las técnicas de trabajo de grupo de proyecto, pueden jugar un rol determinante.

La implementación de las tecnologías renovables requiere en la mayoría de sus aplicaciones de espacios para su introducción, situación que en la actualidad no en todos los casos se toma en consideración, resultando un aspecto técnico que pasa por alto la consideración de los impactos ambientales que estas tecnologías pueden ocasionar.

Conociendo que el principio fundamental de la ordenación territorial es la organización del espacio, se deben poner en práctica diversas técnicas que ayuden a gestionar los territorios, de manera que las tecnologías renovables se logren introducir bajo conceptos de sostenibilidad.

La ordenación y la planificación territorial constituye un instrumento de transparencia, que puede ser utilizado como herramienta administrativa, brindando las posibilidades técnicas para la intervención en el territorio y donde los Sistema de

Información Geográfica (SIG), permiten determinar los diferentes parámetros que en materia energética inciden en cada área, ayudando al mejoramiento de la eficiencia de su aprovechamiento y a la toma de decisiones adecuadas para la instalación de los sistemas próximos al consumo (Ávila, et al., 2016).

Este enfoque no solo es válido para las fuentes renovables; sino también que puede ser aplicado para la implementación de las inversiones relacionadas con la explotación de los combustibles fósiles y la evaluación de sus impactos al medio, partiendo de los conceptos de que la producción de energía a nivel global es una de las actividades que más impactan al medio ambiente.

Los SIG, son una herramienta que se pueden utilizar en los análisis de potenciales de las fuentes renovables de energía, pues se encuentran dispersas en el espacio y pueden ser proyectadas con una visión territorial distribuida; pero además permite realizar los estudios de impactos económicos y ambientales asociados a su conexión a la red convencional de distribución (Castro, et al, 2018)

En la política de Ecuador se direccionan los procesos energéticos hacia el cambio de la matriz de generación, esto no solo puede estudiarse con la hidráulica; sino que se pueden incorporar otras fuentes de energía según los valores de potencial disponible en cada territorio (Castro, 2011).

El objetivo de la investigación radica en exponer las potencialidades de los SIG en la planeación territorial energética y su uso con una nueva visión consistente en la incorporación de los procesos energéticos enfocados en los nuevos conceptos tecnológicos como son: la inteligencia artificial vinculada a las microrredes y las redes inteligentes.

1.1 METODOLOGÍA

Se utilizó el método deductivo, que parte de determinadas premisas para obtener como conclusión una premisa general que permita demostrar la potencialidad de los SIG en el planeamiento energético sostenible de los territorios utilizando las fuentes de energía de que se dispone. Logrando obtener información derivada relevante sobre la ordenación territorial del espacio y su vinculación con la protección ambiental. Además, el trabajo se apoya en la revisión bibliográfica de diversos artículos científicos y datos de instituciones del Ecuador, que permiten llegar a conclusiones precisas sobre el tema que se estudia.

Los resultados están orientados a lograr territorios más sostenibles energéticamente, donde los usuarios se convierten en productores y gestores de su propia energía. Las conclusiones se enfocan en la proyección de la planeación territorial energética, considerando los elementos espaciales que intervienen en el medio para lograr la sostenibilidad de los recursos y territorios.

1.2 LOS SISTEMAS DE INFORMACIÓN GEOGRÁFICA (SIG) COMO HERRAMIENTAS DE DESARROLLO

La introducción de las tecnologías renovables en cualquiera de los modos y formas que se aplique, requiere la realización de estudios espaciales para conocer entre otras exigencias: la disponibilidad y calidad de potenciales energéticos; disponibilidad del espacio territorial para acometer las inversiones; los riesgos ambientales; riesgos de desastres naturales; intereses previstos en las perspectivas del desarrollo futuro de los territorios; entre otros. En este caso las tecnologías vinculadas con los SIG, resultan herramientas muy significativas para viabilizar y transparentar los análisis que sean necesarios realizar (Rodríguez, 2011).

Como antecedentes se puede plantear que resulta relevante el hecho, de que los países que han venido ocupando posiciones de avanzada en la implantación de las tecnologías que aprovechan la energía solar para generar electricidad, correspondan a naciones que por su ubicación geográfica reciben un menor nivel de radiación solar que el Ecuador. Ejemplo de ello se pueden citar algunos países que en los últimos años continuaron impulsando las iniciativas fotovoltaicas, como son los casos de Alemania, Italia y Gran Bretaña (UNEF, 2015).

La mayor parte de las inversiones fotovoltaicas realizadas en los últimos años, se han basado en los conceptos de la generación próxima a los consumidores, donde se puede experimentar una disminución de las pérdidas por transmisión y distribución, reducción de los impactos ambientales no solo por emisiones, sino también por el uso del suelo, así como por el reajuste en la utilización de tecnologías.

Alemania continúa figurando como uno de los líderes mundiales en potencia fotovoltaica instalada y se destaca el hecho de que, desglosando los datos en energía solar y energía eólica instalada, el 50% de la energía solar es propiedad de individuos y granjas que figuran como productores independientes, mientras que el 54% de la energía eólica está en manos de los mismos grupos (Vázquez et al., 2017).

En el modelo alemán sobresale la descentralización en la generación, mayor relocalización y regionalización de la actividad económica, un cambio democrático en el control de los recursos y una ruptura en la forma en que la electricidad se ha generado durante el último siglo, donde el planeta se hace más pequeño mientras más conectado, manejable y por lo tanto de alguna manera más grande al mismo tiempo.

La ventaja de este modelo, es que esta clase de iniciativa alienta la inversión privada desde las empresas hasta las viviendas individuales utilizando sus propiedades y poniendo en juego sus recursos propios, convirtiéndose en generadores de su propia energía y contribuyendo con su aporte al consumo social.

Los llamados SIG constituyen un conjunto de herramientas que integran y relacionan diversos componentes (usuarios, hardware, software, procesos, etc.), que permiten la organización, almacenamiento, manipulación, análisis y modelización de grandes cantidades de datos procedentes del mundo real y que están vinculados a una referencia espacial, facilitando la incorporación de aspectos sociales, culturales, económicos y ambientales que pueden conducir a la toma de decisiones de una manera más eficaz (Vázquez et al., 2020).

En algunos casos para realizar las inversiones, se suelen utilizar grandes espacios de terreno que se inhabilitan para otros usos y la utilización de los SIG puede facilitar una evaluación más profunda y multilateral sobre el uso del suelo, en función de economizar y optimizar la utilización del espacio. Este resulta un elemento clave para las evaluaciones relativas a la introducción de la tecnología fotovoltaica, pues los módulos fotovoltaicos pueden instalarse indistintamente a nivel del suelo o en las superficies y techos de edificaciones y casas.

Los primeros estudios desarrollados en que se utilizaron los SIG asociados a los potenciales renovables, fundamentalmente el solar, se remontan al 2000 y fueron empleados esencialmente en la electrificación (Ávila, 2013).

Los SIG son herramientas que ayudan a la gestión del territorio; en el 2004 fueron utilizados para analizar el papel de las energías renovables como alternativa energética (Dominguez, 2002), que permitiese alcanzar un mayor grado de independencia de los recursos petrolíferos. En tal sentido, se comenzaron a tener en cuenta los aspectos ambientales y la demanda social, para actuar como impulsores en el desarrollo de una nueva etapa en la utilización de las energías renovables.

Otros estudios han permitido definir que para la inversión en sistemas de generación eléctrica es necesaria su vinculación con las exigencias del ordenamiento territorial y solo de esta manera lograr su introducción en áreas viables, donde sea realmente factible realizar las inversiones, teniendo en cuenta el uso del suelo, y favorecer la transición hacia un nuevo modelo energético diverso y sostenible (Domínguez et al., 2013).

En algunos países latinoamericanos se utiliza en el área energética para diferentes usos, por ejemplo en estudios de ordenación territorial de potenciales renovables en la Isla de Cuba (Rodríguez, 2011), donde se realizó un estudio de los potenciales renovables y se determinaron las áreas con condiciones para realizar inversiones en sistemas conectados a red, determinando la eficiencia en el uso de las líneas eléctricas para cada tipo de energía, este estudio permitió hacer un análisis para los sistemas aislados con microrredes en energía solar, eólica, biomasa e hídrica.

Otro de los estudios realizados con la ayuda de los SIG como herramienta de análisis, se encuentra vinculado con la planificación integrada de electrificación (Parrondo et al., 2013), donde es llevado a cabo un análisis de sensibilidad alternativo, en los que se ha estudiado la influencia de cinco parámetros del costo de la generación de la energía de cada tecnología para todo el territorio: por ejemplo en la generación eólica, la tarifa eléctrica, el precio del diésel, la potencia contratada y la demanda energética por vivienda (ligados estos dos últimos).

A medida que se han ido estudiando de manera integrada los potenciales renovables existentes en algunos territorios, como es el caso de la provincia de Manabí se ha podido estudiar la factibilidad de su introducción lo más próximo posible a los centros de consumo, de forma tal que en un mismo lugar se pueden aprovechar más de una de ellas independientemente o haciendo sistemas híbridos hasta logrando satisfacer la demanda, con un resultado adecuadamente económico y sostenible en lo ambiental.

Una de las particularidades que ofrecen los SIG, es que sus bases de datos se encuentran georreferenciadas, permitiendo hacer análisis en tiempo real de lo que ocurre físicamente en los sistemas, incluyendo la situación de la generación y del consumo de la energía. Esto permite a los usuarios hacer consultas rápidas y eficaces en cuanto a la confiabilidad de la información (Torres, et al., 2019).

Por su parte la ordenación y la planificación territorial, constituyen instrumentos de transparencia, que puede ser utilizados como herramientas administrativas, brindando las posibilidades técnicas para la intervención en el territorio, y donde, además, con la utilización del SIG, permiten determinar la potencia de energía renovable que incide en cada área, ayudando al mejoramiento de la eficiencia de captación y a la toma de decisiones adecuadas para la instalación de los sistemas próximos al consumo.

1.3 LAS FUENTES RENOVABLES DE ENERGÍA EN LA PROVINCIA DE MANABÍ. ESTUDIO DE CASO

A partir de la información seleccionada se utilizó la radiación incidente en una superficie horizontal del Ecuador, pudiendo definir que la radiación solar global no tiene diferencias con la del plano inclinado, dada la ubicación latitudinal geográfica del territorio estudiado.

Se tomaron valores promedios en un periodo de 22 años (julio 1983 - junio 2005). Cada valor mensualmente promediado es evaluado como el promedio de los valores obtenidos cada tres horas y promediando un valor diario y llevado al promedio mensual.

Con esos valores se elaboró el mapa del potencial solar promedio anual a escala cromática para la provincia de Manabí en kWh/m²/día, que se muestra en la figura 1, donde

se puede observar que el comportamiento territorial no es uniforme y varía en todo el espacio geográfico de la provincia, por lo que resulta oportuno determinar, hasta que medidas las áreas de mayor radiación se encuentran en los centros urbanos de mayor concentración del consumo de electricidad, principalmente durante las horas del día, cuando la radiación solar se encuentra disponible.

Los resultados del análisis pueden aportar la certeza, de hasta donde resulta factible introducir la tecnología fotovoltaica, fundamentalmente los sistemas conectados a la red y que energía de la red puede ahorrarse mediante el aporte de la generación fotovoltaica.

Con el fin de apoyar el cambio de matriz energética que hoy se ha trazado como política el Ecuador, esta información puede constituir una reserva potencial de análisis para facilitar la materialización de la voluntad política expresada en el Plan Nacional del Buen Vivir 2013-2017, incorporando otras fuentes de generación como pueden ser la solar y eólica.

Durante el manejo de la información con el SIG se pudo comprobar, que todo el territorio de la provincia de Manabí posee un potencial solar que puede ser aprovechado para la generación de electricidad, tanto en sistemas conectados a la red, como en sistemas autónomos para la electrificación rural, el bombeo de agua y la iluminación fotovoltaica. La radiación solar promedio anual más intensa se concentra en la parte centro, el sur y el noroeste de la provincia, con valores promedios para un año entre 4,7 kWh/m² día y 5,2 kWh/m² día (Rodríguez & Vázquez, 2018).

La interpretación energética del potencial solar de la provincia de Manabí permite definir, que el aprovechamiento de la radiación solar mediante la aplicación de la tecnología fotovoltaica en el modo de las microrredes, puede representar una productividad específica promedio anual entre 1,11 MWh/kWp y 1,44 MWh/kWp. Los cálculos para obtener la productividad específica fueron realizados mediante la ecuación (1).

$$PE = PS * Ac * \eta_c * \eta_s * dAs \quad (1)$$

Donde:

PE → Productividad específica (kWh/kWp).

PS → Potencial solar promedio anual (kWh/m² día).

Ac → Área de captación de la radiación solar por parte de los módulos FV (6,4m²/kWp).

η_c → Eficiencia de captación de las células de la energía primaria del Sol (14%).

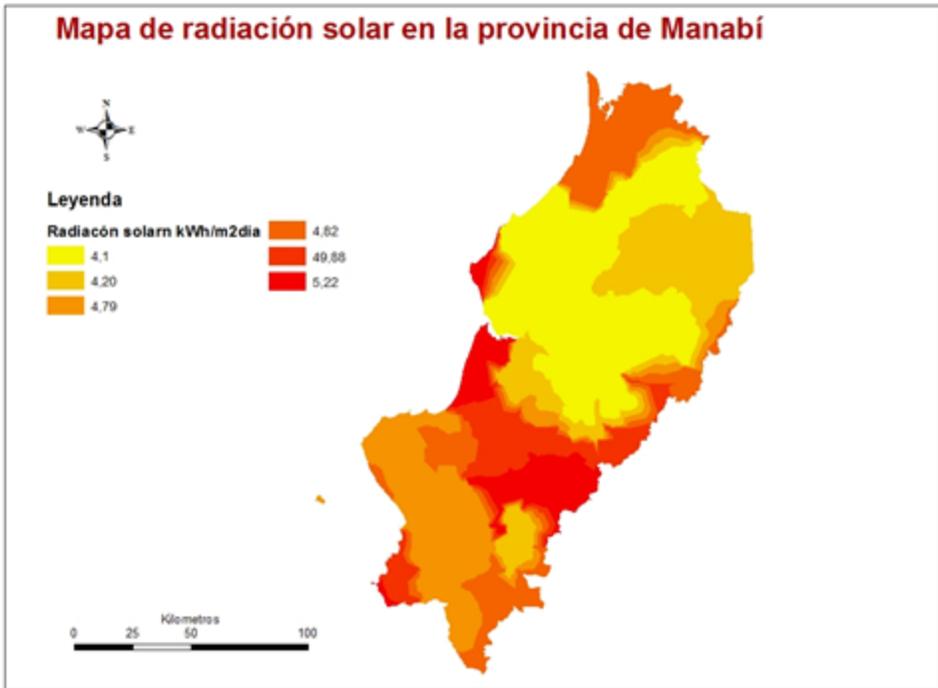
η_s → Eficiencia de trabajo promedio del sistema fotovoltaico en el ciclo de vida (85%).

dAs → Días del año solar (362 días).

En la figura 1, son mostrados los resultados obtenidos permiten definir, que las condiciones del potencial solar en toda la provincia admiten la introducción de

las tecnologías fotovoltaicas a gran escala en el modo de la generación distribuida, aprovechando el formato técnico de las microrredes.

Figura 1. Mapa de radiación solar promedio anual en la provincia de Manabí



Los resultados mostrados anteriormente acceden definir, que las condiciones del potencial solar en toda la provincia permiten la introducción de las tecnologías fotovoltaicas a gran escala en el modo de la generación distribuida, aprovechando el formato técnico de las microrredes.

Al propio tiempo se puede plantear, que si se considera la situación técnica del sistema eléctrico de la provincia de Manabí, las pérdidas energéticas por transmisión, distribución y suministro de energía pueden ser superiores al 30%, entonces se puede estimar que por cada kWh consumido en la provincia, se generan por lo menos 1,3 kWh, lo que permite afirmar que por cada MWp de fotovoltaica instalado en el modo de las microrredes, se pudiera evitar anualmente el consumo de la red entre 1,44 GWh en las zonas donde incide el potencial solar más bajo y 1,87 GWh en los sitios donde incide la radiación solar más elevada. Esto es equivalente a una potencia de generación entre 164 kW a 213 kW que puede ahorrarse.

Definiendo un índice de consumo promedio de combustible para la generación térmica, equivalente a 0,25 ton/MWh, se puede calcular el volumen aproximado del

petróleo evitado anualmente por la generación fotovoltaica de 1 MWp instalado en el modo de las microrredes, que pudiera encontrarse entre las 359 ton y 468 ton. Además, si se considera un índice de emisiones de CO₂ promedio de 0,9 ton/MWh generado con térmica, se pudiera estimar que las emisiones a la atmósfera pueden reducirse entre 1293 ton y 1683 ton de CO₂ anualmente.

Los resultados de las mediciones del potencial solar promedio anual (PS), presenta 7 valores, a los que corresponde una productividad específica (PE) por cada uno. En la tabla 1 se muestran los resultados de las simulaciones basadas en el supuesto de lograr introducir en las condiciones de la provincia de Manabí, 1 MWp de tecnología fotovoltaica (FV) en el modo de las microrredes. Se exponen las estimaciones de: Energía fotovoltaica que puede generarse (EFvg); Total de energía de la red evitada, que incluye el 30% estimado de pérdidas en la provincia de Manabí (Ere); Petróleo evitado (Pe); y las emisiones de CO₂ que se pueden reducir (CO_{2r}).

Tabla I. Resultados para simulaciones de microrredes (1 MWp) en la provincia de Manabí

PS <i>(kWh/m² día)</i>	PE <i>(kWh/kWp año)</i>	EFvg <i>(MWh)</i>	Ere <i>(MWh)</i>	Pe <i>(ton)</i>	CO_{2r} <i>(ton)</i>
4,000	1103	1,1	1,4	358	1290
4,100	1130	1,1	1,5	367	1323
4,200	1158	1,2	1,5	376	1355
4,700	1296	1,3	1,7	421	1516
4,800	1323	1,3	1,7	430	1548
4,900	1351	1,4	1,8	439	1581
5,200	1434	1,4	1,9	466	1677

1.4 LA ORDENACIÓN ENERGÉTICA EN LA PROVINCIA DE MANABÍ

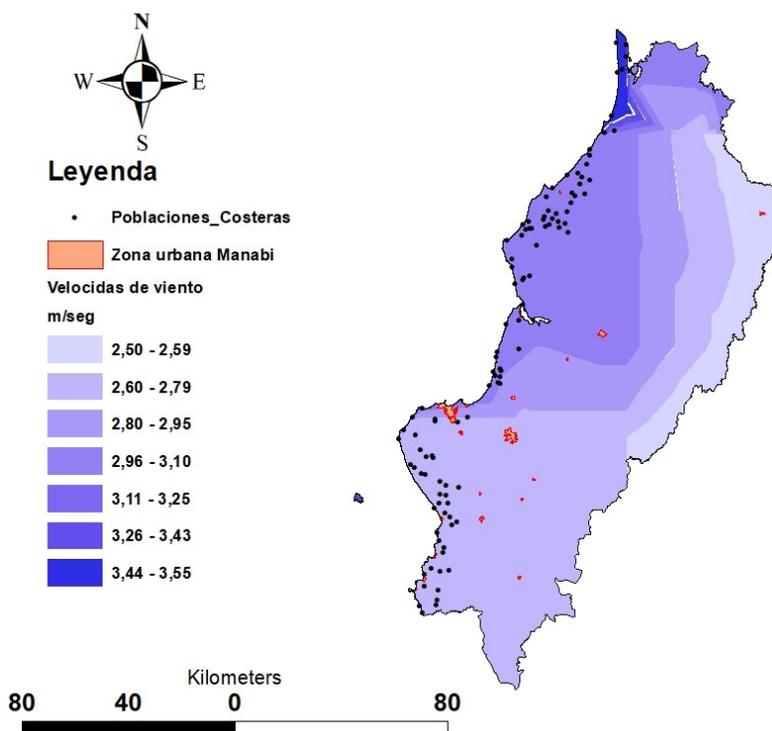
La provincia de Manabí es una de las que mayor área de costa posee en el país, con numerosas poblaciones distribuidas a todo lo largo del litoral, además de instalaciones turísticas, donde podría incrementarse la autogeneración como un aporte diversificador de las fuentes renovables, entre las que se destaca además de la solar fotovoltaica, la energía eólica, dado el potencial de estas en esas zonas.

Siguiendo una metodología similar a la empleada para el estudio del potencial solar, se logró realizar la representación espacial y la determinación de los cálculos energéticos y ambientales para la energía eólica. De esta manera con solo hacer un clic encima del punto que se desea conocer, se puede obtener la información sobre el potencial de viento y realizar los cálculos correspondientes para su introducción.

La información generada permitió definir que existen algunas zonas que poseen un potencial eólico adecuado que pudiera ser aprovechado con pequeñas y medianas instalaciones conectadas a la red. Estas son instalaciones sencillas, fáciles de manejar y con costos muy asequibles que actualmente están disminuyendo, lo que las hace muy competitivas en el formato de las microrredes, especialmente muy útiles para su inserción en el ambiente turístico, no solo por la energía que pueden aportar, sino por el mensaje ambiental que son capaces de transmitir a la sociedad.

En la figura 2 se puede observar el mapa de la provincia de Manabí con la velocidad de viento promedio anual, así como las comunidades ubicadas en el litoral y cuando se considera esta información vinculada con otras fuentes renovables, se pueden realizar diferentes análisis para los estudios de penetración de las fuentes renovables, así como los que se encuentran asociados a las microrredes.

Figura 3. Mapa de la velocidad de viento promedio anual de la provincia de Manabí y pueblos del litoral



Para el uso de esta información se ha desarrollado un web que ayuda a la visualización de la información existentes en los mapas donde se conjugan diferentes tipos de información como, son las fuentes renovables de energía, el riesgo de desastres naturales y los impactos asociados.

Cuando se valoran los resultados de los potenciales solar y la velocidad de viento, se puede notar que para la región sur de la provincia existe un potencial solar adecuado, así como se localizan algunos puntos en la parte norte con potencial de viento y que existen poblaciones que se encuentran en ese territorio con una afluencia turística de consideración. La idea es que las condiciones son propicias para que se invierta en pequeñas instalaciones renovables conectadas a la red en el formato de las microrredes.

2 CONCLUSIONES

El trabajo logra mostrar un análisis relacionado con la contribución que puede ofrecer el desarrollo energético local a la mitigación de los efectos del cambio climático, partiendo del aprovechamiento de los recursos endógenos bajo el criterio de lograr la combinación de la generación distribuida y el tradicional sistema de generación centralizada, dirigido al mejoramiento de la calidad de vida de la sociedad.

Se logra argumentar la necesidad de transitar de un sistema centralizado que privilegia el formato técnico de grandes centrales generadoras, con complejos sistemas de transportación y distribución, a uno que considere el aprovechamiento gradual de los recursos endógenos para la generación de electricidad en el modo de la generación distribuida, que logre disminuir el consumo de recursos naturales, que reduzca las pérdidas, que incremente la eficiencia, que propicie la disminución de las emisiones de CO₂ a la atmósfera y logre mejorar la calidad del servicio eléctrico.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Avila, A. M., Dominguez, J., & Guerra, A. (2016). Desarrollo de un modelo geográfico para la evaluación del potencial fotovoltaico en entornos urbanos. *Revista Internacional de Ciencia Tecnología de la Información Geográfica. GeoFocus* (18), 147-167. Obtenido de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5796494>

Castro, M. (2011). Hacia una matriz energética diversificada en Ecuador. Quito. Obtenido de <http://biblioteca.olade.org/opac-tmpl/Documentos/cg00344.pdf>

Castro, M., Vilaragut, M., Filgueiras, M. L., Santos, A., & Rodríguez, M. (2018). Retos y requisitos técnicos para la integración de fuentes de energía renovables en el sistema eléctrico cubano. *Revista Internacional de Ciencias Físicas e Ingeniería*, 3, 1-9. <https://doi.org/10.29332/ijpse.v2n3.190>

Domínguez, J. (2002). La integración económica y territorial de las energías renovables y los sistemas de información geográfica. Obtenido de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=16722>

Domínguez, J., Lago, C., Prades, A., & Díaz, M. d. (2010). Las energías renovables y modelo energético una perspectiva desde la sostenibilidad. *Prades*, 25(26), 43-63. Obtenido de <https://core.ac.uk/download/pdf/143458629.pdf>

Parrondo, J. L., Valdés, J., & Díez, L. (2013). Planificación integrada de electrificación mediante un SIG. *Anales de mecánica y electricidad*. Obtenido de https://revista-anales.icaei.es/web/n_18/pdf/seccion_8.pdf

Martínez, V. Rodríguez M.; Bravo, J.; Vázquez, A. Valencia, C. Bowen, J. (2019). Implementación de un Sistema de Información Geográfica para el Desarrollo Sostenible, en la Universidad Técnica de Manabí. *Revista Espacios*, 40(39), 26-39. Obtenido de <http://dc.revistaespacios.com/a19v40n39/19403926.html>

Rodríguez, G. M., Vázquez, P. A., Castro, F. M., & Vilaragut, L. M. (2013). Sistemas fotovoltaicos y la ordenación territorial. *Ingeniería Energética*, 34(3), 247-259. Obtenido de http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1815-59012013000300008

Rodríguez, M. (2011). La ordenación y la planificación de las fuentes renovables de energía en la isla de cuba desde una perspectiva territorial. Estudio de caso en el municipio de guama a partir de un geoportal. España. Obtenido de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=173236>

Rodríguez, M. (2011). La ordenación y la planificación de las fuentes renovables de energía en la isla de cuba desde una perspectiva territorial. Estudio de caso en el municipio de guama a partir de un geoportal. Obtenido de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=173236>

Rodríguez, M., & Antonio, V. (2018). La energía fotovoltaica en la provincia de Manabí. Ediciones UTM. https://www.utm.edu.ec/ediciones_utm/index.php/component/content/article?id=713:la-energia-fotovoltaica-en-la-provincia-de-manabi

Torres, M., Domínguez, J., Rodríguez, M., & Peña, M. (2019). Herramienta para la planificación de la electrificación rural teniendo Herramienta para la planificación de la electrificación rural teniendo. *Revista Cubana de Ciencias Informáticas*, 13(3), 1-5. Obtenido de http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2227-18992019000400001&lng=es&nrm=iso

UNEF. (2015). La energía fotovoltaica una alternativa real. Obtenido de https://unef.es/wp-content/uploads/2015/10/MEMO-UNEF_2015.pdf

Vázquez, A., Saltos, W. M., Rodríguez, M., Castro, M., & Nieto, V. H. (2017). Las microrredes y los sistemas de información geográfica. *Revista Cubana de Ingeniería(VIII)*, 24-29. Obtenido de <https://rci.cujae.edu.cu/index.php/rci/article/view/524>

Vázquez, A., Saltos, W. M., Villacreses, C. G., & Rodríguez, M. (2020). Un modelo para el desarrollo energético sostenible. La universidad, la geografía y los recursos endógenos/A model for sustainable energy development. The university, geography and endogenous resources. *Revista Geográfica Venezolana*, 61(1). Obtenido de <https://go.gale.com/ps/anonymouse?id=GALE%7CA632560992&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&linkaccess=abs&issn=10121617&p=IFME&sw=w>

CAPÍTULO 8

PLANIFICACIÓN ESTRATÉGICA TERRITORIAL EN RELACIÓN DEL PLAN ESTRATÉGICO DE ROSARIO, ANÁLISIS TEÓRICO Y METODOLÓGICO

Data de submissão: 29/03/2021

Data de aceite: 19/04/2021

Lic. Prof. Elián Gabriel Babini

elianbabini@yahoo.com.ar

Facultad Cs. Políticas y RRII. UNR
ISP N° 16 “Dr. Bernardo A. Houssay”
ISP N° 9110 “de La Sagrada Familia”

RESUMEN: En el presente trabajo se define al Ordenación del Territorio como la voluntad, expresada desde los poderes públicos, de introducir un componente de racionalidad en la disposición de los elementos que conforman el orden territorial, guiando las transformaciones que todo territorio debe experimentar. Con el objetivo de minimizar las consecuencias indeseadas y favorecer la puesta en valor del territorio que se estimen más convenientes. La incorporación de este componente, necesita partir del conocimiento de las principales estructuras y procesos territoriales sobre los que se debe actuar. Precisa definir objetivos que expresan una imagen deseada de dicha evolución, que puede limitarse a fijar un marco general de evolución socioeconómica

o entrar en detalle de la planificación física de los elementos a los que se confiere un valor estructurante. En función de las opciones territoriales manejadas y del grado de concreción espacial del que se le quiere dotar, plantear instrumentos que den forma a esta propuesta y establezcan los mecanismos para alcanzarlas. Siendo el objetivo establecer: el poder conocer el rol de las políticas del Ordenamiento Territorial en el espacio globalizado, para así poder analizar su implementación y posterior aplicación en el contexto local. De tal forma llegar a poder analizar los Planes Estratégicos de la ciudad de Rosario en función al ordenamiento territorial. Se realizará un relevamiento de la normativa e instrumentos legales, administrativos y de gestión existentes, solo a modo de señalamiento lo planteado a en los niveles nacional, haciendo una mayor puntualización en el aspecto municipal, en este caso en la ciudad de Rosario, considerando los planes de estratégicos y acotadamente el Plan Urbano, que han experimentado transformaciones. Concluye planteando que la búsqueda actual de los agentes de cambios debe centrarse en lograr formar un frente territorial articulado definido por ciudades más compactas y cohesionadas, en su componente social como territorial.

PALABRAS CLAVES: Ordenamiento Territorial Urbano. Plan Estratégico. Poderes Públicos.

1 OBJETIVOS:

- Conocer el rol de las políticas del Ordenamiento Territorial en el espacio globalizado,
- Analizar su implementación y posterior aplicación en el contexto regional y local.
- Analizar los Planes Estratégicos de la ciudad de Rosario en función al ordenamiento territorial.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 CONTEXTO GENERAL

Si bien la globalización no es un fenómeno nuevo, a partir de las últimas décadas se ha evidenciado una profundización en su dinámica, basada en la necesidad de incorporar más territorios a la producción, con las fluctuaciones de los mercados (financiero, cambiario y de bienes y servicios), y la redefinición del rol del Estado, con la finalidad de garantizar la movilidad de los capitales y de los bienes producidos. Los territorios y sus habitantes no escapan a sus efectos, si bien las consecuencias son dispares, recayendo los costos más altos en las economías periféricas, traduciéndose en una desmejora en los indicadores de calidad de vida de la población, tanto económicos, como socio-ambientales.

A la hora de pensar un proyecto de desarrollo, resulta ineludible considerar las características locales a la par del contexto internacional, en donde el crecimiento de China y otros países emergentes, incrementa la demanda de alimentos y materias primas, presentándose para nuestro país la oportunidad de posicionarse en la vanguardia de la producción junto al desafío de la sustentabilidad de los recursos.

El Ordenamiento Territorial apunta a anticipar conflictos entre las actividades y en la distribución de beneficios y costos entre los actores, tornándose necesario la generación de información y el desarrollo de tecnologías que contribuyan al diseño de políticas de uso de la tierra, teniendo en cuenta las tres dimensiones de la sustentabilidad para armonizar intereses económicos, sociales, y ambientales.

La Ordenación del Territorio se define por la voluntad, expresada desde los poderes públicos, de introducir un componente de racionalidad en la disposición de los elementos que conforman el orden territorial, guiando el sentido de las transformaciones que todo territorio debe inevitablemente experimentar. Con el objetivo de evitar o minimizar las consecuencias indeseadas y, por el contrario, favorecer los procesos de puesta en valor del territorio que se estimen más convenientes a sus potencialidades.

La incorporación de este componente racional y voluntario a la lógica del los territorios, y en especial al control de su evolución, necesita partir de un conocimiento

previo y riguroso de las principales estructuras y procesos territoriales sobre los que se debe actuar. Precisa igualmente definir unos objetivos que expresan una imagen deseada de dicha evolución, que puede limitarse a fijar un marco general de evolución socioeconómica o entrar en detalle de la planificación física de los elementos a los que se confiere un valor estructurante. Y, en función de las opciones territoriales manejadas y del grado de concreción espacial del que se le quiere dotar, plantear unos instrumentos que den forma a esta propuesta y establezcan los mecanismos para alcanzarlas (planes).

Al igual que el urbanismo moderno surgió como respuesta al grave deterioro de las condiciones de vida de la ciudad industrial que se experimenta durante el siglo XIX, planteando entornos urbanos alternativos, la necesidad de paliar los negativos efectos de urbanización e industrialización definidos sobre ámbitos regionales llevará igualmente a definir una nueva disciplina, el planeamiento regional. Las primeras manifestaciones de esta política se desarrollarán en los países de temprana industrialización y avanzados procesos de urbanización (Alemania, Reino Unido, Holanda y Estados Unidos). De lo que se trataba era de plantear modelos de organización alternativos sobre ámbitos regionales, definidos a partir del establecimiento de unas pautas de localización dirigidas al sistema de asentamiento (de población y de actividades económicas intensivas) y a su interrelación mediante las infraestructuras de transporte. De esta forma se aseguraba una más correcta distribución espacial de usos y actividades, proponiendo tanto las zonas que debían acoger los crecimientos previstos como los ámbitos que debían ser dejados al margen de los procesos de urbanización, garantizando unos crecimientos del espacio urbanizado conveniente en tamaño y forma, preservando los valores y funciones naturales de ese territorio que se pretendía ordenar (equilibrio ecológico, bienestar social, eficiencia económica).

2.2 LA PLANIFICACIÓN TERRITORIAL EN LA REGIÓN

Como señala **Massiris Cabeza (2008)** la planificación del territorio en Latinoamérica tiene una historia muy reciente y originariamente se la pensó asociada a cuestiones ambientales, urbanísticas, de desarrollo local y de descentralización. En nuestros días, se plantea desde una mirada multisectorial y pluridisciplinaria, tendiente a lograr un desarrollo integral. Países como Argentina, El Salvador, Costa Rica, Uruguay, México, Brasil y Colombia han planteado políticas territoriales en las que se articulan objetivos de desarrollo y de descentralización, tendientes a una mayor autonomía de las entidades territoriales en la gestión, atendiendo a la incapacidad de las fuerzas del mercado para impulsar un desarrollo territorial o regional equilibrado y justo y a la creciente demanda de la sociedad por una mayor participación en la toma de decisiones.

El autor mencionado, hace un recorrido conceptual y de las prácticas acerca del O.T. llevadas a cabo en 15 países latinoamericanos, asumiendo que desde su origen ha sido concebido de manera diversa, asociado a las políticas ambientales, urbanísticas, de desarrollo económico regional y de descentralización, predominando hoy día la idea del ordenamiento “como instrumento o estrategia para lograr el desarrollo sustentable, entendido en términos de política plurisectorial, horizontal”.

La revisión incorpora la detección de debilidades y fortalezas de diferentes planes y leyes de ordenamiento territorial, cuya “naturaleza” es asumida a veces como “una disciplina científica, como una técnica administrativa, una política o conjunto de políticas, un camino, método o búsqueda; un proceso integral, una estrategia de desarrollo, un conjunto de acciones político-administrativas, entre otras”. En tanto objeto, también se observan múltiples planteos: el de regular y organizar el uso, ocupación, distribución de actividades en el suelo y transformación del territorio, sobre la base del uso sustentable de los “recursos naturales”.

Massiris sistematiza y analiza los conceptos de Mendez (1990), Gómez Orea (1994), Hildenbrand (1996), Zoido (1998) a través de los que presenta un estado de situación de la conceptualización del O.T. En todos estos conceptos aparece un fin superior que apunta al bienestar social, de calidad de vida, de justicia socio-espacial y ambiental, como resultado de interacciones con otras regulaciones. Es de destacar que en todos los casos aparece la visión de desarrollo como una búsqueda endógena y prioritaria del/los lugares.

El autor concluye con un listado de situaciones problemáticas y potenciales que detecta en Latinoamérica. Por una parte, observa que “prevalce en la normatividad existente y en ciernes, la concepción de la ordenación del territorio como una práctica planificada, complementaria de la planificación sectorial, mediante la cual es posible dar un tratamiento integral a la problemática de los territorios; utilizando como estrategia la planificación física espacial dentro de un contexto ambiental (desarrollo sustentable).

3 EL ORDENAMIENTO TERRITORIAL

3.1 DEFINICIONES

El Ordenamiento Territorial (OT) es un proceso político-técnico-administrativo orientado a la organización, planificación y gestión del uso y ocupación del territorio, en función de las características y restricciones biofísicas, culturales, socioeconómicas y político-institucionales. Este proceso debe ser participativo, interactivo y basarse en objetivos explícitos que propicien el uso inteligente y justo del territorio, aprovechando oportunidades, reduciendo riesgos, protegiendo los recursos en el corto, mediano y largo

plazo y repartiendo de forma racional los costos y beneficios del uso territorial entre los usuarios del mismo (MAGyP 2012).

En consecuencia, este proceso debe estar orientado a detectar las diversas problemáticas regionales, urbanas y rurales, establecer un diagnóstico, mediante diversas herramientas, tales como la caracterización del Sistema Territorial, los Sistemas de Información Geográfica y el Mapeo de Actores, formular programas y planes para el manejo de los recursos naturales, la población, producción, infraestructura y la localización de las inversiones. Es preciso aportar los instrumentos que conduzcan a una toma de decisiones consensuada, que permitan una distribución del crecimiento económico de acuerdo con la integridad y potencialidad del territorio, que incluya el manejo adaptativo y eficiente de los recursos. La mejora de las condiciones de vida, constituye el fin último de estos procesos. Tal objetivo hace que dicho ordenamiento deba realizarse en estrecha coordinación con las políticas de desarrollo social-económico y ambiental, presuponiendo una articulación armónica y complementaria entre ellas.

Las primeras realizaciones de práctica de ordenamiento territorial (1920-1930) consistieron en plantear el desarrollo urbano desde una perspectiva territorial, lo cual implicaba no solamente ampliar el ámbito espacial sujeto a ordenación, sino también la consideración integrada de los elementos ambientales y funcionales (económicos y sociales) que conforman ese territorio.

En este proceso de revisión de las diferentes posturas que definen el Ordenamiento Territorial es necesario comenzar tomando la decisión y análisis del mismo que ofrece el Consejo de Europa (1983) Carta Europea de Ordenación del Territorio 1983, donde formula las siguientes observaciones:

- La ordenación del territorio es la expresión espacial de la política económica, social, cultural y ecológica de toda sociedad.
- Es, a la vez, una disciplina científica, una técnica administrativa y política, concebida como una aproximación interdisciplinaria y global, tendente a un desarrollo equilibrado de las regiones y la organización física del espacio guiada por una concepción directriz.
- Encuentra su expresión política en los niveles local, regional, nacional y europeo.
- La ordenación del territorio debe ser democrática, global, funcional y prospectiva:
 - Democrática porque debe garantizar la participación de toda la población y de sus representantes políticos a lo largo de todo el proceso.
 - Global porque debe considerar todos los factores que pueden influir en la organización de espacio y debe coordinar las políticas sectoriales.

- Funcional porque debe considerar aspectos relacionados con valores, intereses, relaciones por encima de las fronteras administrativas y territoriales.
 - Prospectiva porque ha de tratar de adelantarse a los acontecimientos, ha de procurar conocerlos o preverlos antes de que se produzcan.
- La ordenación del territorio como acción, como actuación, se encuentra limitada por una gran multitud de decisiones individuales, las fuerzas del mercado, la discrecionalidad de las administraciones, y en general por la confrontación de intereses que se producen en el territorio y entre territorios.

En función a lo planteado, en la carta se contextualiza y remarca la importancia de rever las profundas modificaciones sociales y económicas en los países europeos y por tanto en sus vínculos y sus modos de organización con el fin de evitar que los principios de la organización sólo se guíen por objetivos a corto plazo.

El interrogante que se plantea es cómo los diferentes autores que han trabajado de directa o indirectamente el tema han llegado a conformar una conceptualización de tema poniendo el acento en diferentes aspectos del Ordenamiento Territorial, es por ello que se considerará los siguientes:

Sáenz de Buruaga (1969), “la ordenación del territorio es el estudio interdisciplinario y prospectivo de la transformación óptima del espacio regional y de la distribución de esta transformación y de la población total entre núcleos urbanos con funciones y jerarquías diferentes con vistas a su integración con áreas supranacionales”.

Ridruejo (1983) “el acto de referir una estrategia socioeconómica a un espacio geográfico o territorio”; “las operaciones de ordenación del territorio...se formulan sin excepción a partir del reconocimiento de un problema concreto; y naturalmente del convencimiento de que dicho problema es inseparable de su componente espacial territorial”.

Fernando Terán (1984) define la Ordenación del Territorio como “una respuesta a unos problemas de ocupación y de utilización del espacio en relación con el uso y distribución de los recursos disponibles, con la intención de corregir aquellos problemas y de optimizar racionalmente ese uso y esa distribución de recursos” y añade que “la ordenación del territorio es una actividad mucho más ética y política que científica y técnica”. De cierta manera observa como este autor retoma algunos aspectos de los planteados en la Carta Europea, fundamentalmente en lo referido a las actividades éticas y vinculadas con los aspectos políticos que cada conjunto urbano aplica en su territorio.

Siendo **Gómez Orea** (1994) quien planteará que “conceptualmente la ordenación del territorio es la proyección en el espacio de las políticas social, cultural, ambiental

y económica de una sociedad...la ordenación del territorio, cuyo origen responde a un intento de integrar la planificación socioeconómica con la física, procura la consecución de la estructura espacial adecuada para el desarrollo eficaz y equitativo de la política económica, social, cultural y ambiental de la sociedad. Trata de superar la parcialidad del temático en la planificación sectorial y la reducida escala espacial en el planeamiento municipal". Planteando una vinculación mayor con lo que sería esa primera formulación acerca de una concepción del Ordenamiento Territorial que como vemos, luego, fue resignificada y aplicada por varios autores.

Roccatagliata (1995), por su parte, hace un planteo donde deja en claro la importancia que tiene la relación entre espacio geográfico y políticas públicas y privadas, al plantear que: "Organizar el territorio no es otra cosa que materializar, en el espacio geográfico, los objetos permanente de la nación" y añade que la ordenación del territorio debe ser entendida como una política de coordinación y concertación entre el sector público y privado, con las asociaciones intermedias, con los organismos que definen las políticas sectoriales y con diferentes jurisdicciones a nivel territorial: " la ordenación del territorio es una experiencia compartida entre el gobierno nacional, las provincias y los gobiernos locales".

Por su lado y considerando una visión más reciente, **Bozzano, Horacio** (2009) define: "Es un lugar de variada escala –micro, meso, macro-donde actores-públicos, privados, ciudadanos, otros- po.nen en marcha procesos complejos de interacción–complementaria, contradictoria, conflictiva, cooperativa-entre sistemas de acciones y sistema de objetos, constituidos éstos por un sinnúmero de técnicas –híbridos naturales y artificiales- e identificables según instancias de un proceso de organización territorial en particulares acontecimientos –en tiempo–espacio y con diversos grados de inserción en la relación local-meso-global. El territorio se redefine siempre"

4 METODOLOGÍA

Se realizará un relevamiento de la normativa e instrumentos legales, administrativos y de gestión existentes, que abarque muy sintéticamente y solo a modo de señalamiento lo planteado a en los niveles nacional, haciendo una mayor puntualización en el aspecto municipal, en este caso en la ciudad de Rosario, considerando los planes de estratégicos (PER) y acotadamente el Plan Urbano (PUR), de la ciudad, que han experimentado profundas transformaciones. Esto incluye la normativa vigente completa en aspectos vinculadas al medio ambiente, tierras, descentralización administrativa, municipalidades, entre otras, el proceso histórico que han tenido dichas políticas incluso antes de considerarse el término

de ordenamiento territorial para hablar de las políticas por desarrollar dentro del ejido urbano. Llevando de esta forma a observar sus respectivos reglamentos y procedimientos administrativos asociados. Esta revisión permitirá la identificación de las restricciones que imponen la regulación legal y el marco procedimental y las oportunidades que ofrecen para el tratamiento de las problemáticas a abordar en el OT.

Analizar los principales aspectos y ciertas etapas de los programas, planes estratégicos impulsados por el Estado Municipal, como ser el PER + 10 (Plan Estratégico Rosario Metropolitana Estrategia 2018), tomándose el citado plan por ser el de más reciente promulgación, siendo un redireccionamiento de un proceso que tiende a incorporar al nuevo plan una visión de Rosario como ciudad metropolitana. La identificación de las instituciones responsables en el cumplimiento de la puesta en marcha de las normativas permitirá conocer las instancias de gobierno y gestión que debieran estar presentes en el territorio.

5 PRECISIONES SOBRE ORDENACIÓN TERRITORIAL

Las actividades humanas y el espacio en que se ubican: En este sentido, ordenar un territorio significa identificar, distribuir, organizar y regular las actividades humanas en ese territorio de acuerdo con ciertos criterios y prioridades; cabría hablar, por tanto, de ordenación de las actividades humanas en un espacio capaz de acogerlas, o de ordenar los usos del suelo. En el caso de la ciudad de Rosario se puede citar la ordenanza N° 6.492/1997, la cual se abordará a hablar del Plan Urbano.

Carácter político, administrativo y técnico científico de la ordenación territorio:

El carácter técnico científico se justifica por la necesidad de este tipo de conocimientos para formular primero y gestionar después los planes; la iniciativa sobre tal formulación y su posterior aprobación, corresponde a la administración pública, de ahí su condición administrativa; mientras es una decisión política implantar un sistema formalizado de ordenación territorial basado en un sistema coherente de instrumentos: los planes de ordenación territorial.

Los planes como instrumentos de ordenación territorial: Tal función se ejerce por organismos públicos a todos los niveles territoriales: supranacional, nacional, regional, provincial, comarcal, municipal/local e inferior, mediante un sistema coherente de planes o instrumentos generales de ordenación territorial previstos en la legislación específica y en otra no específica, generalmente sectorial con incidencia relevante en el sistema territorial: transportes, telecomunicaciones, hidráulica, energía, urbanismo, industria, turismo, desarrollo rural, etc.

Los planes de ordenación territorial integran la planificación socioeconómica con la física en una determinada unidad geográfica, y tienen carácter horizontal (corta a los sectores) por lo que sus determinaciones prevalecen sobre la planificación sectorial, así como sobre otras dos funciones públicas también horizontales: una de ámbito inferior, el urbanismo, y otra superior: la planificación económica. Así los planes de OT se convierten en instrumentos de concertación entre intereses conflictivos y de coordinación entre organismos sectoriales y territoriales de diferente rango. Cada país tiene (cuando lo tiene) su propio sistema de planes de ordenación territorial, cuya existencia, carácter y forma en que se aplican, se suele asociar al grado de desarrollo y comportamiento social. (Gómez Orea, Villarino, 2014).

5.1 ORDENACIÓN TERRITORIAL: COMPONENTES OPERACIONALES

Dicho término permite hacer un análisis de las particularidades que le dan forma y constituyen. Por lo tanto, podremos considerar aspectos como los que se detallan a continuación:

Conceptualmente: Construcción planificada del sistema territorial hacia un futuro definido en un horizonte temporal, o indefinido.

Administrativamente: Función de la Administración Pública, de carácter integral, que corta horizontalmente a todas las componentes del sistema territorial, orientada a conseguir el desarrollo sostenible de la sociedad mediante la previsión de sistemas territoriales armónicos, funcionales y equilibrados capaces de proporcionar a la población una calidad de vida satisfactoria.

Operativamente: Sistema coherente de planes, previstos en legislación específica y no específica, que se ejecutan en ciclos sucesivos de tres fases: diagnóstico, planificación y gestión, cuyo impulso, elaboración, aprobación y aplicación corresponde a la institución responsable de la Administración Pública, y requiere una aproximación científico-técnica, la participación pública y la concertación de los agentes socioeconómicos.

En términos más directos: la Ordenación territorial consiste en elaborar los planes previstos en la legislación y en ejecutarlos después, según un proceso, cíclico, continuo e iterativo, de diagnóstico, planificación y gestión.

Considerando lo planteado por el PET 2016 (Políticas y Estratégica Nacional de Desarrollo Territorial de Argentina 2016) se podrá conocer el avance que ha desarrollado el país en la construcción de políticas de gestión territorial. A nivel del Gobierno nacional explicitados en una serie de documentos (MINPLAN, 2006) donde se refleja la

organización del territorio actual y el modelo deseado a nivel país, que incluye también modelos o visiones territoriales a nivel de las provincias.

Entre los avances logrados se puede mencionar la conformación, dentro del Ministerio Inversión Pública y Servicios, el que fue llamado (COFEPLAN) Consejo Federal de Planificación y Ordenamiento Territorial de la Nación. En el cual se busca la implementación de los aspectos de la política territorial, apuntalando las acciones conjunta de la Nación, las Provincias y la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Entre sus objetivos se encuentra búsqueda y concreción de un país equilibrado, integrado, sustentable y con políticas sociales equitativas para los habitantes que conforman el territorio. En dicho plan se plantea la posibilidad de brindar la participación a todas las provincias.

Sumando en estas políticas las consideraciones que efectúen los municipios, siendo estos las unidades básicas de administración y gobierno que están próximas a la gente que habita y conforma los territorios. La responsabilidad primordial de los gobiernos municipales es promover y sostener un desarrollo local sustentable, entendido como aquel que armoniza crecimiento económico, cuidado ambiental y equidad social.

Aspectos estos que reflejan de cierta manera las posturas conceptuales en las cuales se esgrime la importancia de generar “planes de ordenación territorial integran la planificación socioeconómica con la física en una determinada unidad geográfica, y tienen carácter horizontal” como plantea Gómez Orea, Villarino, en su texto del 2014, como así también puede vislumbrar en lo planteado por Bozzano en 2009.

Todo lo expresado condice con lo planteado por la FAO, donde se hace particular aclaración que el ordenamiento territorial (en adelante O.T.) puede definirse como “una política de Estado y un instrumento de planificación del desarrollo, desde una perspectiva sistémica, prospectiva, democrática y participativa, que orienta la apropiada organización político administrativa de la Nación y la proyección espacial de las políticas sociales, económicas, ambientales y culturales de la sociedad, garantizando un nivel de vida adecuado para la población y la conservación del ambiente, tanto para las actuales generaciones, como para las del futuro” (Lücke, 1999).

Por todo ello podemos expresar que el O.T. es al mismo tiempo:

- **una política pública**, en la medida que involucra la toma de decisiones concertadas de los actores sociales, económicos, políticos y técnicos, para la ocupación ordenada y el aprovechamiento del territorio.
- **una disciplina científica**, que forma parte de la política de Estado sobre el desarrollo sostenible.

- **un proceso técnico-administrativo**, porque orienta la regulación y promoción de la localización y desarrollo de los asentamientos humanos, actividades económicas, sociales, y desarrollo físico, espacial.

Como base de lo planteado por la FAO define la planificación del uso del suelo como “la evaluación sistemática:

- (i) del potencial de la tierra y del agua,
- (ii) de las alternativas para el uso del suelo y
- (iii) de las condiciones económicas y sociales, con el fin de seleccionar y adoptar las mejores opciones de uso del suelo”.

Siendo el objetivo seleccionar y poner en práctica los usos del suelo que mejor satisfagan las necesidades de las personas, salvaguardando los recursos para el futuro. (FAO, 1993).

A pesar de la diversidad de definiciones de OT o planificación del uso del suelo, es posible identificar algunos elementos comunes en todas ellas: (i) la finalidad de un desarrollo equilibrado y la transformación física del espacio de acuerdo a una estrategia común; (ii) el planteamiento desde lo local hacia lo nacional; (iii) la necesidad de un abordaje interdisciplinario e integrado; y (iv) la consecuencia directa de la interrelación de competencias y potestades administrativas.

Según lo establecido por la FAO, los objetivos de las políticas de OT varían dependiendo en nivel en el cual se aplica. La interacción entre los tres niveles de la planificación territorial (a escala nacional, regional, y local), es necesaria ya que en cada nivel ha de producirse una planificación con diferentes objetivos y componentes, relacionados entre sí:

- **A nivel nacional:**

Su orientación es más política que técnica; y está asociado con los objetivos nacionales y definición de políticas, estrategias, planes y programas, criterios y procedimientos para el OT y la asignación de recursos. Un plan nacional de uso de la tierra puede abarcar: a- la política del uso de la tierra, b- se equilibran las demandas que competen a la tierra entre diferentes sectores de la producción economía de alimentos, los cultivos de exportación, el turismo, la protección de la flora y de la fauna, las comodidades privadas y públicas, las carreteras, la industria, c-la coordinación de agencias sectoriales involucradas en el uso de la tierra; y d- la legislación sobre tales temas como la tenencia de la tierra, la autorización de bosque y los derechos al agua.

- **A nivel regional:**

Está asociado con las funciones de los gobiernos regionales, como formular, aprobar, ejecutar, evaluar, dirigir, controlar y administrar los planes y políticas en materia ambiental

y de OT, en concordancia con los planes de los gobiernos locales. Se incorporan aspectos como la definición del uso del suelo, integración territorial, planificación física y ambiental.

- **A nivel local:**

Se incluyen consideraciones exclusivas de los gobiernos locales, como normar la zonificación, el diseño urbano, acondicionamiento territorial e infraestructura, conformación barrial, y ejecutar sus planes correspondientes. En el caso de la ciudad de Rosario esto vemos aplicado con el Plan Abre y los ordenanzas promulgadas para la puesta en marcha de la transformación de los diferentes barrios como ser: Villa la Lata proyecto finalizado en su ejecución al igual que Villa Manuelita, mientras que se puede mencionar Molino Blanco, Plan Maestro para el CUR (Centro Universitario Rosario) (en ejecución) entre otros. Los mismos serán analizados en forma particular en posteriores estudios al no ser en esta ocasión el eje centro del análisis.

El nivel local, incluye, no sólo ciudad, municipio, pueblo, aldea, o un pequeño grupo de ellos, sino también núcleos agrarios (como en México, porque tienen facultades legales para administrar sus tierras y recursos naturales), o tierras comunales (dentro de municipios) o áreas protegidas (que pueden ser dentro de un municipio o abarcar varios); o comunidades que tengan facultades legales para administrar sus tierras y recursos naturales.

El O.T. es una herramienta particularmente valiosa para impulsar acciones en diferentes ámbitos relevantes del desarrollo sostenible, ya que en su enfoque considera aspectos tales como:

1. **Pobreza y equidad:** El OT actúa como instrumento que permite guiar e impulsar las inversiones públicas y privadas, con el fin de contribuir a revertir los procesos de exclusión y de pobreza y de fortalecer un desarrollo territorial sostenible y la mejora de la calidad de vida de las poblaciones.
2. **Productividad de los asentamientos humanos:** El OT previene y corrige la localización de los asentamientos humanos e infraestructura productiva (sistema vial, energético y de comunicaciones) y social; articula lo agrario, lo industrial, lo comercial y los servicios (identificando las condiciones de vulnerabilidad en zonas de riesgo), tanto en zonas urbanas como rurales; conecta al territorio con los mercados y los clústeres productivos.
3. **Medio ambiente y prevención de los desastres:** El OT vela por la salvaguarda de los recursos naturales y los espacios protegidos; revierte los procesos de conflictos ambientales, deterioro de los ecosistemas y competitividad territorial; y promueve políticas que regulen el uso del territorio y el manejo de los recursos naturales y que, al mismo tiempo, contribuyen a prevenir las consecuencias perjudiciales de los fenómenos naturales extremos.

4. **Propiedad y tenencia de la tierra:** El OT permite, a través del catastro, la demarcación territorial, delimitar las fronteras entre unidades administrativas (municipios, tierras comunales, etc) y facilitar el aprovechamiento sostenible de los recursos naturales, así como la diversidad biológica, la ocupación ordenada del territorio, conservación del medio ambiente y ecosistemas, preservación del patrimonio natural y cultural, el bienestar y salud de la población. Haciendo referencia a esta aspecto en el caso de estudio se puede decir que en el caso de las políticas de O.T. desarrolladas en el barrio “Villa la Lata”, los vecinos (que no contaban con esta normalización) ya se encuentran en el proceso de escrituración de sus terrenos y viviendas.
5. **Gobernabilidad y participación ciudadana:** El OT impulsa procesos de mayor participación ciudadana, considerando los diversos intereses y visiones que tienen los actores sobre el uso y manejo del territorio. Impulsa el desarrollo del territorio nacional de manera equilibrada y competitiva con la participación de actores públicos, privados y comunales, a través de la adecuada planificación del territorio, en respuesta a los requerimientos de los planes de desarrollo económico y social de los tres niveles de gobierno. Profundiza en la democracia y la descentralización al promover acuerdos sociales en los territorios.

Los diferentes aspectos detallados pueden verse reflejado, en cierta manera, con lo formulado en el PER + 10 o los anteriores planes estratégicos implementados, donde se plantea como una necesidad la participación, el consenso y protagonismo de las instituciones de la ciudad, como así también de los vecinos. A través de los diferentes foros y encuentros organizados por el estado municipal para de esa forma poder plasmar los desafíos y propuestas en busca de una visión de cómo construir una ciudad de cara al futuro. Procedimiento que se viene desarrollando desde las década del `90, teniendo resultados de importante crecimiento y consolidación de la ciudad en contexto regional.

6 ROSARIO: UNA CIUDAD CON CIERTA HISTORIA EN EL ORDENAMIENTO DEL TERRITORIO

6.1 BREVE RESEÑA, DEL PASO DEL PER AL PER + 10 (PLAN ESTRATÉGICO ROSARIO METROPOLITANA ESTRATEGIA 2018)

Como se expresa en anteriores apartados y tomando lo formulado por Gómez Orea (1994), entre otros, el proceso de OT debe estar orientado a detectar las diversas problemáticas regionales, urbanas y rurales, establecer un diagnóstico, mediante diversas

herramientas, tales como la caracterización del Sistema Territorial, los Sistemas de Información Geográfica y el Mapeo de Actores, formular programas y planes para el manejo de los recursos naturales, la población, producción, infraestructura y la localización de las inversiones, todo esto requiere del trabajo conjunto de diferentes sectores de la sociedad.

Esto fue parte de la postura adoptada por la intendencia de Rosario y los organismos convocados (vecinales, instituciones, sindicatos, empresas, etc.) a tal efecto, para retomar una política de ordenamiento territorial, y la generación de los diferentes Planes Estratégicos y sus posteriores actualizaciones, siendo indudable la importancia de contar con un enfoque institucional. Es decir, el análisis se concentra en las decisiones políticas frente a una serie de problemas y a las instituciones como escenarios de desarrollo de tales decisiones adoptadas.

En la década de los '90 se comienza a hablar de Planificación Estratégica. Donde políticos y técnicos buscarán poner en marcha imitando la forma de organización y funcionamiento empresarial y debido al éxito alcanzado en casos puntuales como el de Barcelona. El problema es que el Estado no es una empresa, los objetivos son diferentes y la manera de operar también. Se sigue pensando que esta tarea es exclusiva o privativa de una sola oficina, se contratan grupos ad-hoc para tal fin, los empleados y técnicos se sienten excluidos, se invitan a participar a diferentes sectores, pero no se logran los resultados esperados. Al ordenamiento territorial solo se lo vincula con la organización política administrativa y las políticas de descentralización, situación que genera confusión respecto a su naturaleza. Estas cuestiones fueron instancias de crecimiento y madurez por las cuales el municipio debió pasar para poder lograr tener un política mucho más aperturista a todos los sectores y mejor alcances en los Planes de O.T. aplicados.

En función del análisis que se puede efectuar de los diferentes Planes Estratégicos desarrollados en el tiempo en la ciudad, se logra el entender que la Planificación Estratégica, la Planificación Ambiental y el Ordenamiento Territorial no son lo mismo, pero sí deben implementarse en forma articulada y complementaria. Recién en el año 2000 es cuando comienza a tomar fuerza la idea del ordenamiento territorial como instrumento o estrategia para lograr el desarrollo sustentable, entendido en términos de política pluri-sectorial, horizontal, integral.

Para mediados de la segunda década del 2000, el avance en el proceso de gestión del PER tenía cada vez fuerza y por tanto la necesidad de darle un enfoque que contemplara intereses y necesidades comunes a los municipios y comunas del entorno próximo a Rosario, obliga a dar una mirada con mayor proyección territorial, en temáticas como movilidad, residuos, uso de la recursos naturales, e intervenciones urbanas de magnitud,

aspectos estos que nos permiten ver los diferentes aspectos en donde se pueden aplicar políticas de O.T. como ya se expresará en la primera parte del presente trabajo.

Será de esta forma como nace el Plan Estratégico Metropolitano (PEM 2018), siendo Rosario quien encabezaría un proyecto metropolitano y regional basado en la articulación de consensos y abordando relaciones de interdependencia entre las comunidades integrantes.

De esta forma se ha podido comenzar a reconocer el potencial de la región, buscando un desarrollo equitativo y sustentable comenzando con un plan de ordenamiento del transporte de cargas terrestre, un sistema ferroviario de pasajeros de larga distancias, un plan integral metropolitano de transporte de pasajeros, un programa regional de recursos hídricos, un plan de tratamiento de los residuos, un sistema integral de salud regional, un programa de tratamiento y uso del suelo, un proyecto de ente de coordinación metropolitana y un sistema de información metropolitana.

Más allá de varios inconvenientes políticos-administrativos, finalmente, la complejidad de las relaciones que se establecieron entre los sectores públicos y privados permitió proyectar la región a escala metropolitana.

De este modo, Rosario asumió la iniciativa de construir una perspectiva estratégica de escala regional que considerara las relaciones económicas, sociales y políticas entre los municipios y comunas que rodean la ciudad.

El **Plan Estratégico Rosario Metropolitana estrategias 2018** (PER + 10), encontró a la ciudad completamente cambiada desde el punto de vista territorial y social. Sin dudas el punto de partida de esto ha sido el PER donde se planteaba la descentralización urbana, la inversión del eje de la ciudad para orientarla de cara al río y la creación de un nodo de comunicaciones a escala del MERCOSUR, mediante grandes obras de infraestructura.

Dicho plan también facilitó el intercambio de ideas y pensar intervenciones o ejes de trabajo de diferentes aspectos como ser:

- Equidad Social y Ciudadanía
- Territorio y Medio Ambiente
- Producción, Empleo y Competitividad
- Ciencia, Educación y Cultura
- Posicionamiento Nacional e Internacional

6.2 NUEVO PLAN URBANO ANTE LA LLEGADA DEL PER+ 10

Ante la puesta en vigencia del PER+ 10 se consideró por el municipio rever el Plan Urbano, dado los debates sobre la relación que podría existir entre ambos planes estratégicos, se concretó una complementariedad de los citados.

Será la función principal, del Plan Urbano, la de territorializar los proyectos, regular el uso del suelo en la ciudad y crear consenso entre los actores para evaluar la factibilidad, fundamentalmente económica y social de los planes.

La iniciativa de la Municipalidad de elaborar e impulsar un nuevo Plan Urbano como una plataforma normativa y de gestión urbana del Plan Estratégico, se plantea en hecho de construir herramientas concurrentes a un mismo propósito, el de abordar de un modo eficiente la transformación física y funcional de la ciudad para mejorar la calidad de vida de sus habitantes.

Este nuevo Plan Urbano reemplaza al plan vigente del año 1967 y establece una continuidad con las revisiones planteadas por el Ejecutivo municipal momentos anteriores, en los años: 1990, 1995 y 1999; y su posterior revisión en 2007 ante el Concejo Municipal. Esta iniciativa se basa en el convencimiento de que el logro de un desarrollo urbano sustentable exige una adecuada planificación territorial, que incluya un conjunto complejo de variables: la gestión de los grandes temas de escala metropolitana y el ordenamiento del suelo en términos de accesibilidad y movilidad, la provisión de infraestructura, la construcción de vivienda, el desarrollo de usos productivos y de servicios y la preservación del patrimonio urbano y ambiental.

Con su puesta en marcha se pretende preparar el territorio, para incorporar los cambios y modificaciones que se intentan lograr, evitar las consecuencias negativas de las decisiones aisladas, reforzar la iniciativa de construcción pública y colectiva, incorporar la inversión privada a una estrategia integral de desarrollo urbano y pensar la ciudad por proyectos, muchos de ellos de alto impacto para su transformación.

6.3 ANTECEDENTES QUE DETERMINAN EL HOY

La planificación de la ciudad contemporánea no parte de un momento considerado cero; se la reconoce como un proceso continuo que va incorporando los cambios.

En la experiencia local parte de los primeros intentos plasmados en los planes de ensanche, hasta las elaboraciones más completas volcadas en la redacción de los últimos planes urbanos.

Esos primeros intentos de planificación en la ciudad de Rosario fueron prácticas parciales que tuvieron por objeto establecer criterios de alineación y de expansión de la trama urbanizada. Las experiencias más completas de planificación han sido variadas y sus efectos reales no han pasado desapercibidos. Todas ellas dejaron su impronta que puede ser reconocida aún hoy en el espacio urbano.

Los sucesivos planes interpretaron, con rasgos de idiosincrasia, las corrientes del pensamiento urbanístico vigentes en cada período histórico, hasta llegar a los dos nuevos instrumentos: el **Plan Urbano Rosario 2007-2017 (2011)** y el Plan Rosario Metropolitana Estrategias - PER+10; ambas herramientas desarrolladas en forma concatenada.

Algunos de los antecedentes en esta área, tomados del Plan Urbano 2007-2017, que pueden mencionarse son:

“Los planes de ensanche

- 1871 - El plano de delineación de la ciudad
- 1890 - El Plan de Ensanche y Puerto.

Los planes de embellecimiento

- 1911 - Rosario de Santa Fe. Plan Disposiciones progresivas para el embellecimiento, la mejora y el desarrollo futuro de la ciudad

Los planes reguladores

- 1935 - El Plan Regulador de Rosario
- 1952 - El Plan Rosario
- 1967 - El Plan Regulador Rosario

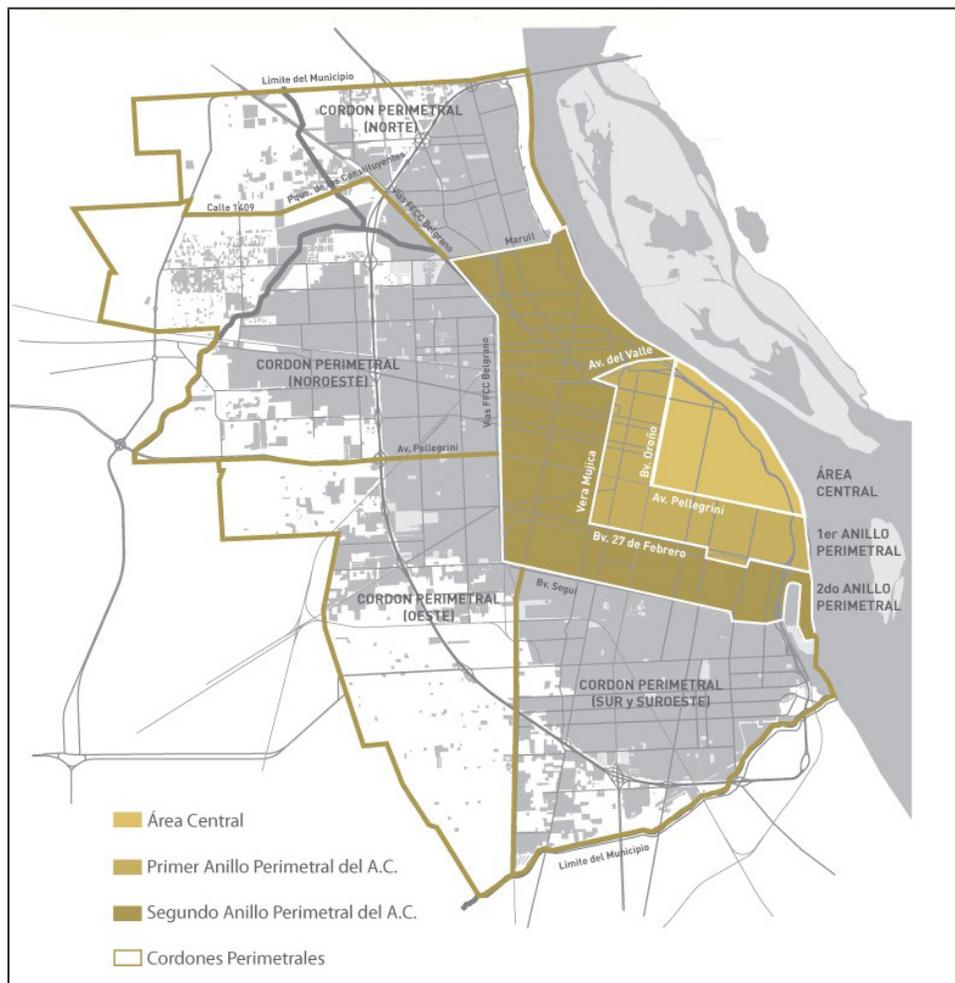
Los planes directores

- 1991 - La actualización del Plan Regulador y Bases Documentales para la revisión del Código Urbano – Plan Director.
- 2001 - El Plan Director de Rosario. Bases para el acuerdo. Documento Integrado”

6.4 FINALIDAD Y OBJETIVOS

El Plan Urbano es la figura del planeamiento en la que se define el proyecto urbanístico deseado y posible de transformación a futuro de la ciudad, esto se puede ver manifestado, por ejemplo, en la ordenanza municipal N° 6.492/97, donde en el Art. 2 plantea la Clasificación Urbanística del suelo: “en función de las calidades de ocupación y regulación de construcción previstos, y de la posibilidad de aplicación de políticas diferenciadas de urbanización y subdivisión, se divide el suelo de la ciudad de Rosario” considerando dos principales formas de este: suelos urbanizables y suelos no urbanizables. Para luego efectuar las consideraciones que remiten a la “división y delimitación de las zona” según los diferentes sectores de la ciudad, y los posibles cordones perimetrales del la misma, como se manifiesta en la la Imagen I.

Imagen 1: **NORMAS URBANÍSTICAS DE LA CIUDAD DE ROSARIO.** PLANO INDICATIVO DE CARÁCTER TRANSITORIO.



Fuente: Municipalidad de Rosario. Plan Urbano Rosario 2007-2017

En él se indican las directrices generales de ordenamiento integral del territorio municipal, los proyectos de carácter estructural para el logro de un desarrollo positivo y los procedimientos (modalidades e instrumentos) para orientar la gestión municipal del territorio. Es una herramienta básica de actuación, para impulsar la incorporación de importantes modificaciones en su estructura física y funcional, ordenar la acción pública y promover la inversión privada. Estas definiciones le darán marco a la elaboración de todos aquellos otros instrumentos necesarios para la puesta en marcha y ejecución de las políticas urbanísticas. La finalidad del Plan Urbano Rosario es: definir los elementos claves de la estructura urbana, que componen el soporte del ordenamiento urbanístico del territorio municipal, establecer las directrices y orientaciones generales referidas a

la configuración de la ciudad y al ordenamiento urbanístico del territorio, identificar los proyectos estructurales a partir de los cuales se promueve la transformación de la ciudad, clasificar el suelo como medida previa a la ejecución de las acciones propuestas para su ordenamiento urbanístico e integrar y controlar acciones que involucren definiciones territoriales impulsadas por diferentes agentes públicos, institucionales y/o privados.

7 CONCLUSIONES

Uno de los disparadores del trabajo fue poder conocer, de cierta forma, el rol de las políticas del Ordenamiento Territorial en el espacio de un mundo global en el que se encuentran.

Para esto fue necesario, primeramente, considerar como se aplican estas políticas en el contexto latinoamericano, europeo y en particular en nuestro escenario de análisis, las que tiene poco tiempo puesta en marcha, en comparación con lo que se viene haciendo en varios países de Europa.

Las mismas se han ido tomando como modelos a seguir, adaptando dichas políticas a las realidades locales, comprobando de esta forma, que si bien se pueden lograr resultados favorables al ver como se vivencian las acciones en cada sector donde se las aplica. Más allá de esto, el camino por recorrer aun es vasto, pero pensar políticas que permitan amalgamar la cuestión social, económica y ambiental con visión de futuro es un buen camino por transitar.

En el caso de Rosario, los diferentes planes estratégicos, han demostrado como la posibilidad de dar el punta pie inicial en el proceso de reutilización de los espacios y optimización de los mismos acompañados de planes estratégicos que se van adaptando a los cambios y exigencias de los procesos pueden generar un cambio positivo en el espacio habitado y por habitar.

Por lo cual fundamentalmente en el hecho de buscar el crecimiento y mirando para adelante el municipio debía pasar un análisis de los Planes Estratégicos de la ciudad de Rosario en función al ordenamiento territorial que era imperioso comenzar a concretar a escala mayor y es por ello que ante la puesta en vigencia del PER+ 10 se consideró por el municipio rever el Plan Urbano y el posterior promulgación del Plan urbano 2007-2017 (2011), dado así debate sobre la relación que podría existir entre ambos planes y que se constituyan en una verdadera herramienta de políticas de instrumentación del O.T.

Por lo tanto, la aplicación de políticas relacionadas a la puesta en marcha de un plan estratégico que logre llevar adelante un Ordenamiento Territorial estarán conectadas a las decisiones y aperturas de los responsables de la administración del Estado, en cada una de sus orbitas, siendo un factor fundamental el brindar la palabra a los diferentes actores que conforman cada espectro de la sociedades en las cuales dichos planes serán

aplicados. Siendo esta una manera clara de introducir un componente de racionalidad en la disposición de los elementos que conforman el orden territorial, guiando el sentido de las transformaciones que todo territorio debe inevitablemente experimentar.

Los planes estratégicos, fundamentalmente el Plan Rosario Metropolitana Estrategias - PER+10, son la concreción de las políticas del gobierno municipal, en las cuales se han evaluado y considerado las propuesta de los vecinos, las ONG, organismos públicos y privado, como diferentes organismos técnicos, donde se consideran los aspectos claves para alcanzar un mejor calidad de vida de los individuos donde se tenga presente la salud, el medio ambiente, la configuración del plano urbano de la ciudad, sus vías y medios de comunicación para seguir pensando una ciudad y una región con visión de futuro y crecimiento respaldado con políticas construidas por todos desde su lugar en la sociedad.

Concluiremos planteando que la búsqueda actual de los agentes de cambios debe centrarse en lograr formar un frente territorial articulado e integrado definido por ciudades más compactas y cohesionadas, tanto en su componente social como territorial.

Para alcanzar esto es necesario establecer y consensuar políticas de Ordenamiento Urbano -Territorial que preserven el medio ambiente y los recursos naturales y definan las directrices generales de desarrollo del área metropolitana Rosario.

BIBLIOGRAFÍA

Bozzano, H; (2009); **“Territorios Posibles. Procesos, lugares y actores”**; Edit.: Lumiere; Buenos Aires.

Consejo Deliberante de la ciudad de Rosario; (2007); Ordenanza 6492/1997; Rosario.

FAO; **“Plataforma de territorios Inteligentes. Contexto General y Marco conceptual”**; en: <http://www.fao.org/in-action.com>

Galiana, L, Vinuesa, J (coord.); (2010); **“Teoría y práctica para una ordenación racional del territorio”**; Edit.: Síntesis; Madrid.

Farinós i Dasí, J (coord.); (2011); **“De la evaluación ambiental estratégica a la evaluación de impacto territorial”**; Gómez Orea, D, Gómez Villarino, M; **“Los orígenes de la Evaluación Ambiental Estratégica (EAE) y su relación con la Evaluación del Impacto Territorial (EIT)”**; en; Universidad de Valencia; España.

Gómez Orea, D, Gómez Villarino, M.; (2014); **“Marcos Conceptual para la ordenación territorial y reflexiones sobre el proceso Ecuatoriano en la materia”**; IX Simposio Nacional de Desarrollo Urbana y Planificación Territorial; Cuenca.

MAGyP, Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca; (2012); **“Bases para el Ordenamiento Territorial Rural Argentino”**; pag. 39, en Massiris-Cabeza, Á. (2008); Gestión del Ordenamiento Territorial en América Latina: Desarrollo recientes.; IV Seminario de Ordenamiento Territorial; Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia Año 4 - Vol. 1- Número 4. En línea. Disponible en: http://www.bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitales/3238/massirisproyeccion4.

Massiris-Cabeza, Á.; (2012); **“Políticas latinoamericanas de ordenamiento territorial. Realidad y desafíos Procesos de ordenamiento en América Latina y Colombia”**; Universidad de Colombia. En línea. Disponible en: <http://www.facartes.unal.edu.co/otros/ProcesosOrdenamientoAmericaLa naColombia.pdf>.

Massiris Cabeza, A; (2002); **“Ordenación Territorial en América Latina”**; REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES. Universidad de Barcelona. Vol. VI; Edit: Scripta Nova; Barcelona.

Mendez Casariego, H, Pascale Medina, C; (Coordinación técnica); (2014); **“Ordenamiento Territorial en el Municipio: una guía metodológica”**; FAO; Chile.

PET; **“Argentina 2016: Políticas y estrategias Nacionales de Desarrollo y Ordenamiento Territorial”**; Poder ejecutivo de la Nación; Ministerio de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios; Argentina.

Plan Urbano Rosario 2007-2017; (2011); Consejo Deliberante de Rosario; Rosario.

Plan Rosario Metropolitana: estrategias 2018, Per +10; Municipalidad de Rosario; Rosario.

Secretaria de Planeamiento Urbano de Rosario; (2017); Edit.: Municipalidad de Rosario; Rosario.

CAPÍTULO 9

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A ANÁLISE DA DINÂMICA DO DISTRITO INDUSTRIAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SERGIPE

Data de submissão: 29/04/2021

Data de aceite: 19/05/2021

Elmer Nascimento Matos

Universidade Federal de Sergipe
São Cristóvão – Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/6331251050902632>

Daniela Mércia Santos

Universidade Federal de Sergipe
São Cristóvão – Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/2912675077960221>

Wesley Santos

Universidade Federal de Sergipe
São Cristóvão – Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/2236770384161129>

RESUMO: Este trabalho tem como finalidade apresentar o papel preponderante do setor secundário para o desenvolvimento de uma região, utilizando como exemplo a implantação do Distrito Industrial no município sergipano de Nossa Senhora do Socorro. Analisa o papel central que a indústria exerce no desenvolvimento econômico, como também a apresentação de alguns conceitos do que seria um Distrito Industrial. Foram levantados dados do município de Nossa Senhora do Socorro,

da Microrregião de Aracaju e do Estado de Sergipe para fins comparativos para melhor analisar o crescimento do município de Nossa Senhora do Socorro, através da coleta de dados do RAIS e do IPEADATA. Foi utilizada a abordagem quantitativa, que é caracterizada pela atuação nos níveis de realidade, apresentando como objetivos a identificação e apresentação de dados, indicadores e tendências observáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Distrito Industrial. Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional. Fatores Locacionais. Nossa Senhora do Socorro.

THE POLICY OF REGIONAL DEVELOPMENT AND THE ANALYSIS OF THE DYNAMICS OF THE INDUSTRIAL DISTRICT OF NOSSA ESPERANÇA DO SOCORRO/SERGIPE

ABSTRACT: This paper aims to present the preponderant role of the secondary sector for the development of a region, using as an example the implementation of the Industrial District in the Sergipe municipality of Nossa Senhora do Socorro. It analyzes the central role that industry plays in economic development, as well as the presentation of some concepts of what would be an Industrial District. Data were collected from the municipality of Nossa Senhora do Socorro, the Aracaju microregion and the state of Sergipe for comparative purposes to better analyze the growth of the municipality

of Nossa Senhora do Socorro, through the collection of data from RAIS and IPEADATA. The quantitative approach was used, which is characterized by acting at the reality levels, presenting as objectives the identification and presentation of observable data, indicators and trends.

KEYWORDS: Industrial District. Public Policies of Regional Development. Locational Factors. Nossa Senhora do Socorro.

1 INTRODUÇÃO

A discussão referente aos impactos causados pelo processo de Industrialização não é algo recente. Este processo iniciou efetivamente a partir da Primeira Revolução Industrial, no final do século XVIII, ocorrida na Inglaterra, momento no qual a indústria altera seus meios de produção e também causa grande impacto nas relações sociais. O setor industrial é capaz de causar efeitos histórico, geográfico, social e econômico em qualquer nação, conforme é abordado por diversos autores.

No Brasil, a partir da década de 1960, surgiram diversas políticas que foram de extrema importância para a dinâmica do processo de industrialização no país. A criação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional pelo Governo Federal descentralizou a economia nacional, movimentou e ampliou as atividades econômicas em regiões até então pouco exploradas diante do potencial que detinham. Uma das regiões beneficiadas por estas políticas de desenvolvimento foi o Nordeste. Diversos Estados desta região continham grandes fontes de matéria prima, sendo esta uma das principais vantagens para a implantação de indústrias nesta região. Em Sergipe não foi diferente: a presença de matérias-primas estratégicas minerais e a implantação de distritos industriais nos municípios de Aracaju, Estância e Propriá favoreceram sua dinâmica. Posteriormente, formou-se o Distrito Industrial de Socorro, que permitiu a implantação de novas indústrias no município de Nossa Senhora do Socorro.

A criação de um Distrito Industrial é usada como alternativa em municípios, Estados e países para a atração de novas empresas industriais. Ao fornecer toda a infraestrutura básica, além de incentivos financeiros e fiscais, as empresas se sentirão atraídas para sua implantação nestas localidades, ocasionando um incremento no setor secundário, influenciando diretamente na geração de empregos e no dinamismo de outros setores da economia.

O presente trabalho baseia-se na hipótese de que os principais fatores econômicos da inserção do Distrito Industrial de Socorro foram o crescimento de emprego e renda, aumento do número de empregos e estabelecimentos e maior desenvolvimento econômico. Desta forma, o objetivo geral deste trabalho é apresentar o papel preponderante do

setor secundário para o desenvolvimento de uma região. Para auxiliar nesta discussão, são elencados como objetivos específicos analisar a contribuição do setor industrial, no crescimento econômico; levantar dados dos tipos de empregos gerados a partir do incremento do setor industrial; e identificar as contribuições dos órgãos públicos para atração e desenvolvimento do setor industrial.

Os dados utilizados neste trabalho foram coletados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, do IPEADATA e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O trabalho está estruturado em cinco partes, a primeira a qual está presente esta introdução. Na parte segunda é discutido o papel central do setor industrial na dinâmica econômica. Na terceira parte o conceito e a estrutura dos Distritos Industriais são apresentados, para, na sequência, a quarta parte, se fazer a discussão dos dados e sua respectiva análise, com base no levantamento de dados da RAIS/IPEADATA/IBGE. A última parte cabe às considerações finais.

2 O PAPEL PREPONDERANTE/DINÂMICO DA INDÚSTRIA NA ECONOMIA

A indústria é considerada o setor que impulsiona o desenvolvimento econômico de um país. Historicamente, os países que apresentam melhores dados de crescimento econômico são aqueles que se destacam no setor industrial. Além disso, é reconhecido também como o principal motivador do crescimento urbano. Desde 1930, o setor industrial nos países mais desenvolvidos tem sido visto como a base econômica de uma área urbana (KON, 2004, p.64).

Anita Kon (2004, p.65) apresenta uma análise empírica comprovando que a indústria é o motor do crescimento de um país. Kon (2004, p.65) usa como exemplo autores que defendem a ideia que os empregos no setor de serviços não geram o mesmo grau de desenvolvimento que as indústrias. De acordo com estes autores, o setor industrial é responsável por mais de 90% dos gastos de pesquisa e desenvolvimento da economia, resultando na fonte de crescimento da produtividade, fator chave do desenvolvimento econômico. Ainda de acordo com Kon (2004), utilizando o exemplo norte-americano, cada emprego criado no setor industrial dos Estados Unidos gera três novos empregos na economia americana, ao contrário dos empregos do setor de serviços, que não apresenta este mesmo efeito multiplicador.

O setor industrial não se movimenta sozinho, é como uma engrenagem, que impulsiona o setor comercial, de prestação de serviços e também a agricultura e a pecuária, exercendo fortes efeitos sobre as demais atividades econômicas. É assim que

as oportunidades de emprego surgem para toda a população. O setor gera inovações tecnológicas, eleva a capacidade produtiva, criando emprego e renda e, entre outros benefícios, diminui a dependência pela exportação.

Podemos destacar aqui algumas vantagens do desenvolvimento do setor industrial (TOMIC, 2016): geração de empregos, melhora no padrão de vida da população, estabilidade econômica, estimula o progresso de outras indústrias, gera inovação tecnológica, promove especialização e a divisão do trabalho, diminui as desigualdades regionais e aumenta as exportações.

3 DISTRITOS INDUSTRIAIS

A definição de “Distrito Industrial” foi a princípio descrita por Marshall no século XIX para designar as “concentrações de pequenas e médias empresas localizadas nas cidades inglesas” (HISSA, 2003). Marshall descrevia que a presença de matérias-primas, as condições físicas e os meios de transportes eram os elementos centrais para originar dinâmicas empresariais localizadas. Por exemplo, a indústria de ferro procurou primeiro os distritos de carvão abundante, e depois situou-se na vizinhança das próprias minas. Em Staffordshire (Inglaterra) foi instalada uma fábrica de cerâmica em uma localidade onde havia carvão barato e excelente argila para fazer potes de cozer porcelana (MARSHALL, 1982).

Para Marshall, a concentração de pequenas e médias empresas em um território com variada mão-de-obra local e características culturais semelhantes pode substituir a produção em larga escala das grandes empresas. A proximidade geográfica e o elevado grau de inter-relacionamento eram fatores favoráveis para uma ampla produção, abastecendo não apenas o mercado interno, mas também o externo, fato que impulsionou o desenvolvimento socioeconômico da Inglaterra no século XIX (HISSA, 2003).

Segundo Araújo (1999), os distritos podem ser distinguidos em três tipos de indústrias. Primeiro, existem as indústrias destinadas à fase final de produção. Segundo, existem aquelas responsáveis por uma etapa intermediária da produção. Por exemplo, em um distrito automobilístico, existem indústrias responsáveis pela produção de cada peça: motor, amortecedor, câmbio, carroceria, etc. Vale ressaltar que estas indústrias não necessariamente têm menos habilidade, menos capital-intensivo e menos tecnologia. O último grupo de indústrias é constituído de fábricas diferentes, mas integradas entre si. Por exemplo, na indústria de carros existem as fábricas que produzem as maçanetas e que podem pertencer ao setor metalúrgico, assim como as indústrias que pertencem ao setor de serviços, bem como as que se encarregam do transporte. Apesar de estas indústrias pertencerem a diversos grupos industriais, todas elas trabalham para a indústria automobilística.

Anedi (1976 *apud* Spinola, 2001) conceitua Distrito Industrial como uma determinada área planejada previamente com ligação direta a um núcleo urbano e dotada de infraestrutura física e serviços necessários à indução de um processo de desenvolvimento industrial.

Markusen (1995, p.14-15), define Distrito Industrial como uma área espacialmente delimitada, com uma nova orientação de atividade econômica de exportação e especialização definida, seja ela relacionada à base de recursos naturais, ou a certos tipos de indústria ou serviços. Para Markusen (1995, p.14) alguns objetivos são importantes para considerar êxito após a formação de um Distrito Industrial, tais como: taxas de crescimento da região alcançando índices acima da média a índices anteriores; efeitos de oscilação da economia em curto ou médio prazo não interferindo na capacidade de produção local, evitando falências de empresas ou diminuição no número de empregados; disponibilidade de bons empregos e a distribuição justa de renda e de propriedade; participação dos trabalhadores nos processos decisórios das empresas; estímulos à participação pública em âmbito nacional.

As políticas de incentivos fiscais federais impulsionaram os Estados e municípios à criação de políticas locais e viabilidade para inserção de indústrias como alternativa de crescimento e desenvolvimento local. O próximo capítulo irá analisar como a atuação das políticas públicas impulsionou a atividade industrial no país, enfatizando a região Nordeste, e, em especial, o Estado de Sergipe.

O Governo Sergipano com a criação do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI) não conseguiu interiorizar a expansão industrial como o pretendido, pois a maioria das empresas se instalou em regiões que possuíam mais infraestrutura e facilidades para escoamento da produção. Também não alterou a estrutura produtiva industrial, que continuou voltada aos bens de consumo não-duráveis. (MATOS *et al*, 2012). Dessa forma, conclui-se que a participação do Estado de Sergipe na Guerra Fiscal, mesmo não atingindo todos os objetivos esperados, possibilitou a criação significativa de novos postos de trabalho e na geração de empregos.

Diante do que foi apresentado nota-se que uma série de fatores estimula o desenvolvimento do setor industrial, ele é o principal responsável pelo dinamismo da economia de uma região. Como já foi citado, o setor industrial não se movimenta sozinho, ele é capaz de impulsionar o setor comercial, de prestação de serviços e também a agricultura e a pecuária. É assim que as oportunidades de emprego surgem para toda a população. Quando se promove a criação de Distritos Industriais, é necessário incrementar políticas que permitam a sua permanência, a fim de que os níveis de crescimento sejam contínuos e beneficiem todos os setores da economia local.

Em síntese, através da criação de políticas de desenvolvimento regional por parte do Governo Federal iniciou um processo de descentralização na produção nacional, fato que beneficiou diversas regiões em todo o país inclusive o Nordeste. Conseqüentemente, houve um incremento na economia do Estado de Sergipe, associado principalmente a benefícios gerados pela SUDENE e pelo II PND. Com o fim destes programas de desenvolvimento regional deu-se início à guerra fiscal entre municípios e Estados, fato que impulsionou o Estado de Sergipe a criar o PSDI. Um dos objetivos do Programa era descentralizar a economia local. Mesmo com o incremento do setor industrial no interior de Sergipe, não deixou de haver uma concentração da economia industrial na Capital Aracaju e seu entorno.

Um dos principais municípios do Estado de Sergipe beneficiados pelas políticas locais de desenvolvimento foi Nossa Senhora do Socorro, situado vizinho à Capital Aracaju. A criação do Distrito Industrial de Socorro (DIS) em 1979 impulsionado por estas políticas atraiu novas indústrias para a região, fato que incrementou a economia do município, como será apresentado no próximo capítulo.

A presença de um Distrito Industrial no município de Nossa Senhora do Socorro foi um fator crucial em seu desenvolvimento. Como apresentado no primeiro capítulo, o setor industrial é indispensável no processo de desenvolvimento econômico de uma região, pois o setor gera emprego, melhora o padrão de vida da população, gera estabilidade econômica e principalmente exerce efeitos sobre as demais atividades econômicas. Ao longo dos anos após a implantação e o crescimento do Distrito Industrial de Socorro houve um incremento no setor de serviço no conjunto onde está localizado o distrito industrial, como a inserção de restaurantes, bancos, supermercados e posteriormente a implantação do Shopping Prêmio que vem cada vez mais dinamizando a economia da região.

Através da dinâmica industrial é possível criar um corredor de expansão para o florescimento de atividades de comércio e de serviços, além de servir para alimentar a especulação imobiliária com o loteamento de terrenos ao longo das vias urbanas (MATOS, 2009). Dessa forma, é possível associar o maior crescimento do município de Nossa Senhora do Socorro à presença de um Distrito Industrial. Ao compararmos indicadores econômicos em relação aos outros municípios da microrregião de Aracaju, com exceção da capital, nota-se a disparidade nestes índices.

Analisando a distribuição espacial das atividades econômicas do Estado de Sergipe podem-se destacar algumas microrregiões mais dinâmicas, que possuem maior peso na participação do PIB do Estado (Tabela 1).

Tabela 1 - Sergipe: Participação relativa do PIB nas Microrregiões do Estado: 2000-2010

MICRORREGIÕES	2000	2002	2004	2006	2008	2010
Sergipana do Sertão do São Francisco	4,1	16,6	13,3	10,0	9,3	9,2
Carira	1,9	1,4	1,7	2,1	2,4	2,8
Nossa Senhora das Dores	1,6	1,3	1,6	1,5	1,6	1,6
Agreste de Itabaiana	4,3	3,5	4,8	4,3	5,1	5,1
Tobias Barreto	2,7	2,0	2,5	2,4	2,9	2,9
Agreste de Lagarto	4,6	2,9	3,2	3,1	3,4	3,3
Propriá	3,0	2,7	3,0	3,0	2,9	2,8
Cotinguiba	3,8	2,9	3,4	3,6	3,6	2,6
Japarutuba	3,6	6,2	2,9	3,7	3,2	2,7
Baixo Cotinguiba	9,1	8,9	9,6	9,4	12,1	8,9
Aracaju	50,5	41,4	46,5	48,7	44,0	47,2
Boquim	1,9	1,9	2,2	2,3	3,6	3,7
Estância	8,9	8,3	6,0	5,8	7,4	6,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE *apud* MATOS et al (2017) até o ano de 2008 e o ano de 2010 em IBGE (2016).

A segunda microrregião mais importante do Estado é a Sergipana do Sertão do São Francisco. Seu peso no PIB estadual está diretamente relacionado à construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, localizado no município de Canindé do São Francisco. Com o início das operações em 2001, houve uma expansão da participação industrial devido a produção e distribuição de energia elétrica, conjuntamente ocorreu um incremento no setor de serviços (FEITOSA, 2014).

A maior parte das atividades extrativistas do Estado de Sergipe está concentrada na microrregião do Baixo Cotinguiba, que corresponde também a 20% das atividades industriais do Estado. Destacam-se os municípios de Laranjeiras, pela grande produção de cimento (o município é rico em calcário), Carmópolis, pela tradicional área de extração de petróleo e gás natural, e Rosário do Catete, pela extração de potássio e produção de fertilizantes. Existe também na região a produção de açúcar. (FEITOSA, 2014)

Outra microrregião que apresenta considerável destaque é a de Estância, que concentra a segunda maior diversificação industrial de Sergipe, possuindo importantes empresas nos segmentos alimentícios, têxtil, químicas e metalúrgicas, a exemplo da Maratá localizada no município de Itaporanga D'Ajuda, e a Ambev situada no município de Estância. A microrregião possui a quarta maior produção industrial do Estado (9,3%), a terceira maior produção agropecuária (10,2%) e a quarta maior produção de serviços (5,1%). É importante salientar que o incremento da indústria de transformação nesta região teve grande influência do PSDI (FEITOSA, 2014).

Podem-se citar também dois municípios que apresentam considerável destaque na participação do PIB estadual: Itabaiana, que possui importante papel no setor de comércio e serviços, e Lagarto, com grande presença na agricultura, especialmente no cultivo de cítricos e fumo.

Um dos objetivos do PSDI era a interiorização dos investimentos para assim desenvolver os municípios mais afastados da capital. Com isso, notou-se uma certa distribuição da participação do PIB em alguns municípios. Porém, ainda existe uma concentração das atividades produtivas nas regiões mais dinâmicas do Estado. Pode-se citar alguns municípios que apresentam destaque na participação do PIB estadual, como segue na Tabela 2.

Ao analisar o PIB destes municípios faz-se importante observar a concentração econômica que poucos municípios exercem no âmbito estadual. Somando o Produto Interno Bruto dos municípios apresentados na tabela acima, verifica-se que estes concentram 71,0% do PIB de Sergipe, restando apenas 29,0% para os demais 64 municípios que compõem o Estado.

Como já foi mencionado, as décadas de 1960 e 1970 no Brasil foram marcadas pelo maciço investimento público no processo de industrialização. Entre os anos 1970 e 1980 existiu no Estado uma série de investimentos industriais de empresas públicas e privadas que alavancaram o crescimento de Sergipe e revolucionou as atividades urbanas. A partir de meados dos anos 1980, notou-se um maior dinamismo do setor de serviços, este período foi marcado pelo abandono das políticas públicas regionais iniciadas na década de 1960 (MELO, 2012).

Cabe aqui destacar o peso dos investimentos do setor público na indústria sergipana. Em 1985, a indústria extrativa mineral e a de transformação representavam 58,7% do PIB do Estado, sendo que a extrativa mineral representava 22% do total (MELO, 2012).

Tabela 2- Participação relativa dos municípios (%) no PIB Sergipano: 1980-2010

	1980	1985	1996	2000	2005	2010
Aracaju	50,76	44,83	58,82	43,34	38,71	36,57
Barra dos Coqueiros	0,31	0,23	0,44	1,09	1,35	1,03
Canindé do São Francisco	0,11	0,25	1,94	1,19	7,59	5,54
Carmópolis	0,23	0,29	0,61	0,58	1,55	1,67
Estância	4,48	8,76	1,93	7,52	4,65	4,30
Itabaiana	3,46	2,44	2,03	3,37	3,15	3,44
Itaporanga d'Ajuda	0,63	0,81	1,94	1,12	1,68	1,87
Lagarto	4,46	3,15	2,93	3,81	3,00	2,92
Laranjeiras	2,56	10,73	1,06	3,38	4,44	4,01
Nossa Senhora do Socorro	1,29	1,61	6,43	5,73	5,44	7,54
São Cristóvão	1,43	1,18	1,35	2,13	2,05	2,10

Fonte: IPEADATA (2017), Elaboração própria.

O crescimento econômico de Aracaju, principalmente no setor industrial ocasionou uma atração da população dos interiores do Estado para a capital, como também pessoas dos Estados vizinhos. Segundo Ribeiro (1989), em 1970 o contingente populacional de Aracaju oriundo de migração de outros municípios e Estados foi de 66.930 pessoas o equivalente a 36,4% da população total do município. Esse fluxo migratório também contribuiu para que houvesse uma queda significativa da parcela da população rural no Estado. Em 1980, 54,2% da população residiam em áreas urbanas no Estado de Sergipe (FEITOSA, 2014).

Por sua vez grande parte dessa população imigrante não tinha condições financeiras para garantir sua habitação na capital, devido ao alto preço dos terrenos, alugueis e imóveis. Uma das soluções encontradas pela política pública foi a construção de conjuntos habitacionais em áreas mais distantes da capital, regiões estas, desprovidas de infraestrutura básica, tais como água, luz, telefone, saneamento, transporte, educação e saúde, a exemplo do conjunto Eduardo Gomes em São Cristóvão e do conjunto João Alves e seus entornos em Nossa Senhora do Socorro. Assim, foram criados vazios urbanos na esperança de valorização oriunda de investimentos em infraestrutura urbana que o governo tinha que proporcionar para criar melhores condições de vida para aquela população. (MATOS, 2009)

Dessa forma Machado (1990 *apud* FEITOSA, 2014) apresenta que:

A população migrante, por não conseguir se enquadrar no espaço urbano da capital, dado o alto preço dos imóveis, alugueis e terrenos, foi “expulsa” para a periferia da cidade, fixando residência nos municípios limítrofes e/ou nos conjuntos habitacionais próximos, em áreas que, pela distância e carência de equipamentos e serviços urbanos, tiveram valorização relativamente menor e, portanto, onde o custo monetário da habitação era mais baixo.

Com isso observou-se que as cidades vizinhas à Capital (Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão) cresceram mais que Aracaju. O município de Barra dos Coqueiros mais que dobra sua população (de 7,9 mil pessoas para 17,8 mil) entre os anos de 1980 e 2000, Nossa Senhora do Socorro, no mesmo período, aumentou sua população de forma elástica (de 13,7 mil para 131,3 mil habitantes) e São Cristóvão quase que triplicou sua população no mesmo período (passou de 24,1 mil para 64,6 mil pessoas) (MATOS, 2009).

Desta forma fica claro que o município de Nossa Senhora do Socorro foi o que apresentou maior crescimento populacional, impulsionado, principalmente pelo “inchaço urbano” que ocorria em Aracaju devido ao fluxo migratório. Nota-se então, que o município de Nossa Senhora do Socorro se beneficiou pela proximidade de Aracaju. Desde 1980, o município foi utilizado para a construção de uma série de conjuntos habitacionais. Desta forma, surgia cada vez mais uma necessidade por parte dos governantes de organizar a ocupação

da região, fato que contribui para o crescimento urbano e populacional e o desenvolvimento do município. Por isso que Nossa Senhora do Socorro é considerada um apêndice de Aracaju.

Por algumas décadas Nossa Senhora do Socorro foi conhecida como “cidade-dormitório”, pois servia apenas de moradia para a os trabalhadores de Aracaju, devido ao menor custo de habitação.

Em síntese, como processo de urbanização e a migração das pessoas do interior para a capital, fato comum em todo território nacional, houve um inchaço urbano e a necessidade de escoamento da população às proximidades da Capital. Surgia então a necessidade de investimento imobiliário e de infraestrutura nos entornos da capital, com a criação dos conjuntos habitacionais em Nossa Senhora do Socorro (João Alves, Fernando Collor, Marcos Freire I, II e III), conhecido atualmente como complexo Taiçoca. Notou-se então a possibilidade de implantação do Distrito Industrial no município, e assim se fez. Em 1979 foi criado o Distrito Industrial de Socorro (D.I.S.), já que o Distrito Industrial de Aracaju (DIA) já estava com a área bastante ocupada e sofria pressões urbanas do crescimento de Aracaju.

O crescimento do Distrito Industrial de Socorro ocorreu devido às políticas públicas implantadas em Sergipe, fato que impulsionou o setor industrial no município, como explanado no tópico seguinte.

O processo de industrialização de Sergipe esteve ligado às políticas de desenvolvimento implantadas em todo território nacional, principalmente devido aos investimentos privados apoiados pela SUDENE como também pelos investimentos estatais ligados ao II PND.

O Estado de Sergipe se caracteriza pela alta participação do setor industrial no Nordeste e engloba os diversos subsetores. Sua participação abrange a indústria extrativa mineral, a indústria e transformação, os serviços industriais de energia, gás e água, e a construção civil na geração do Valor Adicionado Bruto (MELO, 2012).

Em relação à participação sergipana no setor industrial, Melo (2012, p.169), apresenta que:

O peso do setor industrial na economia sergipana é o mais elevado no Nordeste, situando-se cinco pontos percentuais em relação ao da Bahia, o segundo Estado da região nesse quesito, e oito pontos percentuais em relação ao Rio Grande do Norte, o terceiro lugar.

Como já foi mencionada a década de 1990 foi marcada pelo esgotamento das políticas públicas de desenvolvimento nacional, fato que ocasionou na disputa entre Estados e municípios na busca do dinamismo a economia local, a chamada “guerra fiscal”.

Na inserção de Sergipe na guerra fiscal, o governo do Estado criou o PSDI com o objetivo de alavancar o desenvolvimento industrial, elevar os níveis de emprego e renda,

como também descentralizar as atividades industriais. Nossa Senhora do Socorro foi um dos municípios beneficiados por esse processo de descentralização, como apresenta Matos (2009):

Devido à ausência de uma política de desenvolvimento nacional, o recrudescimento da “guerra fiscal”, o acirramento pelo espaço urbano e a maior conscientização sobre o meio ambiente, Aracaju começou a se preocupar com a possível presença de deseconomias de aglomeração em seu espaço territorial, pois agora deixará de ser destino locacional para novas unidades fabris ou mesmo para algumas já existentes que fecharam as portas ou se deslocaram para áreas em municípios vizinhos, principalmente para o Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro (MATOS, 2009, p. 106).

Dessa forma, as novas indústrias que surgiam em Sergipe recebiam o incentivo de se implantar no interior, mesmo que nos municípios dos arredores da Capital, fato que levou a uma considerável diminuição do PIB Industrial da capital, Aracaju e um crescimento do PIB Industrial de Socorro, como mostra a Tabela 3.

O incremento da participação do setor secundário no PIB estadual a partir de 1997 está diretamente ligada à instalação de novos empreendimentos incentivados pelo PSDI (MELO, 2012).

Tabela 3 - Participação relativa da Microrregião de Aracaju no PIB Industrial em relação a Sergipe: 2000-2010

	2000	2002	2004	2006	2008	2010
Aracaju	43,34	39,34	37,14	38,71	34,57	36,56
Barra dos Coqueiros	1,09	1,13	1,13	1,42	1,05	1,03
Nossa Senhora do Socorro	5,73	5,61	5,22	5,55	6,59	7,54
São Cristóvão	2,13	2,02	2,06	2,09	2,08	2,09
Microrregião de Aracaju	52,29	58,11	45,56	46,31	44,30	47,23
Sergipe	100,00	100,00	100,00	100,00	100,0	100,0

Fonte: IPEADATA (2017), Elaboração própria.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A coleta de dados se concentrará na Microrregião de Aracaju. Foram coletados dados da Relação Anual de Informações (RAIS) de emprego e estabelecimento de novas empresas entre os anos de 1985 a 2015 com intervalo temporal de 5 anos, para então realizar um trabalho comparativo em relação aos municípios que compõem a microrregião de Aracaju e o Estado de Sergipe.

Em relação à geração de empregos na economia sergipana, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estimou a criação de 2.966 empregos formais no setor industrial para 2010, incluindo extrativa mineral e a indústria de transformação. Os resultados na geração de empregos foram superados. Entre julho de 2009 e junho de

2010 foram criados 4.282 empregos formais na indústria de transformação e 250 novas vagas na indústria extrativa mineral, mostrando assim a importância do setor industrial na geração de empregos para o Estado de Sergipe (MELO, 2012).

O objetivo principal é analisar se é possível associar o crescimento de Nossa Senhora do Socorro ao incremento do setor industrial no município a partir da criação do Distrito Industrial de Socorro (DIS) em 1979, que foi impulsionada pelas políticas públicas locais e que se expande até os dias atuais. Assim, foram relacionadas informações referentes à geração de emprego nos diversos setores da economia, em cada um dos quatro municípios da microrregião, a fim de fazer uma análise comparativa.

Os Quadros 1 ao 7 trazem a participação (%) e a estrutura (%) do emprego por macro setor, entre os anos de 1985 e 2015, dos municípios que compõem a microrregião de Aracaju e o total do Estado de Sergipe.

Os dados disponíveis na RAIS do ano de 1985, como apresentado no Quadro 1 mostra maciça concentração de emprego na capital, Aracaju, não somente quando comparado aos demais municípios que compõem a microrregião de Aracaju, mas também quando comparado ao total do Estado. Em 1985, Aracaju possuía 73,8% do total da população devidamente empregada no Estado, enquanto isso, os demais municípios que compunham essa microrregião apresentavam as seguintes taxas: Barra dos Coqueiros 0,1%, Nossa Senhora do Socorro 1,7% e São Cristóvão 1,9%, totalizando para a microrregião a participação de 77,6% do total de emprego formal no Estado.

QUADRO 1 - Sergipe e Microrregião de Aracaju – Participação (%) do emprego por macro setor em relação a Sergipe: 1985

ATIVIDADE	ARACAJU		BARRA DOS COQUEIROS		NOSSA SENHORA DO SOCORRO		SÃO CRISTÓVÃO		TOTAL DA MICRORREGIÃO		SERGIPE TOTAL
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	
Primário	592	37,4	0	0,0	14	0,9	78	4,9	684	43,2	1.585
Indústria Extrativa	110	29,8	0	0,0	28	7,6	47	12,7	185	50,14	369
Indústria de Transformação	12.521	56,5	0	0,0	310	1,4	43	0,2	12.874	58,1	22.159
Serv. Industriais de Utilidade Pública	2.068	78,5	4	0,2	36	1,4	16	0,6	2.124	80,6	2.634
Construção Civil	9.569	82,8	1	0,0	363	3,1	10	0,1	9.943	86,1	11.552
Secundário	24.268	66,1	5	0,0	737	2,0	116	0,3	25.126	68,4	36.714
Terciário	78.088	77,0	133	0,1	1.623	1,6	2.512	2,5	82.356	81,2	101.429
{não classificados}	533	68,7	0	0,0	44	5,7	0	0,0	577	74,4	776
TOTAL	103.481	73,8	138	0,1	2.418	1,7	2.706	1,9	108.743	77,6	140.135

Fonte: RAIS, Elaboração Própria.

Ao fazer um comparativo entre os Quadros 2 e 3 pode-se observar que houve uma queda na geração de emprego em todos os municípios da microrregião, como também no Estado de Sergipe, exceto no município de Nossa Senhora do Socorro. Aracaju declinou de 74,7% para 68,8%, Barra dos Coqueiros de 0,6% para 0,4%, São Cristóvão de 1,7% para 1,5%, enquanto Nossa Senhora do Socorro elevou seu percentual na estrutura de emprego de 2,0% para 4,2%, apresentando assim uma tendência contrária aos demais municípios que foram observados.

Quando comparado o total de emprego do Quadro 1, referente ao ano de 1985 com o total do Quadro 4, equivalente ao ano 2000, calcula-se um crescimento do emprego na Barra dos Coqueiros de 912%, crescimento este voltado exclusivamente ao setor de serviços e à indústria de material de transporte, pois até os anos 2000 nenhum outro subsetor da indústria de transformação apresentava índices na geração de emprego. Aracaju neste mesmo período apresentou acréscimo de 25,88% na geração de novos empregos. São Cristóvão subiu 34,73% atrelado ao incremento de alguns subsetores industriais. Já Nossa Senhora do Socorro apresentou acréscimo de 263% na geração de empregos, sendo importante salientar que houve aumento no número de empregos na grande maioria dos subsetores da economia, com exceção apenas da indústria mecânica e da indústria de material de transporte.

QUADRO 2 - Sergipe e Microrregião de Aracaju – Participação (%) do emprego por macro setor em relação a Sergipe: 1990

ATIVIDADE	ARACAJU		BARRA DOS COQUEIROS		NOSSA SENHORA DO SOCORRO		SÃO CRISTÓVÃO		TOTAL DA MICROREGIÃO		SERGIPE
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	TOTAL
Primário	491	28,3	0	0,0	9	0,5	197	11,4	697	40,2	1734
Indústria Extrativa	65	5,3	0	0,0	1	0,1	18	1,5	84	6,8	1235
Indústria de Transformação	15157	61,2	91	0,4	841	3,4	101	0,4	16190	65,4	24757
Serv. Industriais de Utilidade Pública	2.915	87,2	0	0,0	47	1,4	17	0,5	2.979	89,1	3.342
Construção Civil	8.105	63,5	741	5,8	347	2,7	8	0,1	9.201	72,1	12.763
Secundário	26242	62,3	832	2,0	1236	2,9	144	0,3	28.454	67,6	42.097
Terciário	103.566	78,9	279	0,2	2.069	1,6	2.649	2,0	108.563	82,7	131.225
{não classificados}	5.965	79,8	6	0,1	409	5,5	42	0,6	6.422	85,9	7.476
TOTAL	136.264	74,7	1.117	0,6	3.723	2,0	3.032	1,7	144.136	79,0	182.532

Fonte: RAIS, Elaboração Própria.

Entre os anos de 2000 e 2010, como apresentados nos Quadros 4 a 6 respectivamente, podemos observar que em todos os municípios da microrregião o total

de empregos gerados quase dobrou. Em Aracaju passou de 130.268 para 208.667, na Barra dos Coqueiros subiu de 1.397 para 2.727, em Nossa Senhora do Socorro de 8.782 para 15.204 e em São Cristóvão de 6.072 para 11.792.

Uma questão importante a ser observada é que a implantação das políticas públicas que tinham como um dos objetivos a desconcentração da produção não alcançou totalmente o êxito esperado. Mesmo com a diminuição da taxa de concentração de emprego na Microrregião Aracaju, o percentual ainda é considerado alto, sendo de 64% em 2015. As taxas entre os anos de 1985 e 2015 passaram respectivamente, de 73,8% para 54,1% em Aracaju, de 0,1% para 0,9% na Barra dos Coqueiros, de 1,7% para 5,4% em Nossa Senhora do Socorro e de 1,9% para 3,6% em São Cristóvão.

Ao direcionar esta análise para a estrutura, em números absolutos e em porcentagem, de emprego por macro setor em relação a Sergipe, foi necessário realizar uma subdivisão do setor industrial, por ser o setor de maior interesse nesta pesquisa, a fim de efetuar uma discussão mais precisa dos dados. Ao analisar os quadros de forma sequencial, nota-se que o setor industrial dos municípios de Barra dos Coqueiros e São Cristóvão não apresentam grande participação. Assim, torna-se mais claro a importância da análise dos dados dos municípios de Aracaju e Nossa Senhora do Socorro, que possuem distritos industriais em seus territórios.

QUADRO 3- Sergipe e Microrregião de Aracaju – Participação (%) do emprego por macro setor em relação a Sergipe: 1995

ATIVIDADE	ARACAJU		BARRA DOS COQUEIROS		NOSSA SENHORA DO SOCORRO		SÃO CRISTÓVÃO		TOTAL DA MICROREGIÃO		SERGIPE TOTAL
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	
Primário	1.835	31,9	7	0,1	8	0,1	292	5,1	2.142	37,2	5.760
Indústria Extrativa	197	21,3	0	0,0	23	2,5	0	0,0	220	23,8	923
Indústria de Transformação	8.197	44,3	315	1,7	1617	8,7	95	0,5	10.224	55,2	18.512
Serv. Industriais de Utilidade Pública	3.062	78,5	0	0,0	48	1,2	19	0,5	3.129	80,2	3.903
Construção Civil	6.983	79,5	3	0,0	113	1,3	21	0,2	7.120	81,1	8.779
Secundário	18.439	57,4	318	1,0	1.801	5,6	135	0,4	20.693	64,4	32.117
Terciário	101.469	41,1	364	0,1	5.519	2,2	2.173	0,9	109.525	44,3	247.078
{não classificados}	1.184	38,0	5	0,2	162	5,2	73	2,3	1.424	45,7	3.118
TOTAL	122.927	42,7	694	0,2	7.490	2,6	2.673	0,9	133.784	46,4	288.073

Fonte: RAIS, Elaboração Própria.

Em 1985 a participação industrial do município de Nossa Senhora do Socorro ainda era pouco representativa, sendo apenas de 2,0% em relação do Estado. Em 1995, este percentual subiu para 5,6%, tendo como maior peso nesta participação a Indústria de Transformação, que possuiu crescimento no número de empregos de 310 em 1985 para 1617 em 1995.

Entre os anos de 2000 e 2005 a participação do setor secundário do município de Nossa Senhora do Socorro subiu de 4,9% para 8,4%. O total de empregados na Construção Civil subiu de 443 (4,0%) para 1.713 (12,7%) e na Indústria de Transformação de 1.280 (5,7%) para 2.244 (7,4%) do total do Estado. No ano de 2010 o total de empregos na indústria de transformação era de 3.850, já em 2015 este subiu para 6.897, enquanto em Aracaju declinou de 11.438 em 2010 para 10.075 em 2015, ou seja, o município de Nossa Senhora do Socorro representou 14,3% do total do Estado, enquanto Aracaju declinou sua participação que era de 56,5% em 1985 e passou para 20,9% em 2015. Comparando aos anos de 2015 com 2010, Nossa Senhora do Socorro foi o município que apresentou maior taxa de crescimento na geração de emprego.

QUADRO 4 - Sergipe e Microrregião de Aracaju – Participação (%) do emprego por macro setor em relação a Sergipe: 2000

ATIVIDADE	ARACAJU		BARRA DOS COQUEIROS		NOSSA SENHORA DO SOCORRO		SÃO CRISTOVÃO		TOTAL DA MICROREGIÃO		SERGIPE TOTAL
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	
Primário	1.664	22,6	20	0,3	48	0,7	508	6,9	2.240	30,4	7.373
Indústria Extrativa	563	43,7	0	0,0	89	6,9	0	0,0	652	50,7	1287
Indústria de Transformação	8.506	38,1	197	0,9	1280	5,7	254	1,1	10.237	45,9	22.323
Serv. Industriais de Utilidade Pública	1.989	65,8	10	0,3	49	1,6	31	1,0	2.079	68,8	3.024
Construção Civil	9.056	82,1	30	0,3	443	4,0	345	3,1	9.874	89,5	11.031
Secundário	20114	53,4	237	0,6	1861	4,9	630	1,7	22.842	60,6	37.665
Terciário	108.490	67,4	1140	0,7	6.873	4,3	4.934	3,1	121.437	75,4	161.016
TOTAL	130.268	63,2	1.397	0,7	8.782	4,3	6.072	2,9	146.519	71,1	206.054

Fonte: RAIS, Elaboração Própria.

QUADRO 5 - Sergipe e Microrregião de Aracaju – Participação (%) do emprego por macro setor em relação a Sergipe: 2005

ATIVIDADE	ARACAJU		BARRA DOS COQUEIROS		NOSSA SENHORA DO SOCORRO		SÃO CRISTOVÃO		TOTAL DA MICROREGIÃO		SERGIPE
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	
Primário	899	11,9	10	0,1	73	1,0	687	9,1	1.669	22,1	7.568
Indústria Extrativa	839	40,8	0	0,0	269	13,1	6	0,3	1.114	54,2	2.054
Indústria de Transformação	10.196	32,6	349	1,1	2244	7,2	2025	6,5	14.814	47,4	31.273
Serv. Industriais de Utilidade Pública	3.574	75,9	0	0,0	101	2,1	32	0,7	3.707	78,8	4.706
Construção Civil	8.670	64,3	27	0,2	1.713	12,7	800	5,9	11.210	83,1	13.484
Secundário	23.279	45,2	376	0,7	4.327	8,4	2.863	5,6	30.845	59,9	51.517
Terciário	139.012	63,6	1.598	0,7	6.319	2,9	5.820	2,7	152.749	69,8	218.703
TOTAL	163.190	58,7	1.984	0,7	10.719	3,9	9.370	3,4	185.263	66,7	277.788

Fonte: RAIS, Elaboração Própria.

Em 2015, foi observado que os setores de minerais não metálicos, elétrico e comunicação e têxtil gerava maior quantidade de emprego em Nossa Senhora do Socorro, quando comparado aos demais municípios que compõem a microrregião. De acordo com Melo (2012), dentre os setores citados acima, o setor de minerais não metálicos apresenta significativa projeção a nível estadual, juntamente com a fabricação de alimentos e bebidas, máquinas e equipamentos e indústria química, que geraram mais empregos entre os anos de 1996 a 2007.

QUADRO 6 - Sergipe e Microrregião de Aracaju – Participação (%) do emprego por macro setor em relação a Sergipe: 2010

ATIVIDADE	ARACAJU		BARRA DOS COQUEIROS		NOSSA SENHORA DO SOCORRO		SÃO CRISTOVÃO		TOTAL DA MICROREGIÃO		SERGIPE
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	
Primário	1700	12,4	66	0,5	175	1,3	1166	8,5	3107	22,6	13.730
Indústria Extrativa	1.154	25,1	0	0,0	342	7,4	23	0,5	1.519	33,0	4.600
Indústria de Transformação	11438	27,6	268	0,6	3850	9,3	912	2,2	16.468	39,7	41.477
Serv. Industriais de Utilidade Pública	4.798	78,7	0	0,0	76	1,2	27	0,4	4.901	80,4	6.095
Construção Civil	19.811	69,0	161	0,6	1.159	4,0	2.277	7,9	23.408	81,5	28.713
Secundário	37.201	46,0	429	0,5	5.427	6,7	3.239	4,0	46.296	57,2	80.885
Terciário	169.766	61,7	2232	0,8	9.602	3,5	7.392	2,7	188.992	68,7	274.964
TOTAL	208.667	56,5	2.727	0,7	15.204	4,1	11.797	3,2	238.395	64,5	369.579

Fonte: RAIS, Elaboração Própria.

Nota-se então a importância do setor industrial na geração de emprego no município de Nossa Senhora do Socorro. Em números absolutos e em porcentagem, do emprego por macro setor, observa-se que o setor industrial em Nossa Senhora do Socorro é o que tem maior peso quando comparado à Capital Aracaju e ao Estado como um todo. Em 1985, o setor secundário era responsável por empregar o total de 23,5% dos trabalhadores de Aracaju; na Barra dos Coqueiros 3,6%; em São Cristóvão 4,3%; e em Sergipe 26,2%. Já Nossa Senhora do Socorro empregou 30,5% dos trabalhadores no setor secundário em 1985, fato que se repete nos anos de 2000, 2010 e 2015.

Ao tratar os dados colhidos em relação aos estabelecimentos implantados na microrregião de Aracaju, os dados da RAIS referentes ao ano de 1985 destacam a concentração na capital Aracaju, que neste período tinha 58,9% do total de estabelecimentos do Estado de Sergipe, enquanto a Barra dos Coqueiros apresentava o total de 0,3%, Nossa Senhora do Socorro 1,3% e São Cristóvão 1,2%.

QUADRO 7 - Sergipe e Microrregião de Aracaju – Participação (%) do emprego por macro setor em relação a Sergipe: 2015

ATIVIDADE	ARACAJU		BARRA DOS COQUEIROS		NOSSA SENHORA DO SOCORRO		SÃO CRISTÓVÃO		TOTAL DA MICROREGIÃO		SERGIPE
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	
Primário	447	4,1	48	0,4	55	0,5	727	6,6	1.277	11,6	10.982
Indústria Extrativa	1.014	23,6	0	0,0	180	4,2	8	0,2	1.202	28,0	4296
Indústria de Transformação	10.075	20,9	137	0,3	6.897	14,3	1.406	2,9	18.515	38,4	48.173
Serv. Industriais de Utilidade Pública	4.057	66,8	2	0,0	320	5,3	15	0,2	4.394	72,3	6.076
Construção Civil	18.277	74,0	132	0,5	538	2,2	1.435	5,8	20.382	82,5	24.703
Secundário	33.423	40,1	271	0,3	7.935	9,5	2.864	3,4	44.493	53,4	83.248
Terciário	185.194	59,6	3.202	1,0	13.939	4,5	10.949	3,5	213.284	68,6	310.738
TOTAL	219.064	54,1	3.521	0,9	21.929	5,4	14.540	3,6	259.054	64,0	404.968

Fonte: RAIS, Elaboração Própria.

A criação de novos estabelecimentos tornou-se ainda mais significativa após a criação do PSDI que teve grande influência na ampliação do setor industrial no Estado de Sergipe, principalmente nos municípios que tinham em seu território a presença de um Distrito Industrial, como era o caso de Aracaju e Nossa Senhora do Socorro. Entre os anos 1990 e 2000 a quantidade de estabelecimentos na indústria de transformação mais que dobrou em Nossa Senhora do Socorro, passando de 29 para 71.

Em 2015 nota-se que esses números ainda são crescentes, em 2015 o município de Nossa Senhora detinha um total de 279 estabelecimentos no setor secundário, sendo que 183 delas pertencem à Indústria de Transformação. A participação do setor industrial no município de Nossa Senhora do Socorro subiu de 2,2% em 1985 para 7,2% em 2015, já Aracaju passou de 58,8% para 44,3%. Não se pode negar que ainda há uma concentração na capital sergipana, porém é notório que a criação do Distrito Industrial de Socorro foi de fundamental importância para o desenvolvimento do município. De acordo com os dados colhidos nota-se que assim como houve crescimento do setor industrial observa-se também a geração de empregos e criação de diversos estabelecimentos no setor de serviços.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se debruçar no objeto de estudo deste trabalho, que é analisar os índices de crescimento do município de Nossa Senhora do Socorro, a geração de emprego e renda e a implantação de novos estabelecimentos a partir da década de 1980, foi possível observar um considerado incremento em diversos setores da economia no município, a partir da implantação do Distrito Industrial.

Visto na prática, é historicamente comprovado que regiões que possuem maior dinamismo no setor industrial apresentam melhores índices de crescimento econômico, como também tem a capacidade de movimentar todo o meio urbano. Diante dos diversos fatores considerados importantes para a escolha da localização industrial, tema abordado por diversos autores, um deles é a presença de um Distrito Industrial. Os empresários vão priorizar a instalação da sua empresa em Distrito Industrial, pois se espera que a região tenha disponíveis itens básicos para sua implantação. Esse foi um dos fatores que permitiu a atração de novas indústrias para o município de Nossa Senhora do Socorro.

A partir de 1960 com a criação dos Programas Nacionais de Desenvolvimento, iniciou no país um processo de descentralização na produção nacional. Antes disso havia uma concentração produtiva na região Sudeste do país, principalmente em São Paulo. O planejamento de programas de desenvolvimento regionais por meio da análise da GTDN foi de fundamental importância para a descentralização da economia no Brasil, fato que permitiu a integração, principalmente das regiões Norte e Nordeste na Economia Nacional. A partir dos benefícios gerados pela SUDENE e pelo II PND foi alavancada a economia da Região Nordeste, a qual deixou de ser uma mera fornecedora de matéria prima para comportar grandes centros industriais.

Com o esgotamento das políticas de desenvolvimento por parte do Governo Federal, surgiu a necessidade dos Estados e municípios de criar alguma alternativa para a atração de novas empresas para os seus territórios. Assim, o governo de Sergipe criou, em 1991, o PSDI o qual concedia incentivos financeiros e fiscais. O programa foi considerado o principal contribuinte na atração de novas empresas para Sergipe na década de 1990 até os dias atuais.

A discussão referente ao papel do Estado na economia é abordada por diversos autores. Hirschman, por exemplo, afirma que é responsabilidade do governo munir a região de infraestrutura e elaborar projetos para o desenvolvimento industrial da região, Myrdal apresenta que através da intervenção do Estado é possível sanar as desigualdades regionais. Nesta pesquisa ficou notória a importância da participação do Estado na integralização da economia do Nordeste em âmbito nacional como também no incremento da economia sergipana.

Dessa forma, pode-se concluir que as diversas políticas de desenvolvimento, que influenciaram a criação do Distrito Industrial de Socorro, foram de fundamental importância para o crescimento do município. Pois, a partir da implantação de novas indústrias, surgia a possibilidade de aumento nos índices econômicos, por exemplo, através da necessidade do incremento do setor de serviços, efeito este normalmente causado pelo crescimento do setor industrial, já que a indústria é um dos principais agentes de transformação, uma vez que, quando uma região é industrializada a tendência é aumentar o número da população, causando assim a maior procura pelas atividades comerciais e de serviços, levando à implantação de novos estabelecimentos e disponibilidade de emprego para a população. Assim, o setor industrial do município de Nossa Senhora do Socorro, através da implantação do Distrito Industrial de Socorro, influenciado por políticas governamentais, exerceu papel preponderante no crescimento deste município.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. R. **Soluções de Desenvolvimento Regional, Cluster, Distrito Industrial e Milieu Innovateur**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal do Ceará, 1999.

FEITOSA, C. O. A distribuição espacial das atividades econômicas de Sergipe. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. Vitória da Conquista, n.17, p.187-206, 2014.

HISSA, H. B. **Distritos Industriais (ou clusters) como Estratégia de Desenvolvimento Econômico Local para o Brasil**. Disponível em: <<http://www.economiabr.net/colunas/hissa/clusters.html>>. Acesso em: 14 out. 2017.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Regionais do Brasil (vários números)**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em Novembro 2017.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ipeadata**: disponível em <www.ipeadata.gov.br>. Acessado em Setembro 2017.

KON, A. **Economia de Serviços**: Teoria e evolução no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MARKUNSEN, A. Áreas de Atração de Investimentos em um Espaço Econômico Cambiante: Uma tipologia de distritos industriais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 9-45, dez. 1995.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**: Tratado introdutório. São Paulo: Abril, 1982. Volume 1.

MATOS, E. N. **A dinâmica urbana e a inserção na economia regional**: O caso de Aracaju (1970-2005). Tese de Doutorado. Campinas, 2009.

MATOS, E. N.; SANTOS, W.; SILVA, E. C. dos S. Impasses do Desenvolvimento Estadual: Guerra Fiscal em Sergipe e seus desdobramentos econômicos. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2124&title=Impasses+do+desenvolvimento+estadual>>. Acessado em Agosto 2017.

MELO, R. O. L. de **Economia Sergipana Contemporânea (1970/2010)**. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

NOSSA SENHORA DO SOCORRO. **A Cidade**. Disponível em: <<http://www.socorro.se.gov.br/cidade.html>>. Acessado em Setembro 2017.

SPINOLA, N. D. A Implantação de Distritos Industriais como Política de Fomento ao Desenvolvimento Regional: o caso da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n.4, ano 3, jul. 2001.

TOMIC, G. **Importância do setor Industrial no Desenvolvimento Econômico de um País**. Disponível em: <<http://textileindustry.ning.com/forum/topics/import-ncia-do-setor-industrial-no-desenvolvimento-econ-mico>> Acessado em Outubro 2017.

CAPÍTULO 10

MAR DEL PLATA: TRANSFORMACIONES EN SU GEOGRAFÍA URBANA A INICIOS DEL SIGLO XXI: PLANIFICACIÓN ESTRATÉGICA, SEGURIDAD Y ESPACIO PÚBLICO

Data de submissão: 29/03/2021

Data de aceite: 19/05/2021

Profesor Alberto Roque Villavicencio

Grupo de Estudios de Ordenación Territorial
Facultad de Humanidades, Depto. Geografía
Universidad Nacional de Mar del Plata
Provincia de Buenos Aires, Argentina
arvillamdp@gmail.com

RESUMEN: El trabajo que se presenta busca aportar una visión crítica acerca del proceso de transformación de la ciudad de Mar del Plata, Argentina, a partir del análisis de tres temas; el proceso de planificación estratégica llevado a cabo por la gestión local de la ciudad desde hace más de una década, la pérdida o erosión del espacio público y finalmente, el rol de la denominada geografía del miedo en la configuración de la denominada ciudad neoliberal. El objetivo general de este escrito es analizar qué características de la denominada ciudad neoliberal son emergentes en el caso de las transformaciones urbanas de Mar del Plata. Como objetivo específico, se busca indagar en la relación entre tres tendencias de la geografía urbana contemporánea, la planificación estratégica, crisis del espacio público y problemática del miedo y la

inseguridad en la urbe mencionada. El método de trabajo utilizado incluyó dimensiones cualitativas y cuantitativas: respecto a las primeras, las siguientes técnicas: análisis bibliográfico, de los documentos oficiales y páginas web, la observación participante y no participante. En cuanto a la dimensión cuantitativa, a partir de documentos oficiales, se realizaron tablas sobre que se reflejan en gráficos ad hoc. En un primer apartado, se plantea de qué manera el discurso de la planificación estratégica en el caso analizado, ha tenido una lógica excluyente. En una segunda parte, se profundiza la cuestión de la seguridad/inseguridad urbana. Finalmente, se aborda la crisis del espacio público marplatense, cerrando con conclusiones y preguntas abiertas a futuro.

PALABRAS CLAVE: Ciudad neoliberal. Geografía urbana. Espacio público. Seguridad/inseguridad urbana.

MAR DEL PLATA: AS TRANSFORMAÇÕES NA SUA GEOGRAFIA URBANA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, SEGURANÇA E ESPAÇO PÚBLICO

RESUMO: O trabalho apresentado busca fornecer uma visão crítica sobre o processo de transformação da cidade de Mar del Plata, Argentina, a partir da análise de três temas; o processo de planejamento estratégico realizado pela gestão local da cidade há mais

de uma década, a perda ou erosão do espaço público e, por fim, o papel da chamada geografia do medo na configuração da chamada cidade neoliberal. O objetivo geral deste escrito é analisar quais características da chamada cidade neoliberal estão emergindo no caso das transformações urbanas de Mar del Plata. Como objetivo específico, busca investigar a relação entre três tendências da geografia urbana contemporânea, o planejamento estratégico, a crise do espaço público e o problema do medo e da insegurança na citada cidade. O método de trabalho utilizado incluiu dimensões qualitativas e quantitativas: em relação à primeira, as seguintes técnicas: análise bibliográfica, documentos oficiais e páginas web, observação participante e não participante. Em relação à dimensão quantitativa, a partir de documentos oficiais, foram feitas tabelas nas quais se refletem em gráficos ad hoc. Na primeira seção, propõe-se como o discurso do planejamento estratégico, no caso analisado, teve uma lógica exclusiva. Em uma segunda parte, a questão da segurança / insegurança urbana é aprofundada. Por fim, aborda-se a crise do espaço público em Mar del Plata, fechando com conclusões e questões abertas para o futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade neoliberal. Geografia urbana. Espaço público. Segurança / insegurança urbana.

1 INTRODUCCIÓN

Desde hace más de dos décadas, la ciudad de Mar del Plata, cabecera del Partido de General Pueyrredon, ha sufrido una serie de transformaciones enmarcadas en el proceso de globalización de la economía, proceso excluyente que implica una aceleración planetaria de los flujos monetarios, de información y de movimiento de objetos. En palabras de Santos (1996) se la considera como una *globalización perversa*, que provoca fracturas y desigualdades.

Los grandes cambios en el sistema económico, social y tecnológico generaron grandes transformaciones en los sistemas territoriales, que incrementan las diferencias espaciales. Territorios ganadores y perdedores, ricos y pobres, integrados y excluidos conforman la compleja realidad mundial.

La Globalización según Santos (1996) ha transformado al espacio geográfico a partir de tres datos constitutivos de la época: en primer lugar, la unicidad de las técnicas: el predominio hegemónico de un sistema técnico. En segundo lugar, la convergencia de los momentos: debido a la rapidez, simultaneidad y circulación de la información globalizada y finalmente, la unicidad del motor: la producción y sistemas bancarios se han unificado y son el motor primero.

Este medio técnico, científico e informacional varía sus dimensiones según continentes, países, regiones. Se van creando, de esa forma, sub espacios por la implantación de producciones materiales e inmateriales. Es así que los espacios regionales y locales tienen como desafío la cuestión de cómo incorporar las “verticalidades” (áreas o puntos al servicio de los actores hegemónicos, muchas veces lejanos) sin renunciar a su

participación en la economía global y desarrollar sus propias horizontalidades, producto de la división territorial del trabajo:

“...Cuanto más se profundiza la globalización, al imponer regulaciones verticales nuevas a las relaciones horizontales preexistentes, más fuerte es la tensión entre globalidad y localidad, entre el mundo y el lugar...” (Santos, 1996; 21)

Las redes tienen capital importancia en este contexto debido a su doble condición de vectores de modernidad, pero también son modelos de entropía. Se asiste al surgimiento de una serie de respuestas locales ante el actual contexto, redes asociativas, consorcios productivos y turísticos, redes de ciudades materiales e inmateriales, que muestran la asociación de actores y lógicas locales.

La apertura económica y las nuevas tecnologías crean nuevos y diversos flujos y una mayor conectividad entre territorios. Asimismo, la reforma neoliberal del estado, caracterizada por el ajuste financiero, las privatizaciones, la descentralización administrativa, situaron a los municipios en un nuevo escenario y a una “redefinición” obligada en sus roles.

Como una consecuencia del ajuste realizado por el gobierno nacional en los años noventa, las administraciones locales debieron hacerse cargo de los servicios de educación, salud-entre otros- sin los elementos fundamentales para soportarlo: transferencia de recursos y autonomía/ autarquía suficiente para llevarlos a cabo. De esta manera, los gobiernos locales se convirtieron en receptores primarios de demandas sociales, ambientales, etc. Asimismo, empezó a producirse una feroz competencia entre municipios para atraer inversiones que generen empleo.

En palabras de Janoschka (2011), se considera que las siguientes dimensiones caracterizan a la nueva geografía de las ciudades en el marco de la globalización:

- *La difusión de modelos de gobernanza urbana:* Los principios de gobernanza se enfocan en la difusión de reglas, procedimientos y comportamientos que caracterizan la actitud estatal, especialmente en cuando se refiere a la inclusión de un modo cooperativo entre actores estatales y privados, para desarrollar soluciones. Según el mencionado autor, cuando la elaboración de estrategias de desarrollo urbano va mano en mano con la implementación de métodos de planificación estratégica y de marketing urbano o regional, tanto los ciudadanos en general como los movimientos sociales en especial se pueden encontrar en una posición débil.
- *La proliferación de una estética aséptica:* Una parte de la reconfiguración urbana se dirige a transformar y comercializar el espacio público. Esto conlleva la proliferación de una estética aséptica que no necesariamente satisface a

los habitantes de esos espacios, sino más bien al turista (suburbano) que los visita para entretenerse en su tiempo libre. Se ven nuevas dinámicas sociales y espaciales que azotan a los centros históricos, por ejemplo, mediante los planes de renovación y conservación del patrimonio urbano que a su vez incentivan los procesos de gentrificación.

- *La reordenación del poder político a través de la cooperación público-privada:* Janoschka (2011) sostiene que los proyectos de cooperación público-privada pueden ser presentados como una forma innovadora de gestionar la reconversión de espacios obsoletos, por regla general ubicados en lugares céntricos. Mediante la cooperación público-privada se establecen nuevas formas de gobernanza espacial, dado que se crean espacios bajo jurisdicción privada con poderes de exclusividad.
- *La destrucción de espacio por la implementación de políticas espaciales:* La reordenación política espacial de la ciudad implica también una exclusión más profunda caracterizada a través de la toma del poder por la burguesía; se proliferaron leyes que destruyen el espacio (público), de forma más acentuada para las personas que más necesidad tienen de expresarse en los sitios abiertos. Por ejemplo, se acumulan diferentes legislaciones que prohíben la estancia de personas indigentes en ciertos espacios. Se busca reordenar los espacios y limpiarlos de individuos poco deseables para los nuevos usuarios de la ciudad.

Esta reconfiguración de la geografía urbana contemporánea trae cambios en la calidad de vida urbana. Harvey sostiene:

“...la calidad de vida urbana se ha convertido en una mercancía para los que tienen dinero, como lo ha hecho la propia ciudad en un mundo en el que el consumismo, el turismo, las actividades culturales y basadas en el conocimiento, así como el continuo recurso a la economía del espectáculo, se han convertido en aspectos primordiales de la economía política urbana hasta en la India y China...” (Harvey, 2013; 34)

A los efectos de las consideraciones realizadas anteriormente, se analizan tres tendencias de la geografía urbana de Mar del Plata, que pueden expresar los rasgos de la ciudad neoliberal: el discurso de la denominada planificación estratégica; la crisis del espacio público y las geografías del miedo.

2 TENDENCIA A LAS CIUDADES PLANIFICADAS “ESTRATÉGICAMENTE”

Mar del Plata surgió y creció a partir de la función turística y balnearia y a partir de ellas se concatenaron otras actividades que se transformaron en pilares de su desarrollo,

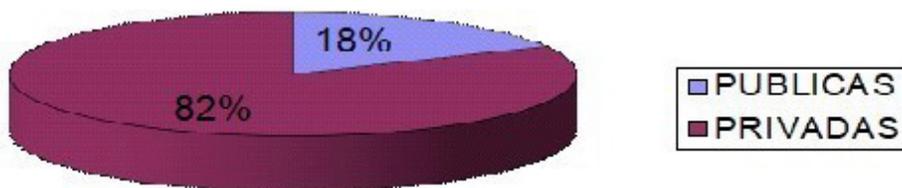
como es el caso del turismo, la actividad pesquera, la industria textil y de la construcción. Actualmente, al igual que otros centros urbanos latinoamericanos, esta ciudad muestra un agotamiento de su modelo o perfil productivo anterior. En consecuencia, ha ocurrido un aumento constante de los índices de desocupación, desencadenando una preocupante situación social. Esta cuestión fue consecuencia directa de las medidas macroeconómicas producto de la globalización de la economía, tales como la desregulación de los mercados, la regionalización e integración de grandes espacios, la variedad de modelos de organización de las empresas y gestión de la producción y las privatizaciones (García *et al.*, 1999).

Las políticas macroeconómicas han provocado un colapso de las actividades económicas tradicionales de la ciudad, generando una crisis productiva que se suma a la deteriorada situación socio-económica nacional. Es en este contexto en el que se hace necesario pensar nuevas estrategias para reposicionarse y superar la problemática estructural, surgiendo la supuesta necesidad de una planificación estratégica del territorio.

En Argentina, tradicionalmente, fueron los municipios quienes se ocuparon de regular el uso y la producción de suelo urbano y de la construcción de infraestructura, equipamiento, de la provisión de servicios básicos. Esta situación comienza a modificarse en los años noventa. El proceso de reforma del estado, caracterizado por el ajuste financiero, las privatizaciones, la descentralización administrativa, sitúan a los municipios en un nuevo escenario y a una “redefinición” obligada en sus roles.

Las reuniones anteriores a la concreción del Plan Estratégico para Mar del Plata y el Partido de General Pueyrredon (PEM) tuvieron su inicio formal en abril de 2001, cuando diversas entidades se auto convocaron conformando una “Junta Promotora”; en octubre de 2002 se sanciona la Ordenanza Municipal 14.957, por la que se crea la Comisión Mixta Plan Estratégico Mar del Plata. La misma convalida lo actuado por la Junta Promotora, coordinada inicialmente por el “Centro de Constructores y anexos” y sucesivamente por la Universidad FASTA, el Colegio de Ingenieros, el Colegio de Arquitectos, la Cámara Argentina de la Construcción y el Consejo Profesional de Agrimensura. Los datos de la figura 1, muestran el perfil empresarial privado dominante desde el inicio de la Junta Promotora del Plan Estratégico. Este rasgo se repite analizando la integración posterior de la Comisión Mixta.

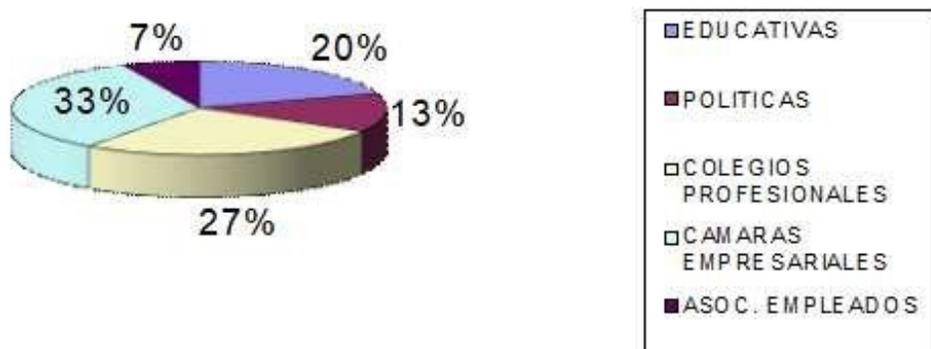
Figura 1. Junta Promotora PEMDP. Porcentaje de participación según tipo de institución



Fuente: elaboración personal en base a datos de la página web <http://www.mardelplata.gov.ar>

Por otra parte, los datos destacados por la figura 2 señalan la predominancia de instituciones privadas, corporaciones profesionales, por sobre la presencia de representantes y poderes públicos en la Junta Promotora del Plan Estratégico. Este rasgo se repite, analizando la integración posterior de la Comisión Mixta.

Figura 2. Tipo de instituciones participantes Comisión Mixta PEMDP



Fuente: elaboración personal en base a datos de la página web <http://www.mardelplata.gov.ar>

En anteriores trabajos (González y Villavicencio, 2008, 2009 y Villavicencio, 2012) se sostiene que los diversos procedimientos, actuaciones y decisiones tomadas por las autoridades e integrantes del PEMDP pusieron de manifiesto que la lógica del plan ha excluido a la mayoría de la población: el proyecto prioriza la competitividad, la productividad y acentúa la fragmentación existente, ya que la mayor parte de las inversiones-públicas y privadas- están destinadas a los espacios de reproducción del capital y al sector turístico.

Por otra parte, el proceso de planificación fue cerrado, dado que, las decisiones fueron tomadas por pocos actores y no se respetó la pluralidad de voces que se propone desde las diversas teorías que abonan los beneficios de la planificación estratégica (Fernández Güell, 1997; Erbiti, 2002)

Se considera que, en el proceso de formulación del Plan Estratégico para la ciudad de Mar del Plata, los intereses empresariales han prevalecido en detrimento de la ciudad como espacio público y político. El “consenso” al que se alude no ha sido construido políticamente, sino que lo enuncia bajo el supuesto de que todos los ciudadanos “ven y viven” la misma crisis de la ciudad. Desde la misma lógica del plan y por lo que persigue su discurso, se niegan los conflictos y tensiones existentes. De esa manera se ha desactivado el disenso y se ha despolitizado la gestión urbana.

A partir del año 2013 se produjo el relanzamiento (o segunda etapa) del Plan Estratégico para Mar del Plata y General Pueyrredon, basado en una nueva y más agresiva estrategia comunicacional (avisos televisivos, presencia en redes sociales, eventos de

promoción al aire libre durante el verano, etc.). El horizonte de actuación está previsto por el período 2013-2030. De igual manera, se han redefinido los ejes de actuación (según puede verse en <https://www.facebook.com/planestrategicomardelplata/>), el cual plantea cuatro frentes, el azul, referido al espacio litoral, el verde, vinculado a los temas ambientales, el amarillo, sobre el sistema productivo y el rojo, que implica actuar sobre la situación social.

Sin embargo, más allá de los cambios más recientes, se puede fundamentar que el enfoque del proceso de planificación estratégica llevado a cabo en la ciudad de Mar del Plata y Partido de General Pueyrredon no parece dirigirse a la ciudad real sino a la ciudad ideal, la ciudad modelo, la ciudad turística.

3 TENDENCIA A LA PÉRDIDA DEL ESPACIO PÚBLICO

Theodore *et al.*, (2009) proponen analizar al neoliberalismo en función a dos 'momentos' dialécticamente entrelazados, pero analíticamente diferenciables: por un lado, la destrucción (parcial) de disposiciones institucionales y acuerdos políticos vigentes, mediante iniciativas de reforma orientadas al mercado; y segundo, la creación (tendencial) de una nueva infraestructura para un crecimiento económico orientado al mercado, la mercantilización de bienes y servicios (su transformación en commodities) y una serie de normativas favorables a la reproducción del capital. Asimismo, sostienen que:

"...las ciudades se han convertido en ruedos estratégicamente decisivos donde se han estado desplegando las formas neoliberales de destrucción creativa. La ubicación central de las ciudades en los sistemas fordistas-keynesianos de producción y reproducción las definen como arena clave (si no 'blanco') para las estrategias neoliberales de desmantelamiento, pero su significado estratégico como loci de innovación y crecimiento, y como zonas de gobernanza delegada y experimentación institucional local, igualmente las posicionan a la vanguardia del avance neoliberal" (Theodore *et al.*, 2009; 7).

En las transformaciones que "neoliberalizan" a las ciudades, las gestiones locales que pretenden minimizar al estado, propenden al abandono o directamente a que el espacio público tienda a desaparecer, ser reemplazado por un partenariado público-privado o por consecuentemente, su privatización. Estos rasgos, son comunes a buena parte de las metrópolis latinoamericanas.

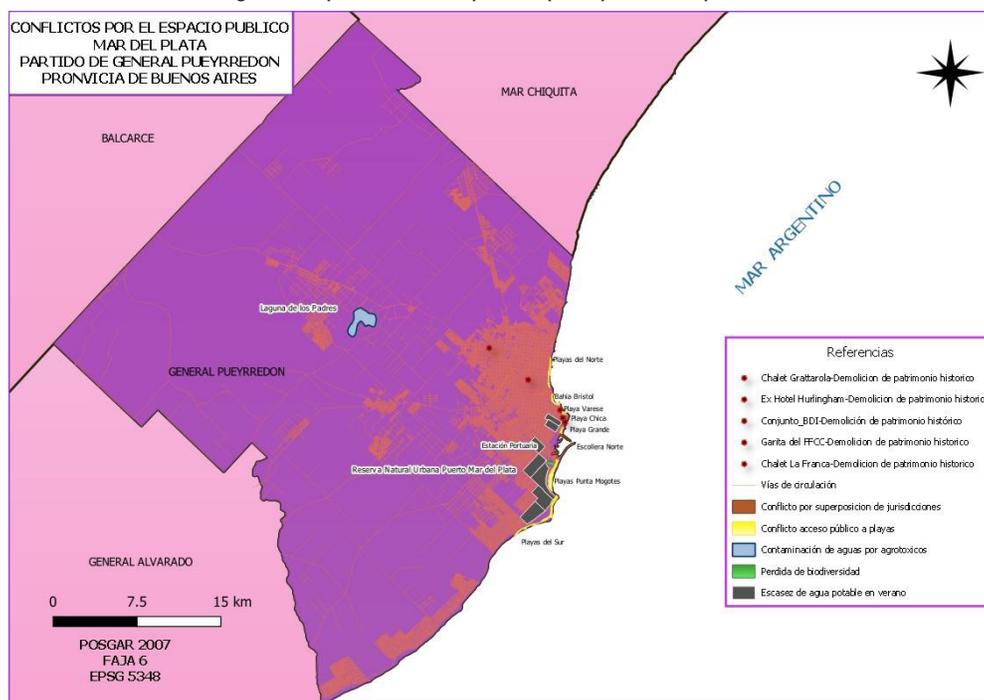
Se coincide con lo planteado por Fernández Duran cuando expresa:

"...se pone el acento en el planeamiento flexible, en línea con la desregulación y la relajación de las actividades de planificación e intervención estatal, un planeamiento que sepa adaptarse a las cambiantes condiciones de la economía y que permita dar respuesta a los intereses privados sobre determinadas áreas de la ciudad, destacando la realización del proyecto concreto, que plasma estos intereses en el espacio, sobre el plan a largo plazo y que es el que define una

imagen precisa de la ciudad . Pero esas actuaciones quirúrgicas sobre el tejido urbano requieren inversiones que el capital privado por sí solo no puede afrontar, por no resultarle rentable, y por lo que se reclama una amplia participación estatal. Se crean entonces nuevos instrumentos de gestión sobre el territorio bajo la forma de corporación público-privada que hacen factibles estas macro operaciones, que posibilitan la gestión privada final de estos espacios...” (Fernández Durán 1996; 83)

Mar del Plata, ciudad con litoral marítimo, tiene la particularidad de tener el problema de la apropiación privada del espacio público litoral, considerado como un espacio-problema, en tanto es un espacio en el cual se suscitan fuertes conflictos por la apropiación y uso de éste, según puede verse sintetizado en la figura 3. Para Moreno Castillo (2007), un actor costero es aquel que se relaciona de alguna manera con una actividad que incide directamente o indirectamente en el mar y el sistema costero, de forma individual o grupal. Por lo tanto, cada actor tendrá intereses diversos y contrapuestos en cuanto al uso de la costa.

Figura 3. Mapa de conflictos por el espacio público marplatense



Fuente: elaboración personal

No es extraño presenciar estas cuestiones en Mar del Plata: su fundación ha sido sobre tierras privadas de diversas familias de elite y aún conserva un sector de playas del sur como el único caso en el país en que una ciudad mantiene parte del litoral marítimo en manos privadas. Estos intereses generarán conflictos y enfrentamientos entre los

actores, que se presentan cuando se supera un umbral de aprovechamiento de los recursos costeros. El principal conflicto se relaciona con la incompatibilidad de usos, siendo la manifestación más llamativa, la competencia por ganar espacio, materializada en una situación de rivalidad entre los actores (Padilla *et al.*, 2010). Claros ejemplos de esto han sido conflictos como el de la Reserva Natural Puerto Mar del Plata y el Club Atlético Aldosivi, las protestas de vecinos de los barrios sureños, por la falta de accesos públicos decentes y el surgimiento de ONG's y asambleas vecinales que buscan ampliar el espacio público de todos los balnearios marplatenses concesionados a privados, con la consecuente pérdida de acceso al recurso público para la mayor parte de la población residente. Como sostiene Cicolella:

"...la ciudad parece perder sus funciones predominantemente productivas y es reacondicionada en función del consumo. Declina su perfil como ámbito vivencial, de encuentro y de sociabilidad e incrementa su función como espacio de valorización del capital, como locus de competitividad, como forma territorial y condición de acumulación para los grandes inversores y empresarios locales y externos. Este fenómeno pone en crisis la relación entre espacio público y espacio privado de la ciudad, incluyendo también la propia concepción e imagen general de la ciudad". Cicolella (1998, 204)

De esa manera, el Municipio deja de ser el garante de los vecinos de la ciudad y se transforma en el auspiciante de las iniciativas inmobiliarias puramente especulativas (Ej., la reciente construcción de torres en la costa, sector Golf y Playa Grande). Al analizar los proyectos contemplados a futuro, se puede adivinar la continuidad de intervenciones sobre sectores donde la inversión del capital ya es importante o donde no se observan necesidades sociales. Esto se observa al analizar la distribución espacial de los futuros emprendimientos urbanos en calles comerciales como Güemes, Alem, Puan y de los denominados "nuevos equipamientos de jerarquía" además de la restructuración del frente marítimo como los Proyectos Museo de Arte Contemporáneo, Parque Terrazas del Golf y Terminal de Cruceros. Este último caso es paradigmático: el Puerto de Cruceros, inaugurado en 2012, nunca tuvo actividad real y hoy es sede de la policía federal argentina.

4 TENDENCIA A LA CONFIGURACIÓN DE UNA GEOGRAFÍA URBANA DEL MIEDO

Retomando los argumentos de Janoschka (2011) en la era del neoliberalismo se han institucionalizado diferentes formas de 'supuestas' políticas de prevención que incluyen la vigilancia (p. ej. Por circuitos cerrados de videocámaras y televisión), el nuevo diseño de espacios urbanos y la organización del control social. Y, es importante aclarar que en ese negocio participan tanto las administraciones públicas como muchas empresas privadas. Más en detalle, se pueden expresar tres políticas de transformación, según el mencionado autor:

- *En primer lugar, las nuevas formas de vigilancia*, un tema polémico, por los avances tecnológicos, especialmente cuando se usa en la supervisión de espacios públicos mediante videocámaras para controlar los espacios ‘públicos’ urbanos y la grabación de imágenes se han hecho moneda común (incluso su uso electoral y televisivo). Mediante la aplicación de tecnologías cada vez más sofisticadas se intenta además controlar la población simbólicamente y de forma agresiva, manifestando una supremacía por medio de la vigilancia. Territorialmente, las cámaras en determinados sectores de la ciudad de Mar del Plata, la creación de los denominados Centros de Operaciones y Monitoreo, que ya han tenido diferentes localizaciones (primero en el centro y actualmente, sobre la av. Juan B Justo).
- *Segundo, las intervenciones urbanísticas y la construcción de espacios defensivos*: Esta línea de intervenciones genera debate acerca de la cuestión de, si o cómo es posible de minimizar o evitar la criminalidad a través del medio construido, respondiendo al argumento de si es posible diseñar ‘espacios seguros’ (Janoschka, 2011). Las casas unifamiliares, edificios religiosos y edificaciones en altura enrejados, los intentos por cerrar barrios (El Grosellar, Sierra de los Padres, entre otros), son otros emergentes espaciales.
- *Finalmente, las nuevas formas de control social formal o informal*, implica primero a los diferentes programas de mutua vigilancia, organizada a través de las asociaciones de vecinos, que se difunden, así como nuevas formas de prevención, privadas y/o autogestionadas. A esto se suma la creciente cantidad de vigilancia profesional proporcionada mediante servicios de seguridad en las ciudades, privados y públicos. Ideológicamente, toda esa gama de políticas se basa en la persecución de la idea de las “ventanas quebradas” (*broken windows* en inglés) que forma una parte integral de pensar la tendencia dominante de la prevención.

En el marco del control formal, no es un cambio menor la implementación de una Policía Local desde octubre de 2015, cuestionada desde diversos sectores e incluso con conflictos de articulación con la policía bonaerense. Finalmente, no se debe menospreciar el rol de los medios de comunicación, que en numerosas oportunidades pueden estigmatizar como sitios “peligrosos o de miedo” a asentamientos precarios o “villas, y barrios determinados, que se vuelven focos en el mapa del delito.

Como bien argumenta Janoschka:

“la gobernanza de seguridad parte de un discurso hegemónico que, de forma parecida que, en las políticas neoliberales de corte común, resalta la supuesta inevitabilidad de las políticas aplicadas. Además, discursivamente, se justifica

la pérdida de derechos y medios económicos a corto plazo con un supuesto beneficio a largo plazo (que, por cierto, nunca se irá cumpliendo) –un discurso que sirve igualmente para disciplinar a la población...” (Janoschka, 2011; 126)

5 ¿DE QUIÉN ES LA CIUDAD?

Lefebvre (1991), considera que es necesario distinguir tres diferentes dimensiones de la producción neoliberal del espacio y de las nuevas configuraciones urbanas de propias de la impronta del siglo XXI;

1. *La dimensión de los discursos*, es decir, todo tipo de debates, acontecimientos y procesos de negociación que ocurren durante la introducción de nuevas políticas urbanas. Se refiere a las negociaciones discursivas que establecen las bases para cualquier tipo de pensamiento que a posteriori se presenta como una idea hegemónica. En esta cuestión, coincidimos con el enfoque de Vainer (2000), quien sostiene que el discurso de la planificación estratégica contemporánea se estructura sobre la base de tres “analogías constitutivas”:
 - *La ciudad es una mercancía* y como tal, es puesta en venta en un mercado en donde otras ciudades también están en venta. De ahí la importancia del marketing de ciudades y la necesidad de esos productos urbanos, que bien los pueden ser una oferta cultural o una imagen. Es por ello que los planes estratégicos remarcan permanentemente la oportunidad (vocablo proveniente del ámbito de los negocios) que implica colocar a la ciudad en el contexto internacional como sede de congresos y convenciones.
 - *La ciudad es una empresa*, es decir, un agente económico que actúa en el contexto del mercado, sesgado por la competencia con otras ciudades, para atraer inversores. Asimismo, deberá ser gestada como una empresa y para que esto ocurra, se requerirá de la “colaboración público-privada” como nueva forma de gestión, donde se considera a los agentes privados como los más dinámicos e innovadores.
 - *La ciudad es una patria* y, como tal, debe generar un sentimiento de patriotismo cívico entre los habitantes, que es posible a través del consenso y del sentimiento de identidad y de pertenencia. De esa manera, se asiste a la despolitización del espacio urbano, en tanto se priorizan la productividad, la eficiencia y se buscan el consenso, desconociendo o directamente ignorando los conflictos existentes.

2. *Las estrategias urbanas*; que se entienden como el nivel administrativo, técnico y financiero de las políticas neoliberales. Se incluyen todo tipo de programas, planes, instrumentos de actuación o planes estratégicos cuya elaboración e implementación parte de la aspiración (explícita o implícita) de las autoridades oficiales de introducir nuevas formas de políticas urbanas.

Se considera que La *ciudad ideal* del cambio de siglo ha sido modelada, a juzgar por la agenda urbana hegemónica difundida por organizaciones multilaterales, consultoras internacionales y gobierno local. Este modelo se sintetiza en la ciudad competitiva, globalizada, flexible, administrada cual empresa, con apoyo de estrategias de marketing, apta para aprovechar oportunidades con agilidad y a presentarse atractiva al mundo y a los inversionistas (Vainer, 2000) se presentarán en forma de una posible ventaja competitiva a ser creada.

3. *Las prácticas y los procedimientos de implementación administrativa de las estrategias generales*, por ejemplo, a través de nuevas directivas o nuevos instrumentos jurídicos que puedan cambiar la gestión en sí misma. En este sentido, las recientes y constantes propuestas de modificación del Código de Ordenamiento Territorial (C.O.T.) marplatense, se condicen con nueva legislación referente a la construcción en la ciudad, reclamadas por los agentes inmobiliarios urbanos. Al respecto se pregunta, R. Cardoso:

“¿Quiénes hacen la ciudad hoy? La respuesta, desde 1990 es, naturalmente, las grandes empresas...” pero será necesario hacer el paisaje más rentable. ¿Cómo? Diferenciando, agregando valor a la mercadería. Y para entrar en este universo de negocios, la seña más prestigiosa es la cultura” (Cardoso 2006; 2).

Sin embargo, se cree que no estamos ante políticas culturales, sino ante marketing urbano, en búsqueda de una ciudad imagen a ser vendida compulsivamente, dando origen a procesos de fuerte gentrificación o ennoblecimiento urbano. De ahí que el planeamiento estratégico, pueda ser considerado, más que nada, un emprendimiento de comunicación y de promoción de un producto inédito: la propia ciudad, que no se vende si no goza de una apropiada política de marketing, propia de la ciudad neoliberal.

Para Vainer (2000), la productividad y la competitividad –propias de la economía global- constituyen la “nueva cuestión urbana”, en contraposición a la “antigua” cuestión urbana relacionada con el crecimiento desordenado, el consumo colectivo, los movimientos sociales urbanos. El autor intenta demostrar como en este tipo de planeamiento estratégico, los intereses empresariales están en detrimento de la ciudad como espacio público y político, es el rasgo de la construcción de la ciudad sin ciudadanos.

Se dificulta realizar críticas a la ciudad neoliberal, ya que el cuestionamiento de la transformación de la ciudad en mercadería se diluye en momentos donde ella resurge convertida en empresa. Cuestionar a esa analogía pierde sentido cuando es la ciudad patria la que emerge, ofreciendo paz, estabilidad y garantiza líderes capaces de encarnar gracias a su carisma, a la totalidad de los ciudadanos. Esta flexibilidad y fluidez conceptual operan como un poderoso instrumento ideológico, formando múltiples, combinadas representaciones e imágenes que pueden ser usadas conforme la ocasión y la necesidad.

6 CONCLUSIONES

Mar del Plata, en tanto es metrópolis regional, no escapa a las transformaciones y redefiniciones territoriales propias de las grandes urbes del siglo XXI. Se trata de una ciudad con problemas propios del conurbano bonaerense, pero sin el presupuesto que éste posee. Retomando las tendencias que se consideran en el presente aporte, podemos rescatar algunas conclusiones parciales:

1. La planificación estratégica (PE), en tanto es paradigma actual del cómo pensar a la ciudad, ha cumplido solamente en forma parcial con sus preceptos: debe ser liderada por el estado, pero son los agentes privados quienes concentran decisiones de actuación en el territorio. La PE debería ser democrática y participativa, pero en escasas oportunidades se han difundido convocatorias masivas para debatir políticas urbanas. Se pueden realizar numerosas críticas, pero resalta mencionar que el carácter plurilegislativo del PE tampoco fue respetado, ya que las diferentes gestiones han discontinuado los lineamientos originales de la planificación.
2. Pérdida del espacio público: a partir de los aportes de la literatura referenciada anteriormente, se puede sostener que el espacio público marplatense tiende a disminuir. Solamente la multicausalidad lo explica: modificaciones constantes al Código de Ordenamiento Territorial (COT), construcción desmedida en zonas de alta rentabilidad, especulación inmobiliaria, ausencia de control en el cumplimiento de las reglamentaciones del hábitat urbano-costero y, por encima de las anteriores, la connivencia entre poderes públicos y empresariado local.
3. Geografía urbana del miedo: sin desvincular a Mar del Plata del contexto de aumento del desempleo y la pobreza de las últimas décadas, el fenómeno de la inseguridad emerge y se consolida como un problema metropolitano. Políticas integrales consensuadas a escala nacional, provincial y municipal podrán dar

soluciones a un problema de dimensiones enormes. Sin embargo, se pueden visualizar actualmente, actuaciones inconexas y políticas punitivas y no de prevención. Problematizar a los barrios más vulnerables, aumentar el número de fuerzas policiales y no gestionar integralmente, acentúa los problemas.

Una ciudad para todos es aquella en que la población no teme a sus conciudadanos. Cuando las personas se encierran por miedo, es necesario que el estado gestione para que lo público se redescubra y se pierda el temor al afuera. Se necesita un estado presente, regulando y gobernando no solo para el sector privado, sino para el colectivo de ciudadanos. Los rasgos analizados acentúan el carácter de ciudad neoliberal, si no se revierten las tendencias.

Lo expuesto hasta aquí no es una conclusión definitiva o un cierre; por el contrario, queda numerosa cantidad de preguntas abiertas a futuro: ¿Qué modelo de ciudad prevalece en los gestores y decisores hacia 2030? ¿Qué otros rasgos de la ciudad neoliberal se hacen potentes en Mar del Plata? ¿Qué rol se le adjudica a la ciudadanía en este marco?

Las ciudades no son elementos inanimados y situados en un mapa. Son construcciones colectivas y, por lo tanto, conflictivas y cambiantes. Es necesario incorporar la consideración de las diferencias y disidencias dentro de la gestión urbana, si pretendemos que las urbes sean de todos los ciudadanos y no de unos pocos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arantes, O. (2000). Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. En: Arantes, O.; Vainer, C.; Maricato, E. 2000. *A cidade do pensamento* único. Desmanchando consensos. Petrópolis. Ed. Vozes. Río de Janeiro. 2da edición.

Cardozo, R. L. (2006). As cidades brasileiras e o pensamento neoliberal. Submissao ao pensamento único: única alternativa para as cidades?. En *Revista Digital Rizoma*

Ciccolella, P. (1998) Territorios de consumo. Redefinición del espacio en Buenos Aires de fin de siglo. En Gorenstein, S. y Bustos Cara, R. *Ciudades y regiones frente al avance de la globalización*. Serie Extensión. UNS. Bahía Blanca.

Fernández Durán, R. (1996) *La Explosión del desorden. La metrópoli como espacio de la crisis global*. Editorial Fundamentos. Madrid.

Fernández Güell, J. M. (1997) *Planificación Estratégica de ciudades*, Ed Gil, Barcelona

García M. C.; Mensi, S.; González, M.; Martínez, A.; Yeannes, A. Yeannes, M.I.; Rimondi, M.; Eraso, M; Duart, D.; Caparrós, S; Blanc, M.I.; Zuanetti, R. (1999). *Mutaciones socio-económico-ambientales en el espacio litoral entre Mar del Plata y Necochea. Evolución reciente y tendencias. Bases para una ordenación territorial*, Mar del Plata.

González, M. y Villavicencio, A. (2009). *Planes estratégicos para ciudades sin ciudadanos* ,12 Encuentro de Geógrafos de América Latina. 3 al 7 de abril de 2009. Montevideo, Uruguay.

Harvey, D. (2013). *Ciudades Rebeldes. Del derecho de la ciudad a la revolución urbana*. Akal, Madrid.

Janoschka, M. (2011). Geografías urbanas en la era del neoliberalismo. Una conceptualización de la resistencia local a través de la participación y la ciudadanía urbana. *Investigaciones Geográficas*, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM Núm. 76, pp. 118-132

Lefebvre H. (1991). *La producción del Espacio*. Ed. Oxford: Basil.

Padilla, N.; Ramos, L.; Benseny, G. y Eraso, M. (2010). Reconociendo los problemas de nuestro litoral, en *Gestores Costeros: una propuesta de voluntariado Universitario a las Educación Ambiental en Áreas Litorales*, UNMDP, Mar del Plata.

Theodore, N.; Peck, J. y Brenner, N. (2009). Urbanismo neoliberal: la ciudad y el imperio de los mercados. *Revista Temas Sociales*, nº 66

Vainer, C. (2000). Patria, empresa y mercadería En: Arantes, O.; Vainer, C.; Maricato, E. 2000. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis. Ed. Vozes. Río de Janeiro. 2da edición

Villavicencio, A. (2012). Planificación estratégica: la costa como protagonista exclusiva. El caso de Mar del Plata (2004-2010); Eraso, M, et al: *Gestores Costeros II: experiencias en áreas litorales de la Provincia de Buenos Aires, Argentina*. Programa Voluntariado Universitario. UNMDP. ISBN 978-987-544-435-5

DOCUMENTOS DEL PLAN ESTRATÉGICO Y MGP:

“Documento base de trabajo. *Plan de Ordenamiento Territorial para Mar del Plata y el Partido de General Pueyrredon*. 23 de marzo de 2006.

Documento Informe Técnico Plan Estratégico Mar del Plata 2006.

Plan de Acción Mar del Plata Sustentable, BID-MGP, Mar del Plata, 2012

PÁGINAS WEB:

<https://www.facebook.com/planestrategicomardelplata/>

www.mardelplata.gov.ar

CAPÍTULO 11

CORPO CAIÇARA E SUAS RAÍZES

Data de submissão: 10/03/2021

Data de aceite: 06/04/2021

Bruno Tavares Magalhães Macedo

Bolsista do Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal Fluminense
PPGH/UFF. CNPq
<http://lattes.cnpq.br/5296762066047961>

RESUMO: O Caiçara é a positivação contemporânea que busca reverter este imaginário antigo de certo caboclo indolente e preguiçoso. A imagem medieval do camponês ladino, Pedro Malazartes, vivendo na contemporaneidade. Em Raízes do Brasil encontramos esse Malazartes brasileiro descrito como signo de uma identidade negativa, avesso de um bom trabalhador da sociedade moderna, no qual o autor enxerga refletidos os valores culturais de uma aristocracia rural abastada, construídos sobre um indianismo literário romântico, representado em sua ociosidade, sua aversão a todo esforço disciplinado, sua imprevidência, sua intemperança, seu gosto acentuado por atividades antes predatórias do que produtivas. Então, como pôde o Caiçara contemporâneo tornar-se signo de um povo da floresta no século XXI? Por que ele é elencado na nova ordem ecológica do

bom manejo da natureza? Exatamente estas metamorfoses da sociedade e dos indivíduos, narradas por personagens segundo os documentos recolhidos, são a linha de condução deste artigo. Ele se organiza pela observação dos atores sociais envolvidos em uma política patrimonial que mobilizou artistas, cientistas e lideranças comunitárias no início do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Canção. Caiçara. História. Mata Atlântica.

CAIÇARA, THE BODY AND ITS ROOTS

ABSTRACT: Caiçara is the contemporary positivity that seeks to reverse this old imaginary of a certain indolent and lazy caboclo. The medieval image of the rogue peasant, Pedro Malazartes, living in contemporary times. In Raízes do Brasil we find this Brazilian Malazartes described as a sign of a negative identity, the opposite of a good worker in modern society, in which the author sees reflected the cultural values of a wealthy rural aristocracy, built on a romantic literary Indianism, represented in his idleness, his aversion to any disciplined effort, his unpredictability, his intemperance, his accentuated taste for activities that were predatory rather than productive. So, how could contemporary Caiçara become the sign of a forest people in the 21st century? Why is it listed in the new ecological order of good management of nature? Exactly these metamorphoses of society and individuals,

narrated by characters according to the documents collected, are the guiding line of this article. It is organized by observing the social actors involved in a heritage policy that mobilized artists, scientists and community leaders at the beginning of the 21st century. **KEYWORDS:** Song. Caiçara. History. Atlantic Forest.

1 INTRODUÇÃO

Caiçara¹ é uma prática de construir cercados. Palafitas de proteção da aldeia indígena contra invasores humanos ou da vida selvagem. Serve também para proteger a roça contra os animais silvestres ou de criação. Usa-se para formar armadilhas para pega do peixe. “*Juca acordando cedo, visitando o cerco e Manezinho saindo pra tirar taquara*”. (Perequeaçu, 1992) Da taquara costuma ser feita a caiçara. Caiçara é também um sujeito social e político² que nasce no contexto contemporâneo de resistência cultural à ocupação do território do litoral sul sudeste do Brasil por projetos econômicos e parques ambientais recentes. É a transformação do caboclo rural, habitante da mata atlântica, em agente cultural da modernidade tardia³. “*Quando alguém perguntar quem foi que cantou aqui, foi o grupo Caiçara morador de Paraty*” (Os Caiçaras, 2009), diz a ciranda atual. Mas não foi sempre assim. Vejamos como Sergio Buarque de Hollanda descreveu certas práticas deste antigo sujeito social brasileiro.

Outros costumes, como o do muxirão ou mutirão, em que os roceiros se socorrem uns aos outros nas derrubadas de mato, nos plantios, nas colheitas, na construção de casas, na fiação do algodão, teriam sido tomados de preferência ao gentio da terra e fundam-se, ao que parece, na expectativa de auxílio recíproco, tanto quanto na excitação proporcionada pelas ceias, as danças, os descantes e os desafios que acompanham obrigatoriamente tais serviços. Se os homens se ajudam uns aos outros, notou um observador setecentista, fazem-no “mais animados do espírito da **caninha** do que do amor ao trabalho”. (HOLLANDA, 1969, p. 60. Grifo do autor).

O Caiçara é a positivação contemporânea que busca reverter este imaginário antigo de certo caboclo indolente e preguiçoso. A imagem medieval do camponês ladino, *Pedro Malazartes*, vivendo na contemporaneidade, como conta Dona Ruth, quando

¹ Caiçara. Substantivo feminino. Cerca tosca. Variação gráfica do vocábulo; Caiçá 1587, caicara c 1587, caica c 1596, caissara 1656 etc. Origem morfológica; do tupi *kaaĩ'sa*. Fonte: CUNHA, Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, 2015, P. 112.

² “(...) conflitos de reconhecimento da propriedade da terra. Trabalhando este dado com a perspectiva de Thompson (2011), levantamos a hipótese de que no processo conflitivo ocorreu um fazer-se de sujeitos políticos ativos no bojo do reordenamento regional – os *caiçaras*, ou as comunidades que ali residiam, e o empresariado, ou o capital turístico e industrial. No caso dos *caiçaras*, surgiu em algumas localidades, um processo de organização política mediada por instituições, como associações e sociedades.” (CPDA/UFRRJ, 2015, P. 305. Grifos dos autores).

³ Segundo Hall (2003) o pós-colonial quer responder a uma crise de compreensão produzida pela incapacidade das velhas categorias para explicar o mundo. O conceito pode contribuir no debate sobre a modernidade tardia e a análise do capitalismo global. Para Ferreira (2001) o ator central das análises intelectuais sobre a modernidade tardia é o camponês. Segundo esta análise o êxodo rural traz valores tradicionais para a cidade, permite a manipulação (pelas camadas médias) das massas ignorantes da luta pelos interesses na sociedade de classes.

aponta no prefácio de sua pesquisa sobre a memória do Vale do Paraíba, que *Malazartes* é na definição popular um ser autêntico “gente de unha dente, com bunda atrás e nariz na frente” (GUIMARÃES, 2006, P 19). Identificado em muitas narrativas recolhidas no campo (1970-1983) por sua inteligência aguda, capaz de subverter os códigos de conduta através de ações inusitadas e usos próprios da linguagem comum.

Em *Raízes do Brasil* encontramos esse *Malazartes* brasileiro descrito como signo de uma identidade negativa, avesso de um bom trabalhador da sociedade moderna, no qual o autor enxerga refletidos os valores culturais de uma aristocracia rural abastada, construídos sobre um indianismo literário romântico, representado em “sua ociosidade, sua aversão a todo esforço disciplinado, sua imprevidência, sua intemperança, seu gosto acentuado por atividades antes predatórias do que produtivas” (HOLLANDA, 1969, p. 56). Então, como pôde o Caiçara contemporâneo tornar-se signo de um povo da floresta no século XXI? Por que ele é elencado na nova ordem ecológica⁴ do bom manejo da natureza?

Porque este sujeito social se constrói na revisão crítica das noções de progresso, desenvolvimento e civilização ocidental. Noções constituídas no processo histórico ao qual Wallerstein (2011) deu o nome de Moderno Sistema Mundo, em uma obra cujo primeiro volume foi publicado em 1974, momento em que se consolida uma virada cultural nas formas de interpretar e escrever a história⁵. Neste primeiro volume da obra de Wallerstein *The modern World System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century* a agricultura capitalista é percebida como primeira fase de expansão econômica do Sistema Mundo. A produção de excedente agrícola, pela incorporação de técnicas inovadoras de rotação de terras e uso intensivo do arado, é considerada como a base estrutural da acumulação capitalista. Sua expansão mundial dependerá de um longo processo de disputa pela hegemonia política e cultural entre as nações europeias. Só no período que vai de 1789 a 1873/1914, analisado no quarto volume de sua obra (2011), o autor aponta para a criação de uma “geocultura” mundial em torno de um conjunto de ideias, valores e normas inspirados na liberdade política e na cidadania. Legado da revolução francesa que o autor entende como disputa ideológica em torno de um *Centrist Liberalism*.

⁴ O reconhecimento de sua existência e até de sua importância para a conservação e manutenção da diversidade biológica é fenômeno recente, causado pelo surgimento, em países do Terceiro Mundo, de um ecologismo diferente do dos países industrializados. Esse novo ecologismo que absorve princípios do chamado “novo naturalismo” de Moscovici (1974) se traduz em movimentos sociais que propõem o respeito à diversidade cultural como base para manutenção da diversidade biológica, uma nova aliança entre o homem e a natureza, e a necessidade da participação democrática na gestão dos espaços territoriais. (DIEGUES, 2001, P. 158)

⁵ Segundo Soihet (2003) o paradigma iluminista de cultura erudita e a noção de civilização se transformam nos anos 1960 com a história social e a história das mentalidades. A opção pela história dos debaixo evidencia a preocupação do historiador em demonstrar o conflito e as relações de classe no plano cultural. A história cultural do social toma por objeto as formas e os motivos, evitando reduzir as representações sociais a puro construto discursivo. Todo vestígio social sendo um texto interpretável como um signo cultural socialmente contextualizado.

Em diálogo com esta “geocultura” mundial é escrito Raízes do Brasil. Na tentativa de interpretar a “nossa revolução (...) a democracia e a formação nacional” (HOLLANDA, 1969, p.169). A inserção do Brasil no Sistema Mundo se daria dentro da perspectiva de uma história que se move entre permanência e transformação. Permanência de raízes ibéricas personalistas, na controvertida figura do homem cordial⁶, em conflito com uma “geocultura” liberal, impessoal, onde as transformações devem ser disputadas através da organização política da sociedade, em busca da cidadania universal, cuja figura de representação é um homem ideal⁷ da modernidade, o cidadão. Substantivo masculino. Habitante da cidade. Indivíduo membro de um Estado que usufrui de direitos políticos civis e desempenha os deveres que lhe são socialmente atribuídos.

2 SABER EM TRÂNSITO

Na ciência e na arte o enquadramento do saber local em contraste com a cultura ocidental é hoje já uma operação fácil demais segundo Secord (2004). Como historiador, ele entende que é através dos suportes de difusão e tradução que as formas de saber circulam. O contexto surge aí como sinônimo de história e a cultura como sinônimo de sistema significante de símbolos. Como resultado, produz-se outra forma de interpretar a maneira pela qual o conhecimento se move. Ao invés de um lugar superior, verdade acima das coisas do mundo, se encontra um movimento do saber aprendido pelos deslocamentos laterais mundanos. A periodicidade e a extensão das trocas modificam a recepção e a resposta entre o saber local e o englobante. Verificam-se então processos históricos que reforçam as identidades individuais, a fé religiosa ou a coesão social. As possibilidades de saber mudam com o trânsito entre espaços locais e globais formando novas redes de atores sociais produtores de conhecimento.

A minha pesquisa no PPGH/UFF faz um histórico das ações organizadas dos atores ligados às questões sociais vividas em Paraty entre 1975-2015. Isso ocorre dentro de um contexto marcado por um projeto de desenvolvimento econômico de baixa

⁶ Feldman (2013, P 123) adverte para as mudanças no texto de Raízes do Brasil. “As modificações no capítulo “O homem cordial”, o quinto do livro, dinamizam a busca de soluções a esses impasses no trânsito do passado ao futuro”. Um trecho da correspondência do autor a Cassiano Ricardo: “Associo-a [a cordialidade] antes a condições particulares de nossa vida rural e colonial, que vamos rapidamente superando. Com a progressiva urbanização [...] o homem cordial se acha fadado provavelmente a desaparecer, onde ainda não desapareceu de todo. E às vezes receio sinceramente que já se tenha gasto muita cera com esse pobre defunto” (RB, 1956, pp. 311-314; Apud: FELDMAN, 2013, P. 124).

⁷ Didi-Huberman (2013, p.88) diz que a construção da representação de um homem ideal moderno é uma criação presente na escrita da história da arte de Giorgio Vasari (1511-1574), que ao “(...) inventar um novo gênero humano; uma elite, uma nobreza não do sangue, mas da *virtù*. Ela teria formado algo como uma humanidade ideal, um Parnaso de semideuses ressuscitados, que partilham com o príncipe os *sommi gradi* da vida social”. Este argumento retórico, segundo o autor, garantia que, mesmo de nascimento humilde, estes artistas, idealizados pelo gesto criador do historiador Vasari, tivessem acesso a uma cidadania concreta na corte dos príncipes.

participação política. O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (PND) lançado no ano de 1975, pelo governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), e pelos desdobramentos culturais do Programa de Cidades Históricas⁸ em Paraty. Este momento histórico é analisado dentro de uma perspectiva de transformação cultural devido à aceleração do fluxo de pessoas e informações na região. Não só em função da chegada da estrada Rio Santos, mas também devido às modificações nas relações políticas e nas manifestações coletivas de diversos setores da sociedade brasileira.

Para ter a perspectiva do discurso cultural que acompanha esta ação no tempo histórico, remeto-me ao Atlas Cultural do Brasil, publicação Conselho Federal de Cultura, 1972. O CFC foi fundado em 1966, contando em seu corpo de conselheiros com intelectuais oriundos do IHGB e da ABL, cuja incorporação ao projeto dos militares teria, segundo Ortiz (1985), a intenção de estabelecer uma ligação entre o passado e o presente, promovendo um sentido de continuidade cultural, não de ruptura. O que me interessa mapear neste documento é a discussão em torno de um conceito amplo de cultura. Destaco que neste Atlas está presente a ideia de mapa regional da cultura brasileira. Este mapa é uma contribuição do antropólogo Manuel Diegues (1912-1991), que foi o secretário de cultura do MEC na gestão de Geisel (1975-1978). O mapa organiza o território segundo as características culturais da população. As formas históricas de ocupação e a relação cultural entre os usos e as representações de diferentes coletividades humanas para seus territórios no Brasil.

Já o verbete Homem e Natureza apresenta o pensamento de Wanderbilt Barros (1916-1997). Barros era engenheiro agrônomo e foi um dos precursores no Brasil da ideia de conservação da natureza através de parques da vida selvagem. O verbete que ele produziu no Atlas do CFC é todo ilustrado por desenhos do THEATRI RERUM NATURALIUM BRASILIAE, dos naturalistas que acompanharam Nassau em sua missão de Arte e Ciência no Brasil Holandês, séc. XVII. Nele, Barros propõe a difusão de uma ideia científica da natureza relacionada à prática de um turismo educativo para o habitante das cidades. Barros foi um dos responsáveis pela consolidação no país do modelo de Parques Nacionais trazido dos EUA. Tendo tido uma ação pioneira à frente do Parque Nacional de Itatiaia, fundado em 1937. Em sua administração, 1943-1957⁹, criou diversos dispositivos

⁸ Programa Cidades Históricas (PCH) nasceu de um Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste proposto por João Paulo dos Reis Veloso, secretário de planejamento da presidência da república no governo Médici (1969-1974). Ao se tornar ministro do governo Geisel (1974-1979) Veloso expandiu o Programa como parte do II PND, elevando Paraty, com Y, à categoria de Cidade Histórica; “Então, esse relatório ficou pronto e, em 1975, a gente fez um documento que era uma portaria do ministro. Na realidade, ele levou isso à aprovação. Era uma portaria dele, onde ele criava uma coordenação, onde tinha a Embratur, tinha o Iphan e a Secretaria de Planejamento da Presidência, que coordenaria essas ações”. (ANDRADE, depoimento 2005, CPDOC/FGV, p. 3).

⁹ Ver: Brandão, Júlia Lima Gorges. *Conservacionismo, ciência e turismo: a experiência do Parque Nacional de Itatiaia (1943-1957)*: 141 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro., 2017.

para difundir uma cultura preservacionista entre visitantes, estudantes e pesquisadores no parque. É um precursor desta iniciativa que inverte o sentido do conhecimento comum sobre a natureza. Não é mais o nativo que constrói e transmite um conhecimento cultural sobre a natureza. Isso é folclore, sabedoria popular. É o cientista que ensina ao homem civilizado a verdade sobre a natureza, que ele desconhece por que vive afastado e só a visita a passeio.

3 HISTÓRICO DE UM CONFLITO RURAL

Neste breve tópico aponto para um dos conflitos norteadores na construção da identidade das comunidades tradicionais caiçaras em Paraty.

“A partir do início das décadas de 1970/1980, começa a se constituir uma identidade caiçara, fruto dos embates contra a especulação imobiliária e o autoritarismo ambiental, manifestado pela implantação de parques naturais. Um dos casos paradigmáticos dessa reação foi a luta dos trindadeiros, moradores da Trindade no sul do Rio de Janeiro, contra a instalação de um complexo hoteleiro pela empresa Adela-Brascan, que previa a transferência dos moradores. Após anos de luta, em 1982, firmou-se o acordo que garantiu, em parte, a posse da terra, fortalecendo a identidade caiçara.” (BRETON E PLANTE, 2005, P.278).

Estudada nos anos noventa pelos antropólogos canadenses Steve Plante e Yvan Breton, a questão fundiária da Trindade foi amplamente noticiada em uma matéria de página inteira na capa do Caderno B, o caderno de cultura e artes do Jornal do Brasil, em 19 de junho de 1978. O debate surge então com toda a força, aparecendo em diversos circuitos culturais, em várias formas de testemunhos. A matéria de 1978 fez parte do movimento organizado por frequentadores da Trindade, vindos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Entre eles se destacam duas figuras femininas. Adriana Mattoso, ativista do movimento ambientalista, diretora do documentário *Vento Contra*, 1978-1981 (37 min.), importante testemunho feito durante o momento mais violento do embate entre os *jagunços* da ADELA- BRASCAN e os moradores da Trindade. A outra personagem foi Angela Mascelani, antropóloga e diretora-presidente do Museu Casa do Pontal, no Rio de Janeiro, que frequentava regularmente a Trindade na época. Angela me contou que ouviu a esposa de um advogado dos *trindadeiros* falando que eles iam perder a ação coletiva, porque um acordo já estava sendo preparado nos bastidores. Imediatamente mobilizou assinaturas dos moradores para mover uma nova ação através do escritório de Sobral Pinto (1893-1991), no Rio de Janeiro. Esta nova ação é que ganha esta manchete no Caderno B em 1978.

É interessante perceber como as argumentações se produzem na época em torno das figuras jurídicas no discurso do direito. Os argumentos dos advogados da ADELA-

BRASCAN são justamente de que não existe a figura jurídica de duas posses, porque a própria ideia de propriedade privada repousa sobre a titularidade única da posse. Mas nas comunidades tradicionais, a posse se estende para o uso coletivo da terra. Ou seja, quando os *trindadeiros* eram “incentivados” a vender cada posse, eles imaginavam tratar-se da moradia, não do conjunto de terras utilizadas pela comunidade para desenvolver todas as suas atividades de subsistência. Suas “roças a beira mar”, como canta Luis Perequê (1992). Vejam que no argumento do advogado ressoam ideias que encontramos no texto já citado de Sérgio Buarque de Hollanda sobre o “gosto acentuado por atividades antes predatórias do que produtivas” (Op. cit., p. 56).

Para o Sr. Ernesto Cardoso (advogado), “não existe a figura jurídica de duas posses. Além do mais, os trindadeiros são apenas pescadores, possuindo lavouras de subsistência, plantando como nômades, ou seja, destruindo uma área; quando a terra já estava exaurida, transferiam-se para outro local. Por isso, o direito de posse que reconhecemos é o da área onde viviam.” (JB, 19/06/1978, Capa do Caderno B).

Portanto, há uma transformação importante em gestação. Um novo discurso sobre as comunidades tradicionais se constrói no interior desta relação conflituosa entre o processo de construção da estrada e a grilagem de terras. Será necessário que a ciência enfrente as questões políticas que este momento histórico traz para complexidade das relações sociais contemporâneas.

Os caícaras não costumam marcar suas posses com cercas ou linhas de divisa. A Reserva Ecológica se impõe sobre os espaços comunitários como se fossem áreas devolutas. Não levando em conta o regime de uso comum dos espaços e recursos naturais legitimado pela tradição. (DIEGUES E NOGARA, 2005, P. 145).

O que o antropólogo Antonio Diegues e o biólogo Paulo Nogara trazem para o debate político contemporâneo é uma mudança de paradigma. O estudo sobre o manejo de recursos naturais pelas comunidades tradicionais indica porque as regiões onde estes habitavam permaneceram preservadas durante séculos. Sendo que a destruição começa com a chegada de um novo ciclo econômico de desenvolvimento. Este ciclo se afirma por novos estatutos de direito à terra, que se constroem politicamente ao longo do processo de abertura do regime autoritário. Esta luta política na Trindade ocorre concomitantemente com o movimento pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita. Nas manifestações políticas no Rio de Janeiro ela está presente, como indica o JB de 15/08/1979. “Apelos vão dos presos à ecologia” (JB, P. 4) No pé desta matéria de página inteira são citadas as vozes das militantes que distribuem material sobre a situação na Trindade “protestem contra isso, escrevendo para jornais, para as rádios, mandando contribuições para a aldeia de Trindade”. (IDEM). O aspecto histórico marcante é o fato do conflito se estender até os

dias de hoje, constituindo uma memória comum, entre atores heterogêneos vivos, sobre um passado que não quer passar.

4 REDE CAIÇARA DE CULTURA

O encontro *Cultura e Território* realizado em Paraty durante a FLIP, julho de 2016, foi organizado pela articulação da Rede Caiçara de Cultura. Os depoimentos orais registrados incluem os de alguns fundadores da Rede em 2005¹⁰. Em seu conjunto, eles propõem uma comunidade de oradores e ouvintes que participa de um processo de produção conjunta de uma rede de saberes, onde o conhecimento tradicional, a pesquisa científica e a criação artística dialogam por mais de uma década na construção de uma memória coletiva. A memória da Rede Caiçara de Cultura. Em comum se percebe a luta pelo direito ao território tradicional, espaço social de reprodução e transformação histórica de suas práticas e representações sociais, ou seja, de sua cultura, seu jeito de viver. Nesse espaço social se desenvolvem novas formas de leitura do passado com o objetivo de construir melhores condições de vida no presente. Ronaldo do Campinho da Independência, território quilombola de Paraty, expõe assim sua visão da história dos quilombos como espaço comum de resistência:

Nos quilombos, ao longo do tempo do Brasil pré-republicano foi crescendo a presença de não negros que não eram da elite. Então o Brasil foi ocupado por um grupo cada vez maior de não negros, que não eram os donos do poder, que também eram aliados importantes da luta quilombola. Eles também eram abrigados nos quilombos. Então é importante entender que quilombos não eram formados só por negros, tinham não negros ali também. Ai, essa nossa relação é histórica. (SANTOS, depoimento oral, Paraty, 2016)

Sobre os impasses recentes da escrita da História, Guimarães (2007, p. 26) nos fala que o texto escrito da história é hoje percebido como parte de um conjunto móvel de experiências humanas e “seus signos, ao serem lidos evocam imagens a partir das quais o passado se torna matéria de conhecimento.”. Outras formas culturais de ler o passado, de se apropriar dele e construir narrativas em lugares de memória produzem identidades presentes com múltiplos projetos de história. O poder do conjunto das evocações de uma cultura histórica produz narrativas que o autor (2007, p. 26) explicita pelas palavras argutas de Jorge Coli como “os poderes da arte fabricando a História”.

¹⁰ Luis Perequê, músico e poeta de Paraty. Ronaldo Santos do Campinho da Independência, músico do grupo de RAP Realidade Negra, integrante do CONAQ, membro do Fórum das comunidades tradicionais indígenas, caiçaras e quilombolas de Paraty, Ubatuba e Angra. Dauro Marcos do Prado; liderança nacional caiçara, de família tradicional de resistência da Jureia (Município de Iguape, SP). Antonio Carlos Diegues, coordenador científico do NUPAUB, Núcleo de Pesquisas de Áreas Úmidas do Brasil, da USP. Alexandre Pimentel, autor do livro *Museus Vivo do Fandango*, então superintendente de cultura e território da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro.

Assim, como a fala de Ronaldo propõe uma história legitimadora da luta política das comunidades tradicionais, a fala do professor Diegues constrói para a comunidade de ouvintes uma visão antropológica do espaço caiçara. A noção de território é contada como experiência vivida por Diegues, e passa a fazer parte da constituição de memória da Rede Caiçara de Cultura.

Eu me lembro da importância dos mapas. Por quê? Porque, só um adendo, eu tinha feito meu doutorado aqui, então eu conhecia relativamente bem essa parte norte de Ubatuba e sul fluminense. E tinha feito meu mestrado entre os pescadores de Iguape e Cananeia. Então eu já tinha um trânsito aqui por essa região. E, como todo antropólogo, o que eu percebi é o seguinte; o modo de vida era praticamente igual. A importância da roça era a mesma, a importância do mutirão era a mesma, a importância do trabalho familiar era a mesma. (DIEGUES, depoimento oral, Paraty, 2016).

A festa também é um dos pilares do encontro de fandango e cultura caiçara. Faz com que cada encontro seja lembrado. Cada memória transmitida faça parte da dinâmica dos novos encontros. A Rede Caiçara de Cultura aparece assim como uma trama invisível do encontro de saberes, pela relação entre as lideranças comunitárias, os cientistas e os artistas, que é celebrada pelo baile e a comida comunitária. Todos se afinam com a alteridade caiçara:

Fandango é gozado, as músicas... Eu era um antropólogo ainda meio deficiente porque eu não me interessei muito pelas músicas, porque minha formação era marxista. Fortemente marxista. E marxista acha que a cultura musical é alguma coisa supérflua, o que eu só vim a aprender muito recentemente, que ela é fundamental na afirmação da identidade. Acho que são duas coisas importantes na afirmação da identidade; é a música, de um lado, a cozinha, do outro, a culinária, né, e claro a organização. (DIEGUES, depoimento oral, Paraty, 2016).

Então o ato de lembrar os feitos realizados é a condição de encontrar seu movimento de transformação, para entender seu lugar no presente. A escrita deste artigo faz parte do esforço geral das sociedades contemporâneas de lidar com seu “dever de memória”¹¹. O debate sobre os direitos das comunidades caiçaras é resultado de uma aceleração na circulação entre as esferas de saber. Ela influi na própria definição de uma ordem social mais justa, que tem de lidar com um passado que teima em não passar. Estes agentes sociais transmutam essa teimosia “presentista” em ato de insubordinação.

*E aí, eu também gostaria de pegar a ideia da **insurgência** quilombola. Eu nunca tinha pensado nisso como um fato importante pra esse movimento das comunidades tradicionais. E não quero nem trazer isso como um orgulho de*

¹¹ Dever de memória é a expressão que Luciana Heymann analisa como constitutiva de uma nova noção de direito à reparação, quando “toda evocação do passado, no espaço público, parece estar permeada por essa noção, presente no discurso de homens públicos, na fala de líderes comunitários, no debate acadêmico e nos textos jornalísticos.” (HEYMANN, 2006. P. 27).

ser quilombola, não é bem isso, mas é só uma reflexão mesmo política dessa linha do tempo; de quem somos nós nesse tabuleiro, né? Nós todos. (SANTOS. Depoimento oral, Paraty, 2016. Grifo meu).

Essa dinâmica de construção da memória coletiva é parte constitutiva da própria demanda social em pauta no encontro. Ela se constrói no diálogo estabelecido dentro da comunidade de oradores e ouvintes. Ou seja, a demanda social se identifica com um passado “presentificado” em uma situação social simbólica que, ao mesmo tempo, procura explicá-la e propõe sua transformação¹².

Em Guimarães (2007) vemos também uma ação possível para o historiador contemporâneo. À historiografia, como área de investigação caberia, entre outras, a tarefa de se interrogar acerca dessas inúmeras formas de produção do passado e dos regimes correlatos de escrita que se instauram para significar esse conjunto pretérito de experiências. Sobre os regimes correlatos de escrita se põe uma questão de uso, ou de invenção; a busca de uma escrita que dialogue com essas diversas formas de produção de conhecimento do passado¹³. O caso do compositor de Paraty Luis Perequê é expressivo de um regime de escrita da história produzido para dialogar com as comunidades tradicionais. Através do uso do ponteio de viola, expressão arraigada nos encontros de cantoria do mundo rural brasileiro, Perequê compõe seus versos explicando a transformação que Rio - Santos (1975) trouxe para o território caiçara.

Roceiro virou pedreiro
Trabalhando em construção
Fez as casa do estrangeiro
Grileiro de nosso chão
Tropeiro patrão de burro
Hoje é burro de patrão
Tem no peito um sussurro
Quando vê um lote de burro
Passando de caminhão

Perequeaçú
1992

Neste sentido a música é também uma escrita da história¹⁴. Assim o compositor popular ganha na circulação de uma memória compartilhada o status do narrador gabaritado de que fala Portelli (2011). A forma musical permite a apropriação direta da

¹² Aquilo que Zygmunt Bauman chama de “la política de la vida, más que el de las estructuras sociales y sistémicas; en otras palabras, las estrategias de vida posmodernas, más que la modalidad burocrática de gestión de los procesos sociales y la acción coordinadora, son los factores más influyentes entre los que dan forma a la situación moral de los hombres y mujeres posmodernos.” (BAUMAN, 2003, P. 64)

¹³ Para Gilroy (2011, p. 176) isto ocorre na produção e escuta da música quando “Urna espécie de historicismo popular, que estimulou um fascínio especial pela história e o significado de sua recuperação por aqueles que têm sido expulsos dos dramas oficiais da civilização”.

¹⁴ “La música, como la identidad, es a la vez una interpretación y una historia” (FIRTH, 2003, P. 184).

experiência narrada. É a história comum do poeta e do pescador. Do tropeiro e do cantor. Por causa dessa demanda, o compositor grava seus poemas em CD (Luis Perequê ao vivo, 2012). Eles são reproduzidos pelo pescador para sua rede de sociabilidade. O que multiplica a circulação de uma nova história pública.

Outro aspecto que Guimarães (2007, p. 35) discute é a subjetividade “como critério de legitimação dos discursos sobre o passado”. Se hoje não há um projeto único e ideal de futuro¹⁵, aparece vivamente na ciência e na arte uma necessidade de corrigir erros passados que permanecem. O ativismo caiçara de tradição oral incorpora o testemunho subjetivo ao encontro com outros saberes. Contudo, a avaliação sobre os resultados de um discurso enunciado é construída em processo. A história muda o sentido das classificações. É o que se ouve no depoimento de Dauro do Prado, líder comunitário da Juréia, litoral sul de São Paulo.

Eu, assim, pelo menos não lembrava desse... Não sabia desse nome comunidades tradicionais, de caiçaras. Nós nos entendíamos por praianos, por moradores da floresta, do mar. Mais ai veio esse nome, esse palavreado e a gente afirmou isso e acolheu esse pessoal, né. Oi tinha muita gente. O Zé Pedro que chegou lá juvenzinho. Dizendo pra nós que ia ajudar. Criou um alojamento. Nós carregamos pedra nas costas pra construir um alojamento da SEMA¹⁶, na época, que era uma secretaria especial de meio ambiente. E depois eles... a gente acreditando que iam criar uma coisa que ia ajudar e que ia afastar a Nuclebrás¹⁷, que ia afastar a especulação. Apoiamos tudo isso e de repente vem a puxada do tapete. Ai de repente vem uma lei que proíbe todas as atividades que os caiçaras fazem. Que vivem do mar, da pesca, da agricultura, do extrativismo, vive da floresta. É como Ronaldo falou, vive a relação com a natureza. O caiçara com o território é uma questão de pertencimento. Ele pertence àquele lugar. Ele pertence àquele mangue, ele pertence àquela areia, ele pertence àquela floresta, ele pertence a todas as coisas que estão ali. E quando se tira isso do caiçara, ou da comunidade quilombola, ou da comunidade indígena, dos pescadores, dos extrativistas é tirar a vida deles. (PRADO, depoimento oral, Paraty, 2016).

Dauro aponta o fato de que a identidade caiçara nasce de uma classificação apropriada da ação que mudou seu mundo comum. Sua afirmação política de resistência foi posterior à enunciação. Comunidades caiçaras era um termo do “palavreado dos ambientalistas” para designar a população de vida tradicional da Juréia. Transformou-se em sinônimo de resistência quando os “ambientalistas”, especialistas convocados pelo poder público, redefiniram a categoria de parque, normatizando as formas de manejo

¹⁵ Só restam projetos parciais como descreve Canclini (1997, P. 23): “Despojados de qualquer ilusão totalizadora ou messiânica, esses artistas mantêm uma tensa relação questionadora com sociedades, ou fragmentos delas, onde creem ver movimentos socioculturais vivos e utopias praticáveis”.

¹⁶ Dauro se refere a um dos criadores da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, José Pedro Costa. Ver: COSTA, José Pedro de Oliveira. Esboço da história da criação da SMA. In: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo: 25 anos. São Paulo: SMA, 2011.

¹⁷ O projeto nuclear brasileiro previa a instalação de usinas nucleares na Juréia e no litoral entre Angra dos Reis e Paraty. A BR-101 sul fazia parte desse projeto estratégico da Nuclebrás. Mas ela não chegou a se concretizar na Juréia. Fonte: Agência Estado, 17 Novembro 2002 | 20h02. Acessado em 04/08/2018.

dos recursos naturais, que acabaram por inviabilizar a vida tradicional e expulsar os moradores antes classificados como comunidades tradicionais caiçaras.

5 CONCLUSÃO

A Rede Caiçara de Cultura (2005-2016) aciona a arte como participante na dinâmica de um projeto mais amplo da sociedade englobante, que envolve o patrimônio comum da humanidade. O processo histórico é que propõe a noção de ciência¹⁸ como pilar de qualquer projeto de desenvolvimento. Ocorre uma mudança normativa quando o mundo atinge um padrão global de produção para o mercado e passa a valorizar a sobrevivência de qualquer herança cultural que preserve o meio ambiente¹⁹.

Nos campos da produção do conhecimento²⁰, o micro e o macro²¹ se integram ao projeto coletivo de sociedade planetária, no qual estão simbolicamente interligados por relações de dependência mútua. A categoria biossocial de representação do ecossistema conduz o conhecimento para a arena da disputa política²².

Através do conceito de ecologia, todos os seres vivos participam desta disputa pelos recursos da vida, e a vida os organiza segundo uma ordem de interdependência²³. Assim, os sonhos criativos do imaginário humanista moderno²⁴ encontram novos horizontes. As classificações biológicas e hierarquias sociais²⁵ ganham um novo sentido simbólico.

¹⁸ Que se passe-t-il alors si l'on range à l'opinion de nombreux scientifiques – et, incidemment, d'un nombre croissant de philosophes – que les sciences sont aussi nombreuses que variées, et qu'aucune définissent cohérente et systématique d'une «essence» propre de la science ne peut rendre justice à la diversité concrète des pratiques? Cela pourrait bien modifier notre appréciation de la variabilité des assertions métascientifiques. Car on est alors tenté de dire [...] que, comme chacune des grandes religions, différentes positions métascientifiques sont valables pour différents types, stades ou circonstances des pratiques que nous appelons scientifiques (Shapin, 1999, P. 77. Apud: VIDEIRA, 2007, P 152).

¹⁹ Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage 1972; Considering that deterioration or disappearance of any item of the cultural or natural heritage constitutes a harmful impoverishment of the heritage of all the nations of the world. (UNESCO. Paris, 16 November 1972).

²⁰ Segundo Hobsbawm (2003, p. 326), a mutação histórica se tornou o componente principal das ciências naturais. “O DNA a revolucionou. Assim, sabemos agora como é extraordinariamente jovem o *Homo sapiens* como espécie. Saimos da África a 100 mil anos”.

²¹ Ginzburg (2007) percebe que o processo de ruptura e continuidade no debate historiográfico entre o micro e o macro permitiu que a história das mentalidades introduzisse os temas de uma micro-história: a família, o copo humano, as relações entre os sexos, carisma, facções, através de abordagens antropológicas de estudos documentais, observando os documentos como coisas em suas relações com o tempo histórico.

²² A construção da oposição entre natureza e cultura é feita a partir de uma escolha: “e essa escolha é, de certa forma, política, por referir-se a modos de habitar o mundo, e não simplesmente a representações”. (VELHO, 2001, P 136).

²³ The unit of survival is organism plus environment. We are learning by bitter experience that the organism which destroys its environment destroys itself (BATESON, 1972., P 491).

²⁴ No encontro entre saberes, que se tornou comum com as navegações marítimas a partir de fins do século XV, a ciência ocidental é apresentada como superior. Os saberes tradicionais são compreendidos como sendo puramente empíricos, já que desprovidos de fundamentação teórica e adequada comprovação experimental. (VIDEIRA 2007, P. 143).

²⁵ A explicação histórica tem como função harmonizar o cosmológico e o social, o científico e o contextual, dar conta do “conteúdo das ciências” pelo seu “continente”, sendo que seu enfoque trata as produções científicas igualmente a todas as outras produções culturais geradas pelos humanos. (PESTRE, 1996, p. 8-9. Apud: VIDEIRA, 2007, P 137).

Destaco, contudo, que não se trata puramente de um conflito entre visões de mundo ou mitologias. Entre a percepção do cidadão urbano contemporâneo de que a natureza é bela e frágil e a do bruto lavrador arcaico incapaz de reconhecer a mudança dos tempos. Trata-se da concretização histórica de um longo processo de separação entre o trabalho humano e o uso da terra, transformados em categorias econômicas, em recursos para a produção. Em mercadorias a serem negociadas segundo um fluxo de oferta e demanda. Este artigo fala dos grupos humanos para quem a terra e o trabalho, o mundo real e suas representações são fatos indissociáveis da vida.

No Brasil, alguns dos historiadores que nos contam essa transformação na vida das comunidades tradicionais são os cantadores populares. O cantador está em todos os cantos, como nos conta Dércio Marques:

Eu quero falar do cantador, o autêntico cantador (...). No Brasil, quando falamos de cantadores, nos transportamos para o norte, nordeste, pro sul, interior de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Amazonas, enfim, para todos os cantos deste país tão grandioso. Pois em cada canto existe o que nós chamamos de “o cantador”²⁶. (BERTELLI, 2017, P. 14).

Em *Cantos da Mata Atlântica* (1999) Dércio Marques grava a canção *Orelha de Pau*, do cantador Luis Perequê de Paraty. *Orelha de Pau* é um cogumelo, também conhecido como urupê ou pironga, e tem seu nome popular associado ao formato de orelha de consistência dura. O fungo é uma espécie de decompositor, realizando um importante papel de reciclar a matéria orgânica da natureza. A canção propõe uma singela síntese para os processos contraditórios de construção dos percursos comuns. Ela convida a andar pelo mato, errar de caminho, pegar carrapato e pisar em espinho para encontrar as coisas que é preciso aprender. Este canto quer validar a perspectiva do olhar humano sobre todos os seres vivos. Mas nos alerta de que precisamos atentar sempre para o caminho enquanto procuramos encontrar a verdade das coisas mundanas. Uma vez que cada caminhante segue pisando os caminhos da história, a cada passo que dá deve olhar em todas as direções, porque “quando sonhamos as flores do alto / sem querer pisamos as flores rasteiras / igualzinho na vida / esta flor preferida de toda canção”. (Perequê, 1999).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATESON, G. *Steps to an ecology of mind*. San Francisco. Chandler Pub. Co., 1972. P 491.

BAUMAN, Zygmunt. De peregrino a turista, o una breve história de la identidade. In: HALL, Stuart. GAY, Paul du. (compiladores). *Cuestiones de Identidad Cultural*. Buenos Aires. Amarrotu, 2003. P 64.

²⁶ Estas palavras são do cantador Dércio Marques (1946-2012) copiadas de Bertelli (2017) que as transcreveu da última aparição pública do artista no programa *Senhor Brasil*, de Rolando Boldrin, exibido na TV Cultura, em 02 de agosto de 2012. Quarenta dias depois de seu falecimento em 24 de junho de 2012, em Salvador, BA.

- BERTELLI, Leticia Queiroz. *Dércio Marques: da Latinoamérica ao Brasil de dentro*. 155 F. Dissertação (Mestrado em Música). Escola de comunicação e artes. USP. São Paulo, 2016. P 14.
- BRANDÃO, Júlia Lima Gorges. *Conservacionismo, ciência e turismo: a experiência do Parque Nacional de Itatiaia (1943-1957)*: 141 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 2017.
- BRETON, Yvan e PLANTE, Steve. Gestão de recursos de uso comum em Paraty. In, Antonio Carlos Diegues (Org.), *Enciclopédia caiçara vol. III: O Olhar estrangeiro*. São Paulo, Editora Hucitec, NUPAUB, USP, 2005. P 278.
- CANCLINI, Néstor García. Das utopias ao mercado. In: *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997. P 184
- COSTA, José Pedro de Oliveira. Esboço da história da criação da SMA. In: *Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo: 25 anos*. São Paulo: SMA, 2011.
- CUNHA, A. Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Lexikon, 2015, P. 112.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. A arte do renascimento e a imortalidade do homem ideal. In: *Diante da imagem: questão colocada aos fins da história da arte*. São Paulo. Editora 34, 2013. P 69 – 113.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001. P 158.
- DIEGUES, A. Carlos e NOGARA, Paulo. *Nosso Lugar Virou Parque*. Estudo Socioambiental do Saco de Mamanguá, Parati, Rio de Janeiro. São Paulo, NUPAUB – USP, 2005. P 145.
- FELDMAN, Luiz. Um clássico por amadurecimento: Raízes do Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais - VOL. 28, Nº 82, junho/2013*. P. 123 -124.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: Jorge Ferreira (org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Ed.Civilização Brasileira, 2001.
- FRITH, Simon. Música e identidade. In: HALL, Stuart. GAY, Paul du. (compiladores). *Cuestiones de Identidad Cultural*. Buenos Aires. Amarrotu, 2003. P 184.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro; modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34, UCAM, 2011. P 176
- GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: *O Fio e os Rastros. Verdadeiro, Falso, Fictício*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- GUIMARÃES, Ruth. *Caleidoscópio*. A saga de Pedro Malazartes. São José dos Campos, São Paulo, Edição do Autor, 2006. P 19.
- GUIMARÃES, Manoel. O presente do passado: as artes de Clío em tempos de memória. In: ABREU, M., SOIHET, R. e GONTIJO, R. *Cultura Política e Leituras do Passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007. P 26 – 35.
- HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? Pensando o limite. IN: Sovik, Liv (org.) *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, P 101-128.

HEYMANN, Luciana. *O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2006. P 27

HOBBSAWM, Eric. *Tempos interessantes*. Uma vida no século XX. São Paulo. Companhia das Letras. 2002. P 326.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Versão de 1969. São Paulo. Cia das Letras, 1995. P 56 - 170.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo. Brasiliense, 1985.

PORTELLI, Alessandro. Entrevista com Alessandro Portelli. In: *Revista Historiar*. Universidade Estadual Vale do Acaraú. V.4, N. 4, jan/jun, 2011.

SECORD, James. Knowledge in Transit. (Palestra proferida no quinto encontro da British Society for the History of Science. Cambridge, em 6 de agosto de 2004). In: *The History of Science Society*. No 95, 2004. P 654 – 672.

SOIHET, Rachel. Introdução. In: Martha Abreu e Rachel Soihet. *Ensino de História, conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Faperj, 2003. VELHO, Otavio. De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico. *Mana*. V. 7, N 2, 2001. P 136.

VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. Historiografia e História da Ciência. In: *Escritos*. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ano 1, n. 1, 2007. P. 137 – 152.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *The Modern World-System IV. Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914*. Berkeley. University of California Press, 2011.

DOCUMENTOS SONOROS.

DIEGUES, A.; PIMENTEL, A.; PEREQUÊ, L.; PRADO, D.; SANTOS, R. *Cultura e Território*. Roda de depoimentos. XIV Festa Literária Internacional de Paraty. Paraty, RJ, em 02 de julho de 2016. (2 h 29 min.).

ENTREVISTAS.

ANDRADE, Henrique Oswaldo de. Henrique Oswaldo de Andrade (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (1h 20min). Entrevistador (es): Lia Calabre de Azevedo; Lúcia Lippi Oliveira. P 3.

OUTROS DOCUMENTOS.

CPDA/ UFRRJ. *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Relatório Final, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2015. P. 305.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1978. Capa caderno B.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1979. P. 4

MEC/CFC/FENAME. *Atlas Cultural do Brasil, 1972*.

UNESCO. Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage; Paris, 16 November 1972

DISCOS E CDS

MARQUES, Dércio e Dorothy. Orelha de Pau (Faixa 1), de Luis Perequê. In: **Cantos da Mata Atlântica**. Santos, SP. Independente, 1999. 1. CD. (68min 36seg). Estéreo

OS CAIÇARAS. Ciranda (Faixa 5), domínio público. In: **Dias de Caiçara, música**. São Paulo. Dialetos Latin American Documentary, 2009. CD 2. (49 min 28 seg).

PEREQUÊ, Luis. **Luis Perequê ao vivo**. Ubatuba, SP. Silo Cultural, agosto de 2012. 1 CD. (47 min 36 seg.).

PEREQUEAÇU, Luiz. Encanto Caiçara (Faixa 1) e Poema de Tropeiro (Faixa 5), de Luiz Perequeaçu. In: **Encanto Caiçara**. Rio de Janeiro. Via Cult, 1992. 1 disco, (35min 34seg). Estéreo/Mono. 100.839.

CAPÍTULO 12

PERSPECTIVA DE LA RELACIÓN TERRITORIAL Y DE LOS PROCESOS HISTÓRICOS. ¿QUÉ NOS NARRA LA EDUCACIÓN? LA VERDAD COMO ELEMENTO DE LIBERACIÓN

Data de submissão: 30/04/2021

Data de aceite: 19/05/2021

Yetko Alexander Sierra Maira

Psicólogo | Jefe de Seguridad
Universidad de Arte y
Ciencias Sociales ARCIS
Comuna de Santiago, Chile
Representante Grupo de
Acción Social Lelfüm
CV

Ulises Mauricio Díaz Sánchez

Psicopedagogo y Profesor Diferencial en el
Liceo Poeta Neruda
Comuna de La Granja, Chile
Colegio Humanista Andares de la
Comuna de La Florida
Región Metropolitana, Chile
Representante Grupo de
Acción Social Lelfüm
ulisesdiazsanchez2014@outlook.cl

RESUMEN: El presente Taller fue diseñado y aplicado en el IV Congreso Latinoamericano de Filosofía de la Educación Desafíos de la Filosofía de la Educación en América Latina: memoria y prospectiva. Organizado por la Asociación Latinoamericana de Filosofía

de la Educación ALFE, AC y la Escuela de Humanidades de la Universidad Nacional de San Martín en Buenos Aires, Argentina en el año 2017. Por tanto, ha sido reeditado para facilitar su contextualización y comprensión. La Verdad, concepto de profundo valor ético. Nunca se debería faltar a ella y de ninguna forma se debería tolerar cuando esté en entre dicha la libertad y la vida. Este año y el pasado, han estado marcados por la pandemia debido al virus Covid-19. Generando sufrimiento, angustia, encierro, represión, pobreza, temor y muertes. Pero ¿Por qué es importante esta palabra? Porque sólo la verdad nos hará libres. Al contextualizar la acción colectiva en el plano comunitario y que esta se sincronice con lo popular, su cultura es para visibilizar una posibilidad real de transformación social. Esta transformación se basa en entender y saber relacionarse con el objeto enajenado (el capital y su estado: el mundo), es decir con aquello que no pertenece a la unidad. Esta 'cualidad del ser: unido' es lo que *pone* a Latinoamérica como el territorio – haciendo memoria del despojo de vidas, tierras, tradiciones y creencias que tenían como soporte el respeto mutuo para instalar lo intuido- idóneo para que el ser autónomico *opte* por la rebeldía para realizarse en la libertad. Es por lo que Lelfüm como grupo toma la proyectiva como filosofía práctica y lucha por resignificar las raíces del ser libre.

PALABRAS CLAVES: Organización. Territorio. Verdad. Liberación. Comunitario.

PERSPECTIVE OF THE TERRITORIAL RELATIONSHIP AND HISTORICAL PROCESSES.
WHAT DOES EDUCATION TELL US?
THE TRUTH AS AN ELEMENT OF LIBERATION.

ABSTRACT: This Workshop was designed and applied in the IV Latin American Congress of Philosophy of Education Challenges of the Philosophy of Education in Latin America: memory and prospective. Organized by the Latin American Association of Philosophy of Education ALFE, AC and the School of Humanities of the National University of San Martín in Buenos Aires, Argentina in 2017. Therefore, it has been republished to facilitate its contextualization and understanding. The Truth, a concept of deep ethical value. It should never be missed and in no way should it be tolerated when freedom and life are in between. This year and last, they have been marked by the pandemic due to the Covid-19 virus. Generating suffering, anguish, confinement, repression, poverty, fear and death. But why is this word important? Because only the truth will set us free. By contextualizing collective action at the community level, and that it is synchronized with the popular, its culture it is to make visible a real possibility of social transformation. This transformation is based on understanding and knowing how to relate to the alienated object (capital and its state: the world), that is, to that which does not belong to unity. This 'quality of being: united' is what places Latin America as the territory - making memory of the dispossession of lives, lands, traditions and beliefs that were supported by mutual respect to install the intuited - ideal for the autonomous being to choose rebellion to be realized in freedom. This is why Lelfüm as a group takes the projective as a practical philosophy and struggles to redefine the roots of being free.

KEYWORDS: Organization. Territory. Truth. Liberation. Community.

1 PRIMER MOMENTO EXPOSITIVO

1.1 COMIENZO

[Despliegue metodológico de la *Pedagogía Analítica* en su formato: Taller]

Marri marri pu peñi, pu lamieng. Buenas tardes, hermanos y hermanas. Les saludamos en mapudungun como muestra de solidaridad con el Pueblo Nación Mapuche quienes llevan más de 500 años resistiendo por su territorio y que, en esos momentos, estaba el peñi (hermano) Ariel Trangol en 128 días en huelga de hambre. Demandando un proceso justo, sin tramites dilatorios que puedan producir daños irreparables a la salud de nuestro compañero.

El 27 de abril del 2018 fue condenado a 10 años de cárcel junto a su hermano Alfredo Trangol. Sin embargo, el 12 de septiembre del mismo año ambos fueron absueltos e indemnizados.

1.2 ENCUADRE

- Este Taller se basa en perspectivas de relaciones humanas donde se resalta la verdad como elemento de liberación. Citando hitos, frases y expresiones populares daremos forma a este *espacio temporal*.
- Es, además, para presentar al Taller como un *dispositivo* lúdico, el cual tenga como propósito hacer de este acontecimiento una performática ABYA YALA [(Latinoamérica)-Histórica]; educacional –que su apunte e inscripción sea lo pedagógico–; y política.
- El Taller está subdividido en duodécimos momentos expositivos, los cuales presentarán un archivo y/o narrativa en particular que está anudada a la propuesta en general por medio de la lectura y soportes estéticos: *disponer un cuadro que active lo sensorial, lo visual, lo auditivo y lo subjetivo*.
- Por último, representar una posibilidad metodológica de abordaje psico-socio-pedagógico a los/as profesionales de la educación, principalmente, a los/as afines a las humanidades, a las ciencias sociales y a las artes.

2 SEGUNDO MOMENTO EXPOSITIVO

(Lectura del resumen del taller)

3 TERCER MOMENTO EXPOSITIVO: CONTEXTO ECONÓMICO

“Señoras y señores, venimos a contar, aquello que la historia, no quiere recordar, pasó en el norte grande, fue Iquique la ciudad, 1907, marcó fatalidad allá al pampino pobre, *mataron por matar*, allá al pampino pobre, *mataron por matar*. Seremos los hablantes, diremos la verdad, verdad que es muerte amarga, de obreros del salar recuerden nuestra historia, de duelo sin perdón, por más que el tiempo pase, no hay nunca que olvidar ahora les pedimos, que pongan atención, ahora les pedimos, que pongan atención. (Advis, L. 1970)”.

La matanza en el lugar desde donde se forma se contiene y se cobija al *diferente* como lo es la Escuela, la cual debiese tener como propósito “ser una comunidad educativa que promueva y construya una formación integral con énfasis en lo valórico, académico y cultural, en un ambiente afectivo y de respeto por la diversidad; que genere personas comprometidas con la construcción de una sociedad justa y solidaria (Colegio Humanista ANDARES de La Florida, 2002)”, es una expresión relacional que tiene el burgués *hacia* el pobre organizado.

El tema: Pregón perteneciente a la obra musical Cantata Santa María de Iquique, la cual es interpretada por el grupo chileno Quilapayún y donde se narra rítmicamente el

genocidio ocurrido a las familias de obreros y campesinos bolivianos, peruanos y chilenos en este espacio educativo, nos demuestra el grado de distancia y escisión, por ende, de división *relacional* existente entre lo popular y lo burgués; relación que hasta el día de hoy persiste.

Pero, sucede que la educación “formal” está en manos de burgueses [...] Por qué tergiversa y oculta las verdades históricas, transformando así el significado real de lo nuestro. Esto lo podemos ejemplificar en el ocultamiento de las 24 matanzas del ejército chileno a su “propio pueblo” que dice defender, y glorificando la erróneamente llamada guerra del pacífico, la que en realidad fue la guerra del salitre, conflicto que acabó con las vidas de miles de hermanas y hermanos de diferentes nacionalidades donde los “ganadores” fueron la elite gobernante de Chile y el capital extranjero.

En consecuencia, importante, no olvidar y si resignificar el espíritu de lucha; de organización de nuestra clase trabajadora y popular que en un clima hostil para la articulación territorial logró reunirse. El trabajo esclavizado en condiciones de tortura para enriquecer a unos/as pocos/as que consiguen sus riquezas con *sangre humana*, mancharon a la Escuela Domingo Santa María del puerto de Iquique con 2000 a 4000 personas que buscaban dignidad y un mejor vivir para sus familias. Fueron asesinadas sin concilio, sin amor por empresarios/as y el estado de Chile. Por eso nos *distinguimos* entre justos/as y maleantes, entre ángeles y demonios porque anhelamos que triunfe el bien y el mal sea arrancado de raíz.

Como expone (Perales, 2005):

“Proyectiles que no paran, por el centro de sus alas, hace que la paga sea cara, su vida, sancionada.

Dedicado al que muere así porque a un enemigo provocaba, a un enemigo provocaba, a un enemigo provocaba.

//: Les tendré, que enseñar la diferencia de un ángel a un demonio; la diferencia de un hospital y un manicomio; de estar bien y estar erróneo”.

4 CUARTO MOMENTO EXPOSITIVO: CONTEXTO HISTÓRICO

Al presentar La Proyectiva (la propuesta puesta en perspectiva), la cual es *el deseo puesto en lo propio*, se hace para recordar el lugar que lo “nuestro: lo que ponemos” ocupa en la realidad Latinoamericana, principalmente en las diversas experiencias de lucha, resistencia y rebeldía que se tiene con el objeto enajenado. Esta relación que surge con aquello que se nos coloca como lo contrario, como lo no reconciliado en sí, con lo que envuelve y aplaca a la subjetividad revolucionaria hace que focalicemos y propongamos nuevas posibilidades de relacionamiento mutuo. Por eso mismo conceptualizamos lo proyectivo como una composición descompuesta *en* la posición de ser; porque se es singular como múltiple, debido a su constitución: la dualidad, vale decir, el dos.

El uno, es uno/a, es decir, alguien como tú o como yo, que es el equivalente al *singular*. El dos representa al otro/a, es decir, al uno/a reflejado he invertido desde la negatividad de ser (lo descompuesto), y El tres, es uno/a, es otro/a y, por ende, nosotros/as. El tres es el que *relaciona* y hace posible el proceso de relación y, por lo tanto, de unión. Mejor Planteado: uno = yo – tú / dos = los/as hermanos/as / tres = madre y padre. Esta triada corresponde al nudo del Yo, al singular que compone a toda la red relacional desde la cual nos desarrollamos desde pequeños/as (proceso primario), vale decir, la familia.

De otra forma: uno = yo – tú / dos = el/a vecino/a / tres = el vecindario, el barrio, la población, vale decir, la comunidad; y que es la comunidad: *la actividad del común*, es decir, el movimiento del nuestro [...] y qué es lo nuestro, lo de nosotros/as!!! Aunque surge la duda: qué es lo de: nosotros/as, y eso es *lo propio* que se presenta con el gesto del poner –que también es la otra forma de mostrar lo puesto- que emerge del apuntalar; y qué se apunta: el *deseo*.

Por lo tanto, la proyectiva es la externalización del deseo de cada uno/a al mundo, al tiempo, al espacio y en donde su producción se realiza en la auto determinación de la historia.

5 QUINTO MOMENTO EXPOSITIVO: LA CUALIDAD DEL SER REVOLUCIONARIO

“Déjeme decirle algo, aunque le pueda parecer ridículo. Un revolucionario verdadero está guiado por grandes *sentimientos* de amor, amor a la humanidad, amor a la justicia y a la verdad.

Es imposible pensar en un/a revolucionario/a auténtico/a sin esta cualidad” (Portavoz, 2012).

La *posición* y la *condición* son una red de relación que permiten comprender el *marco* general de la “perspectiva comunitaria”. Perspectiva que se sitúa más allá de una visión artística del medio -siendo que lo es-; más allá del linde representacional de los objetos –siendo que lo posee-; más allá de los sentidos. Sin embargo, este “más allá” no es sino la figura concreta de expresar lo venidero en su forma posible. Ahora bien, eso venidero que se nos coloca como lo próximo es, a la postre, un medio-modo de participación e implicancia en un proceso global. Global en el sentido de *estar de sí* implicado en el proceso que hace posible que lo global se englobe a *sí* en la dinámica de la representación que hacemos con las cosas que se nos presentan inmediatamente en la cotidianidad, donde *nos fijamos y nos apuntalamos en lo que deseamos realizarnos*. No obstante, eso que se nos coloca y que se nos representa en el medio y modo de participación e implicancia en ese lugar de realización (global), nos conlleva a la **Opción**. Pero qué tipo de opción se nos presenta en la dinámica del medio y del modo: la de *hacer, ser y estar* sumergidos en la *rebeldía*.

No es que la opción sea un *hacer, ser y estar* en la rebeldía -solamente-, por el contrario, la *opción se rebela* en la medida que la tomamos como *perspectiva de realización colectiva*. Colectiva desde la participación que hacemos a la hora de ejecutar algún proyecto, tarea, objetivo que sea reflejo del trabajo que se está haciendo en algún territorio. Pero la rebeldía al ser una *actitud* y una *acción* de desobediencia, insubordinación; alzamiento e indocilidad hacia la autoridad nos revela el grado que posee esta actitud-acción hacia ese otro. Ese otro “exterior”: el mundo que se expresa a través del estado y el capital y todas sus vías y accesos de entramarnos en la obediencia, en la subordinación y en la docilidad hacia lo instituido. Este último hace referencia a la ley que controla y domina el mundo por medio del estado, el cual tiene como único propósito *administrar al capital*, es decir, hegemonizar el gobierno del trabajo y sus productos (Marx). Pero ese otro no hace más que inculcarnos a la opción de la rebeldía en su faceta externa: de elección y toda la red que implica ese mecanismo, es decir, no propia del ser en tanto este es humano/a; pero nosotros/as la comprendemos como una actitud-acción constitutiva del ser en tanto este es comunitario/a. Es por así decirlo, *la rebeldía es inmanente a nosotros/as, y al ser propia, somos rebeldes*. Soy rebelde porque opto por ella, ya que abre un umbral posible de inmiscuirnos en la transformación.

Lo *comunitario* no se comprende sin la opción a algo: mismo mecanismo que hace lo propio en la dinámica de lo puesto, debido a que lo toma como fundamento praxiológico. Esta opción a algo -no mundano- que se nos presenta en la experiencia comunitaria es lo que denominamos y sintetizamos como: *Perspectiva*.

Por tanto, y como afirma Link, Mel & Poerilla (2011):

“Libertad, libertad dime donde tu estarás, te busco entre la corrupción y no te veo llegar, llena me da fe, para poder respirar, regálame la fuerza para poder caminar, entre sistemas Babilónicos, ambientes insólitos, donde el maltrato y el abuso son históricos, como no querremos escupirle y atentarles si faltan el respeto hasta los niños y las madres. Gobierno oscuro se burlan de la nobleza, no saben a lo que sabe la pobreza, pero esta revelación apenas comienza, pagaran el precio de subestimar la paciencia, los gritos ignorados, los llantos compartidos, la sangre derramada de los hermanos, entreguen lo que deben o corran mientras puedan, *en la calle brillamos nosotros nunca ustedes*”.

Poner y apuntar, conocer y reconocer, son así, los parámetros del comprender. Conocer y reconocer lo que se pone en el ejercicio del apuntar es lo transformable. Por ende, transformamos lo que ponemos desde el apuntamiento que hacemos hacia eso puesto. Pero no es solamente transformar lo que ponemos como puesto, sino que más bien, lo transformado es *descompuesto por lo puesto en el apuntar* que se nos mostrará

como conocer. Lo que transformamos, a las finales, es al conocer mismo, o del como el conocer se nos presenta en el comprender al mundo. Mundo que se contrapondrá, en nuestro caso, al que hacer comunitario.

6 SEXTO MOMENTO EXPOSITIVO: MEMORIA REBELDE

Dentro de la memoria es importante denotar la *identidad* propia (lo *empático*, que en términos políticos es la consciencia de clase; en términos psicoanalíticos, es el reflejo) y territorial del *proyecto revolucionario internacional*. La historia de nosotros como el territorio nombrado: estado de Chile la ha inscrito y objetivado el *burgués*. De esa clase han salido genocidios, torturas, explotaciones, copias, robos, violaciones para adscribirse a sí la propiedad del flujo del mundo, es decir, el capital. Paralelamente, *el pueblo crea y construye Poder Popular*.

Por eso mismo, valoramos la valentía de las personas que están firmes en la lucha; en la solidaridad de clase, la cual es *expresada* en el apoyo mutuo; en las y los que *realizan* el buen juicio y la justicia en los centros educacionales, ya sean estos/as docentes o trabajadores de la educación. En consecuencia, hacemos un homenaje conmemorativo a nuestra artista popular Violeta Parra que, en su centenario natalicio (1917-2017), introducirá y cerrará la canción: Memoria Rebelde realizada por el cantante Subverso, la cual fue diseñada en conjunto con historiadores chilenos.

7 SÉPTIMO MOMENTO EXPOSITIVO: LA TOMA COMO EXPRESIÓN DE LA ORGANIZACIÓN POPULAR

“Yo pregunto a los presentes. Si no se han puesto a pensar. Que esta tierra es de nosotros. Y no del que tenga más. Yo pregunto si en la tierra. Nunca habrá pensado usted. Que si las manos son nuestras. Es nuestro lo que nos dé.

A desalambrar, a desalambrar. Que la tierra es nuestra, tuya y de aquel. De Pedro y María. De Juan y José.

Si molesto con mi canto. Alguno que no quiera oír. Le aseguro que es un gringo. O un dueño de este país” (Viglietti, 1973).

Es relevante resaltar la importancia del ser *valiente*. Solidarios/as, con los y las personas, la organización, la coordinación y la convicción. Tomando lo anterior, connotamos a la acción de cualidad *antropológica* (cartográfica) de apoyo y al levantamiento reivindicativo por medio de las tomas de terreno con la finalidad de desarrollar proyectivas *comunitarias* y *libertarias*.

8 OCTAVO MOMENTO EXPOSITIVO: ABYA YALA

Para resonar y representar en el significado mismo de Latinoamérica, se presentará el siguiente Poema.

ABYA YALA - LELFÜM.

Tierra nacida de la divinidad, nacida para observar el mundo el universo.

Nacida en su esencia para ser gloriosa.

Tierra que dio a nacer a guerreros para que esta fuera respetada, a veces tuvo que ser con sangre, que no fue entendida por algunos, pero necesaria.

Tierra de madres hermosas, con niños inquietos, que con sus travesuras hacen ver al universo infinito, como de verdad lo es, sencillo.

Tierra mágica que nació para demostrar que lo divino y bello, lo glorioso, respetuoso y lo sencillo hacen que *una obra obre en su obrar* y

Que haga de esta tierra un espacio de enlaces comunitarios que permitan alcanzar la libertad del SER.

Ulises Mauricio Díaz Sánchez.

9 NOVENO MOMENTO EXPOSITIVO: COSMOVISIÓN MAPUCHE

➤ Resumen histórico.

- Intento de exterminio y militarización a la Nacional Mapuche.
 - Resistencia al imperio inca.
 - Resistencia al reino español.
 - Resistencia al estado chileno y argentino, los cuales traicionaron a la nación Mapuche, ya que fueron su esencial apoyo para combatir a la corona española. Luego desplegaron sus avanzadas políticas, religiosas y militares hasta el día hoy.
- La Educación como engaño en los procesos históricos.
 - Ejemplo:
 - La mal llamada pacificación de la Araucanía en Chile y la campaña del desierto en Argentina, proceso de despojo y genocidio para otorgar tierra a burgueses.

Proceso de pérdida del territorio mapuche

En hectáreas

31 Millones

10 Millones

526 Mil

350 Mil

Fuente: WATU

300 Mil

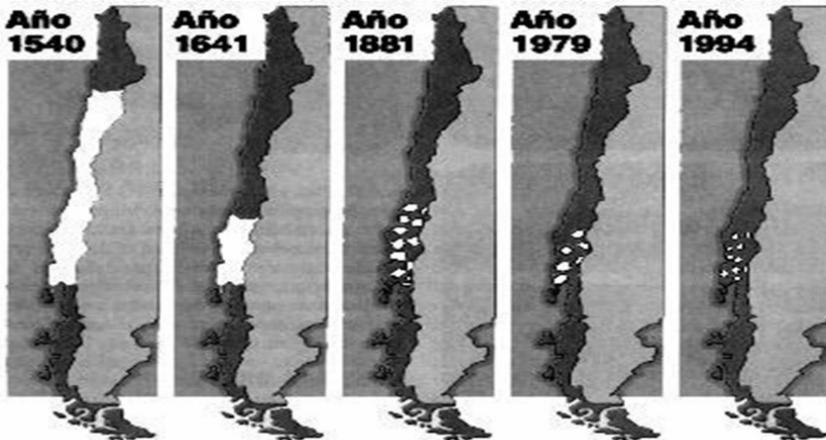
Año
1540

Año
1641

Año
1881

Año
1979

Año
1994



En consecuencia, les presentamos la posición espiritual e histórica del mapuche representado desde la posición del Machi que nos hace hincapié en la relación que se tiene con *lo vivo* y con *lo espiritual*. En términos políticos y militares se describen como pu weichafe al ser la expresión de la defensa del lof y los espacios sagrados.



“Cuando nosotros luchamos por cuidar los bosques, por cuidar los ríos, por cuidar la madre tierra, es la lucha de ustedes, y es la lucha nuestra. Es la lucha de todo hombre, de toda mujer, de todo niño que tenga un espíritu, un espíritu libre, y un espíritu amante con los seres vivos de la naturaleza. Marichiweu. (Subverso & Portavoz, 2013)”.

10 DÉCIMO MOMENTO EXPOSITIVO: POSICIÓN GRUPO DE ACCIÓN SOCIAL LELFÜM.

Seguiremos en la lucha hasta la victoria. Independiente de todas las dificultades que puedan existir. Los intentos de atemorizarnos con sus armas, con sus persecuciones políticas; seguimientos con telecomunicaciones; leyes que privan las libertades: monarquías, burguesía, oligarquías, narcos y sus drogas no podrán aplacar nuestros deseos de Revolución.

Nosotros/as seguiremos con trabajo, solidaridad y apoyo entre hermanos/as: a disposición de la Mapu Ñuke (madre tierra), con respeto y amor hacia ella.

Por último: resignificar a los y las revolucionarios/as, guerreros y guerreras de la justicia y la verdad; por la libertad.

2021: Han ido sucediendo situaciones que pocos/as pudieron predecir. Nos ha tocado despedir a familias, amigos y familiares de compañeros de clase. El dolor es profundo, imposible de sacar, menos olvidar. Son tiempos difíciles, aunque la muerte nos acompaña siempre.

Al parecer hay vidas que se protegen, cuidan y valoran más que otras. Y la verdad vemos que algunos creen que pueden jugar con ella para someternos, tenernos dóciles. Esto para que burgueses aumenten su riqueza y los políticos jueguen con el hambre, la dignidad y la salud de la humanidad (con tratos diferentes según su territorio).

Eso quiere decir que la revolución aún no se ha logrado, sabemos que no es tarea fácil, nunca lo ha sido. Pero ¿a qué le temen? Si ellos tienen todo el poder, manejan la verdad, disponen de armas, montajes y telecomunicación.

Su mayor temor es que nos reconozcamos, que investiguemos la verdad, que nuestro motor de lucha sea el amor. Al tocar nuevamente los conceptos de verdad y amor ratificamos que ambos son a prueba de balas.

Seguimos resignificando la fuerza del trabajo y lucha que se extienden sin fronteras, buscando justicia y dignidad. El apoyo mutuo, el amor a querer mejorar nuestra relación con la naturaleza nos permitirá en futuro no lejano, tener una proyectiva armónica, para eso, deberá haber justicia por los/as muertos/as que lucharon por tener mejor vida para su comunidad. Resistan, los procesos no se detienen, que nunca la injusticia te sea indiferente, al contrario, solidariza con quien la sufre, nuestra fuerza está en la unión.

11 UNDÉCIMO MOMENTO EXPOSITIVO: CIERRE

“Señoras y señores, aquí termina, la historia de la Escuela, Santa María y ahora con respeto, les pediría, que escuchen la canción, de despedida. Ustedes que ya escucharon, la historia que se contó, no sigan allí sentados, pensando que ya pasó, no basta solo el recuerdo, el canto no bastará, no basta solo el lamento, miremos la realidad.

Quizás mañana o pasado, o bien en un tiempo más, la historia que han escuchado, de nuevo sucederá, es Chile un país tan largo, mil cosas pueden pasar, si es que no nos preparamos, resueltos para luchar, tenemos razones puras, tenemos porque pelear, tenemos las manos duras, tenemos porque ganar.

Unámonos como hermanos, que nadie nos vencerá, si quieren esclavizarnos, jamás lo podrán lograr, la tierra será de todos, también será nuestro el mar, justicia habrá para todos, y habrá también libertad.

Luchemos por los derechos, que todos deben tener, luchemos por lo que es nuestro, que nadie más ha de ser.

No hay que ser pobre amigo, es peligroso ser pobre amigo, es peligroso ser pobre amigo, no hay ni que hablar amigo, no hay ni que hablar, es peligroso.

Unámonos como hermanos, que nadie nos vencerá, si quieren esclavizarnos, jamás lo podrán lograr,

la tierra será de todos, también será nuestro el mar, justicia habrá para todos, y habrá también libertad, luchemos por los derechos, que todos deben tener, luchemos por lo que es nuestro, de nadie más ha de ser.

Unámonos como hermanos, que nadie nos vencerá, si quieren esclavizarnos, jamás lo podrán lograr, la tierra será de todos, también será nuestro el mar, justicia habrá para todos, y habrá también libertad,

luchemos por los derechos, que todos deben tener, luchemos por lo que es nuestro, de nadie más ha de ser,

Unámonos como hermanos, que nadie nos vencerá, si quieren esclavizarnos, jamás lo podrán lograr.

Unámonos como hermanos, que nadie nos vencerá, si quieren esclavizarnos, jamás lo podrán lograr si quieren esclavizarnos, jamás lo podrán lograr (Advis, 1970)".

12 DUODÉCIMO MOMENTO EXPOSITIVO: PLENARIO

- Resolver dudas conceptuales.
- Recibir apreciaciones.
- Poner en común lo producido en el Taller.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Advis, L. (1970). Pregón, Cantata Santa María de Iquique. Jota Jota, Chile. Disponible: https://www.youtube.com/watch?v=tlaBxDYm1_A

Bakunin, M. (2014). Dios y el Estado. Utopía Libertaria: Argentina.

Biblia de Jerusalén (2019). Editorial Desclee De Brouwer, España.

Cuban L, Mely M. & Poerilla (2011). Libertad. Los Arma Guerra. Sello: Latín Hip Hop Sin Fronteras. Disponible: <https://www.youtube.com/watch?v=s2QWVLUemD0>

Freud, S. (1985). Psicoanálisis del Arte. Madrid: Alianza Editorial.

Guattari, F. (1989). Cartografías del Deseo. Traducción de Miguel Denis Norambuena.

Hegel, W. (2007). Fenomenología del Espíritu. Traducción de Wenceslao Roces. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica.

Heidegger, M. (2005). Ser y Tiempo. Traducción de Jorge Eduardo Rivera. Editorial Universitaria: Santiago de Chile

Marx, K. Manuscritos: economía y filosofía. Traducción de Francisco Rubio Llorente. Editorial Alianza: Madrid.

Perales, I. (2005). Disco: Pa' la Kalle. Puerto Rico. Disponible: <https://www.youtube.com/watch?v=MmyGn5dcJZE>

Portavoz. (2012). Disco: Escribo RAP con R de Revolución. Chile. Disponible: <https://www.youtube.com/watch?v=HX4U6Umv99g>

Quilapayún. (1970). Canción final, Cantata Santa María de Iquique. Jota Jota. Chile. Disponible: <https://www.youtube.com/watch?v=m-l7LBsJ89Q>

Subverso. (2010). Memoria Rebelde. Chile. Disponible: <https://www.youtube.com/watch?v=S7GX6nFRmpU>

Subverso con Portavoz. (2013). Lo que No Voy a Decir. Chile. Disponible: <https://www.youtube.com/watch?v=1Lm00GF5Faw>

Viglietti, D. (1973). A Desalambrar. Interpretación Víctor Jara, Chile. Disponible: <https://www.youtube.com/watch?v=ppcqWpZUrK4>

Llaitul, H. Arrate, J. (2012). WEICHAN. Conversaciones con un weychafe en la prisión política. CEIBO. Santiago, Chile.

Zizek, S. (2005). El sublime objeto de la ideología. Traducción de Isabel Vericat Núñez. Siglo XXI Editores: Buenos Aires, Argentina.

CAPÍTULO 13

RIO SÃO FRANCISCO, AS ÁGUAS ENCANTADAS E O DESENCANTO COM A TRANSPOSIÇÃO

Data de submissão: 01/04/2021

Data de aceite: 27/04/2021

Loreley Gomes Garcia

Pesquisadora CNPq
Santos-SP

<http://lattes.cnpq.br/6656688574683574>

Mayrinne Meira Wanderley

PPGS/UFPB

João Pessoa –PB

<http://lattes.cnpq.br/7637844795519555>

RESUMO: Neste capítulo, avaliamos o impacto causado pela obra da transposição do rio São Francisco sobre o ambiente e a cultura dos povos ribeirinhos. Os povos nômades coletores e caçadores, como os Cariri, já conheciam o vale do São Francisco há milhares de anos. Encontramos povos indígenas diretamente afetados pela construção dos eixos norte e leste do canal da transposição em seus territórios. Entrevistamos caciques e representantes do povo Truká, em Cabrobó, Pernambuco. A partir das narrativas, pudemos constatar que esse impacto não se resumiu às terras e águas, mas também ao modo de vida das pessoas e a cosmologia e representações que têm sobre a natureza e o mundo sobrenatural, ambos

em estreita conexão. Pretendemos contrapor a visão desenvolvimentista governamental com as alternativas apresentadas por ONGs, movimentos sociais e os moradores da área: indígenas, ribeirinhos, pescadores que rejeitaram a obra. Finalmente, desconstruímos as justificativas oficiais sobre a necessidade da obra e questionamos os motivos que levaram à essa opção, a despeito da resistência popular e das inviabilidades técnicas alegadas pelos executores.

PALAVRAS-CHAVE: Povo Truká. Rio São Francisco. Projeto de Transposição. Impacto ecológico. Violação de direitos.

SAO FRANCISCO RIVER, THE ENCHANTED WATERS AND DISENCHANTMENT WITH THE TRANSPOSITION

ABSTRACT: In this chapter, we evaluate the impact caused by the work of the transposition of the São Francisco River on the environment and the culture of the riverside peoples. The nomadic gatherers and hunting peoples, like the Cariri, had known the São Francisco valley for thousands of years. We met indigenous peoples directly affected by the construction of the north and east axes of the transposition channel in their territories. We interviewed chiefs and representatives of the Truká tribe, in Cabrobó, Pernambuco. From the narratives, we realize that the impact was not limited to the lands and waters, but also to the way of life of this

people, their cosmology and representations about nature and the supernatural world, both in close connection. We intend to oppose the governmental developmentalist view with the alternatives presented by NGOs, social movements, and the residents of the area: indigenous, riverside, fishermen who rejected the work. Finally, we deconstructed the official justifications about the necessity of the work and questioned the reasons that led to this option, despite popular resistance and the technical impossibilities alleged by the executors.

KEYWORDS: Truká tribe. Sao Francisco river. Transposition. Environmental impact. Rights.

1 INTRODUÇÃO

Frequentemente, na esteira da construção de barragens e obras similares, encontramos uma série de violações aos direitos humanos; elas incluem a destruição do ambiente onde vivem e sobrevivem populações atingidas, deslocamentos forçados, repressão a protestos e formas de escravidão (RIETHOF, 2016). Geralmente, são violados os direitos das populações mais vulneráveis, entre as quais estão as populações tradicionais.

Surgido no final da década de 1970, e muito atuante nas décadas seguintes, o “Movimento dos Atingidos por Barragens” (MAB), é expressão da resistência e luta popular contra as grandes obras e defesa dos atingidos por projetos que trazem em seu bojo violações dos direitos humanos e degradação ambiental. Frequentemente, no rastro dos grandes projetos existem conflitos e resistência por parte das populações locais, ambientalistas ou indígenas (REIS, 2007; SCHERER WARREN, 1989; SIGAUD, 1992; BAINES 2017, 2004).

Segundo Riethof (2016), o significado econômico, político e simbólico dos recursos naturais na América Latina, conduz a questão ambiental para a esfera da disputa política, gerando protestos contra a forma com que os governos exploram os recursos naturais, ignorando custos ambientais e direitos dos que se opõem à devastação.

A autora destaca a extrema contradição da política externa brasileira quando, de um lado, tinha pretensões de ocupar a liderança global da sustentabilidade ambiental enquanto, no nível interno, produziu obras altamente predatórias como a usina hidroelétrica de Belo Monte, que só foi viabilizada a partir da insuficiência de estudos e um processo decisório antidemocrático que violou os direitos fundamentais dos que foram atingidos.

Belo Monte, um símbolo do descaso com o patrimônio natural e os direitos humanos, tornou-se um emblema internacional do movimento anti-barragens. Em 2007, os atingidos, tentando pressionar o governo, apelaram para dispositivos internacionais dos direitos humanos, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que assegura os direitos territoriais indígenas, e a Declaração dos Direitos Indígenas.

Nesse embate entre as comunidades locais, ambientalistas, povos indígenas e o governo brasileiro, a posição desse último está expressa no discurso do ex-presidente Lula da Silva durante a inauguração de uma usina de biodiesel, no Mato Grosso, em novembro de 2006. Ao destacar a necessidade do crescimento e desenvolvimento, ele afirmou que era preciso derrubar os “entraves que eu tenho com o meio ambiente, todos os entraves com o Ministério Público, todos os entraves com a questão dos quilombolas, com a questão dos índios brasileiros, todos os entraves que a gente tem no Tribunal de Contas [...]”. Ou seja, indígenas e ambientalistas e leis de proteção ambiental seriam entraves ao modelo predatório de desenvolvimento.

Para o dano irreversível causado na natureza, o governo sugere adoção de projetos de mitigação incapazes de recuperar as perdas ambientais. Para as comunidades removidas, ou que têm o modo de ser e viver inviabilizados pelas obras desenvolvimentistas, oferecem programas sociais e benfeitorias que nunca compensam as perdas sofridas.

Esses mesmos elementos, a violação da natureza e dos direitos humanos, estão presentes no caso da transposição do Rio São Francisco que aqui descrevemos.

2 A CENA DO CRIME

“O São Francisco é um milagre da natureza, pois “corre ao contrário”: ao invés de seguir para Sudeste, Oeste ou Sul, como os outros rios da região, ruma para o Nordeste, devido a uma falha geológica chamada “depressão sanfranciscana”. Sua importância histórica é ímpar, pois serviu de caminho para o interior do país e de ligação entre o Sudeste e o Nordeste. Pra aí trouxe água, fertilidade, gente, trabalho, alimento, energia, beleza, cultura, história ...foi tido como “rio da unidade nacional” (LISBOA, 2017).

De acordo com Heringer Lisboa (2017, p.12), aquilo que se entende por progresso, no rio São Francisco, chegou sob a forma da monocultura da cana e das usinas de açúcar, pastos de capim nas fazendas de gado, árvores de eucalipto que substituíram a vegetação nativa e o plantio de frutas para exportação. Mas a água se foi, aquíferos minguam enquanto inúmeras barragens e poços acumulam-se nas grandes propriedades. As atividades agrícolas concentram-se em projetos de irrigação para o agronegócio para exportação.

Este rio padece de degradação há 520 anos e, ela está cada vez mais acelerada. O desmatamento e o fogo reduziram drasticamente a biodiversidade da bacia franciscana, secando lagoas e veredas. Os agrotóxicos infestam as plantações, escorrem para o rio já contaminado pelo esgoto doméstico e industrial. As mineradoras escavam leitos e morros à procura de minérios, destruindo a paisagem, a natureza e vidas em grande escala, como aconteceu nas tragédias de Brumadinho (2019) e Mariana (2015).

A partir de meados do século XX, foram construídas hidroelétricas que mudaram a dinâmica dos rios, com isso, desaparecem as cheias que inundavam as lagoas marginais. As mudanças ambientais trouxeram a perda das formas tradicionais de sobrevivência dos ribeirinhos, baseadas na agricultura de vazante e na pesca.

O rio São Francisco é o 3º maior rio do país, ao seu redor vivem 14 milhões de pessoas, povos e comunidades tradicionais. A transposição atingiu nove povos indígenas: Truká, Tumbalalá, Pipipã, Kambiwá, Pankararu, Tuxá, Kariri-Xocó, Xocó e Anacé. São eles que denunciam o imenso passivo socioambiental, gerado por 7 hidrelétricas e 30 barramentos construídos no rio, jamais compensado pelos governos que se sucederam. A obra da transposição teve lugar num cenário de extrema pobreza, ausência de saneamento, falta de água tratada e energia, carência alimentar, assistência à saúde precária e perdas ambientais inestimáveis resultantes das intervenções anteriores.

O relatório *Transposição: Águas da Ilusão* (2007), elaborado pelo movimento Caravana contra a transposição, informa que Celso Furtado, um profundo conhecedor do Nordeste e dos problemas da seca, era contra a transposição do São Francisco por temer os riscos de salinização do solo nas áreas irrigadas.

O governo Lula da Silva (2003/10) optou pelo investimento estatal em projetos de desenvolvimento, grandes obras que não priorizavam tecnologias inovadoras e desconsideraram, entre os passivos, as demandas ecológicas e as minorias.

O Estado coordenou as principais decisões de investimento por meio de estímulos e subsídios, fazendo uso dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) para fortalecer este projeto político. Para enfrentar a crise internacional de 2008, houve um direcionamento dos bancos públicos para liberação de empréstimos para empresas de determinados setores, notadamente, as grandes empreiteiras, prevalecendo a figura do Estado Interventor.

O governo traçou um Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) para garantir o crescimento econômico patrocinado pelo Estado. A maior obra do PAC foi a Transposição do Rio São Francisco (PISF), são 720 quilômetros de canais de concreto armado nos dois eixos principais do projeto. A água é captada em Pernambuco, em Cabrobó, no Eixo Norte e em Itaparica, no Eixo Leste. O relevo da região é cheio de desníveis e exige que as águas sejam continuamente bombeadas para superá-los, o que produz um elevado gasto energético.

Desviar parte do rio e manter essa estrutura em funcionamento é altamente dispendioso. Os que se opuseram à obra, afirmavam que seria uma “Transamazônica hídrica” ou, um novo e inútil desastre ambiental. Ao lado dos custos financeiros da empreitada, questionavam a validade do investimento, porque a previsão era que mais

de 70% das águas transpostas seriam destinadas à irrigação de grandes plantações e carcinicultura, não priorizavam o consumo humano ou animal.

Ao ser implantado em um rio já bastante degradado, o PISF contribuiu para a diminuição da vazão das águas, sobretudo na foz, provocando o avanço do mar sobre o rio.

O espectro do desastre acompanhou a construção desde o início, em 2007, utilizando mão de obra do Exército, estimada para terminar em 2011. Após inúmeros contratemplos na execução, 6 anos após o previsto, em março de 2017, a obra foi inaugurada duplamente, por Michel Temer, em cerimônia oficial na cidade de Monteiro (PB) e, nove dias depois, dando sequência a pantomina, Lula e Dilma promoveram uma “inauguração popular”, na mesma cidade.

Se a paternidade da obra foi disputada, a responsabilidade sobre os desastros, não foi. A obra foi inaugurada incompleta, custou mais de 100% do orçamento estimado em 2007, cerca de 5 bilhões de reais, sendo o valor final de 12 bilhões de reais. A Controladoria-Geral da União detectou, em apenas um contrato do Eixo Leste, superfaturamento e sobrepreço da ordem de 35,7 milhões de reais.

Além de indícios de corrupção, após três anos de construção, os canais já apresentam sérios problemas estruturais como fissuras e rachaduras no revestimento de concreto, ausência da estrutura de drenagem, assoreamento em trechos do curso d'água; paredes quebradas ou comprometidas pela erosão; canaletas cobertas por terra e pedregulhos.

O que explica tanta incompetência e desperdício? Como toda obra realizada com fins eleitoreiros, os prazos fixados para conclusão têm que coincidir com as eleições. O trabalho foi apressado para que a água corresse pelos canais na inauguração, desconsiderando serviços auxiliares de drenagem, proteção de taludes e instalação de comportas.

O Ministério do Desenvolvimento Regional justificava que o Eixo Leste estaria em fase de “pré-operação” após dois anos de inauguração. Até o ano de 2020, o projeto permanecia inacabado, com eficácia duvidosa e vantagens desconhecidas já que seu funcionamento não aconteceu conforme o planejado. Nenhuma das soluções previstas e prometidas aconteceu, o PISF corre o risco de tornar-se um elefante branco do sertão, uma ‘aventura’ que tragou 12 bilhões de reais.

Se as vantagens ainda não apareceram, as desvantagens estão visíveis nos inúmeros impactos negativos que a obra provocou no ecossistema e para os atingidos. A começar pelo desmatamento que deixou o solo da caatinga desprotegido provocando assoreamento dos rios, uma vez que, sem a vegetação, os sedimentos do solo são carregados para os canais, rios e açudes comprometendo a capacidade de preservação da água limpa.

A construção dos canais suprimiu as áreas naturais de uso animal prejudicando a fauna. Ao mesmo tempo, a transposição difundiu espécies invasoras aquáticas e terrestres em áreas onde não existiam. A interação interespecies pode ter consequências imprevisíveis para a biodiversidade da caatinga, pois uma espécie invasora pode ocupar o espaço das espécies existentes.

Os impactos ambientais somam-se àqueles que afetam as populações ribeirinhas, os modos de vida e produção tradicionais que não conseguem manter. Na região, muitos deslocamentos foram registrados por impacto direto ou indireto da obra da transposição. À época da construção, o Banco Mundial classificou o modelo economicista adotado pelo país como insustentável, apesar de ter garantido alguma inclusão social. O banco recusou-se a financiar o PISF porque o “projeto tem uma orientação comercial” e a “experiência internacional sugere que a ligação com os pobres pode estar fraca” (AZEVEDO et. al., 2005).

O crescimento econômico, ao aumentar a riqueza de uma nação, aumenta seu potencial para reduzir a pobreza e resolver problemas sociais. Contudo, a história oferece inúmeros exemplos nos quais o crescimento nem sempre resulta em melhorias para o desenvolvimento humano. Ao contrário, quando se atinge o crescimento às custas da falta de equidade, alto desemprego, democracia frágil, perda de identidade cultural e superexploração dos recursos naturais, o resultado é a piora da vida da população, sobretudo, aquelas que preservam modos de vida tradicionais.

O desenvolvimento não deve ser medido em termos econômicos desconsiderando mudanças nas estruturas familiares, atitudes e mentalidades, mudança cultural, demografia, mudanças políticas, transformação da sociedade rural e processos de urbanização.

Além disso, o bioma caatinga é único no planeta. A caatinga, ou “mata branca” muda rapidamente quando caem algumas gotas de chuvas, galhos secos se enchem de folhas verdes e florescem. Contudo, esta capacidade de resiliência está diminuindo e atemorizando pesquisadores que percebem o risco da desertificação da caatinga causado pela degradação ambiental. O que impede que o Nordeste seja um imenso deserto é, justamente, a vegetação da caatinga altamente adaptada. O sertanejo conhece a função e utilidade de cada espécie, os pesquisadores também. Quem ignora são os sucessivos governos, incapazes de realizar políticas efetivas para garantir a distribuição e o aproveitamento da água existente, criar alternativas inovadoras para seu aproveitamento e educar as populações para fazer um uso sustentável.

No semiárido, sempre houve grande concentração de terra, água e recursos nas mãos de uma minoria, o que produz uma imensa desigualdade social.

O relatório Águas da Ilusão demonstra que a transposição não resolve os impactos causados pela seca, porque a seca deve ser manejada levando em consideração as

particularidades de cada lugar: onde é necessário um açude, onde uma cisterna resolve, onde se pode furar um poço ou captar água de um rio próximo através de canais.

Na região semiárida, as chuvas são mal distribuídas ao longo do ano, mas alcançam até 800 mm/ano e poderiam ser sabiamente manejadas se a opção política, realmente, fosse 'matar a sede' dos atingidos.

O desafio é mudar o prisma pelo qual observa-se o semiárido. A transposição promove o mesmo modelo ineficaz e insustentável de desenvolvimento promovido na região ao longo das décadas, marcado por interesses idênticos aos que alimentaram a indústria da seca. Projetos como o PISF, não diminuem a concentração, ao contrário, garantem águas para o agronegócio e comprometem a pesca e agricultura da qual sobrevivem as populações ribeirinhas. Perpetuam a desigualdade.

3 OS PERSONAGENS PRINCIPAIS

Desde o início da colonização, o sertão foi alvo de interesse dos empreendimentos de ocupação dos portugueses. Do litoral ao sertão, os colonizadores escravizaram os povos, exploraram a mão de obra, exterminaram etnias inteiras ou eliminaram sua identidade indígena ao confiná-los em aldeamentos católicos.

As etnias que ocupavam a região, entre eles os Truká, foram submetidas e, os descendentes que restaram, somente no século XX, começaram a luta pelo resgate das identidades e das terras.

Segundo Batista (2005), o aldeamento Assunção, provavelmente, se formou por volta de 1722, na ilha de Pambu, a partir de ordens missionárias, sendo elevado à categoria de vila, em 1761. A ilha era habitada por famílias indígenas que vivam da pesca, caça e agricultura (CASAL, 1817 apud BATISTA, 2005). Com a decadência do comércio de gado na região, diminuiu o interesse e a pressão colonizadora sobre os habitantes, possibilitando um período de maior autonomia nas aldeias.

Os decretos pombalinos de 1755, que pretendiam integrar os índios à sociedade brasileira, permitindo o casamento entre índios e não índios e a administração das terras por eles mesmos, culminaram com a extinção das ordens missionários no Brasil (OPIT, 2007 e Batista, 2005).

O período que compreende o Império, foi marcado por conflitos de terra entre índios e não índios, o Estado atuava como mediador, sempre em desfavor dos direitos dos primeiros (OPIT, 2007).

O século XX foi atravessado por diversas interferências sobre a posse e uso das terras. Em 1967, foi criada a Fundação Nacional de Assistência ao Índio (FUNAI), em

substituição ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI). A FUNAI, até 1987, atuou na área de forma esporádica e pouco ordenada, gerando conflitos na redistribuição de terras na ilha. Para a Organização dos Professores Indígenas Truká (OPIT), a Funai tentou interferir “impondo uma cultura de hierarquia, se sobrepondo à forma de organização social do povo” (OPIT, 2007, p.30).

A ideia de organização imposta pela FUNAI não seguia a mesma lógica de organização social que tinha nosso povo, uma vez que nossos líderes eram escolhidos pela Natureza, obedecendo às seguintes orientações: ser de famílias tradicionais; ser participativo do Toré e no Particular; ser referendado pelos Encantos. (OPIT, 2007, p.31).

Em meio aos conflitos pela terra, interferências do Estado e políticas de desenvolvimento e proteção/submissão dos povos indígenas, os Truká desenvolveram uma história de luta, resistência e negociações.

Acilon Ciriaco foi a liderança mais importante no recente processo de luta pela terra e reconhecimento identitário do povo. Com graves problemas de saúde física e mental, submeteu-se a um trabalho das mulheres Tuxá, feito no Particular e no Toré. Durante esses trabalhos recebeu a revelação que sua cura viria quando cumprisse a missão de “descobrir a aldeia”. Entre as décadas de 1930 e 1940, Ciriaco trabalhou intensamente com o Particular e o Toré, a partir da revelação dos Encantados que ensinaram sobre o povo Truká e sua “ciência”. As revelações dos Encantos (espíritos ancestrais), através do Toré e de sonhos, permitiram que Acilon e seus companheiros iniciassem uma nova fase de luta pela reconquista das terras da Ilha de Assunção. Mas a posse definitiva foi conquistada na década de 1990 e, a posse da ilha integral, em 2002, após diversas ações de Retomadas, ocupações de porções de terras, originalmente pertencentes ao povo, com objetivo de pressionar a legalização a seu favor. As Retomadas são instrumentos de reivindicação da terra e afirmação da identidade étnica. Entre os anos de 1981 e 2007, foram realizadas cinco Retomadas. A última, em 2007, diz respeito à transposição do Rio São Francisco, momento no qual se posicionam contra a imposição do governo realizar a obra.

Os Truká são cerca de 4.000 mil índios distribuídos em 25 aldeias. Percebe-se diferenças no grupo, divergências, conflitos e diversidade. Entre os jovens, uns expressam desejo de ter uma profissão, alguns vivem na cidade de Cabrobó e fazem faculdade em Salgueiro; outros querem ficar na roça ou trabalhar com carteira assinada. Há os que desejam ganhar o mundo, outros pretendem permanecer na ilha, casar e criar uma família. Uns são católicos, outros ligados aos rituais com os Encantados. Há os engajados politicamente nos movimentos sociais, outros ocupam-se com o trabalho da roça ou construções. A partir dessas diversidades podemos perceber a complexidade da sociedade Truká, entre o moderno e o tradicional, a conservação e as mudanças.

Convivem com o mundo urbano, não apartado do rural, mas conectado por redes de informação que impactam os estilos de vida e promovem mudanças culturais, demonstram valorizar e resgatar os valores culturais tradicionais. Observa-se que há uma seletividade sobre quais valores e práticas seriam resgatadas, sem abdicar das conquistas adquiridas pela modernidade. Os Truká fazem uso da medicina tradicional, mas mantêm postos de saúde nas aldeias e um hospital exclusivo para população indígena, em Cabrobó. A complexidade das relações sociais, econômicas e de gênero, presentes na sociedade indígena, é parte de um processo de afirmação identitária e de luta por direitos no âmbito de uma sociedade envolvente que, muitas vezes, se opõe aos interesses dos povos tradicionais.

4 A TRANSPOSIÇÃO NA VOZ DO POVO TRUKÁ

Para os Truká, o Velho Chico é o Opará, o rio-mar que representa a vida e a ancestralidade. A sua importância faz com que aumentem as expectativas sobre o futuro do rio após a transposição. Fica claro que os impactos decorrentes da obra foram e são imensos:

[...] Eles dizem “não, não vai ter impacto”, mas uma pedra que a gente tira dum local já modificou a natureza. E, para nós, o que mais dói mesmo é saber que, além de destruir a natureza, os pobres não vão ser beneficiados com essa água, que é o pior. [...] na época em que o exército veio, o número de prostituição, segundo a secretaria de Saúde, e de doenças sexualmente transmissíveis aumentaram bastante, porque veio gente de todo país trabalhar. E a questão da droga também aumentou bastante. Nossos jovens que iam trabalhar nessa transposição conheciam pessoas que eram usuárias e começam a experimentar. E tudo isso por causa da transposição, indiretamente por causa da transposição (Cacique Bertinho).

O Cacique Neguinho, relata as expectativas e o que, de fato, aconteceu:

A perspectiva que se tem é nenhuma, porque todo, quase 90% de quem era pequeno agricultor que foi pra transposição não tem condições de voltar pro campo. Não teve incentivo nenhum para a agricultura familiar aqui. As pessoas que estavam na faixa do canal achavam que receberiam indenizações milionárias estão decepcionadas... Todas as terras que cortam o canal, aqui em Cabrobó, são terras indígenas, ninguém tem título da terra. Então, o governo passou com a faixa do canal e o cara que tinha uma propriedade foi lá receber a indenização, mas só pra regularização gastou mais do que ganhou... pegaram essas pessoas pras vilas produtivas que fizeram, o povo confinado, abastecido de carro pipa, a maioria das casas dessas vilas produtivas estão abandonadas. (Cacique Neguinho).

Segundo Ana Maria, professora da OPIT, a obra é um ponto sem retorno:

Quase não se fala mais em transposição. Hoje eu vejo que é um trabalho em vão, porque a gente lutou, reivindicou e nada foi feito. Eles prometeram revitalizar o rio, até hoje nada! Só cavando caatinga adentro, degradando. Nada de bom para a cidade, para a comunidade, para o povo (Ana Maria).

Até o ano de 2014, nem as políticas mitigadoras pareciam arrefecer a descrença na obra, com se nota no depoimento da professora Cláudia Truká, da OPIT:

Quando começa a obra da transposição, Ciro Gomes era ministro do Ministério da Integração, veio a nosso povo, professores, comunidades, lideranças, lá naqueles galpões porque ele veio inaugurar a pista e algumas casas que nós ganhamos. Neginho disse pra ele, claramente, que era a voz do povo, que o asfalto e as casas não, de forma nenhuma, nos compraria, nós éramos contra a transposição e íamos fazer o que fosse preciso para que ela não acontecesse, para recuperar nosso território, então, ele não pensasse que isso seria a troca, que não seria moeda de troca... (Cláudia Truká)

A opinião dos jovens sobre o projeto de transposição é fundamental para compreender os impactos sentidos e as reações, para perceber como o povo Truká tenta reconstruir sua cultura e articula sua luta política num cenário de ameaça ao meio ambiente.

Maurílio é um jovem professor e líder do grupo de teatro. Engajado no movimento indígena, participa da Organização dos Jovens Indígenas Truká (OJIT). Iniciou-se na luta durante a última Retomada contra a obra, ocorrida nas margens do rio. Com formação intelectual, política, religiosa e vocação retórica, tece um discurso sobre a relação entre transposição das águas e cosmologia Truká.

Então, para nós isso é um grande impacto quando se fala nos Encantos de Luz. Porque é muito fácil a gente sair do nosso povo e alguém dizer: Vocês agora vão ter que sair de Assunção, vão ter que ir para outro lugar. E o que faz a gente permanecer na luta, acreditar na nossa própria luta. Podem tirar, podemos sair daqui para outro lugar, mas, o Encanto não se muda, ele permanece no território [...] Então, se a gente perde a água com a transposição, essa água que chamamos de rio pequeno, perderemos o Encanto. Ele vai procurar, ele deixa de existir. Porque, para gente, o Encanto é aquilo que a gente vive. Aquilo que para gente dá resultado de bom. As águas. As águas do Velho Chico são encantadas para gente, tem um poder. Então, por lá eu não serei índio. Que ligação terei com a sabedoria da minha terra, do meu povo? Qual a sabedoria terei dos meus antepassados? (Maurílio).

A economia e a subsistência do povo que vive na ilha dependem das águas do rio de modo absoluto. Não existe nenhuma outra fonte de água e toda a agricultura e pecuária usam a água do rio através de bombeamento. As plantações de arroz, cebola, bananas, maracujá são irrigadas pelas águas do rio. As criações de bodes, carneiros, bovinos, patos, porcos e galinhas dependem da mesma água.

Das narrativas sobre o destino dos Encantos de Luz uma lógica emerge: há uma simbiose entre povo Truká, Encantos de Luz e águas do rio. A perda das águas significa a perda dos Encantos, a perda de si mesmo, do mundo como conhecem. Em termos das necessidades materiais, a água é de extrema importância para eles. Sem a água do rio, ou com sua diminuição, todo o sistema produtivo da ilha entraria em colapso.

As mudanças no ambiente vêm acompanhadas de mudanças culturais, hábitos e costumes, outras relações entre novos e velhos, homens e mulheres, o tradicional e o moderno se confrontam e negociam, refazem a cultura, dinamizam valores, ethos e visão de mundo. Natureza e cultura não se opõem, se inter-relacionam, se interpenetram e se modificam. Economia e religião não se formam como estruturas estanques e diferenciadas, se inter cruzam e se influenciam.

Para o cacique Bertinho, a preocupação maior é com uma mudança cultural que atrapalha o tradicional culto dos ancestrais e dos Encantos de Luz. Bertinho comanda rituais de Toré e Mesa, sua capacidade de trabalho espiritual e conhecimento fazem dele um líder religioso que atrai muita gente da aldeia para os rituais. Quando jovem foi também um dos fundadores da Organização de Jovens Indígenas Truká (OJIT).

E o que me chama mais atenção, nos dias de hoje das coisas modificadas, é outras religiões entrando e nosso povo deixando de cultuar a natureza, de dar valor às coisas da terra, das coisas que nós fomos criados [...] chegar no pé de uma Jurema e ter a humildade de pedir licença àquela árvore para extrair a planta, para fazer um remédio, hoje em dia está se perdendo isso. Nós chegarmos na beira do rio e nós pedirmos licença à Mãe D'água, que é o Encanto das águas, para entrar no rio, para pescar, são coisas que estão se perdendo aí, devagarzinho. (Bertinho).

5 A COSMOLOGIA AMEAÇADA E A ESCATOLOGIA APOCALÍPTICA TRUKÁ

Durante a pesquisa, observamos momentos cotidianos, festivos e rituais de forma participativa e dialógica, ouvindo histórias, percorrendo aldeias, conversando com lideranças e anciãos. Nas conversas, percebemos um esforço em afirmar dois preceitos fundamentais: a luta política no movimento indígena e movimentos sociais afins, e uma religiosidade baseada nos rituais do Toré e da Mesa.

A religião tradicional Truká é bastante complexa, dinâmica e diversificada. São devotos de santos católicos e seres da natureza, celebram festas e praticam rituais como: Festa de Nossa Senhora de Assunção, Festa de São Gonçalo, Penitentes, Semana Santa, Festa de Cosme e Damião, Toré e Mesa. Ultimamente, alguns índios se converteram ao neopentecostalismo, que não é bem-aceito na ilha. As diversas tradições religiosas convivem com conflitos e confluências formando um mosaico complexo. A interinfluência do catolicismo e do culto à Jurema Sagrada, praticado tanto no Toré quanto na Mesa, parece ser o evento mais estruturado e generalizado em toda ilha.

Segundo a crença dos Truká, Deus teria passado para o Velho Cá, um caboclo ancestral do povo Truká, a sabedoria da Jurema Sagrada que consistiria no preparo do vinho, a partir da casca da jurema preta sem espinhos, o anujá, e a forma de ministrá-lo

dentro dos rituais do Toré e Mesa. Embora confluentes, esses rituais são diferentes porque o Toré é realizado publicamente e tem uma conotação identitária e política mais veemente. Em 2014, rodas de Toré foram realizadas nos protestos contra a PEC 215, que trata da demarcação das terras indígenas, durante a ocupação das estradas BR 116 e BR 316. A Mesa, também conhecida como o Particular (BATISTA, 2005), é um ritual fechado para poucas pessoas realizado na casa de quem solicita por algum motivo, como doença ou mal espiritual, ou dos próprios oficiantes.

Ambos os rituais evocam entidades católicas e os Encantos de Luz. Os Encantos têm forte correspondência com elementos da natureza, muitos deles viveram na terra como índios no passado e são antepassados dos atuais Truká.

Para cada Mestre ou Encanto correspondem cantos (linhas), que funcionam para invocação das forças que se fazem presente na Mesa e no Toré. Em suas participações, aconselham e promovem a cura de certos males, os rituais de aflição são fundamentais na resolução de conflitos e doenças.

Sobre a permanência dos Encantos com a transposição, Bertinho explica:

Todo mundo fica triste com a perda das águas. Fica triste com a devastação que o povo está fazendo, com os poluentes que estão sendo lançados no rio, ficam revoltados e a própria natureza se revolta contra a humanidade, muitas catástrofes, muitas águas aí do mar subindo e devastando as cidades, é o próprio Encanto das Águas, a força da natureza que está trazendo o troco para os homens que estão fazendo isso com as águas, com a natureza, desmatando tudo. Jogando o lixo de cidade, esgoto, tudo dentro d'água, está matando a própria vida dele, porque sem a água o ser humano não consegue sobreviver. Daqui a alguns anos, quando procurar uma água potável para beber, as águas vão estar tudo poluída. Aí vai ser quando eles vão abrir os olhos, mas vai ser tarde demais (Cacique Bertinho).

Entre as várias interpretações com respeito aos impactos causados pelos projetos do governo e das empreiteiras, a dos Truká é clara e está motivada pela cosmologia tradicional.

Como pensam sobre a ecologia, as relações entre os humanos e a natureza do ponto de vista dessas crenças religiosas? Não se trata apenas de entender como os índios pensam a destruição das florestas, rios, cerrado, caatinga, mas de pensar na relação entre homem e ambiente da perspectiva deles.

Dizem que, se as águas forem embora com a transposição, os Encantos das águas também irão. Se assim o for, o que será dos Truká que vivem sob sua proteção? O que será dos Truká, ribeirinhos, pescadores, quilombolas, agricultores, populações inteiras que habitam as cidades ao longo do Rio São Francisco e que não têm outra fonte de água para sobreviver?

A forma como a cosmologia Truká percebe a transposição, permite observar, de forma reversa, as diferentes interpretações acerca do processo de morte do rio dos especialistas, cientistas e técnicos. Embora pareça óbvio, pela perspectiva do saber técnico, na perspectiva do saber mágico, tradicional, dos índios Truká, a insatisfação dos seres das águas, dos Encantos de Luz, pode provocar desastres ecológicos em lugares diferentes, pelo fato de responderem à lógica holística, segundo a qual, tudo está interligado em um ciclo de influências que se interconectam. Se os Encantos de Luz aparecem no discurso de Bertinho como sinônimos de natureza, ou forças da natureza, se os Encantos das Águas aparecem como seres que comandam de forma inteligente a força e a energia das águas, a natureza é um ser vivo que sofre com as ações humanas e reage a estas ações provocando um desequilíbrio que ameaça a própria vida humana no planeta. Nesse caso, pela lógica da cosmologia Truká, a força das águas não está correndo somente rio abaixo, mas, rio acima também. Ao abrir um canal para levar as águas do rio, isso vai afetar outras águas em outros lugares, ou seja, sua visão holística ajuda a compreender melhor que uma nascente que seca é consequência de uma devastação em outro lugar muito além dela.

O projeto está em curso, não para revitalizar o rio, mas para provocar uma séria disputa pelo que restará dele em alguns anos. Uma coisa está ligada à outra na cosmologia ameríndia. É preciso enxergar que o problema é planetário, e que projetos como o da transposição contribuem para a morte do rio São Francisco.

As previsões de morte do rio e de grandes processos migratórios decorrentes levam a pensar sobre as previsões escatológicas de Bertinho, a sua lógica, alterar o curso das águas do rio é colocar em curso forças muito maiores do que o homem branco imagina. Os resultados são mais complexos e podem ser de dimensões catastróficas de fato.

O rio São Francisco é fundamental para a subsistência dos povos indígenas, o Opará é herança deixada pelos antepassados. Entre os impactos causados pelas mudanças, está a desfiguração da “dimensão cosmológica” dos indígenas, dos costumes associados ao rio, alterados na medida que modifica um espaço que integra culturas e visões de mundo dos habitantes dos territórios banhados por suas águas.

As lideranças, a escola indígena e o teatro são formas organizadas de manter viva a memória dessas lutas e discutir a transposição. São bases para organização das lutas e construção de narrativas da conquista dos direitos.

Para além de resistências que encaram, os Truká associam-se a outros grupos, indígenas ou não, na luta contra a transposição e pela revitalização do rio. Com o passar dos anos e o silêncio da mídia, é possível saber muito pouco sobre as novas arremetidas dos Truká contra as injustiças que vão se acumulando nos tempos recentes.

6 CONCLUSÃO: O QUE RESTARÁ DO RIO, DA TRIBO E ENCANTOS?

Neste texto, perscrutamos o projeto da transposição e as posições contra sua realização, embasadas em diferentes visões de vida e de mundo natural e sobrenatural. Apresentamos a assimetria de poder existente no embate entre os grupos que defenderam posições opostas. Foi uma negociação entre desiguais, na qual um dos lados impôs seus interesses, vontades e visões usando inúmeros meios, do convencimento à força.

A luta contra a obra da transposição trouxe à cena a fricção entre duas realidades que se entrecruzam, mas, permanecem apartadas entre si. Mundos desiguais. Um deles imagina que venceu ao deixar uma marca de devastação e passar por cima de tudo que era valioso e sagrado para os derrotados, aqueles que não entendem o rio como um mero recurso hídrico. Para os perdedores, o rio é um ser vivo, um mundo que guarda mistérios, o rio é sagrado. Não são apenas os povos tradicionais, ecologistas, acadêmicos que lutaram contra o projeto que percebem o rio como mais que um mero recurso hídrico. Neste embate se confrontaram diferentes Éticas do Ambiente.

Os incautos poderiam entender o conflito como expressão do passado rural e pré-moderno contra ao processo de modernização. Contudo, essa é uma falsa percepção, a resistência não é expressão de um mundo agrário estagnado contra os avanços da modernidade industrial no campo. Desde a Rio 92, cobra-se de países como o Brasil, a conservação dos 'recursos naturais': mangues, bacias, rios, mares, florestas, campos que cumprem a função homeostática de manter o equilíbrio planetário dentro de padrões aceitáveis à vida na Terra.

A inclusão do Brasil no clube dos países 'civilizados/ricos' passaria pela conservação do que restou da exuberante natureza encontrada pelos colonizadores. Ironicamente, é preciso resgatar a natureza que insistiram em destruir para erguer uma civilização. Agora, ela é o preço a pagar pelo ingresso no clube dos países afortunados deste modelo de civilização.

A obra da transposição teve início em 2007, desde então, três governos se sucederam, sem que houvesse mudança no projeto ou na sua lógica. Até mesmo porque seria quase impraticável reverter o estrago causado, mas seria possível minimizar os efeitos negativos sobre o ambiente e as populações atingidas. Porém, não se vislumbra a chance de isto vir a acontecer, considerando que a prioridade dos sucessivos governos continua sendo: tudo para o agronegócio, meio ambiente é um entrave!

Viveiros de Castro e Lúcia de Andrade afirmam que “numa perversão característica do discurso dos planejadores governamentais, os índios são um ‘problema ambiental’ para as grandes obras de engenharia” (1988. p. 7).

De acordo com o conceito de acumulação por desapropriação, Harvey (2004) afirma que a expansão do capitalismo global coloca o Estado com papel de destaque na economia. Na América Latina, esse processo intensificou a comodificação da natureza e a degradação ambiental. Os ecologistas, os pensadores críticos do crescimento ilimitado (ÁRIES, 2005; BESSON-GIRAD, 2005; BOCCATO-FRANCO, 2012, 2013; DALY, 1996; GEORGESCU-ROEGEN, 1975; LATOUCHE, 2009), diriam que o problema não se limita à expansão do capitalismo, mas à inviabilidade do crescimento ilimitado no qual se assenta a sociedade industrial, capitalista ou não.

Para Eduardo Gudynas, a progressiva dependência da região dos recursos naturais não resolve as desigualdades estruturais, mas meramente compensa os efeitos negativos da comodificação da natureza, enquanto, simultaneamente, marginaliza politicamente os grupos diretamente afetados por esse processo, particularmente, os povos indígenas. (GUDYNAS, 2012, apud RIETHOF, 2016, p.4.) (Tradução nossa)

Comodificar a natureza é uma estratégia insustentável, não importa qual o matiz ideológico, porque coloca-se contra as minorias atingidas, sempre vulneráveis, que atrapalham os projetos gestados em gabinetes climatizados. É uma prática que viola a floresta, enquanto os rios e os direitos escorrerem na mesma enxurrada da vilania, até desaparecerem...

Isso aconteceu na transposição em território Truká, onde relacionam o ambiente ao universo religioso, como demonstramos e, também ocorre com outros povos. As intervenções do Estados, a implantação de megaprojetos de desenvolvimento regional justifica-se por discursos tecnicistas e são alardeados como a “salvação” da região (RIBEIRO, 1999).

Além dos índios e quilombolas, outras comunidades tradicionais têm seus direitos anulados quando tentam sobreviver aos projetos desenvolvimentistas que impedem seu estilo de vida, eliminam seu território e anulam sua existência. Mas elas resistiram e seguem resistindo.

REFERÊNCIAS

ÁRIES, Paul. *Décroissance ou barbarie*, Paris: Editions Golias. 2005.

AZEVEDO, Luiz G. T. et.al. *Transferência de Águas entre Bacias Hidrográficas*. Brasília: Banco Mundial. 2005.

BAINES, Stephen G. *Grandes Projetos, os territórios de povos indígenas e outras comunidades tradicionais*. 41º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu. 2017.

BATISTA, Mércia R. R. *Descobrir e recebendo heranças: as lideranças Truká*. Tese (Doutorado em Antropologia) – PPGA, Museu Nacional, UFRJ, 2005.

BESSON-GIRAD, Jean-Claude. *Decrescendo Cantabile: Petit Manuel pour une décroissance harmonique*, Lyon: Paragon. 2005.

BOCCATO-FRANCO, A. 'O decrescimento no Brasil'. In: LÉNA, P.; Nascimento, E. P. do (Eds.). *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*, Rio de Janeiro, Garamond, 2012.

DALY, Herman E. *Beyond Growth: The Economics of Sustainable Development*, Boston: Beacon Press. 1996.

GLASS, V. Entidades repudiam declaração de Lula sobre povos tradicionais. *Carta Maior*, 24 de novembro de 2006.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *La décroissance: Entropie – Écologie – Économie*, Paris: Éditions Sang de la terre. 1975.

HARVEY, David. 'The "New" Imperialism: Accumulation by Dispossession', *Socialist Register*. P.75. 2004.

LATOUCHE, S. *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*, São Paulo, WMF Martins Fontes. 2009.

LISBOA, Apolo H. In: Garcia, Loreley & Wanderley, Mayrinne M. *From the Enchanted Waters to the Waters of Illusion*. Global South Press: Rockville. 2017.

OPIT No Reino da Assunção, reina Truká. Organização das Professoras Truká. Belo Horizonte: FALE/UFMG, SECAD/MEC. 2007.

REIS, Maria J. *O Movimento dos Atingidos por Barragens: atores, estratégias de luta e conquistas*. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais. UFSC, Florianópolis. 2007.

RIBEIRO, Gustavo L. *Capitalismo transnacional y política hidroenergética en la Argentina. La represa de Yacyretá*. Posadas: Editorial Universitária de Misiones. 1999.

RIETHOF, Marieke. The international human rights discourse as a strategic focus in socio-environmental conflicts: the case of hydro-electric dams in Brazil, *The International Journal of Human Rights*. 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria J. *As barragens do Uruguai: dinâmica de um movimento social*. *Boletim de Ciências Sociais*, n. 42. Florianópolis. 1986.

SIGAUD, Lígia. *O efeito de tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 18, 1992.

TRANSPOSIÇÃO: *Águas da Ilusão*. *Revista Transposição*, 2007.

VIVEIROS de Castro, Eduardo; ANDRADE, Lúcia M. M. *Hidrelétricas do Xingu: o estado contra as sociedades indígenas*. In: SANTOS, Leinad & ANDRADE, Lúcia M. (Orgs.) *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo, Comissão Pró-Índio de São Paulo, p. 7-23.1988.

CAPÍTULO 14

ACTITUDES DE LOS ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS HACIA EL MEDIO AMBIENTE. UNA EXPERIENCIA INNOVADORA EN EL CAMPO DE LAS CIENCIAS AMBIENTALES

Data de submissão: 04/04/2021

Data de aceite: 28/04/2021

Macarena Esteban Ibáñez

Universidad Pablo de Olavide

<https://orcid.org/0000-0002-2246-4784>

Luis Vicente Amador Muñoz

Universidad Pablo de Olavide

<http://orcid.org/0000-0003-2203-3236>

Francisco Mateos Claros

Universidad de Granada

<https://orcid.org/0000-0002-4877-8685>

RESUMEN: El siguiente capítulo recoge un estudio sobre las actitudes de los universitarios hacia el Medio Ambiente en la Universidad Pablo de Olavide de Sevilla. Entendiendo éstas como una disposición previa y preparatoria de las respuestas ante estímulos sociales; reconociéndolas parcialmente estables, susceptibles de aprendizaje y formación y, generalmente duraderas. La finalidad de este trabajo ha sido conocer las actitudes del alumnado que comienzan los estudios de Ciencias Ambientales y ver cómo influyen en esta población, aportándonos conceptos, actitudes y comportamientos

proambientales. Entendiendo estas actitudes como una disposición previa y preparatoria de las respuestas ante estímulos sociales; siendo relativamente estables, susceptibles de formación y cambio, a la vez que son relativamente duraderas. Antes de comenzar la docencia, se llevó a cabo un estudio inicial en el marco de la metodología descriptiva, con el objeto de recoger información sobre las creencias que sobre las temáticas ambientales tienen los estudiantes. Para ello, se recurrió a la técnica de encuesta, utilizando el Cuestionario de Aptitudes Socioeducativas Medioambientales (CASEM). Los resultados indican que la mayoría del alumnado posee conceptos previos sobre medio ambiente y consideran que es necesaria una buena Educación Ambiental, para mejorar los problemas ambientales que les rodean. Con ello constatamos que los factores claves de las actitudes se convierten en elementos fundamentales para el cambio de éstas.

PALABRAS CLAVES: Actitudes. Universitarios. Participación. Medio Ambiente. Educación Ambiental.

1 INTRODUCCIÓN

La Educación Ambiental ha estado integrada en nuestra vida, formando parte desde el principio de los tiempos. Gracias a los conocimientos y habilidades hemos podido interactuar con el medio, asegurando la

supervivencia del ser humano. Lo que nos lleva a mantener una relación muy estrecha con el entorno puesto que influimos en él y este a su vez condiciona nuestro modo de vida. Estas actividades se han ido desarrollando con el tiempo dado que los impactos asociados a ellas también han aumentado.

Cuando la degradación del medio empieza a entenderse como un problema social surge la Educación Ambiental, y, en consecuencia, la importancia hacia las actitudes y las conductas ambientales (Libro Blanco de Educación Ambiental, 1999). Lo que ha conllevado que la ciudadanía tome posiciones y muestre la necesidad de que se produzca un cambio de actitud hacia el medio ambiente y el desarrollo sostenible (Duarte, Escario y Sanagustín, 2015; López, Álvarez, González y García, 2015).

Las actitudes influyen sobre la conducta, aunque somos conscientes que dicha relación no es directa, sino que se encuentra sujeta a la diversidad de factores sociales, contextuales y de personalidad. Estas posiciones, tanto individuales como colectivas, definidas como actitud o actitudes, pueden perdurar dependiendo de la información y la formación que se facilite a las personas. (Esteban, Amador y Mateos, 2017 y Esteban y Amador, 2018)

Por lo tanto, como afirma Gairín (1987:21): “Las actitudes, son instancias que nos predisponen y dirigen sobre los hechos de la realidad, representan una síntesis personal que filtra nuestras percepciones y orienta nuestro pensamiento, facilitando la adaptación de la persona al contexto.” He aquí la importancia de la relación entre el proceso, las actitudes y la Educación Ambiental.

2 APROXIMACIÓN AL CONCEPTO DE ACTITUD

Han sido numerosas las formas de acercarse al término actitud en el ámbito social. Así, ha sido definido como una forma de posicionarse ante algo, como una tendencia, como una predisposición mental o física o bien como una respuesta de carácter evaluador y relativamente estable (Allport, 1968; Lamberth, 1980). Dicho de otra forma, podría determinarse como una postura que expresa un estado de ánimo o una intención a una forma de ver el mundo.

Según lo anterior, la actitud es considerada como un constructo mediador, que intercede entre los estímulos del ambiente social de la persona y las respuestas y reacciones de ésta a dichos estímulos. La actitud, en relación con nuestros valores, sería una forma de adaptación activa de los individuos a su medio ambiente. Es activa por tratarse del resultado de las experiencias del individuo con el objeto actitudinal y, por tanto, de las conclusiones de los procesos cognitivos, afectivos y conductuales manifestados

en dichas relaciones o experiencias (Melero y Buz, 2002). Por ello, podemos decir que el medio ambiente en el que está inserto el sujeto reforzará sus propias actitudes.

Las actitudes son comportamientos o estados de ánimo que se manifiestan exteriormente, guardan una estrecha relación con nuestros valores y vienen condicionados por las creencias de cada uno de nosotros/as tenemos. Mientras que los valores son principios morales, ideológicos o de otro tipo que guían el comportamiento personal. En definitiva, el sistema de creencias, actitudes y valores son el soporte de las actuaciones humanas. Por lo que buscamos a los grupos que comparten nuestros valores, al mismo tiempo que adoptamos las actitudes que creemos que mejor valoran a dichos grupos. (Gairín y otros (1985), González Lucini, 1992, Pérez Serrano, 2002).

Centrándonos en la temática que nos ocupa: las actitudes hacia el Medio Ambiente, podemos determinar que existe una relación directa entre los componentes que conforman la actitud. Sin embargo, esta relación es circular, no lineal y no de una manera constante. En determinadas circunstancias es el pensamiento quien dirige el comportamiento mientras que en otras es el comportamiento el que modifica el elemento cognitivo, cambiando la idea que se tenía ante un determinado objeto. Tampoco se da una relación inmutable entre el componente afectivo y el comportamental; no obstante, nos encontramos ante un problema enormemente complejo y muy debatido.

Como exponen Campos, Pasquali y Peinado (2008), la necesidad de realizar más estudios sobre actitudes, que promuevan cambios de comportamiento a favor de la recuperación y preservación del ambiente, se ha hecho prioridad en las actuales circunstancias de problemática ambiental; resulta entonces imprescindible evaluar la situación, tanto local como nacionalmente, en relación con el tipo y grado de actitudes ambientales que existen.

3 UNIVERSIDAD, ACTITUD Y EDUCACIÓN AMBIENTAL

La Universidad es un escenario clave en los procesos de transformación de la sociedad. Esta institución es responsable de transmitir los conocimientos, valores y actitudes que contribuyan a una educación integral de su alumnado, con objeto de capacitarlo para la vida laboral con altos niveles de responsabilidad; por tanto, el logro de una efectiva solución a la problemática ambiental. En este sentido, como institución orientada a la investigación, la formación para el mundo laboral y la generación de conciencia crítica, la Universidad, debe tener un papel destacado en el desarrollo de la Educación Ambiental y en la extensión de conocimientos y valores ambientales en la esfera de lo personal, lo social y lo profesional. Así, una gestión ambiental de la universidad no sólo ofrece ejemplo

a otras instituciones, sino que en igual medida desempeña una función educativa informal de los futuros profesionales al estar ofreciendo y transmitiendo nuevos modelos de pautas y conductas pro-ambientales respetuosas con el medio (Benayas, 2002).

Estas aspiraciones constituyen una base sobre la que se fundamenta la necesidad de garantizar e impulsar la ambientalización curricular en la formación superior desde las directrices generales para la convergencia y las específicas para cada título (CRUE, 2005). Así, tal como establece el Estatuto del Estudiante Universitario (Ministerio de Educación, 2011): “La universidad debe ser un espacio de formación integral de las personas que en ella conviven, estudian y trabajan. (...) Para ello promoverá los valores medioambientales y de sostenibilidad en sus diferentes dimensiones”.

Dentro de los perfiles profesionales que se establecen para el Grado de Ciencias Ambientales encontramos la “formación y Educación Ambiental”, este perfil abarca a todos profesionales que se dediquen de una forma u otra a la enseñanza y divulgación relacionada con el medio ambiente. (ANECA, 2004).

En esta línea, la Educación Ambiental deberá aportar los conocimientos, aptitudes, actitudes, motivación y deseos necesarios para trabajar individual y colectivamente en la búsqueda de soluciones a los problemas actuales y para prevenir los que pudieran aparecer en lo sucesivo (Cuello, 2003), aspecto muy necesario en el ámbito universitario (Esteban, Musitu, Amador, Mateos y Olmedo, 2020).

Es esto lo que nos lleva a plantear el estudio que nos lleve al conocimiento de la formación que tiene el alumnado de primer curso de Ciencias Ambientales sobre la Educación Ambiental una vez cursada la asignatura Intervención Social y Educación Ambiental que se imparte durante el primer curso para entender cuál es la verdadera formación que se les ofrece.

Como objetivos específicos relacionados con el objetivo general de la investigación planteamos tres, relacionados con la adquisición de conceptos, actitudes y comportamientos:

- Conocer cuáles son los conocimientos que presenta el alumnado de primero de Ciencias Ambientales en Educación Ambiental.
- Obtener una encuesta que represente adecuadamente el conocimiento los/as alumnos/as en tres materias: Educación Ambiental, medio ambiente y comportamiento de éstos con respecto al medio ambiente.
- Conocer si existen diferencias entre los/as alumnos/as del grupo de la mañana y del grupo de tarde en estas materias

4 EL ESTUDIO DE ACTITUDES AMBIENTALES EN LOS UNIVERSITARIOS

El desarrollo del estudio siguió los siguientes pasos: antes de comenzar la docencia se realizó un estudio inicial para recoger información sobre las creencias que sobre las temáticas ambientales tienen los estudiantes. Para ello aplicamos el Cuestionario de Aptitudes Socioeducativas Medioambientales (CASEM), que contaba con cuarenta ítems centrados en tres categorías: Conocimientos Ambientales, Conocimientos en Educación Ambiental y Comportamiento Ambientales (Esteban y Amador, 2018). Estas categorías fueron seleccionadas teniendo en cuenta los distintos objetivos para que el alumnado adquiriera las competencias establecidas en la asignatura Intervención Social y Educación Ambiental (ISEA).

En la categoría de *Conocimientos Ambientales* se recogen los indicadores relacionados con conceptos relativos al medio ambiente y su relación con el ser humano, conceptos que presuponemos deberían tener los estudiantes de nuevo comienzo en el Grado.

La categoría de *Educación Ambiental* tiene el objetivo de conocer cuan informados están el alumnado acerca del concepto de la Educación Ambiental.

Y, por último, la categoría de *Comportamiento Ambiental* se corresponde con las acciones del alumnado con el medio ambiente, dirigidas a cambiar aspectos del entorno, y que influyen a su vez en los conceptos, percepciones y sensibilidad que posee el individuo con el medio que le rodea.

Los participantes elegidos eran los estudiantes de primer curso de Ciencias Ambientales de la Universidad Pablo de Olavide (Sevilla) matriculados en la asignatura de ISEA. El tamaño de muestra total fue de cincuenta y dos alumnos/as de los cuales quince pertenecen a la línea de mañana (Línea 1) y los otros treinta y siete pertenecen a la línea de tarde (Línea 2).

Tras la realización de las encuestas procedemos al proceso de los análisis, interpretación y valoración de los resultados obtenidos en el cuestionario en las dos líneas de la asignatura de ISEA, teniendo en cuenta las tres categorías expuestas anteriormente.

Con respecto a los *Conocimientos Ambientales*, como vemos en la tabla 1, observamos, que, tanto en la línea 1, como en la línea 2, se han adquirido ciertos Conocimientos Ambientales, ya que se encuentran en el segundo semestre de su docencia.

Estos conocimientos se reflejan en los resultados relacionados con la definición del Medio Ambiente como el entorno natural que nos rodea con un 86,67% de los mismos en la línea 1 y un 83,78% en la línea 2 en el ítem 1(a partir de ahora se especificarán sólo

los números de los ítems) del cuestionario; que, como se ve en la pregunta 2, afecta a nuestra forma de vida, destacado con un 93,33% en la línea 1 y con un 70,27% en la línea 2 y que, como se expone en el 3, influye en nuestra cultura abalado por un 60% en la línea 1 y un 56,76% en la línea 2.

Tabla 1. Resultados de las encuestas para Conocimiento Ambiental

Conocimiento Ambiental (Línea 1)										
		Preguntas								
		1	2	3	18	19	21	27	32	Total
Porcentaje	1	6,67	0,00	0,00	0,00	40,00	0,00	6,67	6,67	7,50
	2	6,67	0,00	0,00	6,67	20,00	20,00	53,33	46,67	19,17
	3	46,67	6,67	40,00	40,00	33,33	73,33	26,67	46,67	39,17
	4	40,00	93,33	60,00	53,33	6,67	6,67	13,33	0,00	34,17
Conocimiento Ambiental (Línea 2)										
		Preguntas								
		1	2	3	18	19	21	27	32	Total
Porcentaje	1	5,41	0,00	0,00	5,41	5,41	8,11	18,92	60,00	12,91
	2	10,81	5,41	2,70	10,81	29,73	18,92	24,32	26,67	28,67
	3	54,05	24,32	56,76	43,24	54,05	40,54	43,24	46,67	45,36
	4	29,73	70,27	40,54	40,54	10,81	32,43	10,81	13,33	31,06

Otro de los aspectos que destaca el alumnado en la pregunta 18 con un 53,33% la línea 1 y un 43,24% línea 2 que ya conocen correctamente el concepto de Desarrollo Sostenible y que consideran con un 73,33% línea 1 y un 40,54% la línea 2 que la utilización de productos reciclados beneficia a la economía de los países, como vemos en el 21. Resaltar con tan sólo el alumnado de la línea 1, con un 53,33% comenta que aún necesitan un mayor conocimiento de los tipos de residuos en un futuro, respuesta al 27.

Cabe destacar que la línea 2, con un 54,05%, relaciona de manera directa la protección del Medio Ambiente como aspecto dependiente a un adecuado Desarrollo Sostenible como vemos en el 19; a diferencia de lo que se comenta en la línea 1 con un 33,33%, que no lo considera como un aspecto prioritario.

Lo que sí podríamos destacar es que en ambas líneas aparece una carencia destacada en un aspecto y es el relacionado con el 32, en la que se le plantea si el modelo económico actual se basa en el Desarrollo Sostenible.

En la categoría de *Conocimiento en Educación Ambiental* observamos en la tabla 2 que tanto en la línea 1, como en la línea 2, los conocimientos previos que presenta el alumnado con respecto a la Educación Ambiental son mínimos, con algunos matices entre las líneas, que es lo que nos hacen relevantes algunos resultados.

Tabla 2. Resultados de las encuestas para Conocimiento de Educación Ambiental

Educación Ambiental (Línea 1)												
Preguntas												
	6	10	11	12	20	30	31	37	39	40	Total	
Porcentaje	1	26,67	0,00	6,67	0,00	0,00	26,67	6,67	6,67	0,00	0,00	7,33
	2	60,00	33,33	20,00	6,67	13,33	66,67	46,67	20,00	6,67	0,00	27,33
	3	0,00	46,67	60,00	53,33	60,00	0,00	33,33	46,67	53,33	0,00	35,33
	4	6,67	13,33	6,67	33,33	20,00	0,00	6,67	20,00	33,33	0,00	14,00

Educación Ambiental (Línea 2)												
Preguntas												
	6	10	11	12	20	30	31	37	39	40	Total	
Porcentaje	1	2,70	62,16	5,41	2,70	0,00	5,41	37,84	16,22	0,00	0,00	13,24
	2	2,70	37,84	13,51	10,81	5,41	16,22	56,76	43,24	13,51	2,70	20,27
	3	51,35	0,00	56,76	72,97	35,14	56,76	5,41	32,43	59,46	56,76	42,70
	4	43,24	0,00	24,32	13,51	59,46	21,62	0,00	8,11	27,03	40,54	23,78

Comenzamos resaltando que el alumnado de la línea 1, con un 66,67%, se inclina por respuestas relacionadas con una Educación Ambiental que principalmente debe enseñar a cuidar los recursos naturales que poseemos. Una educación que a su vez nos ayuda a comprender las relaciones que existen entre las personas y el medio que les rodea, como se destaca con un 60% del 6.

En la otra línea, en la 2, se considera, con un 53,33%, que no han recibido en su formación una Educación Ambiental adecuada, como se aprecia en el 12, para poder distinguir lo que es malo o bueno para el Medio Ambiente. Por ello, será a través de la EA, como se expone en el 31, como mejor conoceremos el Medio Ambiente, aspecto resaltado con un 46,67%.

En definitiva y es lo que consideramos de gran importancia, es que ambas líneas, dejan claros varios aspectos para tener en cuenta en este estudio. En primer lugar, que la Educación Ambiental es una herramienta para concienciar a la población con respecto al medio ambiente que nos rodea (Esteban, y Amador, 2017), como se aprecia con un 60% en la línea 1 y 59,46% en la línea 2. En segundo lugar, que una persona con conocimientos sobre Medio Ambiente que visualizamos en el 11 (como es su caso, como futuros ambientólogos) puede formar a otros en Educación Ambiental destacado con un 60% en la línea 1 y un 56,76% en la línea 2. Hecho interesante a destacar son los resultados del 37, donde el 46,67% línea 1 y 32,43% línea 2, consideran que los nuevos avances tecnológicos perjudican a la Educación Ambiental.

Por último, y no menos importante, en el 39 se comenta que la Educación Ambiental es muy importante para conseguir el Desarrollo Sostenible, hecho que apoyan un 53,33% en la línea 1 y un 59,46% de la línea 2. Mención especial requiere la respuesta al 10 del cuestionario donde la línea 1 con un 46,67%, considera que todos tenemos una buena Educación Ambiental al contrario que el alumnado de la línea 2, con 62,16% que piensa que no todos tenemos una buena Educación Ambiental.

Con relación al *Comportamiento Ambiental*, como apreciamos en la tabla 3, ambos grupos, con 86,67% la línea 1 y un 81,08% la línea 2, consideran que les preocupa la conservación del Medio Ambiente y que el cuidado del Medio Ambiente influye en su calidad de vida destacado en el 4, con un 86,67% en la línea 1 y un 70,27% en la línea 2. Este hecho lo relaciona con el 7 en la que con un 60% la línea 1 y un 67,57% línea 2, destacan que el interés por la conservación del Medio Ambiente podría ayudar a solucionar los problemas ambientales. Pero no sólo se quedan ahí, ya que consideran con un 46,67% los de la línea 1 y un 54,05% los de la línea 2, que sus propias acciones pueden influir en la conservación del Medio Ambiente, reflejado en el 16. Destacan por ello que, como se cita en el 36, aunque las costumbres influyen en el respeto hacia el medio ambiente reflejado con un 66,67% en la línea 1 y 51,35% en la línea 2; consideran que ellos pueden, visto en el 34, ayudar al medio ambiente concienciando a los más cercanos, datos constados con un 46,67% en la línea 1 y un 48,65% en la línea 2.

Tabla 3. Resultados de las encuestas para Comportamiento Ambiental

Porcentaje Comportamiento Ambiental (Línea 1)					Porcentaje Comportamiento Ambiental (Línea 2)					
	1	2	3	4		1	2	3	4	
	4	0,00	0,00	6,67	86,67	4	0,00	2,70	29,73	70,27
	5	20,00	46,67	20,00	6,67	5	27,03	51,35	16,22	5,41
	7	0,00	6,67	60,00	26,67	7	0,00	5,41	67,57	29,73
	8	0,00	20,00	26,67	46,67	8	0,00	13,51	29,73	56,76
	9	6,67	0,00	0,00	86,67	9	0,00	0,00	18,92	81,08
	13	26,67	53,33	6,67	6,67	13	51,35	35,14	10,81	2,70
	14	33,33	40,00	13,33	6,67	14	21,62	48,65	24,32	5,41
	15	66,67	20,00	0,00	6,67	15	81,08	13,51	2,70	2,70
	16	0,00	0,00	46,67	46,67	16	0,00	5,41	54,05	40,54
	17	26,67	33,33	20,00	13,33	17	32,43	51,35	13,51	5,41
Preguntas	22	0,00	0,00	33,33	60,00	22	2,70	2,70	27,03	67,57
	23	0,00	6,67	46,67	40,00	23	5,41	10,81	35,14	45,95
	24	0,00	13,33	46,67	33,33	24	2,70	16,22	35,14	45,95
	25	26,67	20,00	26,67	20,00	25	21,62	29,73	18,92	32,43
	26	0,00	33,33	33,33	26,67	26	18,92	35,14	18,92	29,73
	28	40,00	46,67	6,67	0,00	28	54,05	27,03	16,22	2,70
	29	26,67	33,33	33,33	0,00	29	45,95	24,32	24,32	2,70
	33	6,67	33,33	20,00	33,33	33	10,81	18,92	48,65	21,62
	34	6,67	0,00	46,67	40,00	34	2,70	5,41	48,65	43,24
	35	6,67	13,33	33,33	40,00	35	8,11	32,43	29,73	27,03
	36	0,00	6,67	20,00	66,67	36	0,00	0,00	51,35	51,35
	38	0,00	13,33	60,00	13,33	38	10,81	35,14	24,32	27,03
	Total	13,33	20,00	27,58	32,12	Total	18,06	21,13	29,36	31,70

Por otro lado, cabe resaltar como se ve en el 13, que también coinciden en destacar que las grandes empresas no están influyendo protección del Medio Ambiente con un 53,33% en la línea 1 y un 51,35% en la línea 2. En este aspecto exponen en el 15 que la conservación del Medio Ambiente es sólo responsabilidad del gobierno con un 66,67% en la línea 1 y 81,08% en la línea 2. Contradictoriamente, en el 17, ambas líneas comentan que

participan muy poco en las actividades que en la conservación del Medio Ambiente se desarrollan en su propia Universidad con un 33,33% en la línea 1 y un 51,35% en la línea 2.

En los ítems relacionadas con las prácticas de reciclaje, los 24, 28 y 29 consideran, con un 46,67% la línea 1 y 45,95% la línea 2, que no sirve para nada reciclar de manera individual si la mayoría de los ciudadanos no lo hacen o no saben reciclar correctamente y que ellos, los de la línea 1 con un 33,33% y los de la línea 2 con un 245,95%, separan poco los residuos porque no saben dónde se ubican los contenedores. Pero en definitiva consideran que aportan poco reciclando si otros no lo hacen, como se aprecia en el 46,67% de la línea 1 y el 54,05% de la línea 2.

Por último, hay que destacar que el alumnado de ambas líneas, con un 60% en la línea 1 y un 67,57% en la línea 2, considera en el 22, que el sistema económico actual terminará por agotar los recursos del planeta. Incluso llegan a destacar en el 23, con un 46,67% en la línea 1 y un 45,95% en la línea 2, que todas las actividades productivas son nocivas para el Medio Ambiente. Como nota diferenciadora hay que destacar la respuesta al 38 en la que la línea, con un 60% considera que la conservación del medio ambiente depende de cada país y la línea 2, con un 27%, piensa que no es ese el caso.

5 CONSIDERACIONES FINALES

A tenor de lo expuesto podemos decir que el alumnado considera que ha adquirido unos primeros *Conocimientos Ambientales*. Todos ellos centrados principalmente en conceptos relativos al medio ambiente y su relación con el ser humano, así como el conocimiento del impacto individual y social que ejercen en el medio que les rodea.

En la categoría de *Educación Ambiental*, consideran que aún no están suficientemente informados acerca del concepto de la Educación Ambiental y no saben si es o no el correcto el que perciben, a pesar de la importancia que le conceden. Lo que sí tienen claro es que consta como una de sus salidas profesionales, pero aún sin conocer cuáles son éstas. Con ello, se vuelve a resaltar el valor e importancia que conceden a la Educación Ambiental como medio de sensibilización y como una herramienta de conocimiento del entorno y su importancia para llegar a la consecución del Desarrollo Sostenible.

En relación con el *Comportamiento Ambiental*, es decir, con las acciones que ellos y ellas tienen con respecto al medio ambiente el alumnado resalta que las acciones deberían ir destinadas a la mejorara del entorno. Es importante destacar que, a pesar de ello, aún se percibe un mínimo grado de sensibilidad o empatía con el medio que le rodea.

También se puede destacar que los estudiantes reconocen que, aun sabiendo que en su propia Universidad se realizan actividades relacionadas con la temática ambiental,

el nivel de participación en las mismas es muy escaso. A su vez, manifiestan que éstas, deben también llevarse a cargo por otras instituciones como es el caso de los equipos de gobierno. Esto nos lleva a defender que la Educación Ambiental debe estar inserta en todas las acciones y políticas previas a la universidad.

Queremos finalizar destacando la importancia de llevar cada vez más a cabo estudios como el realizado en nuestra Universidad. Este trabajo nos permitido seguir ampliando y aclarando conceptos que nos ayudarán a seguir dando sentido a la Educación Ambiental en el Grado de Ciencias Ambientales, como uno de los pilares fundamentales en la lista de sus salidas profesionales. Al mismo tiempo que nos ha enseñado cómo deben tenerse en cuenta las percepciones del alumnado antes de comenzar a tratar temáticas ambientales en el aula. Hecho que nos facilitará incluir a la Educación Ambiental en otros contextos académicos (hablamos de otros Grados Universitarios, Másteres, TFG, TFM e incluso en contextos educativos no universitarios).

Todo esto para seguir apostando por el proceso de investigación-acción para y en la gestión educativa de Educación Ambiental como elemento y medio para conseguir una cada vez mayor conciencia ética en el ámbito ambiental (Amador y Esteban, 2015).

BIBLIOGRAFÍA

Allport, G. (1968). La personalidad. Su configuración y desarrollo. Albacete: Perder.

Amador, L.V. y Esteban, M (2015). Educación Ambiental y valores. Hacia una educación para la ciudadanía ambiental. En Villaseñor, K, Pinto, L, Fernández, M y Guzmán, C. Pedagogía Social: Acción social y desarrollo. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla: México.

ANECA (2004). Libro Blanco del Título de Grado en Ciencias Ambientales. Madrid: Universidad de Alcalá.

Benayas, J (2002). La ambientalización de los campus universitarios: el caso de la Universidad Autónoma de Madrid. *Ecosistemas: Revista Científica y Técnica de Ecología y Medio Ambiente* 11, 3.

Campos, M, Pasquali, C., y Peinado, S. (2008). Evaluación psicométrica de un instrumento de medición de actitudes proambientales en escolares venezolanos. *Paradigma*, 29(2):135-153.

CRUE (2005). Directrices para la introducción de la Sostenibilidad en el Currículo Documento aprobado por el Comité Ejecutivo del Grupo de Trabajo de Calidad Ambiental y Desarrollo Sostenible de la CRUE, celebrado en Valladolid el 18/04/2005. Documento aprobado por Asamblea General CRUE el día 27/10/2005.

Cuello, A (2003). Problemas Ambientales y Educación Ambiental en la Escuela. Centro Nacional de Educación Ambiental. Recuperado en https://www.miteco.gob.es/es/ceneam/articulos-de-opinion/2003_03cuello_tcm30-163448.pdf

Duarte, R, Escario, J.J y Sanagustín, M.V. (2015): The influence of the family, the school, and the group on the environmental attitudes of European students. *Environmental Education Research* 23, 23-42.

Esteban, M y Amador, L.V. (2017). Modificación de conductas ambientales desde el aprendizaje basado en proyectos. *MoleQla: Revista de Ciencias de la Universidad Pablo de Olavide* 25. Disponible en https://www.upo.es/cms1/export/sites/upo/moleqla/documentos/Numero25/Numero_25.pdf

Esteban, M y Amador, L.V. (2018). Una aproximación a las actitudes de los universitarios hacia el Medio Ambiente. (Una experiencia innovadora en el ámbito de las Ciencias Ambientales). *Revista de Estudios y Experiencias en Educación* 17(33), 81 - 100.

Esteban, M, Amador, L.V., Mateos, F (2017). Actitudes del alumnado universitario hacia el Medio Ambiente: Educación Ambiental e Innovación *Revista Humanidades* 31, 17-38.

Esteban, M, Musitu, D, Amador, LV, Mateos, F y Olmedo, FJ. (2020): University as Change Manager of Attitudes towards Environment (The Importance of Environmental Education). *Sustainability* 12(11):4568.

Esteban, M, Lucena, IV, Amador, LV, y Mateos F. (2020). Environmental Education, an Essential Instrument to Implement the Sustainable Development Goals in the University Context. *Sustainability* 12(19):7883.

Gairín, J. (1987). Algunas propuestas relativas al cambio de actitud hacia las matemáticas. Enseñanza de las Ciencias. *Revista de Investigación y Experiencias Didácticas*, Vol. 5, N° Extra-1, 357-358.

Gairín, J., y otros (1985). *Organització de centres*. Barcelona: Grao.

González Lucini, F. (1992). *Educación en valores y diseño curricular*. Madrid: Alhambra.

Lamberth, J. (1980). *Psicología Social*. Madrid: Pirámides.

López, M.J., Álvarez, P, González, E y García, M. J. (2015): Medidas del comportamiento ecológico y antecedentes: conceptualización y validación empírica de escalas *Universitas Psychologica* 14 (1),15-30.

Melero, L., y Buz, J. (2002). ¿Existen realmente los estereotipos en los adolescentes hacia los adultos, los mayores y los muy mayores? IMSERSO, Memoria Técnica, no publicada.

Ministerio de Educación (2011). Real Decreto 1791/2010, de 30 de diciembre, por el que se aprueba el Estatuto del Estudiante Universitario.

Ministerio de Medio Ambiente (1999): *Libro Blanco de Educación Ambiental en España*. Madrid: Secretaría General de Medio Ambiente.

Pérez Serrano, G. (2002). Estrategias de Intervención Socia. En: Murga, M.: *Escenarios de Innovación e Investigación educativa*. Madrid: Universitas.

CAPÍTULO 15

LA GUERRA FRÍA ENTRE IRÁN Y ARABIA SAUDÍ Y LA RECONFIGURACIÓN DE ORIENTE MEDIO

Data de submissão: 20/03/2021

Data de aceite: 28/04/2021

Ignacio Álvarez-Ossorio

Universidad Complutense de Madrid
<https://orcid.org/0000-0001-6454-8460>

RESUMEN: La revolución islámica en 1979 reconfiguró radicalmente el orden regional en Oriente Medio. Desde el arranque del siglo XXI, Irán no ha hecho más que aumentar su peso en la región debido tanto a sus aciertos como a los errores de sus rivales. Los atentados del 11 de septiembre de 2011 fueron respondidos con la invasión de Afganistán e Iraq por parte de Estados Unidos de América. Como resultado de ello, Irán logró desembarazarse de dos de sus principales rivales: el movimiento talibán y la dictadura de Saddam Hussein. Este giro de los acontecimientos le permitió ampliar su esfera de influencia hasta abarcar un amplio arco chií que va desde Irán hasta Líbano pasando por Iraq y Siria, países donde la influencia iraní se ha intensificado tras el colapso de las Primaveras Árabes. Todos estos movimientos han sido contemplados por Arabia Saudí con preocupación, dado que representan una amenaza para la estabilidad regional y para los intereses del reino en el Golfo.

PALABRAS CLAVE: Oriente Medio. Primavera Árabe. Irán. Arabia Saudí. Siria.

La revolución islámica en 1979 marcó un antes y un después en las relaciones entre Arabia Saudí e Irán y reconfiguró radicalmente el orden regional en Oriente Medio. Desde entonces, las relaciones bilaterales entre ambos países se han caracterizado por el antagonismo religioso-ideológico y la competencia geo-estratégica, ya que “tanto Teherán como Riad se consideran así mismos los líderes naturales no sólo de Oriente Medio, sino también el mundo musulmán en general” (Sadjadpour y Ben Taleblu, 2015: 4).

En realidad, las ambiciones hegemónicas iraníes no sólo se explican aludiendo al carácter revolucionario del régimen, puesto que “ningún país de Oriente Medio cuenta con una combinación como la iraní en cuanto a tamaño geográfico, ubicación estratégica, población numerosa y educada, historia antigua y vastos recursos naturales. Independientemente de quién gobierne Teherán, estos atributos siempre alimentarán aspiraciones de primacía regional” (Sadjadpour y Ben Taleblu, 2015: 1). Como

advirtiese Stephen Walt, uno de los principales teóricos de la escuela realista, el nivel de amenaza que un Estado puede representar para otro se basa esencialmente en “el poder agregado (población, capacidad industrial y militar y tecnológica), la proximidad geográfica, la capacidad ofensiva y las intenciones ofensivas” (Walt, 1985: 9). En el caso que nos ocupa, se dan prácticamente todas estas variables.

Desde el arranque del siglo XXI, Irán ha ido aumentando su peso específico en la región debido tanto a sus aciertos como a los errores de sus rivales. Los atentados del 11 de septiembre de 2001 llevaron a EUA a asumir una política exterior intervencionista que se saldó con la invasión de Afganistán e Iraq. Como resultado de ello, Irán logró desembarazarse de dos de sus principales rivales: el movimiento talibán y la dictadura de Saddam Hussein. Este inesperado giro de los acontecimientos le permitió ampliar su esfera de influencia hasta abarcar un amplio arco chií que va desde Irán hasta Líbano pasando por Iraq y Siria e, incluso, extenderlo a otros países de la península Arábiga con población chií, ya sea mayoritaria como en el caso de Bahrein o minoritaria como en Yemen.

Todos estos movimientos han sido contemplados por Arabia Saudí con preocupación. Desde su creación en 1932, y más claramente desde el boom petrolífero en 1974, Arabia Saudí ha aprovechado su condición de guardián de los santuarios de La Meca y Medina para proyectarse en el mundo islámico como el representante por antonomasia del islam sunní. La instauración del régimen islamista iraní supuso un reto de gran envergadura no sólo por su posicionamiento antiimperialista, sino también por su voluntad de exportar su propia versión revolucionaria del islam a los países del entorno. La respuesta saudí consistió en una revigorización de la alianza saudí-wahabí y el respaldo de las redes salafistas yihadistas transnacionales. Tras la invasión soviética de Afganistán en 1978, las autoridades saudíes financiaron generosamente al movimiento muyahidín y la movilización de unos 35.000 combatientes árabes (entre ellos, al menos, 12.000 saudíes) que fueron reclutadas por la Oficina de Servicios de Abdallah Azzam para combatir a las tropas soviéticas (Commins, 2006: 174-175).

Tras la Primavera Árabe de 2011, Arabia Saudí volvió a considerar amenazada su posición hegemónica por lo que recurrió al “sectarismo como estrategia preventiva contrarrevolucionaria” para tratar de frenar a Irán (Rasheed, 2015: 513-526) y, al mismo tiempo, intentó ponerse al frente de una coalición de países árabes sunníes como contrapeso a Irán (Berti y Guzansky, 2015).

No obstante, la actual guerra fría irano-saudí no sólo se explica en términos sectarios, sino también estratégicos. Tratar de presentar esta confrontación como una mera lucha entre sunníes y chiíes, además de ser una simplificación, impide abordar en toda su complejidad la poliédrica realidad. Como advierte la politóloga Fatiha Dazi-

Héni, “las actuales divisiones sectarias entre Arabia Saudí e Irán parecen estar mucho más relacionadas con el enfrentamiento geopolítico y el antagonismo ideológico en su búsqueda por el predominio en Oriente Medio, que con la religión” (2013: 24). Sadjadpour y Ben Taleblu van incluso más lejos al considerar que “esta rivalidad es sectaria (sunníes contra chiíes), étnica (árabes contra persas), ideológica (aliados de EUA contra sus enemigos) y también geopolítica” (2015: 4-5).

LA REVOLUCIÓN ISLÁMICA Y EL CHOQUE SAUDÍ-IRANÍ

Durante las décadas de los cincuenta y los sesenta del siglo XX, Arabia Saudí intentó plantar cara al nacionalismo árabe mediante la puesta en práctica de una política exterior islámica que condujo al establecimiento de la Organización de la Conferencia Islámica en 1969. El rey Faysal dedicó todas sus energías a plantear una alternativa al movimiento panarabista, laico y socialista, por medio del proselitismo wahabí, de carácter puritano y rigorista, que engloba tanto las campañas de promoción de la identidad islámica en la cultura, la economía, la educación o el estatuto de la mujer, como la construcción de nuevas mezquitas y la financiación de fundaciones piadosas en buena parte del mundo árabe e islámico (Commins, 2009: 155). Aunque la posibilidad de emplear el petróleo como “un arma política” ya había sido barajada en la Cumbre de Jartum de 1967, esta opción no se materializó hasta 1973 tras la guerra de Yom Kippur, cuando la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) decidió imponer un embargo a los países occidentales aliados de Israel. Por medio de esta política, Arabia Saudí se convirtió, como apunta el economista libanés George Corm, “en el gran catalizador de la santa alianza entre la religión y el petróleo” (1991: 98).

La revolución islámica iraní en 1979 transformó radicalmente el orden regional en Oriente Medio, ya que provocó la caída del Shah Reza Pahlevi, el principal aliado de EUA en el golfo Pérsico. El establecimiento de un gobierno religioso basado en el principio del *velayat-e faqih* (gobierno de los jurisperitos) y dirigido por el ayatolá Ruhollah Jomeini fue acompañado por el intento de expandir la revolución islámica por el conjunto de la región mediante la movilización de las poblaciones chiíes. El nuevo régimen iraní era fervientemente antiimperialista, por lo que representaba una evidente amenaza para “el segundo pilar” de la estrategia estadounidense en la región: Arabia Saudí. El alto grado de conflictividad entre ambos países se justificó, a partir de entonces, por “la falta de complementariedad de los intereses de sus agendas regionales y las diferencias ideológicas de sus programas hegemónicos” (Hernández, 2020: 112).

Como señala Banafsheh Keynoush, “la República Islámica de Irán era la antítesis de la monarquía saudí” (2016: 109). La irrupción en escena del régimen islámico iraní,

de carácter revolucionario y antiimperialista, ponía en peligro el tradicional monopolio del islam político detentado por la conservadora Arabia Saudí. En su testamento, el guía supremo Jomeini tachó a los monarcas saudíes de “traidores de los dos lugares sagrados”, en referencia a La Meca y Medina, e “incapacitados para estar al cargo de la peregrinación y los asuntos de la Kaaba”. Curiosamente, estas mismas acusaciones fueron formuladas por Juhayman al-Utaybi, quien el 20 de noviembre de 1979 tomó el control de la gran mezquita de La Meca y reclamó el derrocamiento de la dinastía saudí y la instauración de un régimen verdaderamente islámico que rompiera su alianza con EUA (Commins, 2006: 164). Utaybi también se mostró extremadamente crítico con el clero wahabí, al que acusó de hipocresía por respaldar acriticamente las prácticas corruptas de la dinastía gobernante a cambio de contraprestaciones materiales.

Poco después de conquistar el poder, el régimen iraní trató de pasar a la acción por medio de la movilización de la minoría chií saudí (que representaba entre un 10% y un 15% de la población y se concentraba en la costa este del reino). Tradicionalmente, esta minoría había sido discriminada por sus creencias, consideradas heréticas por el clero wahabí. De hecho, cuando la zona costera fue conquistada por los Ijwan en 1913 se prohibieron todas las celebraciones públicas y se cerraron las *hussainiyyat*: los centros religiosos chiíes. Más tarde, en 1927, los ulemas wahabíes ofrecieron a los chiíes que eligieran entre la conversión forzosa o su ejecución, aunque la mediación del rey Abdelaziz Bin Saud evitó una mal mayor al ofrecerles protección a cambio de lealtad (Matthiesen, 2015: 8). Desde entonces, las proclamas anti-chiíes han sido constantes por parte de los estamentos religiosos y los medios de comunicación, intensificándose en periodos de tensión como en 1979 o 2011. En opinión de Matthiesen, “esta discriminación de carácter religioso e institucional [hacia los chiíes] ha reforzado la religiosidad basada en factores comunitarios” (2015: 17).

La intervención soviética en Afganistán en 1978 y la revolución islámica iraní de 1979 supusieron un duro golpe para EUA, que a partir de entonces se vieron obligados a estrechar sus vínculos con Israel y Arabia Saudí para contrarrestar el avance soviético e iraní en Oriente Medio. El 23 de enero de 1980 se hizo pública la Doctrina Carter, que establecía que “cualquier intento de una fuerza exterior para ganar el control del golfo Pérsico será considerado como una agresión a los intereses vitales de EUA, y un intento así será repelido con los medios que sean necesarios, incluida la fuerza militar”. El 22 de septiembre de ese mismo año, Iraq declaró la guerra a Irán con el apoyo de las monarquías del Golfo y EUA que, de esta manera, pretendían contener la revolución islámica. El 25 de mayo de 1981 se registró un nuevo intento de hacer frente a la amenaza iraní por medio del establecimiento del Consejo de Cooperación del Golfo (CCG), que pretendía

coordinar las políticas de las seis monarquías árabes de la zona: Arabia Saudí, Emiratos Árabes Unidos, Kuwait, Bahréin, Qatar y Omán. El punto álgido de las tensiones regionales se registró a mediados de diciembre, cuando el Frente Internacional por la Liberación de Bahréin, una organización chií adiestrada por la Guardia Revolucionaria iraní, protagonizó un levantamiento contra la dinastía sunní Khalifa con el objeto de instaurar en el poder al ayatolá Hadi al-Modarresi, quien consideraba legítimo el empleo de la violencia para acabar con la opresión de los chiíes, que representaban el 70% de la población bahreíni (Alhasan, 2011: 603-617).

El final de la devastadora guerra irano-iraquí en 1988 favoreció una aproximación entre Irán y Arabia Saudí. El ascenso de los reformistas en Irán llevó a la presidencia a Akbar Hashemi Rafsanyani (1989-1997), quien apostó por el pragmatismo para resolver las disputas regionales (Zaccara, 2016: 189-191). El gobierno iraní condenó enérgicamente la invasión iraquí de Kuwait el 2 de agosto de 1990, lo que permitió el restablecimiento de relaciones diplomáticas con Arabia Saudí en 1991 y la visita del ministro de Asuntos Exteriores iraní Ali Akbar Velayati al rey Fahd en Riad en abril de ese año para plantear una posible alianza entre Irán y el CCG. En febrero de 1998, el reformista Mohammad Khatami (1997-2005) realizó la primera visita oficial de un mandatario iraní a Arabia Saudí desde la revolución islámica, que fue seguida en mayo de 1998 por la firma de un Acuerdo de Cooperación en los terrenos económico, cultural y deportivo entre ambos países.

Los atentados del 11 de septiembre en 2001 colocaron en una situación extremadamente delicada a Arabia Saudí, ya que la mayor parte de los integrantes de la célula de Al-Qaeda responsable de los ataques tenía nacionalidad saudí. A partir de entonces, las relaciones norteamericano-saudíes registraron un evidente retroceso, ya que numerosas voces reclamaron poner fin a lo que se tachó de un “matrimonio de conveniencia”, ya que EUA poco tenía que ver con “una monarquía islámica gobernada secretamente por una familia, el enorme clan saudí, en colaboración con los fundamentalistas islámicos, donde no hay medios de comunicación libres ni instituciones legales transparentes, ni garantía alguna en cuanto a los derechos humanos y civiles” (Kaiser y Ottaway, 2002).

La decisión de la Administración Bush Jr. de invadir Iraq sin la previa autorización del Consejo de Seguridad en 2003, permitió a Irán no sólo deshacerse de su principal regional, sino también ampliar su órbita de influencia al país vecino. Tras la caída de Saddam Hussein se estableció un sistema confesional en el que los partidos chiíes se impusieron en las elecciones y controlaron la escena política. A partir de entonces, numerosos exiliados políticos iraquíes exiliados en Irán retornaron a sus hogares y se pusieron al frente de las principales formaciones chiíes (Consejo Supremo Islámico de Iraq, Da'wa,

Movimiento al-Sadr, etc.), que lograron imponerse cómodamente en las elecciones. Tras el desmantelamiento del ejército y la desbaazificación de la administración por parte del procónsul Paul Bremer, los grupos chiíes también se hicieron con el control de los ministerios, las fuerzas armadas y los servicios secretos. En todo momento, Irán instruyó a los clérigos chiíes Ali al-Sistani y Abd al-Aziz al-Hakim a colaborar con las autoridades estadounidenses para tratar de extender su control sobre el aparato estatal. El creciente peso de Irán generó el malestar de Arabia Saudí, su principal rival regional, que no dudó en secundar a diferentes milicias islamistas para tratar de contrarrestar la influencia iraní en Iraq, lo que acentuó el sectarismo (Keynoush, 2016: 177).

La invasión norteamericana de Iraq creó un peligroso vacío de poder en un país que desde el siglo VII había servido de frontera entre el islam sunní y el islam chií. Iraq, que había sido un Estado-tapón que había separado a Arabia Saudí e Irán, se convirtió, a partir de 2003, en territorio donde ambos actores libraron su particular guerra de agotamiento a través de actores interpuestos. Riad trató de desestabilizar el país a través de su apoyo a la insurgencia sunní y a diversos grupos yihadistas que se presentaron como los defensores de la minoría árabe sunní (un 20% de la población), tradicional detentadora del poder desde la época abbasí. Teherán, por su parte, respaldó el establecimiento de un Estado confesional dominado por los chiíes, que representaban una clara mayoría (un 60%). El resultado de esta confrontación fue una devastadora guerra sectaria que se inició tras el ataque contra la mezquita chií al-Askari en la ciudad de Samarra el 22 de febrero de 2006, en la que se vieron envueltos no sólo las milicias sunníes y chiíes, sino también Al Qaeda en Mesopotamia y el Ejército regular iraquí. La población civil fue la principal víctima de esta guerra fratricida que devastó el país, en el curso de la cual se produjo la limpieza étnico-confesional de importantes regiones. En total, cinco millones de personas se vieron obligadas a abandonar sus hogares convirtiéndose la mitad de ellos en desplazados internos y el resto en refugiados en Jordania y Siria (Álvarez-Ossorio y Buendía, 2009: 929-959).

La Doctrina Bush hecha pública en septiembre 2002, apenas unas semanas después del primer aniversario del 11-S, no sólo apuntaba a Iraq, sino también a Irán al considerar que deberían lanzarse ataques preventivos contra los integrantes del denominado Eje del Mal, países de naturaleza totalitaria y contestaria que supuestamente desarrollaban armas de destrucción masiva y tenían vínculos con organizaciones terroristas internacionales. La Estrategia de Seguridad Nacional de 2002 señalaba que “EUA no permitirá que estos esfuerzos prosperen [...]. Como un asunto de sentido común y de autodefensa, América actuará contra estas amenazas emergentes antes de que éstas se desarrollen plenamente”. El planteamiento de la Doctrina Bush motivó un pulso

en el seno del régimen iraní entre los sectores reformistas liderados por el presidente Khatemi y los conservadores de la Guardia Revolucionaria en torno a la necesidad de desarrollar un programa nuclear para tratar de hacer frente a eventuales amenazas por parte de EUA e Israel. Dicho pulso se decantó a favor de los segundos con la elección como presidente de Mahmud Ahmadineyad (2005-2013), quien adoptó una política exterior neoconservadora ante la amenaza que representaba el despliegue de tropas norteamericanas en Afganistán e Iraq (Zaccara, 2016: 191).

LA PRIMAVERA ÁRABE: UNA AMENAZA COMPARTIDA

La irrupción de la denominada Primavera Árabe en 2011 no sólo evidenció el divorcio existente entre gobernantes y gobernados, sino que también provocó una sacudida en el orden regional. Las movilizaciones populares en numerosos países árabes intensificaron la preocupación de Arabia Saudí, que interpretó que Irán podría ampliar su radio de acción. En un primer momento, Irán consideró que las movilizaciones populares que derrocaron a diversos regímenes autoritarios de tendencia pro-occidental favorecería “la construcción de un nuevo Oriente Medio islámico en el que el poder se distanciaría de EUA y de sus aliados árabes, incluida Arabia Saudí” (Keynoush, 2016: 227). No obstante, pronto se demostró que las protestas también representaban una amenaza para sus aliados como evidenció el caso de Bashar al-Asad en Siria.

Las movilizaciones que se iniciaron en Túnez se extendieron en los meses siguientes a Egipto, Libia, Bahréin, Yemen y Siria, entre otros (Álvarez-Ossorio y Gutiérrez de Terán, 2011). A pesar de las peculiaridades de cada país, lo cierto es que la población compartía unas mismas reivindicaciones de carácter socio-económico (persecución de la corrupción, desigual repartición de la riqueza, mayores oportunidades laborales, mejora de las condiciones de vida, etc.) y político (fin del autoritarismo, derogación de las leyes de emergencia, respeto al gobierno de la ley, instauración de un sistema pluripartidista y respeto a las libertades públicas). De ahí a que el lema más repetido en las revoluciones de la dignidad fuese precisamente “el pueblo quiere la caída del régimen”.

Ante la posibilidad de que la liberalización política avanzase en Oriente Medio, los regímenes saudí e iraní recurrieron al sectarismo para tratar de inflamar las tensiones confesionales y movilizar a sus aliados regionales. Como señalan Nader Hashemi y Danny Postel, “el sectarismo es un proceso conformado por actores políticos que operan en contextos específicos persiguiendo objetivos políticos que implican la movilización popular en torno a marcadores de identidad (religiosos) particulares” (2017: 5). Desde 2011 es cada vez más habitual que “los gobernantes adopten sus decisiones en base a

una evaluación sectaria de la política: piensan estratégicamente en términos sectarios y dan cuerpo a sus políticas exteriores en dichos términos; en consecuencia, la mayoría chií de Irán es considerada como un archienemigo infiel” por Arabia Saudí (Matthiesen, 2013: xii-xiii). En este contexto de caos y desgobierno, Irán y Arabia Saudí movilizaron a una serie de *proxies* o aliados regionales en los conflictos armados que estallaron en Siria, Siria, Yemen e Iraq (Bianco, 2020: 14). El sectarismo se convirtió, así, en “un vehículo de la contrarrevolución que bloqueó la transformación de la región contemplada por aquellos que lanzaron las revueltas árabes” (Hinnebusch, 2016: 121).

Arabia Saudí movilizó todos sus recursos ante un seísmo que amenazaba con tener réplicas en el interior del país. Abdul Aziz bin Abdullah Al Sheikh, gran muftí de Arabia Saudí desde 1999, intentó desacreditar las protestas señalando: “Este caos proviene de los enemigos del islam y de quienes los siguen”¹. No obstante, no todos los ulemas siguieron la línea oficialista: el influyente jeque Salman Awda defendió las manifestaciones y secundó los llamamientos de reformas internas formulado por un grupo de activistas, profesores y abogados que reclamaron elecciones directas al Consejo de la Shura, un poder judicial independiente, separación de poderes y promoción de los derechos humanos, incluida la libertad de expresión y el derecho a la protesta pacífica.

Para los integrantes del Consejo de Cooperación del Golfo, las demandas de libertades y de justicia social de la Primavera Árabe representaban una clara amenaza. Como advierte Baabood, “estos cambios sísmicos en el mundo árabe crearon nuevas dinámicas geopolíticas, inestabilidad regional y una gran incertidumbre y representaron un enorme reto de seguridad para los países del Golfo” (Baabood, 2014: 42). Ante esta circunstancia, la mayoría de ellos adoptaron una serie de medidas encaminadas a garantizar la paz social, entre ellas el alza de salarios, el incremento de los subsidios, la oferta de empleos públicos, la construcción de viviendas y la inversión en sanidad y educación (Zaccara y Saldaña, 2015: 177-199). En el caso de Arabia Saudí, el rey Abdallah anunció el 22 de febrero de 2011 ayudas por un valor de 37.000 millones de dólares para los funcionarios, los jóvenes y los pobres que incluían un alza de los salarios gubernamentales de un 15%, así como ayudas subsidios para adquirir viviendas, emprender negocios o estudiar en el extranjero.

En el plano exterior, los miembros del CCG adoptaron una posición contrarrevolucionaria. De resultar exitosas las transiciones políticas, en muchos casos lideradas por partidos islamistas como Ennahda en Túnez o los Hermanos Musulmanes en Egipto, la población local podría exigir reformas similares. De tal manera, “los Estados del

¹ Reuters, “Saudi top cleric blasts Arab, Egypt protests-paper”, 5 de febrero de 2011: <https://www.reuters.com/article/egypt-saudi-idAFLDE71403F20110205>

CCG se encontraron rodeados por un islam político que podía cuestionar su legitimidad y socavar su tradicional sistema monárquico... Por ello, los países del CCG respaldaron la contrarrevolución mediante el apoyo a las fuerzas contrarrevolucionarias y a los militares para arrebatar el poder a los gobiernos electos. Estos, a su vez, emplearon el poder blando e inteligente para socavar a los gobiernos electos y apuntalar a los militares y al resto de opositores al islam político” (Baabood, 2014: 44).

Como hemos señalado anteriormente, Arabia Saudí tiene una importante minoría chií. Una de las señas de identidad del wahabismo es precisamente el sectarismo contra los chiíes, ya que interpreta que cualquier desviación de su interpretación del islam debe considerarse como herética, especialmente a la corriente chií (a cuyos seguidores tacha de *rafida* o renegados) y a todas sus ramas (a las que condena como *kuffar* o infieles). Tras la conquista de Riad en 1902, el influyente jeque wahhabí Hasan bin Hussein Ash-Sheikh, “prohibió cualquier comunicación pacífica con las autoridades o habitantes de la tierra de los infieles, con especial referencia a Iraq y Kuwait, y decidió que la única forma de comunicación posible con ellos sería en el campo de batalla a través de la *yihad*” (al-Malki, 2014: 10).

Cuando los vientos revolucionarios se aproximaron a la península Arábiga, el régimen saudí actuó de manera enérgica no dudando en reprimir con dureza las movilizaciones chiíes deteniendo a sus principales responsables, entre ellos el clérigo Nimr Baqr al-Nimr que sería ejecutado el 2 de enero de 2016. También intervino militarmente en Bahreín para evitar la caída de la dinastía Khalifa y en Yemen para tratar de evitar el ascenso de los Huthíes tras la salida del presidente Abdallah Saleh. En Siria, financió generosamente a los grupos armados que intentaban derrocar al presidente Bashar al-Asad, aliado de Irán.

Bahreín cuenta con una mayoría de población de confesión chií (un 70% de sus 600.000 habitantes), aunque es gobernada por la dinastía sunní de los Khalifa. Tras la caída de Ben Ali en Túnez, la población chií se movilizó para reclamar el fin de la discriminación y una plena igualdad entre todos los ciudadanos. La brutal represión de las manifestaciones registradas en la plaza de la Perla de Manama el 17 de febrero de 2011 llevó a los convocantes a elevar el listón de sus demandas y a pedir la dimisión del gobierno. Ante la posibilidad de que estas reivindicaciones se contagiaran al conjunto de las monarquías del Golfo, el CCG decidió intervenir militarmente. El 14 de marzo un contingente de 1.500 militares saudíes y emiratíes entró en el país para poner fin a las manifestaciones. El emir Hamad Bin Aisa al-Khalifa señaló una semana después: “Un golpe externo ha sido preparado en los últimos 20 a 30 años hasta que el terreno ha estado maduro para acontecimientos subversivos... Ahora anuncio el fracaso de dicho

golpe”². También EUA, cuya Quinta Flota tiene su base en Manama, respaldó de manera inequívoca esta intervención, ya que el contagio de las movilizaciones al Golfo amenazaría la hegemonía americana en una zona que alberga “bases militares claves, los principales compradores de armas occidentales y también a importantes socios comerciales con considerables inversiones en las economías occidentales” (Matthiesen, 2013: viii).

En Yemen también existe una importante presencia chií, puesto que un 40% de la población es de confesión zaydí: una rama septimana del islam chií con especial peso en la zona montañosa de Saada. Como en el caso de Túnez y Egipto, “un cóctel similar de desigualdad, fuga de capitales y aspiraciones frustradas llevaron a los manifestantes a las calles” (Hill, 2017: 258). En las manifestaciones multitudinarias se demandó el final de la dictadura de Abdallah Saleh, así como el desmantelamiento de su sistema de gobierno caracterizado por la corrupción y el clientelismo (Veiga, Gutiérrez de Terán y Hamad, 2014: 215-255). La caída de Saleh permitió la apertura de una transición respaldada por el CCG, aunque desde un primer momento la presidencia de Abd Rabbo Mansur Hadi se vio amenazada por las milicias de Ansar Allah (más conocidas como los Huthí, con las que la Guardia Revolucionaria iraní mantiene una estrecha relación), que en septiembre de 2014 capturaron sin resistencia la capital Sanaa prometiendo restaurar la seguridad pública y la integridad de las instituciones estatales (Hill, 2017: 266). Ante la conquista del puerto de Adén por los Huthíes, Arabia Saudí y Emiratos Árabes Unidos intervinieron en el país por medio de la operación Tormenta Decisiva el 26 de marzo de 2015.

En lo que respecta a Siria cabe señalar que el gobierno es controlado desde el golpe militar de Hafez al-Asad en 1970 por la minoría alauí, una secta heterodoxa del islam chií que representa alrededor del 13% de la población. Tras el inicio de las movilizaciones el 15 de marzo de 2011, el presidente Bashar al-Asad apostó todas sus cartas por la denominada ‘solución militar’. La inacción de la comunidad internacional allanó el terreno para la intervención de diversas potencias regionales, incluidas Arabia Saudí e Irán, que libraron en territorio sirio una guerra a través de actores interpuestos. Este enfrentamiento ha dado pie a una profunda sectarización del conflicto con la irrupción de grupos salafistas yihadistas y milicias chiíes en un claro ejemplo de *proxí war*. De esta manera, “los grupos islamistas declararon la *yihad* contra un régimen dominado por la minoría alauí, a la que tachaban de apóstata. Este discurso sectario también se filtró entre las diferentes milicias chiíes que acudieron en defensa del régimen sirio y para luchar contra las fuerzas *takfiríes*, como denominan a los grupos yihadistas que excomulgan a todos aquellos que no aceptan su particular interpretación

² Reuters, “Bahrain king says forces have foiled foreign plot”, 21 de marzo de 2011: <https://www.reuters.com/article/bahrain-protests-king/bahrain-king-says-forces-have-foiled-foreign-plot-idUSLDE72K01O20110321?edition-redirect=uk>

del islam” (Alvarez-Ossorio, 2019: 47). El vacío de poder existente tanto en Siria como en Iraq también fue aprovechado por el autodenominado Estado Islámico para hacerse con el control de la cuenca del Éufrates, donde en 2015 proclamó el nacimiento de un califato yihadista.

Pero sin duda, la principal amenaza para Arabia Saudí en la post-Primavera Árabe fue la conclusión el 14 de julio de 2015 de un acuerdo entre Irán y el G5+1 (integrado por los cinco miembros permanentes del Consejo de Seguridad de la ONU más Alemania) para suspender el enriquecimiento de uranio de su programa nuclear. El denominado *Joint Comprehensive Plan of Action* (JCPOA) fue el resultado de tres años de conversaciones secretas en las que tomó parte la Administración Obama y preveía que Irán detuviese su programa nuclear a cambio del progresivo levantamiento de las sanciones internacionales. La llegada a la Casa Blanca de Donald Trump significó un alivio para Arabia Saudí, puesto que el 8 de mayo de 2018 anunció la retirada estadounidense del JCPOA y la adopción de una política de ‘máxima presión’ sobre Irán por medio del restablecimiento de sanciones.

En su primer discurso como Secretario de Estado, Mike Pompeo dejó claro que Irán representaba la principal amenaza para EUA y sus aliados en Oriente Medio. El 21 de mayo de 2018 señaló en el *think tank* conservador The Heritage Foundation: “Irán no tendrá nunca más carta blanca para dominar Oriente Medio [...]. Perseguiremos a los agentes iraníes y sus apoderados de Hezbolá en todo el mundo y los aplastaremos”. En la mencionada intervención, Pompeo estableció doce condiciones que Irán debería cumplir para facilitar el levantamiento de las sanciones, la mayor parte de ellas relacionadas con la interrupción inmediata del enriquecimiento de uranio y la autorización a los inspectores de la OIEA a las instalaciones nucleares, pero también otras relacionadas con el programa de misiles balísticos, la interrupción de la ayuda a Hezbolá, Hamas, Yihad Islámica, los Huthíes y las milicias chiíes en la región, la retirada de efectivos de Siria y, por último, el cese de las amenazas a Israel, Arabia Saudí y Emiratos Árabes Unidos.

Todas estas exigencias dejaban claro que el objetivo de la Administración Trump no era sólo renegociar el acuerdo nuclear, sino también obligar a Irán a renunciar a su influencia en Oriente Medio a través de sus *proxies* o aliados regionales. No obstante, la estrategia de ‘máxima presión’ no dio los frutos deseados, ya que Irán logró mantener intacta su influencia regional y ninguno de sus aliados locales perdió posiciones significativas en el tablero de Oriente Medio. En opinión de Peyman Jafari, “en lugar de reducir la influencia de Irán, la ‘máxima presión’ ha empujado a Irán a expandir su influencia. Esto es parte de la estrategia de ‘guerra asimétrica’ de Irán, que se basa en las operaciones de golpe y fuga de la Guardia Revolucionaria, y la dependencia de sus aliados en Líbano, Siria, Iraq y Yemen” (Jadaliyya, 2019). En opinión del investigador iraní,

“cuanto más arrinconado esté Irán, más recurrirá a esta estrategia asimétrica”, tal y como evidenciaron los ataques con drones contra las refinерías saudíes de Abqaiy y Khurais el 14 de septiembre de 2019, atribuidos a la Guardia Revolucionaria iraní aunque reivindicados por los Huthí yemeníes (Mabon y Wastnidge, 2020: 14-15). La respuesta norteamericana a este ataque sin precedentes fue el asesinato en Bagdad, el 3 de enero de 2020, del comandante Qasem Suleimani, máximo responsable de las Fuerzas Al-Quds.

BIBLIOGRAFÍA

ALHASAN, H. T., “The Role of Iran in the Failed Coup of 1981: The IFLB in Bahrain”, *Middle East Journal*, Autumn 2011, Vol. 65, No. 4, pp. 603-617.

ÁLVAREZ-OSSORIO, I., “The Sectarian Dynamics of the Syrian Conflict”, *The Review of Faith & International Affairs*, 17:2, 2019, pp. 47-58.

ÁLVAREZ-OSSORIO, Ignacio y BUENDÍA, Pedro. “La crisis de los refugiados iraquíes en Siria, Jordania y Líbano”. *Foro Internacional* vol. XLIX, no. 4 (198), 2009, pp. 929-959.

BAABOOD, A., “Gulf Countries and Arab Transitions: Role, Support and Effects”, *IEMed Mediterranean Yearbook*, 2014, pp. 42-47.

BERTI, B. y GUZANSKY, “Saudi Arabia’s Foreign Policy on Iran and the Proxi War in Syria: Toward a New Chapter?”, *Israel Journal of Foreign Affairs*, Volume 8, No. 3, 2015, pp. 25-34.

BIANCO, Cinzia, “KSA-Iran rivalry: an analysis of Saudi strategic calculus”, in *Saudi Arabia, Iran and De-Escalation in the Persian Gulf*, SEPAD, 2020.

COMMINS, David, *The Wahhabi Mission and Saudi Arabia*, London, I. B. Tauris, 2006.

CORM, Georges, *Le Proche-Orient éclaté (1956-1991)*, Paris, Gallimard, 1991.

DAZI-HÉNI, F., “Arabia Saudí contra Irán: un equilibrio regional de poder”, *Awraq*, n° 8, 2013, pp. 23-36.

GUTIÉRREZ DE TERÁN, Ignacio y ÁLVAREZ-OSSORIO, Ignacio (eds.), *Informe sobre las revueltas árabes*, Madrid, Ediciones del Oriente y el Mediterráneo, 2011.

HASHEMI, Nader y POSTEL, Danny, *Sectarianization. Mapping the New Politics of the Middle East*, London, Oxford University Press, 2017.

HERNÁNDEZ, David, *El reino de Arabia Saudí y la hegemonía de Oriente Medio*, Madrid, Libros de la Catarata, 2020.

HINNEBUSCH, Raymond 2016. “The Sectarian Revolution in the Middle East.” *Revolutions: global trends and regional issues* 4 (1), pp. 120-152.

HILL, Ginny, *Yemen Endures: Civil War, Saudi Adventurism and the Future of Arabia*, New York: Oxford University Press, 2017.

HIRO, Dilip, *Cold War in the Islamic World: Saudi Arabia, Iran and the Struggle for Supremacy*, Oxford, Oxford University Press, 2018.

JADALIYYA, “Roundtable: Iran’s Domestic Politics and Political Economy”, 26 de noviembre de 2019: <https://www.jadaliyya.com/Details/40287>

- KAYSER, Robert G. y OTTAWAY, David B., "Saudi leader's anger revealed shaky ties", *The Washington Post*, 10 de febrero de 2002.
- KEYNOUSH, Banafsheh, *Saudi Arabia and Iran: friends or foes?*, New York, Palgrave Macmillan, 2016.
- MABON, Simon y WASTNIDGE, Edward, "Saudi Arabia, Iran: Resilient Rivalries and Pragmatic Possibilities" in *Saudi Arabia, Iran and De-Escalation in the Persian Gulf*, SEPAD, 2020.
- AL-MALKI, Abdullah, "Wahhabism, the Brotherhood of those who obeyed Allah and ISIS: Has history repeated itself?", *Middle East Monitor*, 2014.
- MATTHIESEN, Toby, *Sectarian Gulf: Bahrain, Saudi Arabia, and the Arab Spring that Wasn't*, Stanford, Stanford University Press, 2013.
- MATTHIESEN, Toby, *The Other Saudis: Shiism Dissent and Sectarianism*, New York, Cambridge University Press, 2015.
- PHILLIPS, C., "Sectarianism and Conflict in Syria", *Third World Quarterly*, 36 (2), 2015, pp. 357-376.
- RASHEED, M., "Sectarianism as counter-revolution: Saudi responses to the Arab spring". *Studies in Ethnicity and Nationalism*, 11 (3). 2015, pp. 513-526.
- RIEGER, R., "In Search of Stability: Saudi Arabia and the Arab Spring", *Gulf Research Center Papers*, 2014.
- SADJADPOUR, K. y BEN TALEBLU, B., "Iran in the Middle East: Leveraging Chaos", *FRIDE Policy Brief*, n° 202, May 2015.
- VEIGA, Francisco, GUTIÉRREZ DE TERÁN, Ignacio y HAMAD, Leyla, *Yemen. La clave olvidada del mundo árabe*, Madrid, Alianza Editorial, 2014.
- WALT, S. M., "Alliance Formation and the Balance of World Power", *International Security*, vol. 9., no. 4, 1985, pp 3-43.
- ZACCARA, L., "Iran's Permanent Quest for Regional Power Status" en J. Braveboy-Wagner (ed.), *Diplomatic Strategies of Nations in the Global South*, London, Palgrave MacMillan, 2016, pp. 181-212.
- ZACCARA, L. y SALDAÑA, M., "Cambio y estabilidad política en las monarquías del Golfo tras la Primavera Árabe", *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, n.109, abril 2015, p. 177-199.

CAPÍTULO 16

LA MIRADA CONSERVADORA DEL FRENTE POPULAR DESDE PROVINCIAS: PUENTE ALTO 1938-1941

Data de submissão: 05/04/2021

Data de aceite: 28/04/2021

Reinaldo Hernández Catalán

Universidad de Los Andes
Programa de Doctorado en Historia
Instituto de Historia

RESUMEN: El artículo tiene como principal objetivo el de caracterizar, desde una mirada de la Historia Local y a través de las perspectivas de las editoriales del periódico conservador de Puente Alto, "La Libertad", la visión que tuvieron los conservadores de provincia sobre la coalición de centroizquierda, conocida en la historiografía como El Frente Popular (1938-1941). Todo esto a partir desde la óptica de una localidad cercana a la capital, Puente Alto, realizando una descripción temporal de las principales ideas y valores que los frentistas tenían. Especial atención del análisis, es relatar los lineamientos generales que tenía El Frente Popular, así como las características particulares que tenían cada uno de sus integrantes políticos.

PALABRAS CLAVES: Historia de Chile. Conservadores. Historia Local. Frente Popular.

THE CONSERVATIVE LOOK OF THE POPULAR FRONT FROM PROVINCES: PUENTE ALTO 1938-1941

ABSTRACT: The main objective of the article is to characterize, from a local history perspective and through the perspectives of the editorials of the conservative newspaper of Puente Alto, "La Libertad", the vision that the provincial conservatives had on the center-left coalition, known in historiography as The Popular Front (1938-1941). All this from the perspective of a town near the capital, Puente Alto, making a temporary description of the main ideas and values that the fronts had. Special attention to the analysis is to relate the general guidelines that the Popular Front had, as well as the characteristics that each of its political members had.

KEYWORDS: Chile of history. Conservatives. Local History. Popular Front.

1 INTRODUCCIÓN

La mirada conservadora sobre el Frente Popular en Chile ha sido tratada de manera extensa en la historiografía chilena, pero desde una perspectiva de los grupos dirigentes y desde Santiago, el centro geográfico del poder del país (Botto, 2018; Brahm, 2020; Correa, 2011; Cristi & Ruiz, 2016;

Moulian, 2011; Pereira 1994;). Lo que busca este artículo, es relatar desde provincias, específicamente en la localidad de Puente Alto, ubicada aproximadamente a 22 kilómetros al sur de Santiago, la visión que generó el Frente Popular durante los años de 1938-1941 en la mentalidad conservadora.

Para el cumplimiento de dicho objetivo, se utilizó como fuente primaria fundamental, el periódico conservador de Puente Alto “La Libertad”, fundado en 1928 y cuyo término fue en 1962. Su principal director, dueño, editorialista sería el conocido comerciante y líder local del Partido Conservador, Francisco Fuentes Hoffman (Hernández, 2014; Quintana, 1962). Periódico de tirada quincenal, reflejaba los intereses del Partido Conservador y del mundo católico de la zona.

La Cultura Política Conservadora del período que se está describiendo, está sumergida en una serie de tensiones que el Frente Popular amplía. Por un lado, tenemos un grupo dentro de los conservadores que quiere seguir manteniendo las características propias del siglo XIX, definidas a partir del respeto a las formas liberales representativas en las cuales las elecciones presidenciales y de congresistas juegan un rol clave, frente a otro grupo de conservadores que desean incorporar ideales socialcristianos y el modelo corporativo católico como vigas maestras de la conformación de la sociedad chilena en el siglo XX. A esto, cabe añadir las pugnas que los jóvenes conservadores tienen en contra de su dirigencia que impulsan una espiral de hechos que traerá cambios a la mentalidad conservadora chilena. A pesar de lo dicho anteriormente, de las contradicciones y tensiones que cohabitan en el mundo conservador, su existencia a lo largo de los años siempre estará definida por dos elementos esenciales, la obediencia política al Partido Conservador y, la directriz de la Iglesia Católica en materias morales y sociales (Correa, 2011, p 48).

Dentro del ámbito historiográfico, la historia de las ideas ocupa un respaldo importante en la investigación, ya que, nos permite entender el efecto que tienen las ideas sobre los valores, acciones y estructuras en las sociedades para su mantención o transformación histórica. Una segunda corriente historiográfica que se incorpora al análisis sobre el Frente Popular chileno está dada por su enfoque en la historia local. Este tipo de investigación abre muchas posibilidades al entendimiento más comprensible de los hechos y fenómenos históricos (Serna & Pons, 2002). Especialmente, restringe el abuso de la especulación en la historiografía sin tener una base de conformidad con la realidad, lo que justamente busca evitar esta investigación. Insertándonos en estudios particulares sobre localidades específicas, así es posible lograr entender en su plenitud la fuerza y los alcances que orientó la cosmovisión conservadora en la sociedad chilena del siglo XX.

Otro elemento para tener en cuenta en la definición del marco metodológico de la investigación es señalar que el análisis del periódico se centrará en las editoriales, que se escribieron entre 1938 y 1941 sobre el Frente Popular. En relación a esto aspecto, se han elaborado discursos epistemológicos que tienden a resaltar el análisis de las editoriales en los medios de comunicación e información masiva (Hernando, 2001; Santamaría, L & Casals, M, 2000).Lo pertinente de la defensa de la propuesta centrada en el estudio de las editoriales en torno a las ideas y conceptos expresados en las mismas, es que permite comprender la opinión que tienen el medio de comunicación e información desde su ethos institucional, (para nuestro caso, el periódico conservador “La Libertad) sobre un fenómeno determinado, el Frente Popular entre los años de 1938-1941.

2 EL FRENTE POPULAR

La formación del Frente Popular chileno entre los años de 1936-1941 (Drake, 1992; Milos, 2008; Urzúa, 1992), tiene puntos de encuentro con las formaciones del mismo nombre que se estaban formando en Europa en el período de entreguerras. Tanto en el caso francés como el caso español, eran formaciones políticas que asumían un apoyo multclasista para la llegada al poder, con el objetivo de frenar el avance del fascismo que se había ido apoderando del espacio político europeo. Estas coaliciones, donde predominaron los partidos de izquierda (España) o de centroizquierda (Francia), asumían las ventajas que tenían la democracia representativa liberal, especialmente para contener las ideologías de la derecha extrema como eran el fascismo italiano y el nazismo alemán. Estos frentes, que tuvieron en el Partido comunista su principal impulsor, sobre todo a partir de las resoluciones del VII Congreso de la Internacional Comunista en 1935 implicó, momentáneamente una suspensión de la lucha de clases violenta que señalaba el marxismo por un pacto estratégico con las fuerzas democráticas burguesas antifascistas. Para el caso chileno, donde el fascismo no era especialmente relevante, su programa se centraba esencialmente en la identificación del “sujeto popular” que hay defender y potenciar en contra de las fuerzas oligárquicas representadas por la derecha chilena, al decir de los partidarios frentistas.

La conformación del Frente Popular chileno tiene más puntos de encuentro con su homónimo francés, en donde el Partido Radical jugaba un rol importante que con su par español. Sin embargo, los frentistas chilenos siguieron con admiración e identificación los sucesos de la república española que gobernó al Frente Popular español entre los años de 1936-1939. En Chile, la conformación del Frente Popular comenzó como tal en 1936 y terminó en 1941, año en que se efectuó su disolución. Dicha coalición era

conformada básicamente por tres partidos. El Radical, Socialista y Comunista, en conjunto con importantes organizaciones sindicales tales como la Confederación de Trabajadores de Chile, (CTCH). Este bloque de centroizquierda, que por primera vez asumió democráticamente el poder en el gobierno gracias a la elección presidencial de 1938, instaló a su candidato, el radical Pedro Aguirre Cerda como presidente de Chile, en una victoria muy estrecha sobre Agustín Ross, representante de la coalición derechista, (fundamentalmente liberales y conservadores).

3 LA MIRADA CONSERVADORA DEL FRENTE POPULAR

Dos grandes líneas de opinión son susceptibles de ser caracterizadas en el periódico conservador de Puente Alto “La Libertad”, en relación con el Frente Popular chileno. La primera de ellas está referida a describir aspectos generales que posee la coalición de centroizquierda y, que son comunes a los diversos integrantes de esta. Un segundo argumento, de opinión editorial, es aquel en el cual se centra en describir a los principales actores que componen la federación centroizquierdista. Es necesario mencionar que los actores políticos más activos de análisis son los partidos socialista y comunista. Esta doble vertiente de observaciones, ayudan a dar cuenta de cómo el Frente Popular era comprendido por la militancia conservadora de Puente Alto.

3.1 LA MIRADA GENERAL SOBRE EL FRENTE POPULAR DURANTE EL PERÍODO DE 1938-1941

Como conglomerado político de centroizquierda, El Frente Popular fue visto con una serie de particularidades, todas ellas negativas, a lo largo de su permanencia en el poder por parte de los conservadores puentealtinos. Se podría pensar que esto iría aminorándose con el pasar de los años, pero esta situación no ocurrió, a pesar de que la asociación de partidos frentista asumió una cooperación con los principales partidos de derecha (conservadores y liberales), en materias sociales y económicas.

La primera característica que identificaba a los frentes populares es que su implantación en el mundo occidental, especialmente en Europa, ha traído ruina y descalabro económico en los países en los cuales gobernaron. España y Francia, son dos claros ejemplos que muestran dicha situación. Naciones que, según los conservadores, pasaron de tener sólidas estructuras económicas a un caos productivo en el cual se encontraban, producto de la pésima gestión de los frentes populares una vez instalados en el gobierno. Las razones principales de esta debacle económica, es la excesiva intervención del Estado en la economía. Esto acompañado con el poco respeto hacia

la propiedad privada que tienen los seguidores del Frente Popular, hace el mecanismo perfecto para el mal funcionamiento de la economía y la destrucción de la base productiva. Así queda expresado de manera clara en la siguiente cita de 1938:

Los frentes populares han traído la ruina de países de sólida estructura económica como España, la que empezó por medio de un triunfo en las elecciones de Municipales, cayendo con esto la monarquía". (La Libertad. Año IX. N° 19 de febrero de 1938. Las elecciones Municipales.p3)

La cita anterior correspondía a la fecha de febrero de 1938, antes de llegar al gobierno. Dos años después, ya en el poder el Frente Popular, se sigue insistiendo en esa incapacidad para manejar la economía, pero ahora, agravada con la evidencia concreta de su funcionamiento en la realidad nacional. La situación del país es considerada peligrosa, porque las personas no logran cubrir las necesidades mínimas alimentarias debido a la inflación y, a la existencia de escasez de trabajo imperantes en el país. Además, se precisa que el excesivo nivel de impuestos creados durante la administración de centroizquierda ha comenzado a perjudicar enormemente la dinámica productiva del país (La Libertad. Año XI, N° 360. 30 de marzo de 1940. Los nuevos ricos 30 de marzo de 1940, p3).

El antipatriotismo es otra característica general observada por los conservadores. El argumento principal, es que los principales partidos que forman al Frente Popular tienen su identidad cultural basada en un fuerte internacionalismo, desconociendo el amor a la patria. Esto es confirmado tanto por la dependencia comunista de Moscú, como por el sentido americanista que tienen los socialistas, al decir de los conservadores. Ejemplos palpables de esto, son los ataques a la bandera nacional y al ejército, que aparecen en los discursos y marchas de los frentistas (La Libertad. Año IX, N° 293. 22 de octubre de 1938. La elección del martes 25 de octubre, p3) originando el desprecio hacia los símbolos patrios.

Otra nota distintiva que es asociada al Frente Popular es su marcado carácter anticonstitucional, es decir, el no respetar los lineamientos básicos de convivencia política y social planteada en la carta magna de 1925. Se les acusa a los partidarios del radicalismo, socialismo y comunismo, de no respetar las libertades civiles, especialmente la del derecho a la información y la libertad de expresión consagradas en la Constitución. Muy unido a lo anterior, también se acusa de no aceptar ciertas leyes del país, sobre todo las relacionadas con el tema de la propiedad (La Libertad. Año X, N° 320. 13 de mayo de 1939. La Libertad de prensa, p3).

Por último, la gran característica general que define al frentismo a los ojos de los conservadores y, que se aprecia en los tres años de su gobierno, es su inadecuado entendimiento de la naturaleza del ciudadano chileno. Esto es debido a que confunde las justas demandas sociales que tiene la población, con un apoyo a la causa de la revolución y el cambio social que proyecta el frentismo. Así queda refleja en la siguiente cita:

Ese pueblo, nuestro pueblo, el pueblo que está con Ross, no quiere la revolución social y abomina el desorden; anhela la paz, el progreso, la justicia y el bienestar; desea casas limpias para el trabajador de abajo, impone deberes al trabajador de arriba; impone deberes al trabajador de arriba; pide salarios justos, escuelas cómodas, salud y alegría de vivir, autoridad fuerte y ecuánime, libertad ciudadana; odio a la rebelión ilegítima, el abuso de donde viniere, y la indisciplina; ama la solidaridad y exige la concordia y la buena voluntad entre los hombres de todas las condiciones, tal como lo quisiera y soñara el divino Maestro de la Montaña". (La Libertad. Año VII, N° 274.11 de junio de 1938. La expresión de un Pueblo. La Llegada de Don Gustavo Ross, p3).

3.2 LOS ACTORES DEL FRENTE POPULAR

Los conservadores no perdieron oportunidad para denostar a los diversos actores políticos y sociales que conformaban el Frente Popular, destacando, sobre todo, sus ataques a los comunistas y socialistas. Las críticas pueden ser ordenadas en dos categorías. La primera de ellas se orienta a identificar cuáles son las notas distintivas que hermanaban a ambas colectividades y, que, a la vez, eran consideradas de manera negativa por los conservadores. En una editorial del día 23 de julio de 1938 (La Libertad. Año IX, N° 280.23 de julio de 1938. Orígenes del comunismo, p3), se les reprocha el origen histórico común que tienen los comunistas y socialistas ubicado en la modernidad maligna, que desde el siglo XVI viene impulsando todo lo oscuro y peligroso del mundo, quebrando con el orden perfecto tradicional cristiano originado en el medioevo. Palabras especiales son referidas a La Revolución Francesa, (principal expresión del anticristo para la comunidad conservadora), como gestor del pensamiento marxista ya que, permitió el triunfo del modelo totalitario que conduce inexorablemente a la tiranía, tal como aconteció en Francia durante y después de la revolución según los conservadores (La libertad. Año X, N° 330. 29 de julio de 1939. El despotismo después de la Revolución francesa, p3). Para estos últimos, las soluciones dictatoriales ya sea de carácter civil como militar era muy objetadas y criticadas. Por otro lado, los partidos socialista y marxista, que parten de un núcleo de ideología marxista, se caracterizan, siguiendo al artículo ya mencionado, de una serie de atributos entre los cuales se cuenta la emancipación de la moral de Dios; el triunfo del derecho colectivo por sobre el individual; la preocupación exclusivamente de la base material de la vida humana, descuidando el aspecto espiritual; de la destrucción de los deberes de la familia y de un intenso combate al capitalismo. Atributos evidentemente considerados como peligrosos para el orden conservador.

Otra visión expresada sobre ambos partidos marxistas componentes del Frente Popular, es considerarlo como grupos políticos que expresan "la bestia roja" que buena parte de los sectores populares chilenos tienen y, que explican el éxito electoral del

conglomerado de centroizquierda. Así lo demuestra la editorial del 19 de agosto de 1939 en la cual se expresa lo siguiente:

“El aturdimiento, la algazara, la irreflexión, el orgullo de la ignorancia del que se cree intelectual, el amor a los placeres materiales, el desconocimiento o desprecio de los bienes espirituales, el excesivo desarrollo del sport que glorifica el músculo y deja sin ejercicio el espíritu (La Libertad. Año X, N° 333. 19 de agosto de 1939. Estamos condenados al bullicio y a la mentira oficial, p3).

Otras características generales de ambas formaciones marxistas que son descritas son su declarado antipatriotismo y la adscripción de la lucha de clases que tanto comunistas como socialistas tienen en su programa. Esto último, es reforzado en una editorial de febrero de 1938, en la cual se menciona que, en la localidad de Puente Alto, ha comenzado una escalada de conflictos en el campo, entre los patrones y sus trabajadores (inquilinos y trabajadores temporales). Esto último, es debido a la agitación promovida por grupos socialistas y comunistas, simpatizantes del Frente Popular. Así lo expresa la editorial mencionada:

de la labor desquiciadora que los elementos comunistas y socialistas desarrollan en los campos, donde se meten con cualquier pretexto, para llegar a envenenar al pacífico obrero campesino, estos elementos malsanos tienen su cuartel general en nuestro pueblo y son demasiados conocidos, los encargados de sembrar la cizaña entre el campesinado (La Libertad. Año IX, N° 259. 26 de febrero de 1938. La labor desquiciadora de los elementos extremistas del campo, p3).

La segunda categoría en la cual son analizados los actores es individualizarlos según sus propias características. En este sentido, nuevamente las editoriales recaen principalmente sobre el accionar de los comunistas y socialistas, pero separándolos y particularizándolos. En el caso del comunismo, se hace mención de que es el peor enemigo que puede tener la cultura en el país, al decir del propio Papa Pío XI. Esto tiene una explicación según los conservadores, ya que el comunismo ataca directa e indirectamente valores tan preciados como son la dignidad individual, la santidad de la familia, el orden y la seguridad social y, especialmente, la mirada religiosa, culminando con la negación de Dios y el ataque hacia la Iglesia Católica. Para los conservadores, el pensamiento antirreligioso es una constante del comunismo y se sigue manteniendo en las editoriales del periódico durante todo el período. Por ejemplo, se critica a los creyentes que sostienen se puede ser católico y comunista a la vez. Para objetar dicho argumento, se hace un registro histórico de los principales teóricos del comunismo marxista, que va desde el propio Marx, pasando por Lenin hasta llegar a Gorki, que señalan a la religión no sólo como el opio del pueblo, sino además que todas las instituciones religiosas deberían ser eliminadas de la sociedad (La Libertad. Año XI, N° 380. 16 de noviembre de 1940. El

comunismo es antirreligioso, p3). Dicho ateísmo tiene una explicación fundamental cual es que la única institución que puede disputarle moralmente a las masas al comunismo es la Iglesia Católica (La Libertad. Año XI, N° 384. 21 de diciembre de 1940. ¿POR QUE EL MARXISMO ES ATEO?, p3).

Para finalizar, hay una explicación del motivo por el cual se extiende tan rápido el comunismo y, es porque tanto la clase trabajadora, así como los sectores medios, ilustrados, desconocen la verdadera naturaleza del comunismo que atenta contra la familia, la propiedad, la patria y, por supuesto a la religión (La Libertad. Año XI, N° 338. 22 de febrero de 1941. ¿POR QUE SE EXTIENDE EL COMUNISMO, P3)?

Sobre el socialismo también se hacen apreciaciones muy similares a las que se formulan en relación con los comunistas. Los socialistas aplican a su lectura histórica de la conformación y mantención de las sociedades, la teoría de la lucha de clases (La Libertad. Año X, N° 277. 2 de julio de 1938. Enojo Justificado, p3). Incluyen también críticas hacia la religión provenientes de su formación en la filosofía materialista, contradictoria con la espiritualidad católica, tan preciada a los conservadores. Se pone especial énfasis en este punto cuando se analiza al socialismo, porque existen grupos de conservadores que consideran que el socialismo es menos peligroso y dañino que el comunismo, existiendo la posibilidad de establecer una suerte de diálogo con este sector de la izquierda nacional (La Libertad. Año XI, N° 386. 1 de febrero de 1941. Conceptos inconcebibles, p3).

En suma, la visión que se tiene sobre el socialismo marxista perteneciente al Frente Popular queda mejor ilustrada en la siguiente cita:

El socialismo corruptor de las masas, ha llevado a nuestras calles y plazas el espíritu de subversión a las autoridades que ellos mismos eligieron, envenenando las relaciones del Capital y del Trabajo, materializando la concepción de las uniones, socavando el amor de los ciudadanos hacia el ejército, la armada y los grandes símbolos de la nacionalidad; que al favor de leyes electorales inadecuadas ha escalado los puestos legislativos para desprestigiar las cámaras y hacer de sus bancos tribunas del materialismo marxista". (La Libertad. Año X, N° 310. 25 de febrero de 1939. ¿Nos servirá de ejemplo? p3).

4 CONCLUSIÓN

La mirada conservadora sobre el Frente Popular durante los años 30 y principios de 1940 en el siglo XX en Chile fue bastante homogénea. En efecto, los tres años de gobierno de la coalición de centroizquierda (1938-1941), fueron vistos como una etapa de decadencia de la sociedad chilena. Sentido decadente originado por la ideología marxista, principal cuerpo teórico de dos de los principales partidos que componían el Frente Popular, el Partido Comunista y el Partido Socialista. Dicha ideología, incorporaba

todos los valores que los conservadores rechazaban, ya sea en la incorporación activa del Estado a la economía como su abierta antirreligiosidad, es decir, para el caso chileno, su anticatolicismo. En esta última, es donde se centra los mayores reparos que se efectúan en torno a la ideología marxista.

También es posible de formular una segunda conclusión, pero a partir de la mirada de lo local. En este plano, el estudio confirma que los efectos percibidos por parte de las elites santiaguinas conservadoras con relación al Frente Popular fueron asumidos de manera muy similar por los militantes y simpatizantes conservadores de Puente Alto, en especial, en la peligrosidad de transformar a Chile en un país fuera de la cultura de la civilización occidental si dicha coalición política de centroizquierda seguía en el poder.

BIBLIOGRAFÍA

Botto, Andrea, (2018). *Catolicismo chileno: controversias y divisiones (1930-1962)*. Santiago. Chile. Ediciones Universidad Finis Terrae.

Brahm, Enrique. (2020). Miedo a la revolución y defensa del orden social: tensiones en el Partido Conservador al finalizar el Gobierno el Carlos Ibáñez (1931-1932). *Cuadernos de Historia*, (52), pp159-181. Santiago, Chile.

Correa, Sofía (2011), *Con las riendas del poder. La derecha chilena en el siglo XX*. Santiago. Editorial DEBOLSILLO. 361 pág.

Cristi, Renato y Ruiz, Carlos (1992), *El pensamiento conservador en Chile: 6 ensayos*. Santiago. Universitaria. 163 pág.

Drake, Paul. (1992). *SOCIALISMO Y POPULISMO. CHILE 1936-1973*. Valparaíso, Chile. Ediciones Universitarias de Valparaíso.

Diario La Libertad de Puente Alto. 1938-1941. Santiago. Sociedad periodística El Chuncho.

Hernández, Reinaldo (2014). Cristianismo católico en provincias: Puente Alto 1951-1960. "Los católicos de buena ley". *Historia del cristianismo en Chile y América Tomo II.96-109*. Valparaíso. Chile. Centro de Educación Cultura Americana.

Milos, Pedro. (2008). *Frente Popular en Chile. Su configuración: 1935-1938*. Santiago, Chile. LOM Ediciones.

Moulian, Tomás y Torres, Isabel. (2011) *Discusiones entre Honorables. Triunfos, fracasos y alianzas electorales de la Derecha en Chile,1938-2010*. Santiago. Chile. Editorial-Arcis.

Pereira, Teresa (1994), *El Partido conservador 1930-1965, ideas, figuras y actitudes*. Santiago. Editorial Vivaria.

Quintana, Ayan. (1962). *PUENTE ALTO. SU PASADO, SU PRESENTE*. Puente Alto. Chile. Talleres Gráficos del Periódico "Puente Alto al Día".

Santamaría, Luisa y Casals, María Jesús (2000). *La opinión periodística. Argumentos y géneros para la persuasión*. Madrid, España. Fragua.

Serna, Justo y Pons, Anacleto. (2002). En su lugar. Una reflexión sobre la historia local y el microanálisis. *Prohistoria. Año VI*, 6-2002, 107-126.

Urzua, Germán. (1992). HISTORIA POLITICA DE CHILE Y SU EVOLUCION ELECTORAL (Desde 1810 a 1992). Santiago, Chile. Editorial Jurídica de Chile.

Hernando, Luis. (2001). Lengua y estilo editorial. *Estudios sobre el Mensaje periodístico*, N° 7, 279-293.

CAPÍTULO 17

TENDIENDO PUENTES ENTRE DATACIÓN Y ARQUEOLOGÍA

Data de submissão: 23/04/2021

Data de aceite: 09/04/2021

Daniel Panario

Universidad de la República

Facultad de Ciencias

Instituto de Ecología y Ciencias Ambientales

UNCIEP

Montevideo-Uruguay

<https://orcid.org/0000-0001-7018-8289>

Christopher Duarte

Universidad de la República

Facultad de Ciencias

Instituto de Ecología y Ciencias Ambientales

UNCIEP

Laboratorio de Luminiscencia

Montevideo-Uruguay

<https://orcid.org/0000-0003-2801-7106>

Roberto Bracco Boksar

Universidad de la República

Facultad de Humanidades y

Ciencias de la Educación/

Ministerio de Educación y Cultura

Facultad de Ciencias

Laboratorio de Luminiscencia

Iguá 4225, 11400. Montevideo-Uruguay

<http://orcid.org/0000-0002-1686-7392>

Ofelia Gutiérrez

Universidad de la República

Facultad de Ciencias

Instituto de Ecología y Ciencias Ambientales

UNCIEP

Montevideo-Uruguay

<https://orcid.org/0000-0002-1210-9658>

RESUMEN: El presente artículo desarrolla una línea de trabajo en torno a la medición de la señal luminiscente de sedimentos. Cinco son las muestras que se analizaron, cuatro de ellas proceden de sitios arqueológicos, donde en tres el sedimento presenta alteración térmica; mientras que la muestra restante proviene de un médano. A partir de la constatación experimental que fracciones más finas de sedimento producen estimas de paleodosis más precisas, contrariamente a lo que sucede con las fracciones gruesas (mayores a 150 μm); se ensayó moler las fracciones más gruesas de las muestras con el fin de disminuir el tamaño de grano, luego mediante un ataque ácido eliminar la señal espuria ocasionada por el fenómeno de tribo-termoluminiscencia. Al comparar las paleodosis generadas de las muestras no molidas versus las molidas, se observa que no presentan diferencias estadísticamente significativas y los errores en la mayoría de los casos disminuyen. Los resultados muestran al molido y tratamiento ácido de las fracciones mayores como una vía válida

para la disminución de errores y en consecuencia en la determinación de edades luminiscentes más precisas.

PALABRAS CLAVE: Datación. OSL. Artefactos calentados.

BRIDGING GAPS BETWEEN DATING AND ARCHEOLOGY

ABSTRACT: This article develops a line of work around the measurement of the luminescent signal of sediments. Five are the samples that were analyzed, four of them come from archaeological sites, where in three the sediment presents thermal alteration; while the remaining sample provenience from a dune. From the experimental verification that fine grain sediment fractions produce more precise paleodoses estimates, contrary to what happens with coarse fractions (greater than 150 μm); grinding the coarse fractions of the samples was tested in order to reduce the grain size, then by means of an acid attack to eliminate the spurious signal caused by the tribo-thermoluminescence phenomenon. When comparing the paleodoses generated from the non-ground samples versus the ground ones, it is observed that they do not present statistically significant differences and the errors in most cases decrease. The results show the grinding and acid treatment of the larger fractions as a valid way to reduce errors and consequently in the determination of more precise luminescent ages.

KEYWORDS: Dating. OSL. Heated artifact.

1 INTRODUCCIÓN

En este trabajo se presentan los procedimientos desarrollados en el Laboratorio de Datación por Luminiscencia (Facultad de Ciencias-UNCIEP) con el objetivo de disminuir la dispersión de las medidas OSL producidas a partir de muestras de fracción gruesa, siguiendo con el método Múltiple Alícuota. Esta línea experimental ha permitido mejorar también los estadísticos de medida de otros tipos de muestras, redundando en todos los casos en estimaciones de edades más precisas. Se basa, siguiendo el procedimiento establecido por Román y Jackson (1998) y Valladas (1992) para dataciones TL, en agregar al procesamiento estándar un paso de molido y luego un ataque ácido por tres días, con el propósito de eliminar la señal espuria que produce el molido.

Se presentan los resultados OSL obtenidos de seis muestras, cinco procedentes de sitios arqueológicos y una de un contexto natural y se discute los beneficios del procedimiento.

2 LAS TÉCNICAS DE DATACIÓN POR LUMINISCENCIA

La datación por estimulación óptica (OSLD), es una técnica físico-química utilizada para datar de forma absoluta sedimentos naturales o materiales culturales que contengan minerales tales como ser cuarzo y/o feldespato. Esta presenta ventajas sobre

el carbono 14, por ser aplicables a materiales ubicuos y tener rangos más amplios de datación, desde seis hasta ~100.000 años (Aitken, 1974; 1985; 1997; 1998; Murray y Olley, 2002; Shrestha, 2013).

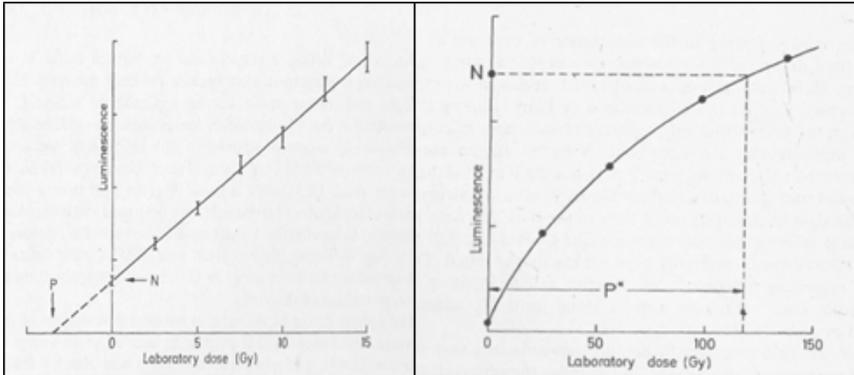
Cuando el mineral queda sepultado recibe radiación que proviene del cosmos (rayos cósmicos) y de la desintegración de isótopos radiactivos que se encuentran presentes en el medio circundante, principalmente ^{238}U , ^{232}Th y ^{40}K (radiación de fondo). La radiación provoca que electrones de la red cristalina sean desplazados de la banda de valencia a la banda de conducción, quedando retenidos en “trampas” (defectos presentes en la red cristalina) (Aitken, 1974; 1985; 1997; 1998). Las trampas se dividen en dos tipos: someras y profundas. Las someras son aquellas que se llenan y vacían en un lapso corto, mientras que las profundas son más estables, siendo las que permiten las dataciones luminiscentes. Cuando el mineral es expuesto a luz o calor, la red cristalina se estimula provocando que los electrones atrapados se liberen, lo que se acompaña de una emisión de luz (luminiscencia). Este proceso –que se conoce como blanqueo o reinicio a cero del registro luminiscente– se produce en condiciones naturales cuando todos los granos de sedimento quedan expuestos a la luz o son calentados (a temperaturas mayores a los 350°C para el caso de cuarzo y feldespato). Si posteriormente quedan enterrados y/o no se calientan comienzan nuevamente la acumulación de energía. La elección entre la técnica de datación por estimulación óptica (OSLD) o estimulación por calor (TLD) se realiza en base a que el evento a datar haya sido contemporáneo a un blanqueo por luz o por calor. En el último caso se pueden usar indistintamente ambas técnicas.

La intensidad de la señal luminiscente emitida al ser estimulados los minerales de la muestra con luz o calor es proporcional al total de la energía acumulada (=paleodosis) desde su último blanqueo. Conociendo la dosis anual (cantidad de radiación/años) a la cual estuvieron expuestos los minerales, podemos estimar el tiempo transcurrido desde el blanqueo.

$$\text{Edad} = \frac{\text{Paleodosis}}{\text{Dosis Anual}}$$

La paleodosis se determina mediante la comparación de la intensidad de la señal luminiscente natural, con la inducida por dosis conocidas de radiación. Los dos métodos más usados para obtener la paleodosis son: el método aditivo y el método regenerativo. En el primero se adiciona a la paleodosis cantidades conocidas de radiación. En el segundo se mide la intensidad de la señal natural y la intensidad inducida por dosis de radiación conocida luego de haberse expuesto a la luz solar para borrar el registro luminiscente (blanqueado), a alícuotas de la muestra. En ambos casos con los datos se construye una función de regresión y por interpolación o extrapolación se estima la paleodosis (Aitken, 1985; 1997) (Figura 1).

Figura 1: Determinación Paleodosis (P) mediante método, izquierda: aditivo; derecha: regenerativo. N=Señal Natural. (Tomado de Aitken, 1998, pp.12-13).



La determinación de la edad luminiscente se hace usualmente a partir de fracciones arena o limo. Según nuestra experiencia es menor la dispersión de datos, y por lo tanto más precisa la datación, cuando menor es la fracción usada (90 o 63 μm). Para el caso de la cerámica o sedimentos estas fracciones se separan por métodos mecánicos y físicos que no alteran la intensidad de su señal ni su respuesta luminiscente. Frente a muestras mayores no disgregables –por ejemplo, artefactos líticos alterados térmicamente– la opción es molerlas. Pero durante la molienda como consecuencia de la agitación y vibración de los granos, se produce lo que se conoce como tribo-termoluminiscencia, lo que causa una señal luminiscente espuria que ocasiona que la edad estimada no corresponda con la edad verdadera (Aitken, 1974; González Martínez, 1999).

3 MATERIALES Y MÉTODOS

Tres de las muestras analizadas proceden de los sitios arqueológicos García Ricci, Pelotas y Los Ajos ubicados en el Departamento de Rocha, Uruguay¹, uno del sitio arqueológico PSG 3-1 ubicado en el litoral sur de la Laguna de los Patos (Milheira et ál., 2014a; 2014b) y la restante de un medado (contexto natural) formado durante el Holoceno medio en el litoral platense (34°45'15.05"S - 55°36'28.19"O) (Pisciotano et ál., 2018).

De cada una de las muestras se separaron las fracciones 63 μm - 90 μm , >150 μm y <2mm para el caso de la procedente del sitio Los Ajos. Se trataron con H₂O₂ 30 vol. para eliminar la materia orgánica, HF 40% para eliminar feldespatos y el registro α , y luego HCl 8% para eliminar fluoruros y fluoratos que se hubieren formado en paso anterior. Posteriormente se procedió a la separación de la fracción cuarzo mediante

¹ Para estos sitios se ha planteado que sus montículos son estaciones de hornos de tierra, habiéndose formado como consecuencia de la acumulación de los desechos que esta técnica de cocción produce, en consecuencia, toda (o casi toda) la matriz de estos montículos ha sido termoalterada (Bracco et ál., 2020).

líquidos denso (LST) a densidades 2,66-2,74 g/ml. Las fracciones >150 μm y <2mm se molieron en un molino de bolas durante 30 minutos, recuperándose por tamizado los granos comprendidos entre 63 μm y 90 μm . Siguiendo el procedimiento establecido por Román y Jackson (1998) y Valladas (1992) para dataciones TL, esta fracción fue atacada con HCl 38% por 72 horas con el objetivo de eliminar la señal espuria. En todos los casos se midió la paleodosis a partir de alícuotas montadas en discos de acero de 10 mm de diámetro, utilizando siliconas como adherente (Figura 2).

Figura 2: Discos de acero con muestra montada utilizados para medir.



Las señales luminiscentes se midieron empleando un lector automático Daybreak™ 1100. Se utilizó un irradiador Daybreak™ Modelo 801 E equipado con una fuente de ^{90}Sr para las irradiaciones (0,0597 Gy/s setiembre 2000).

Las mediciones se realizaron siguiendo el método MARD (Vandenberghe, 2004). Se seleccionó como temperatura de precalentamiento, la temperatura a la cual los espectros TL y OSL normalizados de alícuotas naturales e irradiadas se presentaron con igual forma.

Se midieron 6 alícuotas para estimar la intensidad de la señal natural y 4 series también de 6 alícuotas, irradiadas a 4 escalones de intensidades distintas para construir la función de regresión. Para reducir la dispersión originada por diferencias de sensibilidad o carga entre alícuotas, las medidas integraron una medición previa de 0,15 segundos de estimulación de todas las alícuotas. A partir de estos datos, se calculó un factor de corrección. En todos los casos sólo se aceptaron como válidas las series de mediciones que presentaron un CV \leq 5%, descartándose un máximo de dos medidas. Caso contrario, se repitió la serie.

4 RESULTADOS Y DISCUSIÓN

En la figura 3 y 4 como ejemplo, se muestra la funciones utilizadas para determinar la paleodosis de arenas molidas y no molidas procedentes del nivel 1 (78 cm de profundidad) del montículo 10 del sitio García Ricci. En el Cuadro 1 se presentan las paleodosis obtenidas a partir de muestras molidas y no molidas procedentes de mismos niveles de los sitios analizados, con excepción de las del sitio Los Ajos, para el cual no se disponen para el nivel analizado, la estimación de paleodosis obtenidas a partir de muestras no molidas. Igualmente se incluyen paleodosis de muestras no molidas obtenidas de niveles superiores e inferiores.

Figura 3: Paleodosis obtenida para las arenas molidas del Sitio García Ricci 10. Se muestra el coeficiente de variación (CV) máximo para una serie de datos. N= Señal Natural. P= Paleodosis.

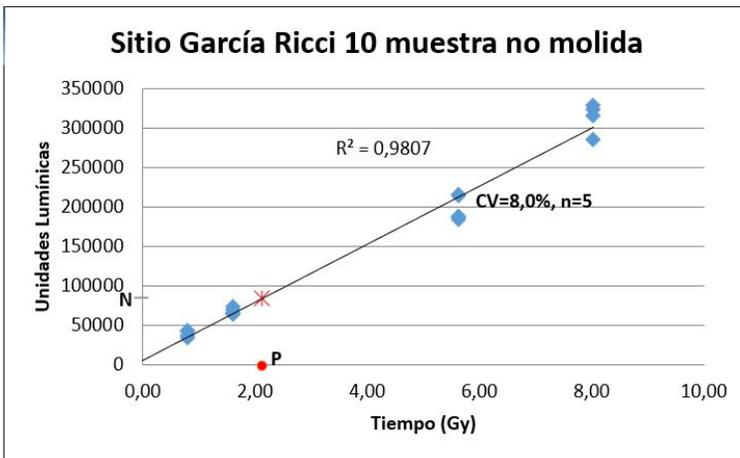


Figura 4: Paleodosis obtenida para las arenas molidas del Sitio García Ricci 10. Se muestra el coeficiente de variación (CV) máximo para una serie de datos. N= Señal Natural. P= Paleodosis.

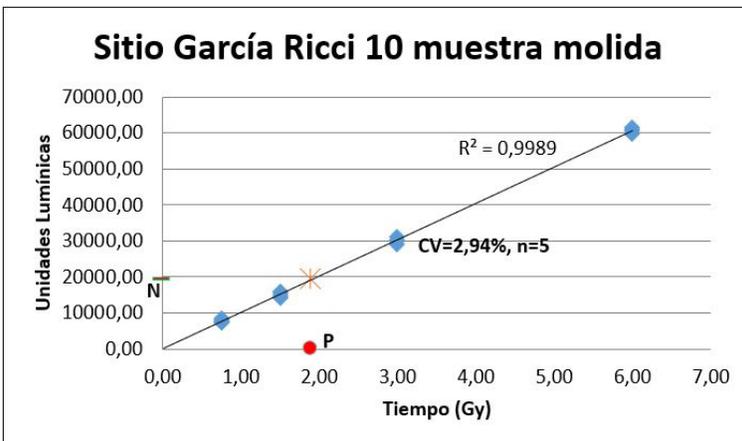


Tabla 1: Comparación de paleodosis OSL, errores, coeficiente de variación y R² obtenidos para el mismo sitio a partir de la fracción no molida y fracción molida.

Sitio	NO MOLIDO				MOLIDO			
	Paleodosis (Gy)	σ	CV% σ	R ²	Paleodosis (Gy)	σ	CV% σ	R ²
García Ricci 10	2,11	0,15	7,11	0,9807	2,15	0,12	5,58	0,9863
	2,09	0,08	3,83	0,9940	1,94	0,04	2,06	0,9989
PSG 3-1	0,91	0,02	2,20	0,9973	0,94	0,03	3,19	0,9957
	0,99	0,03	3,03	0,9967	0,94	0,03	3,19	0,9952
Pelotas 1	3,19	0,25	7,84	0,9790	3,01	0,13	4,32	0,9908
					2,98	0,15	5,03	0,9880
M1 B	4,81	1,06	22,04	0,9044	5,07	0,75	14,79	0,9546
	5,49	1,11	20,22	0,9362				
Los Ajos 74 cm	1,92	0,18	9,38	0,9736				
Los Ajos 122,5 cm					3,52	0,08	2,27	0,998
Los Ajos 198 cm	4,99	0,45	9,02	0,9749				

Del total de las medidas producidas (n=17) se desprende que las paleodosis son estadísticamente no diferenciables. En la mayoría de los casos el error de las muestras molidas resultó ser menor en comparación con las no molidas. Misma observación para el ajuste R², el cual resultó más alto. Esto también se observa para las estimaciones de paleodosis de diferentes niveles para el sitio Los Ajos, habiéndose molido la fracción grava.

5 CONCLUSIONES

A partir de la constatación experimental que fracciones más finas producen estimas de paleodosis más precisas se ensayó moler las muestras y aplicar la técnica utilizada en la datación por TL para eliminar la señal espuria ocasionada por el fenómeno de tribo-termoluminiscencia. Las paleodosis estimadas de las muestras molidas y no molidas no presentaron diferencias estadísticamente significativas. Pero las medidas de intensidad luminica de las alícuotas naturales e irradiadas de las molidas presentan menores coeficientes de variación y en la mayoría las funciones de regresión presentaron mejores ajustes (valores más altos de R²). En resumen, el molido de las muestras ha permitido obtener paleodosis con errores significativamente menores para fracciones o muestras de granulometrías superiores a las 150 μm y en consecuencia menores errores de estima (mayor precisión) en la determinación de edades.

De acuerdo a lo expuesto, se puede concluir que el molido de la muestra con un posterior ataque ácido durante 72 horas, permite una mayor precisión en la determinación de paleodosis OSL y por ende en las edades, afianzando una nueva línea de trabajo que permitirá la datación de sedimentos de fracción arena gruesa y grava. El procedimiento es promisorio para datar artefactos que han sido expuesto a calor: piedras de fogón, o para confirmar y datar nódulos que se sospecha haber sido termotratados para mejorar sus cualidades de talla o los artefactos obtenidos a partir de ellos.

BIBLIOGRAFÍA

Aitken, M. J. (1974). *Physics and Archaeometry*. London: Oxford University Press.

Aitken, M. J. (1985). *Thermoluminescence Dating*. London: London Academic Press.

Aitken, M. J. (1997). Luminescence Dating. En R. Taylor y M. Aitken (eds.), *Chronometric Dating in Archaeology* (pp. 183-216). New York: Springer Science + Business Media.

Aitken, M. J. (1998). *An Introduction to Optical Dating*. Oxford: Oxford University Press.

Bracco, R., Duarte, C., Gutiérrez, O., Tassano, M., Norbis, W. y Panario, D. (2020). El fuego en los procesos constructivos de los montículos del sur de la cuenca de la Laguna Merín (Uruguay): Un aporte de la datación por luminiscencia (OSL/TL). *Latin American Antiquity*, 31 (3), 498-516.

González Martínez, P. (1999). *Fechamiento geológico y arqueológico por termoluminiscencia*. Tesis doctoral. México D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa División de Ciencias Básicas e Ingeniería.

López, J. (2001). Las estructuras tumulares del litoral atlántico uruguayo. *Latin American Antiquity*, 12, 231- 251.

Milheira, R., Marin, D., Ortiz, S., Coradi, S., Mota, P. y Mühlen, C. (2014a). Escavação arqueológica no cerrado PSG- 02-Valverde-02, banhado do Pontal da Barra, Pelotas-RS. Campanha de 2011. *Revista Memória em Rede*, 4, 1-12.

Milheira, R., Peçanha, M., y Mühlen, C. (2014b). Mapeamento arqueológico dos cerritos da Lagoa do Fragata, Capão do Leão-RS. En Campos, J. B., Zocche, J. J., Cerezer, J. F. y Oosterbeek, L. M. (eds.), *Arqueologia Ibero-americana e Transatlântica: Arqueologia, Sociedade e Território* (pp. 51-70).

Murray, A. y Olley, J. (2002). Precision and accuracy in the optically stimulated luminescence dating of sedimentary quartz: a status review. *Geochronometria*, 21, 1-16.

Pisciottano, M., Gutiérrez, O., Bracco, R., Duarte, C., Bonjour, H., Tassano, M., Bazzino A. y Panario, D. (2018). Mirando al pasado. Historia de los sistemas de dunas del litoral atlántico (Pleistoceno Final – Holoceno). En *Libro de resúmenes de IX Jornadas de Geociencias. Aportes científicos y de gestión académica al Área de Geociencias* (pp. 19).

Roman, A. y Jackson, D. (1998). Dataciones por Termoluminiscencia de Rocas de Fogones de Asentamientos Arcaicos, Provincia de Choapa. *Chungara*, 30 (1), 41-48.

Shrestha, R. (2013). *Optically Stimulated Luminescence (OSL) Dating of Aeolian Sediments of Skåne, South Sweden*. Master Thesis. Lund University: Department of Geology.

Valladas, H. (1992). Thermoluminescence dating of flint. *Quaternary Science Review*, 11, 1-5.

Vandenberghe, D. (2003-2004). *Investigation of the Optically Stimulated Luminescence Dating Method for Application to Young Geological Sediments*. Tesis. Universities Gent: Department of Analytical Chemistry. Institute for Nuclear Sciences.

CAPÍTULO 18

WORK DESIGN NA PERSPECTIVA DE GESTORES E NÃO-GESTORES: CARACTERÍSTICAS DA TAREFA¹

Data de submissão: 22/04/2021

Data de aceite: 11/05/2021

Silvana Regina Ampessan Marcon

Dra. em Psicologia
Professora do Programa de
Pós-Graduação em Psicologia
Mestrado Profissional
Universidade de Caxias do Sul
Caxias do Sul, RS
<http://lattes.cnpq.br/4338066801019403>

Lília Aparecida Kanan

Dra. em Psicologia
Professora do Programa de
Pós-Graduação Stricto Sensu
Mestrado em Ambiente e Saúde
Universidade do Planalto Catarinense
Lages, SC
<http://lattes.cnpq.br/4901211328782556>

João Ignacio Pires Lucas

Dr. em Ciência Política
Professor do Programa de
Pós-Graduação em Psicologia
Mestrado Profissional
Universidade de Caxias do Sul
Caxias do Sul, RS
<http://lattes.cnpq.br/3616742631437287>

Magda Macedo Madalozzo

Dra. em Psicologia
professora do Programa de
Pós-Graduação em Psicologia
Mestrado Profissional
Universidade de Caxias do Sul
Caxias do Sul, RS
<http://lattes.cnpq.br/5498121038650312>

Sabrina Goettert Britto

Bolsista de Iniciação Científica
Graduanda de Psicologia
Universidade de Caxias do Sul
Caxias do Sul, RS
<http://lattes.cnpq.br/3574037200783847>

RESUMO: Na contemporaneidade, estudos sobre Design do Trabalho aumentam em relevância por ampliar conhecimentos sobre fatores de salubridade individual e organizacional. O estudo objetivou conhecer o Design do Trabalho na perspectiva de gestores e não-gestores, especificamente sobre as 'Características da Tarefa'. Este estudo se caracteriza como quantitativo, tipo survey. Foi realizado em sete organizações públicas e privadas brasileiras. Foram participantes 1262 trabalhadores; destes, 18% eram gestores. Questões relativas à categoria 'Características da Tarefa' do Work Design Questionnaire foram utilizadas à coleta de dados. Como resultados encontrou-se que as 'Características da Tarefas' não

¹ Este capítulo é uma atualização do artigo "Work Design: características da tarefa na perspectiva de gestores e não-gestores", publicado na *Rev. Psicol., Organ. Trab.* [online]. 2019, vol.19, n.4, pp. 809-817. ISSN 1984-6657. <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2019.4.17500>.

são consideradas em sua totalidade, sob a mesma perspectiva de entendimento de gestores e não-gestores. Há diferenças entre ambos nas dimensões “Autonomia na Planificação do trabalho”, ‘Autonomia de decisão e realização’, ‘Variedade de tarefas’ e ‘Significado da tarefa’. Entretanto, gestores e não-gestores perspectivam a ‘Identificação da Tarefa’ e o ‘Feedback do Trabalho’ de modo semelhante.

PALAVRAS-CHAVE: Desenho do trabalho. Características da Tarefa. Gestores.

WORK DESIGN FROM THE PERSPECTIVE OF MANAGERS AND NON-MANAGERS: JOB CHARACTERISTICS

ABSTRACT: In contemporary times, studies on work design increase in relevance by expanding knowledge about individual and organizational health factors. The study aimed to understand work design from the perspective of managers and non-managers, specifically about ‘Job Characteristics’. This study is characterized as quantitative, survey type. It was conducted in seven Brazilian public and private organizations. Participants were 1,262 workers; of these, 18% were managers. Questions concerning the category ‘Job Characteristics’ of the Work Design Questionnaire were used for data collection. Its findings were that the ‘Job Characteristics’ are not considered entirely from the same perspective of understanding of managers and non-managers. There are differences between the two in the dimensions ‘Autonomy in Work Planning’, ‘Decision and Achievement Autonomy’, ‘Variety of Tasks’, and ‘Meaning of the Job’. However, managers and non-managers view ‘Job Identification’ and ‘Work Feedback’ in a similar way.

KEYWORDS: Job Design. Job Characteristics. Managers.

1 INTRODUÇÃO

No contexto do trabalho contemporâneo, mudanças tecnológicas e sociais em curso afetam o conteúdo e a organização das tarefas de trabalho dos gestores e dos não-gestores, bem como atividades, relacionamentos e responsabilidades, aspectos que segundo Parker (2014) representam o Design do Trabalho. Todavia, gestores e não-gestores têm o mesmo entendimento a respeito das tarefas executadas no contexto laboral? Decorre desta questão, o objetivo principal deste estudo: caracterizar o Design do Trabalho na perspectiva de gestores e não-gestores, especificamente sobre as características gerais das tarefas de trabalho. O objetivo secundário é verificar se existem diferenças de entendimento entre os gestores e não-gestores em dimensões mais específicas das características das tarefas, tais como sobre a autonomia na planificação do trabalho, a autonomia de decisão e realização, a variedade de tarefas, o significado da tarefa, a identificação da tarefa e o *feedback* do trabalho. Para tanto, parte-se da hipótese de que existem diferenças de entendimento entre gestores e não-gestores quanto as seis dimensões mais específicas.

Ainda que o *status quo* descrito anteriormente se mantenha, trabalho com significado e ambiente respeitoso e responsivo continuam sendo valores/condições imutáveis às pessoas (REGO et al., 2015) e imprescindíveis à salubridade organizacional (ZANELLI; KANAN, 2018). Portanto, compreender e ter evidências sobre estas forças que comprometem o projeto de trabalho, inclusive dos gestores, parece ter relevada importância à ciência e à sociedade.

Contribui para a sustentação de tal importância o entendimento de Parker, Van den Broeck e Holman (2016), quando destacam que o papel dos gestores no processo de Design de Trabalho tem sido subestimado, negligenciado; afinal, suas escolhas e ações, mesmo inconscientes, podem desempenhar papel poderoso. Entretanto, os autores destacam que relativamente pouco se conhece sobre o que impulsiona os conhecimentos, as atitudes e habilidades gerenciais e as suas motivações.

A gestão é compreendida como uma prática, aprendida principalmente com a experiência e enraizada no contexto em que ocorre, conforme afirma Mintzberg (2014). Os gerentes precisam usar todo o conhecimento que puderem e fazer uso da análise a partir de um método científico (MINTZBERG, 2010). O gerente é alguém responsável por toda uma organização ou alguma unidade (ou setor, ou departamento) desta.

Ao pesquisar o trabalho dos gestores, Mintzberg (2010) apresenta algumas evidências referente às práticas da gestão que são: o ritmo implacável da gestão, a brevidade e variedade de suas atividades, a fragmentação e descontinuidade do trabalho, a orientação para a ação, a preferência por modos informais e orais de comunicação, a natureza lateral do trabalho (colegas e sócios) e o controle no trabalho implícito do que explícito.

Consoante a esse entendimento, Gaulejac e Hanique (2015) contextualiza breve gênese do quadro macroeconômico mundial e das decisões nos campos da produção, consumo e política. A partir disso, dá destaque aos métodos de gestão capitalistas contemporâneos e suas ferramentas de gestão que, em razão das demandas da economia e das novas tecnologias, têm sido caracterizado por um sistema permeado de paradoxos. Neste sistema, conforme o autor, o pensamento positivista e utilitário (por exemplo, 'fazer mais, melhor e com menos', 'respeitar as normas' e 'fazer um trabalho excelente' quando não são fornecidas as condições para tal) confronta os trabalhadores, os aliena e adocece porque manipula sua capacidade de pensar. Neste cenário, é válido depreender que as tarefas tornam-se ilegítimas, porque não são razoáveis e representam uma ameaça à identidade profissional do trabalhador (SEMMER et al., 2015).

O trabalho tem, de fato, uma importante função psicológica: as pessoas procuram satisfazer a sua necessidade de realização quando estão ativas e implicadas na produção

de bens e serviços (GUICHARD, 2016, ZANELLI; SILVA, 2008); este desejo de realização e autorrealização que o trabalho enseja torna possível aos gestores desenvolver intervenções que contribuam para minimizar as condições desgastantes a que Mintzberg (2010), Gaulejac e Hanique (2015) e Semmer, et al, (2015), por exemplo, se referem. Para tanto, uma possibilidade já descrita por vários pesquisadores (BAYONA; CABALLER; PEIRÓ, 2015; GRANT; PARKER, 2009; MORGESON; DIERDORFF; HMUROVIC, 2010; MORGESON; HUMPHREY, 2006; PARKER; MORGESON; JOHNS, 2017, entre outros) é o Desenho do Trabalho.

Desenho do trabalho, organização do trabalho e características do trabalho são termos que, na literatura internacional são traduzidos como *Work Design* e considerados sinônimos, pois dizem respeito aos mesmos processos e conceito (BASTOS; SOUZA; PEIXOTO; JESUS; COSTA, 2018). É pertinente esclarecer o que representa o construto Job Design, uma vez que pode ensejar incompreensão ante o construto *Work Design*. Assim, *Job Design* é um construto descrito em termos do trabalho em si e das técnicas e habilidades necessárias ao desempenho das tarefas que são descritas previamente, algo que influencia o sucesso das organizações e o bem-estar dos trabalhadores (GONÇALVES, 2015, MORGESON; HUMPHREY, 2006). *Work Design*, por sua vez, abarca a ampliação desse construto, pois envolve o ambiente de trabalho, as relações sociais que neste ambiente são entabuladas, o engajamento do trabalhador e as atividades desenvolvidas (MORGESON; HUMPHREY, 2006).

A descrição dos trabalhos, tarefas e papéis e como são estruturados, promulgados e modificados, bem como o impacto destas nos resultados individuais, de grupo e organizacionais integram o conceito de Design do Trabalho (GRANT; PARKER, 2009). Esse conceito tem sua dimensão e importância ampliadas quando se observa que em termos de implicações sociais, o *Design* do Trabalho prioriza a motivação e o apoio dos funcionários e vincula isso à qualidade do trabalho e ao bem-estar dos stakeholders (MOUSSA; BRIGHT; VARUA, 2017). Florence e Weiyan (2014) afirmam que de um projeto de trabalho adequado decorre maior qualidade do trabalho, baixo absenteísmo, bem como menor probabilidade do trabalhador deixar o emprego.

O *Design* do Trabalho, enquanto prática de gestão, é descrito por Munyiri (2018) como a estruturação de métodos, a relação e o conteúdo dos postos de trabalho, que se voltam à satisfação das necessidades organizacionais e tecnológicas, além de exigências sociais insertas no contexto laboral. Encontra-se ainda, que a adoção do *Design* do Trabalho enquanto prática de gestão se associa a melhoria dos graus de satisfação e desempenho no trabalho e isto incluiu impactos na rotatividade, ampliação e enriquecimento do trabalho (SAGEER; RAFAT; AGARWAL, 2012).

Quanto ao alcance do constructo em produções científicas, muitas variáveis dependentes próprias de estudos das áreas da psicologia e gestão como por exemplo, “produtividade, bem-estar / tensão, absenteísmo, presenteísmo, satisfação no trabalho, organização, comprometimento, desempenho no trabalho, criatividade e muito mais” (PARKER et al., 2017, p. 412) têm como principal antecedente, o *Design* do Trabalho. Para além destas áreas, a “ergonomia, saúde, medicina, epidemiologia, economia, engenharia, gestão de operações, relações industriais e sociologia” também são pródigas na produção de estudos cujo principal conceito associado é o de *Design* do Trabalho (PARKER et al., 2017, p. 413).

Estudos sobre o *Design* do trabalho têm sido ainda foco de interesse de pesquisadores. Fréour, L.; Pohl, S. e Battistelli, A. (2021) realizaram uma pesquisa com o objetivo de examinar a inserção das novas tecnologias digitais no cotidiano de trabalho e as consequentes percepções sobre as características do trabalho. Descobriram que a autonomia dos funcionários não foi reduzida quando as tecnologias digitais auxiliaram na execução de tarefas repetitivas e desmotivadas e que as atividades no contexto digital de trabalho podem ser marcadas por um alto nível de características de conhecimento. Para os autores, as tecnologias digitais não têm efeitos determinísticos nas atividades de trabalho e defendem a ideia de Parker et al. (2017) de que as decisões gerenciais têm impacto na implementação de novas tecnologias.

Schroeder; Bricka e Whitaker (2021) ao estudarem sobre o trabalho dos *eLancers* (contratados para realizar tarefas de trabalho freelance via Internet) descobriram que o design de trabalho destes profissionais apresenta novos antecedentes de trabalho, características diversas e descreve o papel moderador das características do contexto de trabalho. Ao mesmo tempo em que a introdução de acordos de trabalho facilitados por tecnologia apresentou oportunidades para organizações e funcionários como maior flexibilidade de trabalho, maior acesso a trabalhadores com habilidades especializadas, também introduziu alguns desafios referente ao design do trabalho dos *eLancers* de uma forma que produza resultados de trabalho positivos. Estes trabalhadores, normalmente são indivíduos com competências que podem influenciar como o trabalho é estruturado e conduzido (Colbert et al., 2016). Os autores destacam que é necessário desenvolver novos estudos referente ao *design* de trabalho destes trabalhadores.

Estudos com fundadores de empresas e design de trabalho foram implementados por Hsu; Chuang e Wang (2021). Os autores realizaram uma pesquisa qualitativa envolvendo fundadores de empresa e descobriram que eles redesenham seu trabalho para atender às mudanças necessárias em seus novos empreendimentos. Num contexto de estabilidade, os fundadores, que desenvolvem um compromisso com o trabalho criado por eles mesmos,

costumam manter, em vez de mudar seu trabalho, independentemente das mudanças potencialmente necessárias nos novos empreendimentos. As descobertas indicam que o design do trabalho dos fundadores tem uma estrutura sutil que resulta em uma experiência direta e cotidiana e que é fundamental na formação de novos empreendimentos.

A partir desta perspectiva e interesses multidisciplinares, há entre cientistas e profissionais a constatação da necessidade de um instrumento válido e confiável à avaliação das características do trabalho em ambientes organizacionais. Nos últimos 30 anos, foram desenvolvidos questionários como o *Job Diagnostic Survey* (JDS, HACKMAN; HACKMAN; OLDHAM, 1975) e o Questionário de *Design* de Emprego (MJDQ; CAMPION; THAYER, 1985) com o objetivo de avaliar as características de projeto do trabalho. Ambos os instrumentos apresentaram desvantagens relacionadas as propriedades psicométricas.

Ao longo do tempo, as mudanças das economias de manufatura para economias de serviços e conhecimento foram alterando a natureza do trabalho nas organizações (GRANT; PARKER, 2009). Com base nessas limitações, Morgeson e Humphrey (2006) desenvolveram o Questionário de *Design* de Trabalho (WDQ), que apresenta psicométrica altamente confiável e leva em consideração modelos atuais de *Design* do Trabalho (GRANT; FRIED; JUILLERAT, 2010; HUMPHREY; NAHRGANG; MORGESON, 2007). Assim, é questionável se os instrumentos de *Design* do Trabalho antigos são apropriados para as organizações no contexto atual.

O WDQ, na afirmação de Bertolino (2015), é considerado até o momento, o instrumento de medida mais completo, em razão de cobrir com qualidade a avaliação das características do trabalho. Conforme a autora, foi validado em uma amostra de 540 funcionários e 243 diferentes tipos de empregos; além disto, apresenta excelente confiabilidade e validade. “De fato, a profundidade total da estrutura considera os mecanismos psicológicos pelos quais o projeto de trabalho afeta os resultados” (BERTOLINO, 2015, p. 03).

Para medir o Design do Trabalho, no WDQ, Morgeson e Humphrey (2006) utilizaram quatro categorias, a saber: características das tarefas, características do conhecimento, características sociais e contexto do trabalho. Todas estas categorias foram divididas em subcategorias, o que facilita a pesquisa e a compreensão destas questões. Na categoria “características do trabalho”, foram desenvolvidas as subcategorias autonomia no planejamento do trabalho, autonomia na tomada de decisão, variedade de tarefas, significado da tarefa, identidade da tarefa e *feedback* do trabalho. A categoria “características do conhecimento” foi subdividida nas subcategorias: complexidade da função, processamento da informação, resolução de problemas, variedade de competências e especialização. A categoria “características sociais” está

dividida nas subcategorias apoio social, interdependência iniciada, interdependência recebida, interação da organização e *feedback* de outras pessoas. Quanto à categoria “contexto do trabalho”, foram desenvolvidas as subcategorias ergonomia, exigências físicas, condições do trabalho e uso de equipamentos.

Neste estudo, é interesse aprofundar os conhecimentos sobre as características das tarefas, tanto do trabalho dos gestores, como também dos não-gestores, que para Morgeson e Humphrey (2006) estão relacionadas a como a forma com que o trabalho em si é realizado e a natureza das tarefas associadas a um trabalho específico. Em outras palavras, se traduz pelo alcance e o caráter das tarefas associadas a um determinado trabalho e como o trabalho em si é realizado (GONÇALVES, 2015).

A característica do trabalho que parece ser a mais estudada é a autonomia. Hackman, Hackman e Oldham (1975) definiram inicialmente a autonomia como a quantidade de liberdade e independência que um indivíduo tem em termos de realizar o seu trabalho. Autonomia significa governo próprio, autodeterminação, autogestão e envolve a conotação de liberdade, escolha individual, livre de coação (FREITAS; SEIDL, 2011). Assim, “o princípio da autonomia incorpora a capacidade que o indivíduo possui de deliberar e decidir sobre o que lhe diz respeito, sobre a conveniência e oportunidade dos atos que atentem aos seus interesses e assumir as consequências dessa decisão” (FREITAS; SEIDL, 2011, p. 122).

Pesquisas, conforme destacam Breugh (1985), Wall; Jackson e Davids (1992) e Wall, Jackson e Mullarkey (1995), expandiram a definição anterior de autonomia, para sugerir que ela reflete até que ponto um emprego permite liberdade, independência e discricção para agendar o trabalho, tomar decisões e escolher os métodos usados para executar as tarefas. Destas pesquisas resultaram os três aspectos interrelacionados centrados na liberdade que estão incluídos no conceito de autonomia: agendamento de trabalho, tomada de decisão e métodos de trabalho.

Outro conceito que surge é o de variedade de tarefas, que refere-se ao grau em que um trabalho exige que os funcionários executem uma diversidade de tarefas no trabalho. Sims, Szilagyí e Keller (1976) afirmam que trabalhos que envolvem o desempenho de várias atividades diferentes, tendem a ser mais interessantes e agradáveis de se realizar.

No quesito ‘Características da Tarefa’ é pertinente considerar ainda, a importância da tarefa. Hackman e Oldham (1975) defendem que o significado da tarefa tem relação com o grau em que um trabalho influencia a vida ou o trabalho das pessoas, seja na organização ou mesmo externo a ela. Em 1980, estes autores afirmaram que quando as tarefas realizadas por uma pessoa têm efeito psicológico ou físico que afetam o bem-estar de outras pessoas, provavelmente este trabalho tem um significado maior.

Identidade da tarefa é outro aspecto considerado na categoria 'Características da Tarefa'. Para Sims et al. (1976), esta identidade reflete o grau em que as tarefas envolvem todo um trabalho, cujos resultados podem ser identificados facilmente. Para Hackman (1980), trabalhos que envolvem uma tarefa completa, como exemplo, montar um produto completo, são mais interessantes de realizar do que aqueles trabalhos que envolvem apenas uma parte do todo.

Feedback do trabalho consiste em proporcionar aos trabalhadores informações a respeito dos resultados de suas ações e desempenho (MARTÍNEZ, 2001). Ou seja, é uma técnica ou recurso que se traduz na realização de retornos sistemáticos ao trabalhador, por meio do qual os gestores promovem a consciência de seus desempenhos, quer sejam positivos ou negativos (MISSEL, 2012). Para Hackman e Oldham (1976) *feedback* reflete o grau em que o trabalho oportuniza informações diretas e claras sobre a eficácia do desempenho da pessoa na tarefa. Seu foco está diretamente no próprio trabalho para assim, contribuir na melhoria do conhecimento a respeito dos resultados do trabalho.

A partir dessa revisão da literatura acerca do construto Design do Trabalho, suas implicações e características, a seguir é apresentado percurso metodológico que orientou este estudo quanto aos entendimentos de gestores e não-gestores referentes às características do trabalho: autonomia na planificação do trabalho, autonomia de decisão e realização, variedade de tarefas, significado da tarefa, identificação da tarefa e *feedback* do trabalho.

2 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de campo, de natureza aplicada, transversal, cuja forma de abordagem do problema é quantitativa. Quanto aos objetivos, é uma pesquisa descritiva. Assume o design de *survey* (levantamento). Participaram da pesquisa 1.262 trabalhadores de sete organizações, sendo 79% funcionários públicos e 21% funcionários de organizações privadas oriundas dos ramos do serviço/comércio (73%), da indústria (9%) e de outros setores (18%).

O perfil sócio demográfico dos participantes, como a idade, o sexo, a escolaridade e o local de trabalho/moradia, apresenta dados com as seguintes características: a idade média verificada foi de 39,2 (EP = 12,1); o sexo ficou distribuído em 55% de feminino e 45% de masculino; a escolaridade dos participantes foi de 17% com o ensino médio completo, outros 47% tinham o ensino superior completo e, por fim, participaram da pesquisa cerca de 36% de pessoas com a pós-graduação completa. Quanto a região do local de trabalho e moradia, 28% deles moravam no Nordeste, outros 26 % eram do Centro-Oeste, cerca de 21% moravam no Sudeste e 25% moravam na região Sul.

Quanto ao vínculo empregatício, a quase totalidade dos funcionários públicos eram concursados/estatutários (cerca de 90%), enquanto que os trabalhadores das organizações privadas regidos pela CLT somaram 68%, os estagiários ou jovens aprendizes atingiram 16%, e os participantes com outro tipo de vínculo somaram 16%. Com relação ao tempo de trabalho nas organizações, verificou-se a média de 10,2 anos (Erro Padrão - EP - de 9,93).

O instrumento utilizado à coleta de foi o *Work Design Questionnaire*. Ele é integrado por duas partes: a primeira contempla informações sócio demográficas e a segunda parte é composta por 4 categorias com 18 subcategorias e 71 itens (em forma de escala tipo *Likert*). Este estudo se restringiu a análise de uma destas categorias, 'Características da Tarefa', composta de 6 subcategorias com 24 itens no total. As seis subcategorias são: autonomia na planificação do trabalho, autonomia de decisão e realização, variedade de tarefas, significado da tarefa, identificação da tarefa e *feedback* do trabalho. Os resultados das respostas múltiplas dessas seis categorias, tendo como base as vinte e quatro perguntas são apresentadas em formato de tabelas. A Tabela 1 apresenta as categorias, a quantidade de itens de cada uma delas e o Alfa de *Cronbach* realizado.

Tabela 1. Especificações do Instrumento

Categoria	Itens	Alfa de Cronbach
Autonomia na planificação do trabalho	Três itens sobre o trabalho, decisão e planejamento	0,79
Autonomia de decisão e realização	Seis itens sobre autonomia, iniciativa, decisão, independência e liberdade	0,90
Variedade de tarefas	Quatro itens sobre variedade e conjunto de tarefas	0,92
Significado da tarefa	Quatro itens sobre os resultados do trabalho na vida de outras pessoas e num contexto mais amplo	0,84
Identificação da tarefa	Quatro itens sobre o término das tarefas	0,83
Feedback	Três itens sobre informações sobre o desempenho	0,89

Nota. Respostas em escala do tipo Lickert de 5 pontos (1=Discordo Fortemente, 2=Discordo, 3=Não discordo nem concordo, 4=Concordo, 5=Concordo Fortemente). Fonte: Os Autores

Os participantes foram contatados por e-mail e convidados a participar da pesquisa. Os e-mails foram enviados pelos setores responsáveis pela tecnologia e comunicação das diferentes organizações a trabalhadores e estudantes trabalhadores de sete organizações públicas e privadas do Brasil. A coleta ocorreu no primeiro semestre de 2018.

Foi utilizado o *Statistical Package for Social Science-SPSS*, versão 21, para a realização dos testes de verificação da normalidade e homogeneidade das variâncias das sete variáveis dependentes que resultaram da recodificação a partir do somatório dos itens. As novas variáveis são: 'Características da Tarefa' (Vct), com a soma dos vinte e quatro itens (total); e as variáveis relacionadas às subcategorias: autonomia na planificação do trabalho (Vapt), com a soma de três itens; autonomia de decisão e realização (Vadr), com a soma de seis itens; variedade de tarefas (Vvt), com a soma de quatro itens; significado da tarefa (Vst), com a soma de quatro itens; identificação da tarefa (Vit), com a soma de quatro itens; e *feedback* do trabalho (Vft), com a soma de três itens. A normalidade foi avaliada pelo teste de Kolmogorov-Smirnov (K-S) com correção de *Lilliefors*, além de uma avaliação dos resultados da assimetria e curtose para a verificação das curvas normais, e a homogeneidade foi avaliada a partir do teste de Levene (MARÔCO, 2007). Os resultados foram obtidos em relação ao total da amostra e para os dois grupos da variável-fator (gestores e não-gestores).

2.2 CUIDADOS ÉTICOS

Dispensada a aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos em razão dos dispositivos da Resolução CNS 510/2016, Artigo 1, Parágrafo único (não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP), inciso VII (pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito). Todavia, em todas as fases do processo os cuidados éticos foram respeitados. Ainda, o estudo não recebeu financiamento e não apresenta quaisquer conflitos de interesses.

3 RESULTADOS

Para a testagem das hipóteses foram separados dois grupos (duas amostras), o grupo de gestores e o grupo de não-gestores. Dentre os 1.262 participantes, 226 ou 18% se declararam gestores no momento da coleta de dados, como pode ser conferido na Tabela 2. É pertinente destacar que 264 participantes ou 21% não responderam a esta questão, o que pode sugerir que o quantitativo de gestores possa ser maior que 18%. Todavia, os resultados foram analisados a partir das respostas afirmativas à questão, ou seja, considerou-se 18% de gestores.

Quanto à análise dos dados e teste das hipóteses, a distribuição das variáveis, especialmente das variáveis dependentes, desautorizou o uso de estatísticas paramétricas para a análise das variáveis em questão. As distribuições desviaram da normalidade, segundo os testes, sendo significativamente diferentes de distribuições normais. Os

resultados para os dois grupos (gestores e não-gestores) seguiram o mesmo padrão dos resultados para a amostra total, pois para todas, das variáveis dependente a hipótese nula foi rejeitada (que indicaria normalidade).

Tabela 2. Distribuição da frequência e percentual de respostas dos participantes quanto ao perfil/atividades de gestão

	f	%
Gestores	226	18
Não-Gestores	772	61
Não Respondeu	264	21
Total	1262	100

Fonte: Os autores

A avaliação da assimetria e curtose das setes variáveis dependentes reforçou a dificuldade da utilização de estatísticas paramétricas para a análise e teste das hipóteses das sete variáveis em questão. Todos os resultados da assimetria foram negativos (negatividade assimétrica), tanto para a amostra em geral quanto para os dois grupos (gestores e não-gestores). Mesmo a padronização dos resultados da assimetria em escores-z não mudou o diagnóstico. Todos os escores-z são maiores do que 1,96 (ultrapassando os 5% de confiança). E todos os resultados também são maiores do que 0,001% (3,29) para a amostra geral. Para o grupo dos não-gestores, apenas um escore-z da assimetria não foi superior a 3,29 (para a Vadr, $Z_{\text{assimetria}} = 2,51$). Para os gestores, três resultados ficaram um pouco abaixo de 3,29, o resultado das variáveis Vct (-2,46), Vit (-2,88) e Vft (-2,46). Ou seja, sem condições para que as distribuições fossem consideradas normais.

Os resultados da curtose para as distribuições amostrais das sete variáveis não produziram um efeito diferente que permitisse o uso de estatísticas paramétricas para a análise das variáveis em questão. Os resultados relacionados aos dois grupos de análise (gestores e não-gestores) foi contraditório, pois para algumas variáveis a padronização em escores-z verificou valores menores do que 1,96 (5% de confiança). Dos 14 escores-z, a metade ficou abaixo de 1,96, e oito tiveram resultados positivos (curtose leptocúrtica, mais em forma de pico). Mesmo assim, esses resultados desautorizaram o reconhecimento das distribuições como normais.

Quanto à homogeneidade das variáveis, os testes de Levene foram realizados a partir da definição das sete variáveis teste (categoria e subcategorias das 'Características da Tarefa') e da definição da variável de agrupamento gestão (dividida em dois grupos: gestores e não-gestores). Dos sete resultados do teste, em quatro as variâncias foram significativamente diferentes (o que viola a homogeneidade) e em três resultados a hipótese não foi rejeitada (de que as variâncias são provavelmente semelhantes). Os resultados com significância foram: [Vct, $F(1,996) = 5,016; p = 0,025$]; [Vapt, $F(1,996) = 12,098; p = 0,001$]; [Vadr, $F(1,996) = 7,502$;

$p = 0,001$]; [Vvt, $F(1,996) = 8,503$; $p = 0,004$]. Os resultados sem significância foram: [Vst, $F(1,996) = 1,566$; $p = 0,211$]; [Vit, $F(1,996) = 0,318$; $p = 0,573$]; [Vft, $F(1,996) = 0,001$; $p = 0,981$].

Nesse sentido, apesar dos resultados díspares para a homogeneidade, e pelas conclusões sobre a normalidade, a decisão para a análise estatística dos dados foi pela escolha de testes não-paramétricos, ainda que o teste-t independente para duas amostras (grupos) seja robusto o suficiente para menosprezar a não-normalidade. E como opção não-paramétrica, foi escolhido o teste Mann-Whitney para duas amostras independentes.

De modo geral, a Tabela 3, possibilita visualizar a frequência de concordâncias e discordâncias para os vinte e quatro itens da categoria 'Características das Tarefas', manifestas pelos 1.262 participantes. Para quase todos os itens, pode-se perceber que predominam as concordâncias em relação às discordâncias.

Tabela 3. Distribuição do Percentual de Respostas aos Itens das 'Características da Tarefa'

Itens	Discordo Fortemente	Discordo	Não discordo nem concordo	Concordo	Concordo Fortemente	Total
O meu trabalho possibilita que eu decida sobre quando fazer minhas atividades.	15%	17%	23%	31%	14%	100%
O meu trabalho possibilita que eu decida a ordem em que as tarefas são feitas.	10%	14%	19%	38%	19%	100%
O meu trabalho possibilita que eu planeje como fazer minhas tarefas.	6%	8%	17%	44%	25%	100%
O meu trabalho me dá a oportunidade de usar minha iniciativa pessoal ou julgamento na sua realização.	6%	8%	20%	41%	23%	100%
O meu trabalho me permite tomar muitas decisões por conta própria.	17%	20%	25%	27%	11%	100%
O meu trabalho me proporciona autonomia para tomar decisões.	14%	19%	25%	31%	11%	100%
O meu trabalho me permite tomar decisões sobre os métodos que uso para realizá-lo.	8%	11%	21%	42%	18%	100%
O meu trabalho me dá independência e liberdade de escolher como realizá-lo.	11%	14%	28%	33%	14%	100%
O meu trabalho me dá autonomia para decidir por conta própria como executá-lo.	12%	17%	27%	31%	14%	100%
O meu trabalho envolve uma grande variedade de tarefas.	3%	5%	10%	38%	44%	100%
O meu trabalho consiste em fazer muitas coisas diferentes.	4%	8%	13%	37%	38%	100%
O meu trabalho exige a realização de um amplo conjunto de tarefas.	3%	5%	14%	39%	39%	100%

Itens	Discordo Fortemente	Discordo	Não discordo nem concordo	Concordo	Concordo Fortemente	Total
O meu trabalho envolve a realização de uma variedade de tarefas.	3%	5%	12%	39%	41%	100%
É provável que os resultados do meu trabalho afetem de forma significativa a vida de outras pessoas.	4%	5%	12%	34%	45%	100%
O meu trabalho em si é muito significativo e importante em um contexto mais amplo.	2%	3%	11%	39%	46%	100%
O meu trabalho tem um grande impacto sobre as pessoas de fora da organização.	7%	8%	23%	30%	33%	100%
O meu trabalho tem um impacto significativo sobre as pessoas de fora da organização.	7%	8%	21%	34%	30%	100%
O meu trabalho envolve completar uma parte da tarefa que tem começo e fim claros.	7%	6%	18%	40%	29%	100%
O meu trabalho está organizado de forma que eu possa realizar atividades completas do início ao fim.	8%	10%	21%	36%	25%	100%
O meu trabalho me dá a possibilidade de terminar completamente as atividades que comecei.	6%	9%	22%	38%	25%	100%
O meu trabalho me possibilita concluir o que comecei.	4%	8%	20%	42%	26%	100%
As atividades do meu trabalho fornecem, por si só, informações diretas e claras sobre a efetividade (por exemplo, qualidade e quantidade) do meu desempenho.	9%	11%	25%	36%	19%	100%
O meu trabalho, por si só, fornece feedback sobre o meu desempenho.	11%	11%	24%	35%	19%	100%
O meu trabalho, por si só, me fornece informação sobre meu desempenho.	9%	11%	23%	36%	20%	100%

Nota: DF (Discordo Fortemente), D (Discordo), Não D e nem C (Não Discordo e Nem Concordo), C (Concordo), CF (Concordo Fortemente). Fonte: Os Autores

A análise dos resultados, de maneira geral, possibilita identificar que a média das concordâncias foi de 63% e as discordâncias 18% para os 24 itens. Destaque é dado a 4 itens que apresentam resultados acima de 80% de concordância, sendo eles 'o meu trabalho em si é muito significativo e importante num contexto mais amplo' (85% concordância); 'o meu trabalho envolve uma grande quantidade de tarefas' (82%); 'é provável que os resultados do meu trabalho afetem de forma significativa a vida de outras pessoas' (81%) e 'o meu trabalho envolve a realização de uma variedade de tarefas' (80%).

Também se verifica existir cinco itens por meio dos quais os participantes indicam menos de 50% de concordância: ‘o meu trabalho permite tomar muitas decisões por conta própria’ (38%); ‘o meu trabalho proporciona autonomia para tomar decisões’ (42%); ‘o meu trabalho me dá autonomia para decidir por conta própria’ (44%); ‘o meu trabalho possibilita que eu decida quando fazer minhas atividades’ (45%); e ‘o meu trabalho me dá independência e liberdade de escolher como realizar’ (47%).

Quanto ao teste da hipótese sobre as diferenças entre os gestores e os não-gestores, a Tabela 4, a seguir, exara o resultado dos testes de Mann-Whitney para a variável gestão (Variável Independente - VI) e para as variáveis da categoria ‘Características da Tarefa’ (Variáveis Dependentes - VD).

Tabela 4. Teste Mann-Whitney e Valor de p Para a Variável Gestão

	U de Mann-Whitney	Valor de p
Categoria “Características das Tarefas”	66622,5	0,000
Subcat. Autonomia na planificação do trabalho	69620,5	0,000
Subcat. Autonomia de decisão e realização	63678	0,000
Subcat. Variedade de Tarefas	67098	0,000
Subcat. Significado da Tarefa	74222,5	0,001
Subcat. Identificação da Tarefa	85227,5	0,596
Subcat. <i>Feedback</i> do Trabalho	86933	0,936

Fonte: Os autores

Os resultados do teste apontam para duas situações diferentes. No âmbito geral da categoria “Características das Tarefas”, o resultado revela a rejeição da hipótese nula em relação às diferenças de visões entre os gestores e não-gestores, o que implica, de outro lado, na possibilidade de que os gestores detenham uma visão diferente sobre as ‘tarefas’ dos que os não-gestores. Já em relação aos resultados das seis subcategorias, há diferenças nos valores de p , pois as quatro primeiras subcategorias confirmam o resultado da categoria geral, de rejeição da hipótese nula (que implica na possibilidade de diferença entre os grupos de gestores e não-gestores), enquanto que, os resultados das duas últimas subcategorias (identificação da tarefa e *feedback* do trabalho) apontam para a aprovação da hipótese nula (não diferença entre os grupos de gestores e não-gestores). Nesse sentido, os testes revelaram que é possível a verificação da diferença na perspectiva de gestores e de não-gestores em relação à categoria geral (‘Características da Tarefa’) e de quatro das seis subcategorias (‘autonomia na planificação do trabalho’, ‘autonomia de decisão e realização’, ‘variedade de tarefas’ e ‘significado das tarefas’), enquanto que as duas últimas subcategorias (‘identificação da tarefa’ e ‘*feedback* do trabalho’) os resultados foram pela existência de não-diferença).

Tabela 5. Medianas da Categoria e das Subcategorias e Gestão, 2018

	Gestor Mediana	Não-Gestor Mediana
Categoria 'Características das Tarefa'	92,0	86,0
Subcat.: Autonomia na planificação do trabalho	12,0	10,0
Subcat.: Autonomia de decisão e realização	22,0	19,0
Subcat.: Variedade de Tarefas	18,0	16,0
Subcat.: Significado da Tarefa	16,5	16,0
Subcat.: Identificação da Tarefa	15,0	15,0
Subcat.: Feedback do Trabalho	11,0	11,0

Fonte: Os autores

Se os testes citados anteriormente revelam certas diferenças entre a perspectiva de gestores e não-gestores, a Tabela 5, a seguir, possibilita visualizar o sentido das diferenças em relação aos graus de concordância e discordância que os participantes tiveram sobre os itens do instrumento.

Conforme a Tabela 5, as medianas dos resultados da categoria 'Características das Tarefas' e das seis subcategorias, depois de somados os valores dos itens do instrumento formulado dentro da escala Likert, de 1 a 5) permitem verificar que para a categoria geral e para as quatro primeiras subcategorias as medianas dos resultados dos gestores é maior (significando "mais concordância") do que as medianas dos resultados dos não-gestores, enquanto que há empates para os resultados das últimas duas subcategorias (uma vez que o teste de hipótese já havia revelado a aprovação da não-diferença entre os grupos).

A diferença é que os gestores concordam mais com os itens do que os não-gestores, para os resultados com teste que rejeitaram a hipótese inicialmente formulada.

4 DISCUSSÃO

Os resultados apurados parecem estar coerentes com o que o trabalho de gestão anuncia, isto porque, segundo Mintzberg (2014), a gestão é prática aprendida com a experiência e envolve lidar com questões diferentes conforme as situações se apresentam, ou seja, requer autonomia de planejamento, de decisões e de ação. Tais características são mais evidentes em cargos de gestão do que nos demais.

É preciso considerar ainda, que o trabalho é passível de mudanças não apenas em razão das características da tarefa, como também quando se consideram as interações sociais entabuladas, o contexto onde o trabalho se realiza e os conhecimentos necessários ao desempenho das atividades (MORGESON; HUMPHREY, 2006). As pessoas, acompanhando as mudanças estruturais, conjunturais e sociais da humanidade

também mudaram. Uma das principais mudanças que se observa ao longo dos anos é o maior desejo das pessoas por autonomia no trabalho (REGO et al, 2015). Talvez por esta razão a autonomia é uma das características do trabalho que tem recebido significativo interesse de pesquisadores. Está relacionada a liberdade e independência na realização do trabalho (HACKMAN; OLDHAM, 1975) e é considerada como a capacidade de governo próprio, escolha individual (FREITAS; SEIDL, 2011), algo presente nos cargos de gestão. Assim, a concordância maior nesta subcategoria pelos gestores é coerente com a natureza das tarefas que realizam, ainda que se considere que pouco se conhece sobre o que impulsiona os conhecimentos, atitudes e habilidades gerenciais e sua motivação, conforme afirmam Parker et al. (2016).

No que se refere a 'Variedade de Tarefas', os dados encontrados cuja predominância é de maior concordância por partes dos gestores, encontram explicação em Mintzberg (2010). Este autor identificou, ao pesquisar sobre o trabalho dos gestores no que diz respeito ao ritmo de trabalho da gestão, características como brevidade de ações, a exigência de autonomia no planejamento e variedade de atividades presentes no seu cotidiano.

Bastos et al. (2018) ao pesquisarem o desenho do trabalho numa instituição universitária pública do Nordeste brasileiro, identificaram que as características da tarefa foram avaliadas de forma diferente no que se refere a natureza do cargo, em concordância com o que foi encontrado como resultado nesta pesquisa, uma vez que se constata diferença nas concordâncias entre gestores e não-gestores na subcategoria 'Variedade de Tarefas'.

Os gestores participantes deste estudo também concordaram mais com as questões referentes à subcategoria 'Significado da Tarefa'; quanto a isto, de acordo com Hackman e Oldham (1980), pessoas que desempenham atividades que têm efeito sobre outras pessoas tendem a encontrar um significado maior nas suas tarefas. O resultado dessa categoria encontra sustentação no fato de que são intrínsecas aos cargos de gestão atividades que envolvam explicações completas do trabalho, esclarecimentos dos objetivos a serem alcançados, de sua utilidade e importância e relação com o trabalho realizado por outras pessoas, entre outras. Tais atividades representam atribuir significado às tarefas que devem ser realizadas (HACKMAN; OLDHAM, 1976). Todavia, tais resultados diferem dos achados de Dialamícu (2014), pois a autora encontrou valores maiores de mediana para 'Significado das Tarefas' entre colaboradores que exercem funções de chefia, do que entre os demais.

Outro resultado considerado importante é o fato de não existirem diferenças significativas nas concordâncias quanto as subcategorias 'Identificação da Tarefa' e

'Feedback do Trabalho'. É possível afirmar que tanto gestores quanto não-gestores demonstram estar identificados com os trabalhos que executam (SIMS et al., 1976), e que assinalam poder identificar os resultados daquilo que fazem. Sob a perspectiva dessas duas variáveis, os resultados também diferem do estudo realizado por Dialamícuca (2014), pois encontrou que as correlações mais elevadas estão localizadas nos cargos de chefia e as variáveis 'Identificação da Tarefa' e 'Feedback do Trabalho'. Afinal, quando a função enseja autonomia e é fornecido feedback a respeito do desempenho profissional, o trabalhador sente-se mais responsável pelos resultados alcançados (OLDHAM; HACKMAN, 2005).

No que se refere ao 'Feedback do Trabalho', na Tabela 5 é apresentada a mediana das respostas nesta subcategoria tanto dos gestores quanto dos não-gestores, e nela é possível identificar concordância. A mediana encontrada foi de 11,0, que pode ser considerada baixa. Missel (2012) refere-se ao feedback como uma técnica de retornos ao trabalhador referente ao seu trabalho e estes dados indicam que tanto gestores como não-gestores parecem não estar recebendo retornos conforme seria esperado. A este respeito, encontra-se que gestores parecem sentir carga maior em razão de suas responsabilidades e ter menos autonomia e feedback de trabalho quanto gostariam (SILVA, 2018).

Assim, de modo geral os respondentes gestores evidenciaram maior concordância do que os não-gestores quanto ao reconhecimento da grande variedade de tarefas e da autonomia para planejar e decidir sobre os métodos para realizar suas tarefas. O estudo não permite avaliar, porém, se esses fatores são percebidos pelos gestores como fatores de bem-estar no trabalho. Tampouco permite supor se tal autonomia é percebida por eles como possibilidade de ter maior controle sobre o próprio trabalho e se isso pode ser percebido como fonte de bem-estar, o que fica como sugestão para a ampliação de estudos sobre os temas aqui abordados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A procura por formas mais saudáveis de trabalho é inquestionável e urgente e tem despertado interesse de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Os avanços tecnológicos têm trazido modificações substanciais nas formas de organização do trabalho, ora ampliando as possibilidades de satisfação das pessoas, ora comprometendo a saúde individual, organizacional e ambiental. Uma das consequências é que as mudanças comportamentais não acontecem na mesma velocidade das mudanças tecnológicas. Isso reforça a relevância de pesquisas que ampliem conhecimentos sobre a influência da complexidade dos contextos de trabalho nos níveis de saúde dos trabalhadores,

sejam gestores ou não-gestores. Os estudos sobre Design do Trabalho contribuem para desvelar essa multifacetada complexidade de fatores de risco e de proteção psicossocial presentes no cotidiano do mundo do trabalho (ZANELLI; KANAN, 2018).

Neste estudo, os resultados indicam que a categoria 'Características das Tarefas' apresenta mais concordâncias do que discordâncias entre gestores e não-gestores. E, em síntese e em resposta à questão e objetivos inicialmente formulados, destaca-se que as 'Características da Tarefas' não são consideradas em sua totalidade, sob a mesma perspectiva de entendimento de gestores e não-gestores. Há diferenças entre ambos grupos de participantes nas dimensões "Autonomia na Planificação do trabalho", 'Autonomia de decisão e realização', 'Variedade de tarefas' e 'Significado da tarefa'. Entretanto, gestores e não-gestores perspectivam a 'Identificação da Tarefa' e o 'Feedback do Trabalho' de modo semelhante.

Em termos de implicações à prática, os resultados deste estudo podem auxiliar gestores organizacionais no entendimento e desenvolvimento de estratégias para intervir nas ações que podem resultar em maior autonomia na planificação do trabalho, em maior autonomia de decisão e realização, na variedade de tarefas, no significado da tarefa, na identificação da tarefa e no feedback do trabalho. Conforme os resultados, as subcategorias, 'Identificação da Tarefa' e o 'Feedback do Trabalho', possibilitam verificar que há mais concordâncias na maneira como gestores e não-gestores as percebem, com escores baixos e este achado também é significativo e passível de intervenção uma vez que são aspectos que contribuem significativamente com a função psicológica que o trabalho exerce na vida das pessoas. Considerando que estas variáveis envolvem ambiente de trabalho e as relações sociais entabuladas neste ambiente, e ainda que influenciam a salubridade organizacional ou podem originar adoecimento, é desejável e prescritível então realizar intervenções com o objetivo de minimizar possíveis condições geradoras de desgastes. Ter clareza da descrição das tarefas e papéis de cada trabalhador no contexto laboral contribui para a motivação, apoio dos funcionários e isto repercutirá na qualidade do trabalho e ao bem-estar dos *stakeholders* (MOUSSA et al., 2017).

Os resultados da presente pesquisa precisam ser compreendidos e consideradas suas limitações metodológicas, como por exemplo, maior concentração de participantes numa categoria de trabalho com predominância de pessoas com alta escolaridade, fato que não representa concretamente a realidade dos trabalhadores brasileiros.

Por fim, ainda que se considere o quantitativo de participantes deste estudo relativamente alto, o conjunto de dados analisados é insuficiente e impeditivo da proposição de um conjunto teórico mais significativo, fato que impossibilita a generalização dos resultados. Portanto, sugerem-se novas pesquisas que consigam

equilibrar os participantes em função das variáveis sociodemográficas e da natureza do trabalho. É sugerido também o cruzamento dos resultados descritos quanto às características das tarefas (autonomia no planejamento do trabalho, autonomia na tomada de decisão, variedade de tarefas, significado da tarefa, identidade da tarefa e feedback do trabalho) com as demais categorias propostas no WDQ: características do conhecimento, características sociais e contexto do trabalho (MORGESON; HUMPHREY, 2006). Dessas relações podem derivar novas pesquisas como relações entre autonomia e interdependência de funções e sua influência no Design do trabalho e na promoção de saúde e bem-estar laboral. Por exemplo, a interdependência entre funções tende a aumentar ou diminuir a sensação de autonomia? Isso, por sua vez tende a ampliar ou reduzir fatores de saúde no local de trabalho? Outra sugestão para ampliação dos estudos se refere a pesquisas sobre a existência/limite de variedade das tarefas que pode ser considerado como saudável no trabalho de gestores e não-gestores.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt; SOUSA, Graceane Coelho de; PEIXOTO, Adriano de Lemos; JESUS, Nana Caroline Cunha de; COSTA, Thiago Dias. Desenho do trabalho e desempenho do servidor: um estudo em uma Universidade Federal brasileira. In: **Colóquios Internacionais sobre Gestão Universitária**, 17., 2018, Equador, Anais... Florianópolis: UFSC.
- BAYONA, Jayme Andrés; CABALLER, Amparo; PEIRÓ, José-Maria. The Work Design Questionnaire: Spanish version and validation. **Revista de Psicología del Trabajo y de las Organizaciones**, Madrid, v. 31, n. 3, p. 187-200, dec., 2015.
- BERTOLINO, Marilena. Job Design and Redesign. **Wiley Online Library**, 21 de dezembro de 2015.
- BREAUGH, James A. The measurement of work autonomy. **Human Relations**, Londres, v. 38, n. 6, p. 551-570, jun., 1985.
- CAMPION, Michael A.; THAYER, Paul W. Development and field evaluation of interdisciplinary measure of job design. **Journal of Applied Psychology**, Washington, v. 70, n. 1, p. 29, fev., 1985.
- COLBERT, Amy; YEE, Nick; GEORGE, Gerry. The Digital Workforce and the Workplace of the Future. **Academy of management journal**, [S. l.], v. 59, n. 3, p. 731-739, 2016.
- DIALAMÍCUA, Maquiesse Odete. **A influência da motivação intrínseca e das características da função no desempenho profissional dos trabalhadores da indústria hoteleira**. 2014. 144 f. Dissertação (mestrado em Gestão de Recursos Humanos e Análise Organizacional) - Universidade Lusíada de Lisboa. Lisboa, 2014.
- FLORENCE, Yean Yng; LING, Weiyan Toh. Boosting facility managers personal and work outcomes through job design. **Facilities**, Londres, v. 32, n. 13/14, p. 825-844, sep., 2014.
- FREITAS, Alessandra Ferreira de; SEIDL, Eliane Maria Fleury. Estudo sobre a heteronomia na assistência em saúde a crianças e adolescentes com necessidades especiais. **Revista Bioética**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 119-140, mar., 2011.

- FRÈOUR, Léa; POHL, Sabine; BATTISTELLI, Adalgisa. How Digital Technologies Modify The Work Characteristics: A Preliminary Study. **The Spanish Journal of Psychology**, [S. l.].v. 24, E 14, feb., 2021.
- GAULEJAC, Vincent de; HANIQUE, Fabienne. **Le capitalisme paradoxant: un système qui rend fou**. Paris: Ed du Seuil, 2015, 288 p.
- GONÇALVES, Maria Teresa. **Job Design in consultancy sector and its relationship with consultants' wellbeing**. 2015. 60 f. Dissertação (Mestrado em Gestão) - Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto, 2015.
- GRANT, Adam M.; FRIED, Yitzhak; JUILLERAT, Tina. Work matters: Job design in classic and contemporary perspectives. In: ZEDECK, Sheldon. **Handbook of Industrial and Organizational Psychology**. Washington, DC: American Psychological Association, 2010. (p. 417–453).
- GRANT, Adam M.; PARKER, Sharon K. Redesigning Work Design Theories: The Rise of Relational and Proactive Perspectives. **Academy of Management Annals**, Briarcliff Manor, v. 3, p. 317-375, jan., 2009.
- GUICHARD, Jean. Life-and working-design interventions for constructing a sustainable human(e) world. **Journal of Counseling**, Breslávia, v. 5, p. 179-190, jan., 2016.
- HACKMAN, J. Richard. Work redesign and motivation. **Professional Psychology**, Washington, v. 11, n. 3, p. 445-455, jun., 1980.
- HACKMAN, J. Richard; OLDFHAM, Greg R. Development of the job diagnostic survey. **Journal of applied Psychology**, Washington, v. 60, n. 2, p. 159-170, jun., 1975.
- HACKMAN, J. Richard; OLDFHAM, Greg R. Motivation through the design of work: Test of a theory. **Organizational behavior and human performance**. New Haven, v. 60, n. 2, p. 250-279, apr., 1975.
- HACKMAN, J. Richard; HACKMAN, Richard, J.; OLDFHAM, Greg R. Work Redesign (v.72). **Reading: Addison-Wesley**, Boston, 1980.
- HSU, Ryan Shuwei; CHUANG, Aichia; WANG, An-Chih. Business founders' work design and new venture development. **Journal Of Business Venturing**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 106000, jan. 2021.
- HUMPHREY, Stephen E.; NAHRGANG, Jennifer D.; MORGESON, Frederick. Integrating Motivational, Social, and Contextual Work Design Features: A Meta-Analytic Summary and Theoretical Extension of the Work Design Literature. **Journal of applied psychology**, Washington, v. 92, n. 5, p. 1332-1356, jan, 2007.
- KULIK, Carol T.; OLDFHAM, Greg R.; LANGNER, Paul H. Measurement of job characteristics: Comparison of the original and the revised Job Diagnostic Survey. **Journal of applied psychology**, Washington, v. 73, n. 3, p. 462-466, feb., 1988.
- MARTINEZ, Hector. Estudios sobre transferencia en comportamiento humano. In: MARES, Guadalupe; GUEVARA, Yolanda (Ed.). **Psicología Interconductual: Avances en la investigación básica**. México: UUNAM-FES, 2001, p. 37-58.
- MARÔCO, João. **Análise estatística: com utilização do SPSS**. Lisboa, PT: Edições Sílabo, 2007. 824 p.
- MINTZBERG, Henry. **Managing: desvendando o dia a dia da gestão**. Porto Alegre: Bookman, 2010. 304 p.
- MINTZBERG, Henry. **Managing essencial: A essência do premiado managing para gerentes com pouco tempo**. Porto Alegre: Bookman, 2014. 152 p.
- MISSEL, Simoni. **Feedback corporativo: como saber se está indo bem**. São Paulo: Saraiva, 2012. 248 p.

MORGESON, Frederick P.; HUMPHREY, Stephen E. The Work Design Questionnaire (WDQ): Developing and Validating A Comprehensive Measure for Assessing Job Design and the Nature of Work. **Journal of applied psychology**, Washington, v. 91, n. 6, p. 1321-1339, dec., 2006.

MORGESON, Frederick P.; DIERDORFF, Erich C.; HMUROVIC, Jillian L. Work design *in situ*: Understanding the role of occupational and organizational context. **Journal of organizational behavior**, Hoboken, v. 31, n. 2-3, p. 351-360, jan., 2010.

MOUSSA, Margaret; BRIGHT, Mathew; VARUA, Maria Estela. Investigating knowledge workers' productivity using work design theory. **Journal of productivity and performance management**, Londres, v. 66, n. 6, p. 822-834, jun., 2017.

MUNYIRI, Jecinta Wangeci. **Job design and employee performance of insurance companies in nyeri county, Kenya**. 2018. 70 f. Dissertação (Business Administration) - Kenyatta University, Kahawa, Nairobi County, Kenya, 2018.

OLDHAM, Greg R. HACKMAN, J. Richard. How job characteristics theory happened. In: SMITH, Ken G.; HITT, Michael A. **Great Minds in Management: The Process of Theory Development**. Oxônia, UK: Oxford university press, 2005, p. 151-170.

PARKER, Sharon K. (2014). Beyond motivation: Job and work design for development, health, ambidexterity, and more. **Annual Review of Psychology**, [S. l.], v. 65, n. 1, p. 661-691, aug., 2014.

PARKER, Sharon K.; MORGESON, Frederick P.; JOHNS, Gary. One Hundred Years of Work Design Research: Looking Back and Looking Forward. **Journal of applied psychology**, [S. l.], v. 102, n. 3, p. 403-420, feb., 2016.

PARKER, Sharon K.; VAN DEN BROECK, Anja; HOLMAN, David. Work design influences: A synthesis of multilevel factors that affect the design of jobs. **Academy of management annals**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 267-306, jan., 2017.

REGO, Arménio, et al. **Manual de Gestão de Pessoas**. 3. ed. Lisboa: Sílabo, 2015.

SAGEER, Alam. Identification of variables affecting employee satisfaction and their impact on the organization. **IOSR Journal of business and management**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 32-39, sep., 2012.

SCHROEDER, Amber N.; BRICKA, Traci M.; WHITAKER, Julia H. Work design in a digitized gig economy. **Human Resources management review**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 1-16, 2021. Acesso em 18 abr. 2021.

SEMMER, Norbert K.; JACOBSHAGEN, Nicola; MEIER, Laurenz L.; ELFERING, Achim; BEEHR, Terry A.; KÄLIN, Wolfgang; TSCHAN, Franziska. Illegitimate tasks as a source of work stress. **Work & Stress**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 32-56, apr., 2015.

SILVA, Wallison Fernando da. **How do work motivation aspects impact software developer turnover? A quantitative study with brazilian developers**. 2018. 53 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Engenharia Elétrica e Informática, Campina Grande, 2018.

SIMS, Henry P.; SZILAGYI, Andrew D.; KELLER, Robert T. The Measurement of job characteristics. **Academy of Management Journal**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 195-212, nov., 2017.

TABER, Tom D.; TAYLOR, Elisabeth. A REVIEW AND EVALUATION OF THE PSYCHOMETRIC PROPERTIES OF THE JOB DIAGNOSTIC SURVEY. **Personnel Psychology**, [S. l.], v. 43, n. 3, p. 467-500, sep., 1990.

WALL, Toby D.; JACKSON, Paul R.; DAVIDS, Keith. Operator work design and robotics system performance: a serendipitous field study. **Journal Of Applied Psychology**, Washington, v. 77, n. 3, p. 353-362, dec., 1991.

WALL, Toby D.; JACKSON, Paul R.; MULLARKEY, Sean. Further evidence on some new measures of job control, cognitive demand and production responsibility. **Journal Of Organizational Behavior**, Hoboken, v. 16, n. 5, p. 431-455, sep., 1995

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal. **Interação humana e gestão**: a construção psicossocial das organizações de trabalho. 1ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

ZANELLI, José Carlos; KANAN, Lília Aparecida, **Fatores de risco, proteção psicossocial e trabalho**: organizações que emancipam ou que matam. Lages: ED UNIPLAC, 2018.

SOBRE OS ORGANIZADORES

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO: Profesora y Licenciada en Física, Doctora en Ciencias Física. Directora del Departamento de Física de la Facultad de Ciencias Exactas y Naturales de la Universidad Nacional de Catamarca, Argentina. Editora de la Revista Electrónica “Aportes Científicos en PHYMATH” – Facultad de Ciencias Exacta y Naturales. Profesora Titular Concursada, a cargo de las asignaturas Métodos Matemáticos perteneciente a las carreras de Física, y Física Biológica perteneciente a las carreras de Ciencias Biológicas. Docente Investigadora en Física Aplicada, Biofísica, Socioepistemología y Educación, dirigiendo Proyectos de Investigación de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Catamarca con publicaciones científicas dentro del área Multidisciplinaria relacionado a fenómenos físicos-biológicos cuyos resultados son analizados a través del desarrollo de Modelos Matemáticos con sus simulaciones dentro de la Dinámica de Sistemas. Participación en disímiles eventos científicos donde se presentan los resultados de las investigaciones. Autora del libro “Agrotóxicos y Aprendizaje: Análisis de los resultados del proceso de aprendizaje mediante un modelo matemático” (2012), España: Editorial Académica Española. Coautora del libro “Ecuaciones en Diferencias con aplicaciones a Modelos en Dinámica de Sistemas” (2005), Catamarca-Argentina: Editorial Sarquís. Miembro de la Comisión Directiva de la Asociación de Profesores de Física de la Argentina (A.P.F.A.) y Secretaria Provincial de dicha Asociación.

GUSTAVO ADOLFO JUAREZ: Profesor y Licenciado en Matemática, Candidato a Doctor en Ciencias Humanas. Profesor Titular Concursado, desempeñándose en las asignaturas Matemática Aplicada y Modelos Matemáticos perteneciente a las carreras de Matemática. Docente Investigador en Matemática Aplicada, Biomatemática, Modelado Matemático, Etnomatemática y Educación, dirigiendo Proyectos de Investigación de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Catamarca con publicaciones científicas dentro del área Multidisciplinaria relacionado a Educación Matemática desde la Socioepistemología cuyos resultados son analizados a través del desarrollo de Modelos Matemáticos con sus simulaciones dentro de la Dinámica de Sistemas y de la Matemática Discreta. Autor del libro “Ecuaciones en Diferencias con aplicaciones a Modelos en Dinámica de Sistemas” (2005), Catamarca-Argentina: Editorial Sarquís. Coautor del libro “Agrotóxicos y Aprendizaje: Análisis de los resultados del proceso de aprendizaje mediante un modelo matemático” (2012), España: Editorial Académica Española. Desarrollo de Software libre de Ecuaciones en Diferencias, que permite analizar y validar los distintos Modelos Matemáticos referentes a problemas planteados de índole multidisciplinarios. Ex Secretario Provincial de la Unión Matemática Argentina (U.M.A) y se participa en diversos eventos científicos exponiendo los resultados obtenidos en las investigaciones.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Actitudes 217, 218, 219, 220, 226, 227, 249
Agricultura familiar 79, 80, 82, 83, 84, 88, 89, 209
Arabia Saudí 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239
Artefactos 252, 254, 258
Artefactos calentados 252

C

Caçara 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 188
Canção 173, 185
Características da Tarefa 260, 261, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 277
Ciudad neoliberal 158, 161, 169, 170, 171
Comunitario 75, 183, 189, 194, 195
Condiciones de producción 18, 20, 22, 26, 28, 92
Condominio 57, 59, 60, 70, 71, 72, 73, 74, 75
Conflicto socioambiental 90, 96
Conservadores 234, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249
Cuestión agraria 30, 32, 34, 39, 55
Cultivos 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 19, 20, 22, 26, 44, 50, 52, 62, 127

D

Datación 251, 252, 253, 254, 257, 258
Desarrollo 3, 4, 15, 17, 18, 19, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 46, 49, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 69, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 96, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 160, 161, 218, 219, 221, 222, 223, 225, 226, 247
Desarrollo rural 30, 31, 56, 77, 124
Desenho do trabalho 261, 263, 275, 278
Distrito Industrial 138, 139, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 154, 155, 156

E

Economía agrícola 30, 31
Educación Ambiental 172, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227
Energía solar 105, 108, 109

Espacio público 158, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 169, 170

Estancieros 57, 75

Extractivismo 18, 19, 28, 72, 90

Extractivismo sojero 18

F

Fatores Locacionais 138

Frente Popular 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249

Fuentes renovables de energía 104, 105, 106, 107, 110, 114, 116

Fuerzas productivas 18, 19, 20, 55

G

Generación distribuida 105, 112, 115

Geografía urbana 158, 159, 161, 166, 170

Gestión energética sostenible 105

Gestores 63, 79, 80, 107, 171, 172, 260, 261, 262, 263, 266, 267, 269, 270, 273, 274, 275, 276, 277, 278

H

História 16, 17, 57, 59, 65, 75, 76, 77, 101, 103, 119, 129, 173, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 191, 193, 195, 198, 199, 203, 206, 208, 211, 228, 241, 242, 249, 250, 258

Historia de Chile 241

Historia Local 241, 242, 250

I

Impacto ecológico 201

Ingeniería genética 18, 19, 25

Instituições 79, 84, 85, 86, 87, 88, 174

Irán 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240

L

Liberación 98, 189, 191, 232

M

Mata atlântica 173, 174, 185, 187

Medio ambiente 13, 15, 20, 58, 76, 97, 105, 107, 123, 128, 129, 131, 136, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227

N

Nossa Senhora do Socorro 138, 139, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Nueva agricultura 1, 11, 12, 15

O

Ordenamiento Territorial Urbano 117

Organización 34, 37, 38, 39, 43, 47, 49, 50, 52, 53, 56, 62, 66, 72, 76, 93, 101, 106, 109, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 130, 162, 166, 189, 192, 195, 230, 232

Oriente Medio 228, 230, 231, 234, 238, 239

OSL 252, 255, 257, 258

P

Paraguay 18, 19, 20, 23, 27, 29

Participación 34, 36, 44, 59, 99, 119, 121, 125, 126, 129, 160, 162, 165, 172, 193, 194, 217, 226

Patrimonio biocultural 90, 91, 93, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 103

Plan Estratégico 117, 124, 129, 131, 132, 135, 162, 163, 172

Poderes públicos 117, 118, 163, 170

Política Pública 79, 86, 126, 146

Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional 138, 139

Povo Truká 201, 208, 209, 210, 211

Primavera Árabe 228, 229, 234, 235, 238, 240

Projeto de Transposição 201, 210

Proprietarios 21, 24, 32, 36, 49, 50, 57, 59, 66, 68, 70, 73, 75, 91

R

Reforma agraria 30, 31, 32, 33, 37, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 68, 70, 73, 74, 76, 82, 88, 91

Regadíos 1, 3, 8, 17

Rio São Francisco 201, 203, 204, 208, 212, 213

S

Seguridad/inseguridad urbana 158

Siria 228, 229, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

Sostenibilidad 1, 15, 16, 17, 22, 106, 107, 115, 220, 226

Superficie agraria 1

T

Territorio 4, 8, 19, 54, 70, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 141, 146, 147, 154, 162, 165, 170, 174, 177, 180, 181, 182, 183, 187, 189, 190, 194, 195, 198, 210, 215, 233, 237, 258

U

Universitarios 217, 221, 226, 227

V

Verdad 189, 191, 193, 196, 198

Violação de direitos 201

W

Wirikuta 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103

X

Xochicalco 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102



**EDITORA
ARTEMIS**